



Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

História dos Movimentos Sociais no Brasil

Volume Único

Lucia Grinberg

Vanderlei Vazelesk Ribeiro



**GOVERNO DO
Rio de Janeiro**

**SECRETARIA DE CIÊNCIA,
TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

**MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO**



Apoio:



Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

www.cederj.edu.br

Presidente
Carlos Eduardo Bielschowsky

Vice-presidente
Marilvia Dansa de Alencar

Coordenação do Curso de História
UNIRIO - Claudia Rodrigues

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Lucia Grinberg
Vanderlei Vazelesk Ribeiro

DIRETORIA DE MATERIAL DIDÁTICO

Cristine Costa Barreto

COORDENAÇÃO DE DESIGN INSTRUCIONAL

Bruno José Peixoto
Flávia Busnardo da Cunha
Paulo Vasques de Miranda

DESIGN INSTRUCIONAL

Gabriel Ramos
Ian Queiroz

BIBLIOTECA

Raquel Cristina da Silva Tiellet
Simone da Cruz Correa de Souza
Vera Vani Alves de Pinho

Departamento de Produção

DIRETORIA DE MATERIAL IMPRESSO

Marianna Bernstein

REVISÃO LINGUÍSTICA

Beatriz Fontes
Paulo Alves

ILUSTRAÇÃO

Clara Gomes

CAPA

Clara Gomes

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Alexandre d'Oliveira
Larissa Averbug

Ronaldo d'Aguiar Florio

PRODUÇÃO GRÁFICA
Ulisses Schnaider

Copyright © 2018, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

G866h

Grinberg, Lucia.

História dos movimentos sociais no Brasil. Volume único / Lucia

Grinberg, Vanderlei Vazelesk Ribeiro. – Rio de Janeiro : Fundação Cecierj, 2018.
276 p.; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-458-0131-3

1. História. 2. Movimentos sociais. 3. Primeira República. 4.
Movimentos messiânicos rurais. 5. 1930-1945. I. Ribeiro, Vanderlei Vazelesk.
1. Título.

CDD: 300

Referências Bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador
Luiz Fernando de Souza Pezão

Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social
Gabriell Carvalho Neves Franco dos Santos

Universidades Consorciadas

CEFET/RJ - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO
TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
Diretor-geral: Carlos Henrique Figueiredo Alves

FAETEC - FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA
TÉCNICA
Presidente: Alexandre Sérgio Alves Vieira

IFF - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE
Reitor: Jefferson Manhães de Azevedo

UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
Reitor: Luis César Passoni

UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Ruy Garcia Marques

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Reitor: Sidney Luiz de Matos Mello

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Roberto Leher

UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Luiz Louro Barbara

UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Luiz Pedro San Gil Jutuca

História dos Movimentos Sociais no Brasil

SUMÁRIO

Volume Único

- Aula 1** – História dos movimentos sociais: conceitos e definições _____ 7
Lucia Grinberg
- Aula 2** – Primeira República: socialistas, anarquistas, comunistas e cooperativistas _____ 37
Lucia Grinberg
- Aula 3** – Movimentos messiânicos rurais _____ 71
Vanderlei Vazelesk Ribeiro
- Aula 4** – Os anos 1930 - 1945: o impacto do projeto trabalhista no movimento operário _____ 119
Vanderlei Vazelesk Ribeiro
- Aula 5** – Os trabalhadores rurais na era Vargas _____ 147
Vanderlei Vazelesk Ribeiro
- Aula 6** – A experiência democrática e os partidos políticos: história e historiografia (1945 – 1964) _____ 185
Lucia Grinberg
- Aula 7** – A experiência democrática e os sindicatos de trabalhadores (1945-1964) _____ 215
Lucia Grinberg
- Aula 8** – Movimentos camponeses na experiência democrática de 1945 a 1964 (primeira parte) _____ 241
Vanderlei Vazelesk Ribeiron
- Aula 9** – Movimentos Camponeses na Experiência Democrática de 1945 a 1964 (segunda parte) _____ 283
Vanderlei Vazelesk Ribeiro
- Aula 10** – Ditadura: a intervenção nos partidos políticos e a criação da Arena e do MDB _____ 325
Lucia Grinberg

Aula 11 – A ditadura: a intervenção nos sindicatos e os seus
desdobramentos no movimento operário (1964-1979) _____ 367

Lucia Grinberg

Aula 12 – Os trabalhadores rurais: da ditadura militar às lutas
contemporâneas(Primeira parte) _____ 397

Vanderlei Vazelesk Ribeiro

Aula 13 – Os trabalhadores rurais: da ditadura militar às lutas
contemporâneas (Segunda parte) _____ 445

Vanderlei Vazelesk Ribeiro

Referências _____ 491

Aula 1

História dos movimentos sociais: conceitos e definições

Lucia Grinberg

Meta da aula

Apresentar o conceito de cidadania a partir de uma perspectiva histórica.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar a construção histórica dos direitos do homem e as diferentes dimensões do conceito de cidadania;
2. descrever a história dos movimentos sociais como um processo de constituição de identidade de atores coletivos, através de suas práticas e de seus discursos.

Pré-requisito

Para que você compreenda melhor esta aula, é importante que relembre a Aula 5, de *Historiografia Contemporânea*, sobre os historiadores britânicos de orientação marxista como E.P. Thompson.

INTRODUÇÃO

Diante de um campo tão vasto de estudos como a história dos movimentos sociais, nesta disciplina vamos delimitar nossas aulas ao período do Brasil Republicano e, portanto, aos estudos sobre lutas por direitos, após o fim da escravidão no país.

O programa da disciplina trata da história dos movimentos sociais mais influentes, ocorridos desde 1889, apresentando-os a partir de periodização orientada pela história política nacional, pois consideramos justamente que a história dos movimentos sociais em cada país se relaciona diretamente com a constituição da esfera pública nacional, como será observado adiante, ao longo do curso. Em cada período, há aulas sobre movimentos sociais nas cidades e no campo, devido à especificidade dos conflitos sociais e políticos, e, conseqüentemente, das lutas por direitos, nas áreas urbana e rural.

As aulas estão relacionadas, portanto, aos períodos:

- Primeira República (1930 - 1945);
- Os anos 1930 – 1945;
- A experiência democrática (1945 – 1964);
- A ditadura civil-militar (1964-1985);
- O contexto atual.

Antes de nos dedicarmos ao estudo das experiências históricas dos movimentos sociais no Brasil Republicano, vamos estudar nesta Aula 1 a definição de movimento social e o conceito de cidadania como construção histórica.

A definição de movimento social

Em primeiro lugar, é interessante traçar em linhas gerais a história da categoria movimento social, criada em meados do século XIX e reelaborada desde então a partir da reflexão de intelectuais

e de militantes sobre as diferentes iniciativas políticas. A categoria movimento social foi criada a partir do surgimento do movimento operário europeu, nos anos 1840. Com a expansão do movimento de trabalhadores, através de sindicatos e de partidos políticos, tornou-se uma categoria especialmente importante no campo do marxismo. Desde fins dos anos 1960, passou a designar de maneira geral variadas formas de participação política.

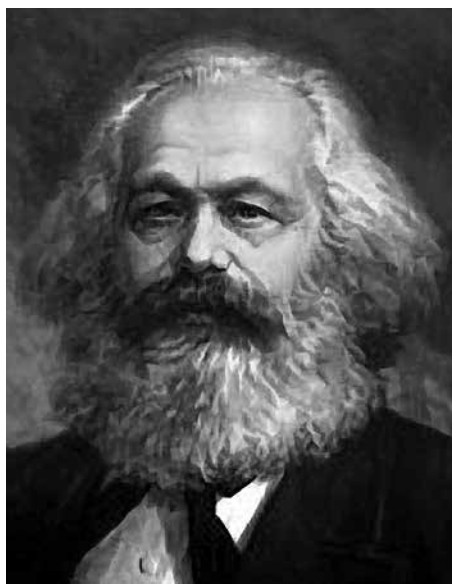


Figura 1.1: Com a expansão do movimento de trabalhadores, os movimentos sociais se tornaram importante no campo do marxismo.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Marx_color2.jpg

Nos estudos realizados nos campos da história e da sociologia, até os anos 1960, a categoria movimento social referia-se especificamente ao movimento operário e aos partidos políticos socialistas ou comunistas. De acordo com Ana Maria Doimo,

“Até o início dos anos 60, falar em movimento social significava referir-se à suposta virtualidade revolucionária do proletariado – entendido como classe determinada pelas relações capitalistas de exploração do trabalho pelo capital – e acreditar em sua organização racional, isto é, diagnósticos claramente baseados em premissas científicas, metas previamente definidas, além de regras e normas dotadas de eficácia para o alcance dos objetivos táticos e estratégicos. Os sindicatos e os partidos políticos de orientação socialista e comunista representariam, nessa perspectiva, a forma mais acabada desse tipo de organização, e tudo o que fugisse desse raio de ação sequer podia ser incluído sob a rubrica do verdadeiro movimento social; quando muito, seriam movimentos arcaicos e pré-políticos ou, então, meros ‘assuntos da classe trabalhadora’” (DOIMO, 1995, p. 39).

Como podemos observar em obras de Eric Hobsbawm, como *Os trabalhadores* (1981) e *Rebeldes primitivos* (1978), por exemplo, os movimentos de trabalhadores anteriores ao aparecimento do socialismo e do comunismo como ideologias políticas eram investigados a partir deste parâmetro. Hobsbawm, portanto, buscava compreender as diferenças entre o velho e o novo movimento social, sendo a característica central de distinção entre ambos a racionalidade orientadora de cada movimento. Eram considerados movimentos sociais aqueles orientados pelo objetivo de combater a exploração de classe, tendo como objetivo final a transformação revolucionária das relações sociais de produção capitalistas, enquanto os movimentos “arcaicos” ou “pré-políticos” não teriam a percepção da centralidade desse combate e, muito menos, teriam estratégias para tanto.



Figura 1.2: Eram considerados movimentos sociais aqueles orientados pelo objetivo de combater a exploração de classe.

Fonte: <http://www.almanaquedacomunicacao.com.br/ensaioo-contexto-historico-das-relacoes-publicas>

No campo dos estudos históricos, o crítico mais importante à compreensão de movimento social como expressão da consciência de classe revolucionária dos trabalhadores foi E. P. Thompson. Em primeiro lugar, entre as considerações elaboradas por Thompson, podemos lembrar a crítica ao modelo base/superestrutura. Para ele, na tradição marxista dominante, a “base” é “identificada com o econômico, afirmando uma prioridade heurística das necessidades e comportamentos econômicos diante das normas e sistemas de valores”. (THOMPSON, 2001, p. 252). Quer dizer, para o autor, não era possível descrever um modo de produção apenas em termos “econômicos”, como se as normas e a cultura sobre as quais se organiza um modo de produção fossem secundárias. Ele considerava essa divisão teórica entre base econômica e superestrutura cultural arbitrária e apresentava vários exemplos, mostrando a impossibilidade de compreender economias sem considerar conceitos culturais: “Onde colocar os ritmos habituais de trabalho e lazer (ou festas) das sociedades tradicionais, ritmos

intrínsecos ao próprio ato de produzir e, não obstante, usualmente ritualizados pelas instituições religiosas e de acordo com crenças religiosas seja na sociedade católica ou na hindu?" (THOMPSON, 2001, p. 255).

Para Thompson, a religião e os imperativos morais permanecem inextricavelmente imbricados com as necessidades econômicas, assim como as expectativas e motivações das pessoas que viveram diferentes épocas não podem ser entendidas em termos econômicos anacrônicos. Então, como explicar a transformação histórica?

"A pressão do ser social sobre a consciência social revela-se, agora, não tanto por meio da clivagem horizontal base e superestrutura, mas por meio de: a) congruências, b) contradição, c) mudança involuntária. Por congruências, entendo as regras "necessárias", as expectativas e os valores segundo os quais as pessoas vivem relações produtivas particulares. (...) Por contradição quero dizer, primeiro, o conflito entre o modo de viver e as normas da continuidade local e ocupacional daqueles da sociedade 'envolvente'. Em segundo lugar, conflito são as maneiras pelas quais o caráter essencialmente explorador das relações produtivas se torna uma experiência vivida, dando origem à manifestação de valores antagonistas e a uma ampla crítica do "senso comum" do poder. Por mudança involuntária me refiro às mudanças ulteriores na tecnologia, demografia e por aí vai (a vida material, segundo Braudel: novas lavouras, novas rotas comerciais, mudanças na incidência de epidemias...), cujas involuntárias repercussões afetam o modo de produção em si, alterando, perceptivelmente, o equilíbrio das relações produtivas (THOMPSON, 2001, p. 262).

Enfim, a transformação histórica acontece pelo fato de as pessoas vivenciarem alterações na sua vida social e cultural. A perspectiva de Thompson, portanto, é extremamente crítica às concepções evolucionista, determinista e economicista da história marxista. Para Thompson, a dimensão da experiência humana é central na história, como podemos ver em *As peculiaridades dos ingleses*:

“... a história não pode ser comparada a um túnel por onde um trem expresso corre até levar sua carga de passageiros em direção a planícies ensolaradas. Ou então, caso o seja, gerações após gerações de passageiros nascem, vivem na escuridão e, enquanto o trem ainda está no interior do túnel, aí também morrem. Um historiador deve estar decididamente interessado, muito além do permitido pelos teleologistas, na qualidade de vida, nos sofrimentos e satisfações daqueles que vivem e morrem em tempo não redimido (THOMPSON, 2001, p. 21).

De modo que, na investigação da história, o mais importante é conhecer as experiências vividas pelos indivíduos nos diferentes processos de transformações históricas e não o resultado final dos mesmos. Quer dizer, o objeto de estudo do historiador são as percepções, as expectativas e as ações humanas. Nesse sentido, Thompson critica os historiadores marxistas interessados em observar especialmente as transformações econômicas, o avanço da industrialização e a extensão de relações assalariadas em todos os setores da economia. Na sua perspectiva, estas transformações não podem ser vistas como um fim em si mesmas.

Como decorrência deste raciocínio, Thompson traz uma contribuição extremamente importante para os estudos dos movimentos sociais ao indicar que as formas de consciência e as experiências vividas pelos indivíduos não são necessariamente revolucionárias. No prefácio de *A formação da classe operária inglesa*, o autor apresenta uma definição de classe social como fenômeno histórico e sugere um amplo horizonte de pesquisa:

“Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno *histórico*. Não vejo a classe como uma ‘estrutura’, nem mesmo como uma ‘categoria’, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas.

Ademais, a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica. Como qualquer outra relação, é algo fluido que escapa à análise ao tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar sua estrutura. A mais fina rede sociológica não consegue nos oferecer um exemplar puro de classe, como tampouco um do amor ou da submissão. A relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais. Além disso, não podemos ter duas classes distintas, cada qual com um ser independente, colocando-as a seguir em relação recíproca. Não podemos ter amor sem amantes, nem submissão sem senhores rurais e camponeses”.
(THOMPSON, 1987, p. 11-12)

Na sua definição de classe, a noção de experiência é central, pois são as experiências comuns que constituem as identidades coletivas, como a consciência de classe:

“A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma lógica

nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma lei. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma". (THOMPSON, 1987, p. 11-12)

Atualmente, os estudos sobre os movimentos sociais passaram a investigar especialmente como ocorre a constituição de identidades políticas coletivas através dos discursos e das práticas de seus protagonistas, uma vez que são expressão de suas experiências nos diferentes processos históricos.

O conceito de cidadania em perspectiva histórica



Figura 1.3: Hoje, associamos o conceito de cidadania à democracia.

Fonte: http://4.bp.blogspot.com/_LHpBHKsZgo0/TCnfgJ5wf9I/AAAAAAAAAD4c/-I57oiWCnZg/s320/democracia2.jpg

Todos os dias, nós ouvimos que precisamos lutar pelos nossos direitos de cidadania. Hoje, associamos o conceito de cidadania à democracia. Mas a ideia de cidadania possui uma longa história. O conceito de cidadania é uma chave-central para a compreensão das transformações sociais a partir da ação dos indivíduos na história. Por quê? Ora, nós só reivindicamos o que acreditamos que seja justo. Ao longo da história, gregos, romanos, burgueses, escravos, mulheres e trabalhadores organizaram-se e conquistaram direitos. Em cada conjuntura histórica, houve grupos sociais diferentes, buscando transformações, orientados por seus valores morais e políticos.

Quando um conceito torna-se muito usado, muitas vezes perdemos de vista o seu sentido original. A cidadania é a condição do cidadão. Agora responda: Quem é o cidadão? De acordo com o *Dicionário Aurélio*:

“Cidadão: 1. Indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado, ou no desempenho de seus deveres para com este. 2. Habitante da cidade” (FERREIRA, 1982, p. 324).

A primeira definição ressalta, portanto, a cidadania como uma relação entre duas partes: o indivíduo e o Estado. O cidadão é o indivíduo que possui direitos garantidos pelo Estado e que deve obrigações ao mesmo. A segunda definição remete à origem da palavra cidadão, do latim, *civitas*. Originalmente, o cidadão era o habitante da cidade. Hoje, o cidadão é um indivíduo que pertence a uma comunidade, como uma cidade ou um país.

Um dos objetivos desta aula é você perceber que a condição do cidadão não foi sempre a mesma, as relações entre indivíduos e Estado passaram por muitas transformações desde a Grécia antiga. Se nós somos sempre incentivados a lutar pelos nossos direitos, isso se deve em parte às transformações sociais que geram novas expectativas nas pessoas e, em consequência, novas reivindicações.

Muitos historiadores identificam na Grécia antiga, as origens históricas da ideia de cidadania como participação na vida política. A democracia antiga era uma democracia direta, isto é, não havia representantes políticos, como presidentes da República, senadores ou deputados. Nas Cidades-Estado, como Atenas, os cidadãos participavam diretamente das decisões políticas através de assembleias e de conselhos. Eles decidiam coletivamente em assembleias se iriam declarar uma guerra ou não, por exemplo. Isso era tão importante que muitas vezes os escritores gregos usavam a noção de *isegoria*, o direito universal de falar na assembleia, como sinônimo de democracia. Quer dizer, o exercício da cidadania consistia em participar ativamente das decisões políticas.



lennieZ

Figura 1.4: Grécia antiga: as origens históricas da ideia de cidadania como participação na vida política.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Acropolis_wide_view.jpg

Na Grécia antiga, a condição de cidadão pressupunha igualdade e liberdade. Todos os cidadãos eram considerados iguais, daí a valorização da opinião de cada um nas assembleias. Mas nem todas as pessoas que habitavam as Cidades-Estado gregas eram cidadãos: os escravos não possuíam liberdade, e as mulheres e os estrangeiros apesar de serem livres, não eram considerados iguais.

Como você pode ver, as democracias antiga e moderna são muito diferentes. Mas as concepções de cidadania, apesar de algumas diferenças, possuem características comuns. A concepção moderna de cidadania compartilhada na atualidade pelo Ocidente tornou-se muito influente a partir dos grandes eventos históricos que foram as revoluções americana, inglesa e francesa.

O que há em comum nessas três revoluções? Esses acontecimentos históricos foram reações ao absolutismo e à sociedade de Antigo Regime. Eles são considerados revolucionários por defenderem novos princípios para a organização do Estado. Em

monarquias absolutistas, o rei é soberano: reina e governa de acordo com a sua vontade, sem observar leis. Em sociedades de Antigo Regime, as pessoas possuíam direitos e deveres de acordo com as suas origens: camponeses, burgueses, nobres. No entanto, essas sociedades foram se diversificando, os burgueses - moradores das cidades ou burgos - enriqueceram com a expansão das atividades comerciais. No século XVII, os burgueses constituíam um grupo social economicamente importante, mas sem direitos de participar na vida política.

As revoluções inglesa, americana e francesa são resultados de reivindicações de burgueses. A partir delas se firmaram importantes princípios liberais. Em primeiro lugar, o princípio da igualdade entre os homens. Quer dizer, todas as pessoas tornaram-se iguais perante o Estado. Na prática, você sabe o que isso significa? Significa que as leis são iguais para todos os cidadãos e que estes possuem os mesmos direitos e obrigações com o Estado.

Em segundo lugar, outro princípio, então revolucionário, era o da soberania nacional. Se todos os homens são iguais, quem deve exercer o poder? O Estado deixou de ser comandado de acordo com a vontade de um monarca absoluto e passou a ser organizado conforme a vontade do conjunto de cidadãos - a vontade nacional.



Figura 1.5: As revoluções inglesa, americana e francesa firmaram importantes princípios liberais.

Fontes: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Battle_of_Naseby.jpg; http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Washington_Crossing_the_Delaware_by_Emanuel_Leutze,_MMA-NYC,_1851.jpg; http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Prise_de_la_Bastille.jpg

Em 1789, os revolucionários franceses criaram a “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, um documento em que se encontram os novos princípios pelos quais tanto lutaram. Leia com atenção:

Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão França, 26 de agosto de 1789

Art. 1º. Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundamentar-se na utilidade comum.

Art. 2º. A finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a prosperidade, a segurança e a resistência à opressão.

Art. 3º. O princípio de toda a soberania reside, essencialmente, na nação. Nenhuma operação, nenhum indivíduo pode exercer autoridade que dela não emane expressamente.

Art. 4º. A liberdade consiste em poder fazer tudo que não prejudique o próximo. Assim, o exercício dos direitos naturais de cada homem não tem por limites senão aqueles que asseguram aos outros membros da sociedade o gozo dos mesmos direitos. Estes limites apenas podem ser determinados pela lei.

Art. 5º. A lei não proíbe senão as ações nocivas à sociedade. Tudo que não é vedado pela lei não pode ser obstado e ninguém pode ser constrangido a fazer o que ela não ordene.

Art. 6º. A lei é a expressão da vontade geral. Todos os cidadãos têm o direito de concorrer, pessoalmente ou através de mandatários, para a sua formação. Ela deve ser a mesma para todos, seja para proteger, seja para punir. Todos os cidadãos são iguais a seus olhos e igualmente admissíveis a todas as dignidades, lugares e empregos públicos, segundo a sua capacidade e sem outra distinção que não seja a das suas virtudes e dos seus talentos.

Art. 7º. Ninguém pode ser acusado, preso ou detido senão nos casos determinados pela lei e de acordo com as formas por esta prescritas. Os que solicitam, expedem, executam ou mandam executar ordens arbitrárias devem ser punidos; mas qualquer cidadão convocado ou detido em virtude da lei deve obedecer imediatamente, caso contrário torna-se culpado de resistência.

Art. 8º. A lei apenas deve estabelecer penas estrita e evidentemente necessárias e ninguém pode ser punido senão por força de uma lei estabelecida e promulgada antes do delito e legalmente aplicada.

Art. 9º. Todo acusado é considerado inocente até ser declarado culpado e, se julgar indispensável prendê-lo, todo o rigor desnecessário à guarda da sua pessoa deverá ser severamente reprimido pela lei.

Art. 10º. Ninguém pode ser molestado por suas opiniões, incluindo opiniões religiosas, desde que sua manifestação não perturbe a ordem pública estabelecida pela lei.

Art. 11º. A livre comunicação das idéias e das opiniões é um dos mais preciosos direitos do homem. Todo cidadão pode, portanto, falar, escrever, imprimir livremente, respondendo, todavia, pelos abusos desta liberdade nos termos previstos na lei.

Art. 12º. A garantia dos direitos do homem e do cidadão necessita de uma força pública. Esta força é, pois, instituída para fruição por todos, e não para utilidade particular daqueles a quem é confiada.

Art. 13º. Para a manutenção da força pública e para as despesas de administração é indispensável uma contribuição comum que deve ser dividida entre os cidadãos de acordo com suas possibilidades.

Art. 14º. Todos os cidadãos têm direito de verificar, por si ou pelos seus representantes, da necessidade da contribuição pública, de consenti-la livremente, de observar o seu emprego e de lhe fixar a repartição, a coleta, a cobrança e a duração.

Art. 15º. A sociedade tem o direito de pedir contas a todo agente público pela sua administração.

Art. 16º. A sociedade em que não esteja assegurada a garantia dos direitos nem estabelecida a separação dos poderes não tem Constituição.

Art. 17º. Como a propriedade é um direito inviolável e sagrado, ninguém dela pode ser privado, a não ser quando a necessidade pública legalmente comprovada o exigir e sob condição de justa e prévia indenização.

Fonte: www.direitoshumanos.usp.br

Agora que você leu a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão pode refletir sobre a atualidade dos seus princípios. Tais direitos podem ser classificados em duas categorias:

1. Os direitos civis:

- direitos de liberdade individual: liberdade da pessoa, liberdade de expressão, pensamento e religião;
- direito de propriedade e de firmar contratos válidos;
- direito à justiça.

2. Os direitos políticos:

- direito de votar;
- direito de ser votado.

Os direitos à igualdade, liberdade e propriedade foram conquistas da burguesia. No entanto, no decorrer dos séculos XIX e XX, tornaram-se reivindicações dos trabalhadores. Nessa época, o movimento operário também passou a reclamar melhores salários e condições de trabalho. Diante das greves, os Estados passaram a regulamentar os direitos dos trabalhadores, como as horas de trabalho, as férias e a previdência social. No século XX, os direitos sociais tornaram-se fundamentais.

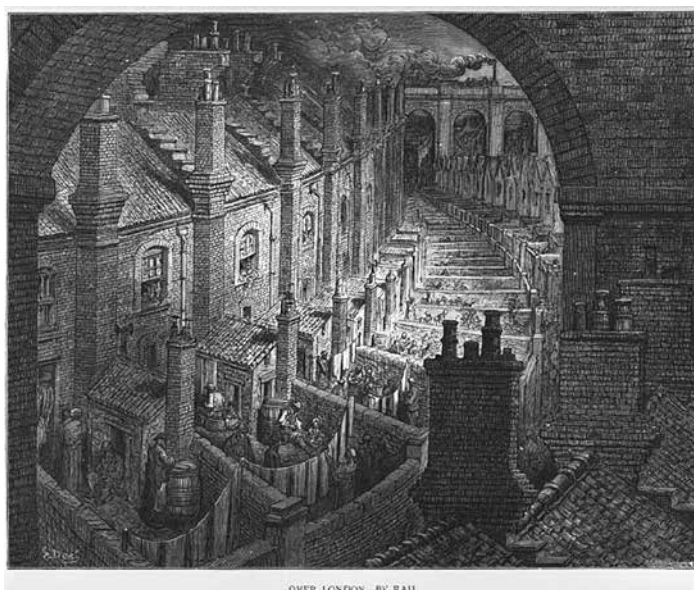


Figura 1.6: No decorrer dos séculos XIX e XX, o movimento operário viu a necessidade de reclamar por melhores salários e condições de trabalho.

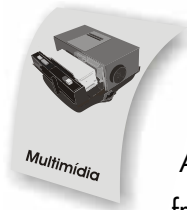
Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Dore_London.jpg

De acordo com a definição da cientista política Elisa Reis, são considerados direitos sociais "todo o espectro que vai do direito a um mínimo de segurança e bem-estar econômico até o direito de gozar integralmente do legado social e viver a vida de um ser civilizado, segundo os parâmetros vigentes na sociedade" (REIS, 1998, p. 32). Quer dizer, a noção de direitos de cidadania foi bastante ampliada, compreendendo direitos à saúde, à educação, à habitação.



Direitos Humanos

No portal de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo (USP), há várias sugestões de outros sites relacionados à regulamentação dos direitos humanos: www.direitoshumanos.usp.br. Lá você poderá encontrar documentos históricos (como a Lei de "Habeas Corpus"/1679) e a Convenção de Genebra/1863), documentos sobre a justiça internacional, documentos sobre os direitos humanos no Brasil (como a Lei Maria da Penha/2006 e Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos/2003).



Danton

Através da trajetória do líder revolucionário francês Danton, o filme apresenta a complexidade dos desdobramentos da Revolução de 1789, apontando para a diversidade de projetos políticos existentes entre os revolucionários franceses. Lançado em 1982, pelo diretor polonês Andrzej Wajda, o filme Danton teve grande repercussão na época, pois uma das grandes discussões presentes nos anos 1980 era justamente os rumos tomados pelas revoluções socialistas ocorridas no Leste Europeu e na União Soviética. Na Polônia, especificamente, na mesma conjuntura, o sindicato Solidariedade contestava a dimensão autoritária do Estado, instaurado a partir do processo revolucionário.

Danton, o processo da revolução. França/Polônia. 1982. Direção: Andrzej Wajda. 131 min.



Fonte: <http://www.imdb.com/title/tt0083789/>

conquistas que diferenciam os dois documentos. De acordo com a Constituição de 1988, não só todos os cidadãos são iguais, mas "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações"; outra diferença são os direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança.

Cidadania e identidade no Estado-nação

"Somos milhões em ação
Pra frente Brasil, no meu coração
Todos juntos, vamos pra frente Brasil
Salve a seleção!!!
De repente é aquela corrente pra frente, parece que todo o
Brasil deu a mão!
Todos juntos vamos pra frente Brasil!
Salve a seleção!!!" (Miguel Gustavo, 1970)

Em ano de Copa do Mundo, você não sente um friozinho na barriga, quando ouve essa música? Nenhum brasileiro fica indiferente. Ser cidadão também significa fazer parte de uma comunidade. O conceito de cidadania compreende as noções de pertencimento e de identidade.



Figura 1.7: Salve a seleção!
Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/553856>

Quando conhecemos um estrangeiro, logo perguntamos a sua origem. Rapidamente, a pessoa informa a sua nacionalidade, provavelmente essa é a identidade primeira dos indivíduos na atualidade. Mas nem sempre foi assim. Na Grécia antiga, as Cidades-Estado caracterizavam a identidade dos cidadãos, eles eram de Atenas ou de Esparta, por exemplo. Na sociedade medieval, as pessoas identificavam-se como camponeses, burgueses ou nobres. As revoluções liberais foram acontecimentos centrais no processo de consolidação dos Estados-nação, quando os países, os territórios nacionais, tornaram-se o lugar natural da cidadania.

A nacionalidade tornou-se uma identidade central para os indivíduos através de um longo processo histórico incentivado pelos dirigentes dos Estados-nação. Em cada país, em diferentes circunstâncias, as autoridades escolheram um hino e uma bandeira para representar a nação. Nas escolas, um dos lugares mais importantes para a socialização das crianças, elas aprendem primordialmente a língua, a cultura e o passado comum - a história nacional. Na Copa do Mundo, cada um torce e sofre... pela seleção do seu país.



Figura 1.8: É assim que um torcedor argentino torce pelo seu país.

Fonte: <http://4.bp.blogspot.com/-zRxsPADJb8Y/UBAEugx6Jbl/AAAAAAAAABss/I0P8LYpjzIQ/s1600/Argentino+Chorando.jpg>

Em 1970, algumas pessoas, em sinal de protesto contra a ditadura torceram contra o Brasil na Copa. Elas tinham certeza de que as autoridades iriam festejar a vitória da seleção de futebol como uma vitória de todos, inclusive deles. Quer dizer, nós identificamos o Estado – as autoridades políticas e a administração pública – com a nação, esse vínculo de solidariedade que faz com que os brasileiros sintam-se unidos como “um só coração”. De maneira que a nacionalidade é tanto uma expressão da identidade entre os indivíduos que nasceram no mesmo país, como uma garantia de reconhecimento de direitos por um Estado-nação.

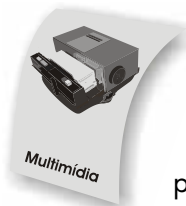


A ditadura no cinema

Em 1970, em plena ditadura, os brasileiros torceram e comemoraram a vitória da seleção da Copa do Mundo. Ao mesmo tempo, muitos presos políticos eram torturados nas prisões brasileiras. Pra frente, Brasil. Direção: Roberto Farias. 104 min. 1982



Fonte: <http://odiscretocharmedascapas.blogspot.com/2009/05/pra-frente-brasil-roberto-farias-1982.html>



Mas a cidadania é uma condição em constante transformação. No século XIX, nem todas as pessoas nascidas no Brasil eram reconhecidas como cidadãos. Havia uma divisão entre cidadãos e não cidadãos. Os escravos não eram cidadãos. Não possuíam um direito fundamental: a liberdade. No Império, apenas os cidadãos com renda líquida anual de 100 mil reis podiam votar. A partir da proclamação da República, todos os cidadãos tornaram-se eleitores. Todos? Nem todos. Apesar de estar previsto na Constituição de 1891, o sufrágio universal, as mulheres não votavam, nem os analfabetos. Depois de muitas reivindicações, o Estado brasileiro reconheceu o direito das mulheres. Nas eleições de 1934, as mulheres votaram pela primeira vez. Os analfabetos, por sua vez, só passaram a votar a partir da Constituição de 1988. No Brasil, os principais direitos trabalhistas foram criados na década de 1930. No entanto, os trabalhadores rurais só conquistaram os mesmos direitos nos anos de 1960.

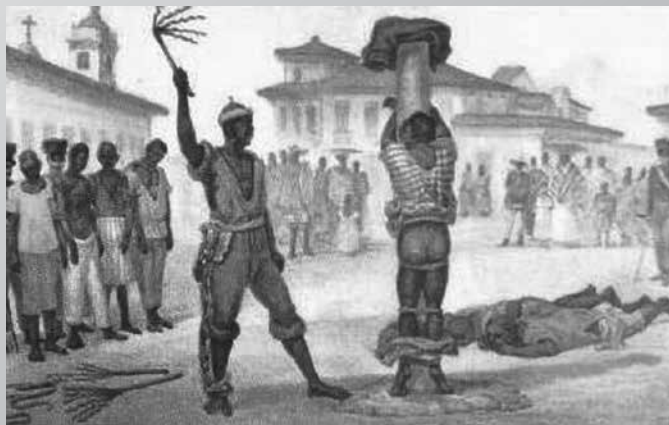


Figura 1.9: No século XIX, os escravos não eram considerados cidadãos por não possuírem o direito fundamental da liberdade.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:Pelourinho.jpg>

Como você pode perceber, nem sempre o Estado reconhece os mesmos direitos para todos os cidadãos. Quer dizer, muitos direitos não são universais. É justamente através de movimentos sociais que se conquistam novos direitos, muitas vezes direitos que outros grupos já possuem.

A partir dos anos de 1970, os movimentos sociais relativos aos direitos das mulheres e dos negros tornaram-se significativos. Tais grupos procuravam mostrar que a igualdade jurídica, a igualdade diante da lei, não oferecia a igualdade de condições na sociedade. Nesse mesmo sentido, percebeu-se que outros grupos sociais também precisavam de uma atenção específica do Estado, como as crianças, os adolescentes e os idosos. Daí, a elaboração de declarações e estatutos variados.

Qual o sentido atual da cidadania? Muitos filósofos e cientistas políticos questionam o sentido da cidadania no mundo contemporâneo. Qual o significado mais valorizado pelas pessoas atualmente, o ideal republicano de participação na vida pública ou o direito de gozar prerrogativas - o cidadão é apenas um consumidor de direitos? Se você abdica de participar da vida pública, será que os seus direitos estão mesmo assegurados?



Atende ao Objetivo 2

2. Você sabe que a conquista do reconhecimento de direitos pelo Estado pressupõe um longo processo histórico de lutas. Nenhum grupo social recebe direitos de presente. Em 1917, o Jornal das Moças publicou um texto sobre o voto feminino. Quais as etapas necessárias para a conquista desse direito, citadas no texto?

Jornal das Moças, Rio de Janeiro, 8/3/1917.

O Feminismo.

“Teve início entre nós um auspicioso movimento feminista. Um partido feminino, organizado pelas mais representativas figuras do belo sexo, prepara-se para obter o direito do voto.

A primeira representação foi enviada à Câmara, servindo de intérprete nesta casa do nosso Parlamento um dos seus conspícuos membros, que defendeu o sufrágio feminino.

A autonomia da mulher é um direito, imprescindível na evolução humana. (...) Essa evolução social é o produto das Democracias, originárias também do programa de libertação elaborado com a revolução de 1870 que, apesar de se ter cingido unicamente à conquista dos direitos do homem, produziu, como se vê, metamorfoses nos sentimentos e nas concepções da mulher. (...) A experiência e os fatos têm demonstrado o quanto é dedicada a mulher na atividade, e na atual guerra elas prestam relevantíssimos serviços substituindo o homem, que segue para as linhas de batalha. (...) Precisam as minhas patrícias de ter o direito de voto, o que não é fácil de conseguir, dependendo de muita propaganda e trabalho; mas nem por isso se torna difícil desde que todas se façam arrojadas e dedicadas.

A Câmara deve discutir o assunto na próxima sessão legislativa, e por essa ocasião quem será a nossa Pankhursts das ruas, para assumir a chefia do movimento?” A.C.C.

Obs: Pankhurst era o sobrenome das feministas inglesas Emmeline, Christabel e Sylvia.

Resposta Comentada

Não sabemos de quem é a autoria do texto, se de um homem ou de uma mulher. Mas podemos perceber que era um entusiasta dos direitos das mulheres. Nesse sentido, considera a luta pelo voto feminino um desdobramento do movimento republicano (1870) que defendia o voto universal. O autor entende que as mulheres devem se organizar, fazer propaganda, encaminhar suas reivindicações à Câmara dos Deputados.



Direitos da criança, nas leis e nas canções.

O poeta e músico Arnaldo Antunes escreveu uma composição intitulada "Criança não trabalha" que pode ser usada em sala de aula para explorar o tema Cidadania, pois ele apresenta vários direitos das crianças. Se você quiser, pode comparar a canção com o "Estatuto da Criança e do Adolescente" (ECA).

"Criança não trabalha"

Lápis, caderno, chiclete, pião

(...)

Giz, merthiolate, band-aid, sabão

Tênis, cadarço, almofada, colchão

Quebra-cabeça, boneca, peteca, botão, pega-pega, papel, papelão

Criança não trabalha, criança dá trabalho

Criança não trabalha...



- 1, 2 feijão com arroz
- 3, 4 feijão no prato
- 5, 6 tudo outra vez...

A canção "Criança não trabalha" é um manifesto contra o trabalho infantil e a favor dos direitos da criança. Os versos são formados por palavras que representam um mundo ideal para as crianças: o direito à educação está caracterizado pelo lápis e pelo caderno; direito à saúde está presente na referência ao merthiolate, ao band-aid e ao sabão; o direito à alimentação você encontra no refrão "1, 2 feijão com arroz / 3, 4 feijão no prato". Mas o que caracteriza a composição de fato são as referências às inúmeras brincadeiras: o direito da criança à infância, longe do mundo do trabalho. Como prevê o "Estatuto da Criança e do Adolescente", no Art. 16., o direito à liberdade da criança compreende inclusive os direitos de brincar, praticar esportes e divertir-se. Veja: www.pgr.mpf.gov.br

No portal da Procuradoria Geral da República, você encontra informações sobre a competência e a organização desse órgão extremamente importante para o cumprimento dos direitos de cidadania. Além disso, há reproduções na íntegra de declarações e convenções internacionais, leis e estatutos brasileiros relativos aos direitos de cidadania.

CONCLUSÃO

O conceito de cidadania possui um importante elemento utópico. Em todas as experiências históricas, as declarações de direitos são verdadeiros manifestos políticos, expressam ideais a serem conquistados. Todos os direitos foram resultados da busca por justiça ou igualdade, foram objeto de reivindicações de classes ou grupos sociais que se organizaram e acreditaram na possibilidade de transformações sociais.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2.

As transformações históricas provocam reivindicações de novos direitos e também criam novas maneiras do cidadão verificar se os seus direitos estão sendo cumpridos. Cada vez mais, as autoridades e os funcionários públicos têm sido pressionados a informar ao cidadão contribuinte como gastam o dinheiro arrecadado com os impostos. Escreva uma redação sobre o uso da Internet como um meio de controle de informações relativas ao serviço público. Pesquise na rede mundial de computadores:

- a) como a sociedade brasileira têm se organizado para observar se os direitos do cidadão são cumpridos;
- b) como o Estado brasileiro procura cumprir seus deveres em relação aos cidadãos.

Resposta Comentada

É possível observar nos portais de órgãos da administração pública, tanto o andamento de projetos de lei no Congresso Nacional, como as compras do Ministério da Saúde, ou envio de material didático e recursos para as escolas públicas pelo Ministério da Educação.

RESUMO

A história dos movimentos sociais na contemporaneidade é uma história de lutas pela construção de novos consensos por classes ou grupos sociais interessados em participar do Estado. Uma história da luta de coletividades frente a outras, conquistas históricas, produtos de disputas políticas. De acordo com o momento histórico e com as expectativas de cada grupo social a igualdade será qualificada de maneiras diferentes.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, você conhecerá as associações operárias constituídas por anarquistas, socialistas, comunistas e cooperativistas na Primeira República.

Aula 2

Primeira República:
socialistas,
anarquistas,
comunistas e
cooperativistas

Lucia Grinberg

Meta da aula

Apresentar as principais iniciativas do movimento operário na Primeira República (1889-1930).

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. descrever as relações entre movimento operário e o processo de expansão da cidadania na Primeira República;
2. identificar a diversidade política e ideológica no movimento operário e as respectivas propostas de articulação entre classe trabalhadora, patronato e Estado.

Pré-requisito

Para que você compreenda melhor esta aula, é importante que relembre as Aulas 1 e 2 da disciplina História do Brasil III sobre a Primeira República.

INTRODUÇÃO

Em 1978, o movimento operário conseguiu mobilizar milhares de trabalhadores em plena ditadura, surgindo novamente no cenário político nacional como um dos poucos atores coletivos capazes de pressionar o governo pelo fim do autoritarismo. Nos programas de pós-graduação de Ciências Sociais e de História, os estudos sobre o tema tomavam a atenção de uma geração de pesquisadores. No mesmo ano, o sociólogo Luiz Werneck Vianna publicou *Estudos sobre sindicalismo e movimento operário*, resenha bibliográfica em que apresentava um panorama da produção da época (VIANNA, 1978). De acordo com Vianna, muitas obras caracterizavam-se “no modo quase acrítico com que incorporam como suposto para suas análises as interpretações contidas em relatos memorialísticos, escritos ou não, de alguns importantes personagens que viveram a experiência sindical e operária na Primeira República” (VIANNA, 1978, p. 9). De lá para cá, nos últimos trinta anos, cientistas sociais e historiadores têm se empenhado na crítica às fontes primárias como biografias, memórias e depoimentos de militantes, fontes indispensáveis nos estudos sobre movimentos sociais, como podemos ver, por exemplo, nas pesquisas realizadas a partir de fontes orais.

Ainda em 1978, Werneck Vianna apontava um aspecto fundamental, a percepção de que a maioria dos estudos considerava “a perda nos anos 20, por parte da classe operária da sua autonomia, espontaneidade e ímpeto revolucionário, apesar de ter iniciado nessa fase a ocupação de um espaço próprio na arena política e organização sindical em moldes modernos” (VIANNA, 1978, p. 9). Após trinta anos, ao longo do curso, vamos observar que a análise das margens de autonomia da classe trabalhadora em relação ao Estado ou a dirigentes partidários, a busca da espontaneidade ou do ímpeto revolucionário, assim como a compreensão da sua capacidade organizacional são questões centrais nos estudos sobre movimento operário e sindicalismo.

Nos anos 1980, Ângela de Castro Gomes defendeu a tese *A invenção do trabalhismo*, apresentando uma nova interpretação sobre a constituição da classe trabalhadora brasileira como ator coletivo. Em primeiro lugar, a autora destaca seu pressuposto que a constituição de uma classe não é apenas um fato de história econômica, mas igualmente um fato de história política e cultural, essencialmente ligado à história política de cada país. Tratava-se de investigar a experiência dos trabalhadores no país, a partir da definição de classe de E. P. Thompson de que “uma classe existe quando um grupo de homens que compartilham experiências comuns [...] são capazes de materializá-las em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. É no decorrer deste processo que se constrói uma identidade coletiva de interesses próprios a uma classe, distintos dos interesses de outras classes” (GOMES, 1988, p. 17). Neste sentido, portanto, o estudo das experiências da classe trabalhadora compreendia tanto seus discursos quanto suas práticas o que pode ser sintetizado na noção de “palavra operária”, conforme indicado pela autora:

“A ‘palavra operária’, no dizer de Sewell, trabalha criando uma nova identidade pela releitura de valores e tradições, por vezes multisseculares, que são transformados e fundidos com categorias de outras origens políticas, em momentos densos de mudança social. Tal discurso lida com certos elementos básicos que demarcam o lugar do trabalhador no mundo da produção, na sociedade em geral e frente à política nacional em especial. Estes elementos envolvem toda uma ética do trabalho e de valorização da figura do trabalhador, além de situar a questão de suas formas de organização profissional e política. O problema da organização é, portanto, outra face do processo de criação de uma identidade coletiva. As práticas associativas são a forma de implementar um comportamento operário que abarca o trabalhador dentro e fora de seu local de trabalho e que opera o sentimento de pertencimento que deve marcar este ator coletivo” (GOMES, 1988, p. 17).

Na Primeira República (1889-1930), havia grande diversidade entre os trabalhadores, havia imigrantes e brasileiros, brancos, negros e mulatos, entre os quais muitos libertos recentemente da escravidão. Entre as lideranças dos trabalhadores, havia propostas políticas distintas cujo maior desafio, em primeiro lugar, era a mobilização de operários e de operárias para a participação no próprio movimento. Nesta aula, vamos conhecer as experiências de socialistas, anarquistas e cooperativistas em disputa pela “palavra operária”.

A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

A historiografia sobre a Primeira República durante muito tempo apresentou um quadro bastante desolador da política no país. Por muito tempo, entre historiadores e cientistas políticos, a Primeira República pecava por não fazer jus aos princípios liberal-democráticos da Constituição de 1891. Entre muitos contemporâneos, a percepção era a mesma: a república era pouco republicana. Em 1989, na ocasião do centenário da proclamação da República no Brasil, foram produzidos ensaios historiográficos que indicavam o diagnóstico recorrente relativo às insuficiências do regime. Há críticas em muitos sentidos, principalmente em relação à autenticidade da representação política. Em primeiro lugar, no campo e nas cidades, a representação política era distorcida através do “voto de cabresto” e das fraudes nas eleições, os conceitos de “coronelismo” e de “clientelismo” traduziam a limitação dos vínculos entre representantes e representados. Em segundo lugar, mesmo se fossem eleitos candidatos independentes (quer dizer, de outros partidos que não os partidos republicanos de cada estado) a Comissão Verificadora de Poderes encarregar-se-ia de impedir a posse dos mesmos. Afinal, os partidos políticos seriam apenas uma associação de clãs familiares sem distinção ideológica.



Figura 2.1: Charge de Storni, publicada na revista *Careta* em 1927. Na legenda original lê-se: “Ella – É o Zé Besta? Elle – Não, é o Zé Burro!”. A charge critica a autenticidade da representação política na Primeira República, que era distorcida através do “voto de cabresto”.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Elei%C3%A7%C3%B5es_de_cabresto.jpg

Desde então, nos últimos vinte anos, alguns historiadores e cientistas políticos mostraram como a compreensão da política na Primeira República havia sido negligenciada durante muito tempo como objeto de estudos na sua especificidade. Quer dizer, considerando a existência de uma autonomia relativa entre a política e a economia, principalmente. Nas últimas décadas foram elaboradas várias pesquisas sobre a política no período, sendo importante destacar as obras de Renato Lessa, *A invenção republicana* (1ª ed. 1989), Marieta de Moraes Ferreira, *A república na velha província* (1ª ed. 1989), José Murilo de Carvalho, *A formação das almas* (1ª ed. 1990) e de Mônica Viscardi, *O teatro das oligarquias* (1ª ed. 2001). Todos os pesquisadores destacavam a necessidade de investir no aprofundamento das investigações sobre a política institucional para compreender a dinâmica do regime republicano. Então se dedicaram especialmente em estudar

o modelo Campos Salles ou a “política dos estados” (LESSA, 1989), o imaginário relativo aos modelos de república (CARVALHO, 1990), as campanhas eleitorais e as sucessões presidenciais ou a “política do café com leite” (VISCARDI, 2001)

Por outro lado, a Primeira República também aparece com frequência em estudos históricos e em livros didáticos como um período no qual florescia o movimento operário nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Um tempo em que trabalhadores brasileiros e imigrantes italianos, espanhóis e portugueses dedicavam-se a associações anarquistas, socialistas e comunistas, principalmente. Nesta aula, um dos objetivos é justamente compreender a conformação de um modelo de República e as relações com as experiências do movimento operário no mesmo período.



Organização Política na Primeira República

Em 15 de novembro de 1889, o marechal Deodoro da Fonseca proclamou a República. Era o fim da monarquia, o fim do Império do Brasil fundado com a Independência (1822). D. Pedro II deixou de ser imperador. Cetro e coroa já não eram mais símbolos de poder no novo regime. Tornaram-se peças de museu. A antiga família imperial foi para o exílio, em Paris.



Mas como seria esse novo regime? Os políticos e os militares envolvidos na conspiração para acabar com a monarquia tinham concepções diferentes de como organizar a República.

Os políticos de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul defendiam uma República federativa que garantisse maior autonomia aos estados. Os militares defendiam um Poder Executivo forte, eram contrários à autonomia dos estados e à realização de eleições.

A partir da Constituição de 1891, os estados passaram a ter maior autonomia: podiam contrair empréstimos no exterior e organizar forças militares próprias, por exemplo. De acordo com as novas regras do jogo, o sistema político era presidencialista. O presidente, os governadores, os senadores, os deputados, os prefeitos e vereadores eram eleitos pelo voto direto. Mas as mulheres e os analfabetos não tinham o direito de votar, muito menos o direito de se candidatar. Quem participava desse jogo? Na Primeira República, as oligarquias monopolizavam o espaço político parlamentar. Quer dizer, os presidentes da República, ministros, governadores, senadores e deputados tinham origem, principalmente, em famílias de grandes proprietários de terras, os quais formavam as oligarquias estaduais.



A partir do governo do presidente Campos Sales (1898-1902), as relações entre a União e os estados passaram a ser ditadas pela chamada “política dos governadores”. Havia eleições para os cargos de senadores e deputados. Mas a Comissão de Verificação de Poderes só dava posse aos parlamentares mais votados de cada estado que pertencessem ao partido da situação, o partido do governador. Isso na prática significava o fortalecimento do governador e a impossibilidade de fazer oposição em cada estado. Assim, o Presidente da República garantia o apoio de todos os governadores e dos parlamentares, ou seja, o Executivo governava sempre com o apoio do Legislativo.

Nos anos 1920, a forte restrição à participação na vida pública imposta pela “política dos governadores” teve uma série de desdobramentos, diferentes grupos sociais organizaram movimentos políticos, contestando a ordem vigente. Entre os militares também havia insatisfação com o regime político. Durante a Primeira República, houve uma série de revoltas militares: Revolta do Forte de Copacabana (1922), Revolução de 1924 (São Paulo), Coluna Prestes – Miguel Costa (abril/1925). Como os participantes dessas revoltas eram tenentes, esse movimento tornou-se conhecido como “tenentismo”. Eles criticavam a organização política conquistada pelas oligarquias e defendiam a centralização do Estado através de um poder Executivo forte.



Revolta do Forte de Copacabana (1922)

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Os_18_do_Forte.jpg

Na Aula 3, você estudará três movimentos de trabalhadores rurais. No sertão da Bahia, às margens do rio Vaza-Barris, entre 1893 e 1897, os sertanejos formaram uma povoação: o Arraial de Canudos. No sul, ocorreu a guerra do Contestado (1912-1913), em região entre Santa Catarina e Paraná. No Ceará, em um sítio localizado na Serra do Araripe, organizou-se a Irmandade do Caldeirão, a experiência menos conhecida. Em comum, a luta pela posse da terra, a experiência do trabalho comunitário e o messianismo.

OS SOCIALISTAS

Durante a Primeira República, Evaristo de Moraes (1871-1939) prestou assistência jurídica ao movimento operário, advogou para organizações como a Associação dos Carroceiros e a Associação dos Trabalhadores em Trapiche e Café. A sua produção intelectual, assim como as suas atividades profissionais sempre possuíram um engajamento político desde sua participação nos movimentos abolicionista e republicano. Na “Coluna Operária”, do

jornal *Correio da Manhã*, Evaristo denunciava a repressão policial às manifestações de trabalhadores e o descumprimento de regras processuais no Judiciário.

“É incrível a maneira porque fazem os processos de flagrantes na delegacia da 3a. urbana’ [...]. ‘Encontrar uma patrulha uma comissão de grevistas confabulando com qualquer companheiro, convencendo-o de que deve aderir ao movimento grevista e das vantagens que pode auferir desta atitude, estes são logo presos e autuados naquela delegacia. As testemunhas são quase sempre agentes de polícia’”.
Evaristo de Moraes. A greve – arbitrariedades policiais. *Correio da Manhã*, 25/12/1906. (apud MENDONÇA, 2007, p. 106 - 107).

É lugar comum sobre o tema, a frase do presidente Washington Luiz (1926-1930) de que a questão social era caso de polícia. No entanto, os estudos sobre o movimento operário na Primeira República mostram que se a reação das autoridades era enviar a polícia para reprimir as manifestações de trabalhadores, essa atitude não era considerada a mais adequada por todos. Após a abolição da escravidão, em 1888, e a Proclamação da República, em 1889, havia trabalhadores, advogados, militares, entre outros, que almejavam construir um regime baseado nos princípios de igualdade, liberdade e fraternidade, o qual contemplaria as reivindicações dos operários.

Entre os militantes socialistas brasileiros havia a compreensão de que era preciso organizar um partido operário para concorrer às eleições com as demais agremiações. Com certeza, os socialistas brasileiros tinham como inspiração a experiência bem sucedida do Partido Social-Democrata alemão, fundado em 1875 (SCHMIDT, p. 142, 2007). Logo após a Proclamação da República, duas lideranças socialistas, o tipógrafo negro Luiz França e Silva e o tenente José Augusto Vinhaes trabalhavam pela criação de partidos políticos. Em 1890, Vinhaes fundou o Centro do Partido Operário (CPO),

que atuava como mediadora em conflitos trabalhistas, assim como oferecia serviços assistenciais e atividades culturais, e recreativas aos trabalhadores, e participava das disputas eleitorais. O próprio tenente Vinhaes foi eleito para a Câmara Federal, em 1890.

A principal divergência entre as propostas de Luiz França e Silva e do tenente José Augusto Vinhaes era a defesa da colaboração com governos e grupos dominantes, por José Augusto Vinhaes, e a defesa da autonomia política do operariado por Luiz França e Silva. Naquela conjuntura, os jornais fundados pelas organizações socialistas eram dos instrumentos mais importantes para a divulgação de suas ideias e, hoje, constituem fontes primárias das mais importantes para a pesquisa histórica porque nos permitem conhecer seus objetivos e suas práticas.



Figura 2.2: José Augusto Vinhaes (1858-1941) fundador do Centro do Partido Operário (CPO), em 1890, defendia a possibilidade de colaboração entre organizações operárias e os governos e grupos dominantes.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Tenente_Jos%C3%A9_Augusto_Vinhaes.jpg

De acordo com Luiz França e Silva,

“os operários não devem fortalecer com o seu apoio os partidos políticos que disputam a posse do poder, mas, sim, formarem um partido puramente seu que enfrente o que estiver governando, sem o que ficarão sendo os operários a mesma coisa que nos tempos do Império”. *A Voz do Povo*. (SCHMIDT, 2007, p. 147).

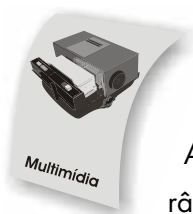
Quer dizer, tratava-se de afirmar a cidadania operária através da participação no parlamento, como podemos acompanhar em outro artigo do mesmo grupo político:

“... o operário não irá ao Parlamento para discutir direito civil, jurisprudência, tratados comerciais e internacionais, pois essas funções cabem aos bacharéis, que frequentaram os bancos acadêmicos, assim como cabe aos médicos discutir higiene e aos militares a segurança interna e externa do país. Ao operário cumpre apontar a inconveniência dos impostos sobre certos gêneros de consumo, que tornam caríssima a vida sobre outros gêneros de importação e exportação que, colocando o industrial em difíceis contingências, o impede de desenvolver suas fábricas, dar emprego e remunerar bem os operários. Eis a missão das diferentes classes representadas em um Parlamento oriundo da democracia”. *Echo Popular*, 2/8/1890, p. 1 (apud GOMES, 1988, p. 51).

De maneira geral, os socialistas caracterizavam-se pela defesa da participação dos trabalhadores na vida pública através do parlamento e da luta nos sindicatos, como podemos observar no programa do Partido Socialista Brasileiro de 1902, no qual se defendia:

- a) a estratégia de participar das eleições;
- b) a perspectiva, em relação ao Estado, de elaboração de uma legislação trabalhista (limitação das horas de trabalho, visão das greves como reguladores dos aumentos de salários e da conquista de direitos sociais);
- c) apoiar ligas de resistências e greves;
- d) a evolução natural para o socialismo através de vitórias graduais;
- e) agremiações operárias: verba para “fundar e manter instituições como bolsas proletárias, casas fornecedoras proletárias para gêneros de primeira necessidade, cooperativas de produção, escolas, postos médicos, [...] advogados, companhias de compra e edificação de imóveis, e até casas de diversão” (GOMES, 1988, p. 72).

Em *A invenção do trabalhismo* (2005), a historiadora Ângela de Castro Gomes mostrou que as práticas associativas dos operários logo após a proclamação da República consideravam a esfera dos direitos políticos de cidadania como o terreno a ser conquistado. No entanto, no início do século XX, o governo passou a dificultar as manifestações cujo objetivo era justamente a maior participação política da população. A partir deste momento, fortaleceram-se no movimento operário iniciativas que procuravam conquistar direitos de outras maneiras. Nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, principalmente, os operários e as operárias organizaram-se em diferentes tipos de organizações: associações de ajuda mútua, ligas e sindicatos.



Documentos sobre o Brasil Republicano

Atualmente, o professor de história contemporânea pode contar com verdadeiros tesouros para preparar as suas aulas. Várias instituições de conservação, pesquisa e ensino de história disponibilizam documentos e propõem atividades pedagógicas em seus portais na rede mundial de computadores relativos ao Brasil republicano. Os arquivos públicos dos estados são importantes instituições de guarda, conservação e garantia de acesso de documentos à sociedade. Cada vez mais, têm se dedicado à tarefa de divulgar através de exposições o material preservado, o que pode ocorrer tanto nas sedes das instituições como em seus portais.

No Rio de Janeiro, visite: <http://www.aperj.rj.gov.br/>

Em São Paulo, visite: www.arquivoestado.sp.gov.br/

Em Minas Gerais, visite: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>

Para estudar a Revolução de 1924, você pode visitar uma exposição virtual e conhecer as atividades pedagógicas elaboradas a partir da documentação no portal do Arquivo Público do Estado de São Paulo: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/exposicao_revolucao



Atende ao Objetivo 1

1. O movimento operário na Primeira República era bastante diversificado, havia associações anarquistas, socialistas e comunistas. Em 1927, os comunistas organizaram-se no Bloco Operário para concorrer às eleições. Leia com atenção o trecho citado abaixo do Programa do Bloco Operário e analise as medidas defendidas. Caracterize as suas ideias sobre as relações entre Estado e classe trabalhadora:

“a) máximo de 8 horas de trabalho diário e 44 semanais, e redução a 6 horas diárias nos trabalhos malsãos; b) proteção efetiva às mulheres operárias, aos menores operários com a proibição do trabalho a menores de 14 anos; c) salário mínimo; d) contratos coletivos de trabalho; e) o seguro social a cargo do Estado e do patronato, contra o desemprego, a invalidez, a enfermidade, a velhice; f) enérgica repressão ao jogo e ao alcoolismo; g) licença às operárias grávidas de 60 dias antes e 60 dias depois do parto, com pagamento integral dos respectivos salários; h) extinção dos serões e extraordinários; i) descanso hebdomadário em todos os ramos do trabalho, na indústria, no comércio, nos transportes, na lavoura; j) proibição da dormida nos locais de trabalho; k) água filtrada nas fábricas e oficinas; l) saneamento rural sistemático, visando à regeneração física e moral do trabalhador agrícola, a higienização das condições de trabalho e habitação na lavoura, assistência médica gratuita ao doentes pobres; m) fomento e facilidades às cooperativas operárias de consumo e às cooperativas de produção na pequena lavoura” (apud KAREPOVS, 2006, p. 58).

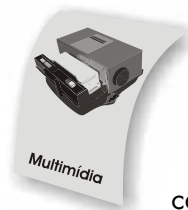
Resposta Comentada

Na Primeira República, os militantes comunistas, assim como os socialistas, organizaram-se para concorrer às eleições, pois consideravam que a participação política no parlamento era uma via legítima para consecução de seus objetivos. No Brasil, naquela época, os militantes comunistas entendiam que o Estado deveria regular as relações entre patrões e trabalhadores, principalmente através da garantia de direitos do trabalho, como podemos ler no programa do Bloco Operário.

OS ANARQUISTAS

“A anarquia é a abolição do roubo e da opressão do homem pelo homem, quer dizer, a abolição da propriedade individual e do governo; a anarquia é a destruição da miséria, da superstição e do ódio. Portanto, cada golpe desferido nas instituições da propriedade individual e do governo, é um passo rumo à anarquia, assim como cada mentira desvelada, cada parcela de atividade humana subtraída ao controle da autoridade, cada esforço tendendo a elevar a consciência popular e a aumentar o espírito de solidariedade e de iniciativa, assim como a igualar as condições”. (Errico Malatesta. Rumo à anarquia, [1910].)

Os estudos históricos sobre o movimento operário identificam os anarquistas como a principal força política da Primeira República, influentes em diversas associações de trabalhadores e através de muitos periódicos da imprensa anarquista como *A Lanterna* e *A Plebe*. Eles disputaram abertamente com os socialistas a liderança entre os operários, apesar da luta comum por direitos do trabalhador e pela valorização da autoimagem do trabalhador como homem honesto (GOMES, 1988, p. 91-92).



Errico Malatesta (1853 – 1932)

O italiano Errico Malatesta era uma das lideranças anarquistas influentes entre os militantes no país. Você encontra obras de Malatesta traduzidas para o Português na seguinte página: <http://www.marxists.org/portugues/malatesta/index.htm>



Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:ErricoMalatesta.gif>

Os militantes anarquistas e os socialistas defendiam estratégias distintas, os primeiros defendiam historicamente os seguintes princípios:

- a) a abolição do Estado;
- b) a recusa da tática eleitoral e parlamentar;
- c) a oposição à ideia de partido centralizado;
- d) a defesa da ação direta e a valorização da individualidade;
- e) o anticlericalismo.

A principal divergência nas práticas de militantes operários anarquistas e socialistas era o combate dos anarquistas ao desafio da participação eleitoral tendo em vista atuar no parlamento. Os militantes anarquistas consideravam o sindicato a melhor estratégia política para a classe trabalhadora, era a organização necessária e suficiente para as conquistas imediatas, assim como para a transformação da sociedade (TOLEDO, 2007, p. 64). No caso dos militantes anarquistas atuantes na Primeira República, eles eram inclusive mais sindicalistas do que revolucionários, flexíveis em relação a algumas questões doutrinárias e especialmente dedicados ao fortalecimento dos sindicatos. Como podemos acompanhar no artigo do militante anarquista Gigi Damiani (1876 - 1953):

“No sindicato tem lugar para todo mundo: quem paga as quotas e faz greve quando há ordem é sempre um bom companheiro, mesmo se é nacionalista e católico. No sindicato, a propaganda idealista é uma ofensa, uma violação aos direitos da barriga e à liberdade daqueles que não estão nem aí com a abolição do Estado e da propriedade capitalizada. Tudo o que não se refere às oito horas e aos dez centavos a mais deve ser recusado”. (apud TOLEDO, 2007, p. 76).



Figura 2.3: Gigi Damiani: militante anarquista que defendia o fortalecimento dos sindicatos e uma menor rigidez de algumas questões doutrinárias.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Gigi_Damiani.jpg

Diferente dos socialistas, os anarquistas não almejavam apenas transformações políticas, consideravam fundamental a realização de uma “revolução social” para a qual se empenhavam através de ações de propaganda, mas precisavam conquistar os operários e operárias. É o que podemos perceber através do depoimento da militante anarquista Elvira Boni:

“- O ateísmo dos anarquistas dificultava a propaganda do movimento?

Dificultava. Muitas vezes, nos sindicatos, os operários diziam que nem em casa podiam fazer uma propaganda intensa, porque as mulheres não se conformavam com a falta de religião. Eles diziam: ‘Temos um grande inimigo, que são as mulheres. Porque elas ouvem aquilo que a gente fala, depois vão se confessar e contam ao padre o que a gente diz, o que a gente faz’. E eu tive muita oportunidade de dizer: ‘Não são as mulheres que são inimigas de vocês. Vocês é que não sabem captar a simpatia das mulheres. Porque a religião é a última coisa que se tira de uma mulher. Vocês querem tirar em primeiro lugar, vocês estão errados’. O próprio Otávio Brandão, quando via uma procissão, gritava do bonde: ‘Olha a carneirada!’ Isso era uma ofensa, não se devia dizer isso. Embora o padre diga: ‘Venham a mim as minhas ovelhas’, ninguém quer ser chamado de carneiro”.

“- Havia possibilidade de uma pessoa religiosa entrar para um sindicato anarquista, ou essa pessoa não seria aceita?”

“- Sempre seria aceita, religiosa ou não. Se ela vinha para o sindicato, era para lutar a favor do sindicato. Não havia dificuldade nenhuma. Depois, naturalmente, se procurava catequizá-la, para que ela chegasse ao nosso ponto” (Elvira Boni apud GOMES, Angela de Castro. Velhos militantes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988, p. 38).



Acervos documentais de militantes socialistas, anarquistas e comunistas

Entre os periódicos anarquistas, A Lanterna: anti-clerical e de combate, dirigido por Edgard Leuenroth, foi dos mais influentes. Você pode ler exemplares de periódicos anarquistas e selecionar material para usar em atividades pedagógicas no portal do Arquivo Público do Estado de São Paulo: <http://www.arquivo-estado.sp.gov.br/upload/pdfs/jornais/LN19141003.pdf>

“Cartum anarquista publicado, em 1916, no jornal A Lanterna. Na legenda, original lê-se: “O que urge fazer. Enforcar o último rei com as tripas do último frade”:



Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:O_que_urge_fazer_\(A_Lanterna,1916\).jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:O_que_urge_fazer_(A_Lanterna,1916).jpg)

No portal do Arquivo Edgard Leuenroth, você encontra referências de acervos documentais de militantes socialistas, anarquistas e comunistas. Entre as coleções depositadas no AEL estão os arquivos de Antonio Piccarolo, Astrojildo Pereira, Edgard Leuenroth, Evaristo de Moraes, Maurício de Lacerda e Octavio Brandão, por exemplo. Visite a página: http://segall.ifch.unicamp.br/site_ael/



Atende ao Objetivo 2

2. A Primeira República tornou-se conhecida como uma república oligárquica, uma vez que, de fato, quem participava majoritariamente da vida pública eram as famílias de proprietários. No entanto, no mesmo período, lideranças de trabalhadores também investiram na criação de partidos políticos e de sindicatos tendo em vista lutar por direitos. Em 1918, o anarquista José Oiticica divulgou suas críticas ao sistema representativo no artigo “O sufrágio universal”. Analise o trecho abaixo e caracterize a disputa pela “palavra operária” entre anarquistas e socialistas no período:

“Jean Grave definiu o sufrágio universal: esse recrutador de mediocridades. Essa definição exata condena a democracia. Os inventores dessa burla conheciam bem a massa rude que tinha de engodar, e ergueram-na a ídolo, para substituir, na consciência ludibriada dos escravos, o ídolo do poder real, de emanção divina.

[...] E o sufrágio universal se alçou como princípio da revolução triunfante. A massa contentou-se, submeteu-se à aparência de sua autonomia. O republicanismo, o parlamentarismo, o sistema representativo, em suma, teve seus apóstolos, seus teóricos, seus executores fiéis, desafogou um pouco a ânsia de rebeldia e logrou, como resultado principal, iludir o proletariado, dar-lhe a crença de libertação com a velha moeda do sufrágio: ‘Tens o direito de escolher o teu representante; tens o voto; logo, és dono de ti mesmo e do universo. Já teus reis, os nobres ou os ricos, não poderão decidir nada sem te ouvir; precisam do teu consentimento para prescreverem leis, taxar impostos, fazer guerras. És cidadão de uma pátria livre!’

A tais homens embaidos era azado conduzir e explorar. Logo os argentários, os doutores, os ex-nobres, os dignitários do clero e da burguesia se apresentaram candidatos à escolha dos novos homens livres. Eram os exploradores de ontem que alegavam sua superioridade intelectual, sua influência protetora, sua força econômica e financeira para se tornarem representantes do Povo.

Dantes eram, arrogantemente, por direito divino, sem placet popular, os repartidores da riqueza, os distribuidores do queijo clássico. Agora, não: cederiam a arrogância, cumpria cortejar a turba dos famintos, solicitar-lhes a anuência, embora sem lhes dar queijo nem facão. O povo delegaria os seus poderes, e eles, munidos desse diploma, continuariam a distribuição, o talho das fatias, como dantes” (José Oiticica. O sufrágio universal. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 28-8-1918. In: OITICICA, José. Ação direta, p. 61-62 (grifos no original <http://www.ifch.unicamp.br/mundosdotrabalho/arquivos/dainis.pdf>)

Resposta Comentada

O pensamento anarquista caracteriza-se pelo combate ao que consideram diferentes tipos de dominação, entre as quais se destacam a crítica ao Estado, à Igreja Católica e à propriedade. No artigo acima, o anarquista José Otílica critica especialmente o sufrágio universal, pois entende que se trata apenas de uma maneira de ludibriar os trabalhadores, dando-lhes a “aparência de sua autonomia”. Na Primeira República, militantes socialistas e anarquistas disputavam a “palavra operária”, defendiam uma imagem positiva dos trabalhadores e a regulamentação dos direitos do trabalho, as principais distinções entre socialistas e anarquistas eram relativas às estratégias de luta política. Os socialistas consideravam fundamental a organização de partidos políticos tendo em vista a participação de representantes de trabalhadores na elaboração da legislação nacional. Os anarquistas eram extremamente críticos ao sistema representativo, defendiam a luta pelos direitos dos trabalhadores através dos sindicatos.

O COOPERATIVISMO

Entre as iniciativas organizacionais no meio operário, além de socialistas, comunistas e anarquistas, também havia os cooperativistas. O cooperativismo baseava-se no princípio de colaboração entre trabalhadores, patronato e Estado; considerava a cooperativa ou sindicato a organização adequada para a conquista de melhores condições para a classe trabalhadora, através da negociação dentro da ordem política e econômica, distinto; portanto, da ação direta e do sindicato revolucionário defendido pelos anarquistas.

Desde o século XIX, havia uma tradição mutualista entre os trabalhadores. As associações de ajuda mútua eram organizações cooperativas, cujo objetivo principal consistia em garantir aos associados proteção social na ausência dos mecanismos formais de previdência pública:

“Ofereciam pensões, indenizações, financiavam enterros, forneciam remédios, atendimento hospitalar, entre outros cuidados. O grau de cobertura dependia, naturalmente, dos recursos disponíveis pela associação, que estavam diretamente relacionados ao número e ao poder aquisitivo dos sócios” (VISCARDI; JESUS, 2007, p. 26).

As associações de ajuda mútua caracterizavam-se como espaço de construção de identidades e de interesses compartilhados, constituindo laços horizontais de solidariedade, através de iniciativas como a contribuição de cada um ao fundo comum da organização e a promoção de atividades culturais:

“Constituíam espaços para lazer e conagração dos associados e dos demais moradores das cidades. Promoviam festas, quermesses e missas. Recebiam companhias circenses e teatrais. Organizavam cerimônias com as mais variadas motivações. Muitas dessas atividades serviam para arrecadar fundos, pois algumas sociedades almejavam construir sede própria; outras pretendiam construir hospitais, ou comprar a própria farmácia. Os recursos para tais empreendimentos eram captados junto à sociedade civil, ao poder público e aos seus associados” (VISCARDI; JESUS, 2007, p. 29).

Em estudos sobre o movimento operário na Primeira República, havia uma interpretação de que “as associações mutualistas [...] constituíam uma espécie de protossindicalismo que mais tarde evoluiriam para a formação de associações de resistência no âmbito político das esquerdas” (VISCARDI; JESUS, 2007, p. 23). De acordo com a historiografia recente, dedicada às associações de ajuda mútua, havia muito em comum entre iniciativas dos mutualistas e dos sindicatos. Todos se empenhavam na formação de uma cultura cívica entre os trabalhadores e na criação de estratégias para enfrentar a pobreza e a exploração nas relações de trabalho, lutavam “... pela redução da jornada de trabalho, pelo descanso

semanal, participaram de congressos operários e apoiaram os movimentos grevistas, embora tais ações fossem minoritárias e não se enquadrassem totalmente nos objetivos precípuos do mutualismo” (*op. cit.*).

Como vimos anteriormente, a disputa pela “palavra operária” compreendia a crítica mais ou menos incisiva a iniciativas organizacionais concorrentes, no caso, os sindicatos tendiam a combater a dupla militância, provavelmente por identificar a popularidade das associações de ajuda mútua. De acordo com Cláudia Viscardi e Ronaldo Pereira de Jesus,

“... o número de mutualizados chega a ser quase duas vezes maior que o de sindicalizados e o fenômeno ocorre em quase todos os estados brasileiros, mesmo num período de refluxo do mutualismo e de ascensão do movimento sindical [...]. Esse dado induz a pensar que, para a maioria dos trabalhadores brasileiros, integrar uma mutual trazia benefícios complementares mais imediatos do que se envolver em contendas político-ideológicas ou na luta por melhores salários, que implicava mais risco e mais investimento pessoal. Ademais, as informações atestam que o associativismo mutualista [...] tinha para os trabalhadores prioridade nas escolhas estratégicas, quando se tratava de sobreviver às condições de pauperização e exclusão social inerentes ao modelo capitalista de desenvolvimento” (VISCARDI; JESUS, 2007, p. 38).



Ainda há poucos estudos sobre as associações de ajuda mútua comparativamente às outras experiências do movimento operário na Primeira República. No entanto, as associações eram um movimento significativo e reconhecido pelo Estado, como podemos ver através da organização do II Congresso Internacional de Mutualidade e Previdência Social realizado em 1923 no Brasil.

Para conhecer mais as experiências das associações de ajuda mútua, a sugestão de leitura é: VISCARDI, Cláudia. Estratégias populares de sobrevivência: o mutualismo no Rio de Janeiro republicano. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 29, n° 58, p. 291-315 – 2009. <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v29n58/a03v2958.pdf>

Nos anos 1920, no Rio de Janeiro, então Capital Federal, Custódio Alfredo Sarandy Raposo, funcionário do ministério da Agricultura, tornou-se uma liderança importante na defesa do sindicalismo cooperativista a partir do momento em que o governo aprovou no Congresso a concessão de auxílio pecuniário às associações cooperativistas, em 1920. No ano seguinte, Sarandy Raposo fundou a Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira (CSCB). Em 1923, no comando da “Seção Operária” do periódico *O Paiz*, conquistou um lugar estratégico para a divulgação do cooperativismo. Na disputa pela “palavra operária”, os cooperativistas apresentavam-se como a confluência do movimento operário, procurando reunir diferentes tendências na confederação. Então, ao mesmo tempo em que reafirmavam o descrédito em relação à organização de partidos políticos e a participação no parlamento

como maneira de lutar por melhores condições de vida para os trabalhadores como os anarquistas, se aproximavam dos comunistas e buscavam não condenar completamente suas iniciativas:

“Embora convencido da inutilidade de todos os parlamentos não profissionais, isto é, constituídos de indivíduos que não exprimem o pensar e a necessidade de quantos trabalham e produzem riquezas [...], embora convencido que as grandes massas humanas só conseguirão esgotar o formidável poço das decomposições morais, políticas e sociais com aplicações causticantes do sal da verdade sindicalista-cooperativista, sou dos que pensam [...] que não devemos condenar a ação daqueles que ainda acreditam na eficácia dos baldes da política-eleitoral para o esgotamento e esterilização desse poço infecto”. (Custódio Alfredo Sarandy Raposo *apud*: GOMES, 1988, p. 163-164)

«Sr. ministro da Agricultura.—Em resposta ao vosso aviso de 22 do corrente em que pedis que o 2º official da Directoria Geral da Contabilidade da Guerra capitão Custodio Alfredo Sarandy Raposo continue a prestar os serviços de encarregado da propaganda syndicalista-cooperativista na Superintendencia do Abastocimento, visto serem ainda necessarios os mesmos serviços, declaro-vos que permitto ao mesmo funcionario continuar na commissão que desempenha, devendo ser esta exercida fóra das horas do expediente da repartição a que elle pertence. Saude e fraternidade.—João Pandiá Calógeras.»

Figura 2.4: Troca de avisos entre os ministros da Agricultura (Simões Lopes) e da Guerra (João Pandiá Calógeras), publicada no Diário Oficial da União de 28 de Julho de 1920, na qual o ministro da Guerra permite que o “2º official da Directoria Geral da Contabilidade da Guerra capitão Custodio Alfredo Sarandy Raposo continue a prestar os serviços de encarregado da propaganda syndicalista-cooperativista”.

Fonte: Diário Oficial da União de 28 de Julho de 1920 (p. 16. Seção 1) www.jusbrasil.com.br/diarios/1966324/dou-secao-1-28-07-1920-pg-16/pdfView

Naquela conjuntura, o cooperativismo cresceu justamente, quando se articulava entre a polícia, o patronato e movimentos nacionalistas, com o apoio da Igreja Católica, um combate importante contra o anarquismo. Muitas lideranças foram presas e deportadas. De maneira geral, a historiografia encontra a continuidade do modelo de associações de ajuda mútua e desconfiança em relação ao sindicato de resistência, o que indica que o maior desafio era mesmo a mobilização política da classe trabalhadora. Longe de ideais revolucionários, a proposta cooperativista compreendia a incorporação da classe trabalhadora ao Estado a partir de sua identidade profissional e da representação através de sindicatos e cooperativas tendo em vista principalmente reivindicações no campo da legislação social, destacando, portanto, a dimensão dos direitos do trabalho.



Atende ao Objetivo 2

3. Escreva sobre as principais características das associações mutualistas a partir da leitura do ofício do presidente da Sociedade Beneficente de Juiz de Fora, de 1896:

“A assistência pública é uma das funções indeclináveis dos poderes constituídos nas sociedades modernas. Sociedades que se firmaram sobre as amplas bases dos salutaros preceitos do Cristianismo, envolvidas nessa atmosfera de benevolência e de amor, não podiam conservar-se estranhas às condições precárias de inúmeros de seus membros, que a idade, a invalidez, a moléstia, ou dura provação atiraram de súbito aos rigores cruéis do infortúnio. [...] Depois, Exc. Snr. é função pública incontestável a assistência aos deserdados da sorte, os poderes estabelecidos, quando não possam por si só imprimir-lhe o almejado incremento, todas as vezes que a iniciativa privada, posta em

atividade em associações particulares, visar tão grandioso e alevantado escopo, não devem desampara-las em meio à indiferença que tudo enerva e aniquila. Pelo contrário, associações tais, merecem deveras o bafejo protetor e vivificante dos representantes do poder, os quais serão nelas por sem dúvida cooperadoras eficazes do complexo problema governamental”. (Ofício do presidente da Sociedade Beneficente de Juiz de Fora de 4 de maio de 1896. Arquivo da Cidade de Juiz de Fora, Fundo República Velha, Entidades Filantrópicas. *apud* VISCARDI; JESUS, 2007, p. 39).

Resposta Comentada

Em primeiro lugar, é interessante observar que o ofício do presidente da Sociedade Beneficente de Juiz de Fora data de 1896, poucos anos após a proclamação da República e da abolição da escravidão, consistindo, portanto, em expressão de um projeto político naquela nova conjuntura. Em segundo lugar, o ofício destaca a compreensão da responsabilidade do Estado, “dos poderes constituídos nas sociedades modernas”, com a “assistência pública” (auxílios a idosos, inválidos, doentes crônicos ou acidentados). A Sociedade Beneficente de Juiz de Fora defendia que o Estado contribuisse com a assistência oferecida por tais organizações, não poderia permanecer indiferente, no que posteriormente seria considerada uma obrigação do próprio Estado no campo da previdência social, o pagamento de aposentadorias e pensões aos trabalhadores.

CONCLUSÃO

Apesar da diversidade de estratégias e de ideais políticos orientadores de socialistas, anarquistas e cooperativistas na Primeira República, o movimento operário caracterizava-se por compartilhar em seu discurso alguns elementos como o valor positivo do trabalho, a dignidade do trabalhador e a sua distinção em relação ao patronato.

Na Primeira República também era comum no movimento operário, através de diferentes associações, a reivindicação de que o Estado deveria oferecer proteção social aos trabalhadores, assegurando principalmente direitos do trabalho.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Toda cronologia pode ser interpretada como uma hipótese de trabalho sobre uma dada conjuntura, uma expressão do significado de um conjunto de acontecimentos. Leia com atenção a cronologia abaixo e caracterize as relações entre movimento operário e Estado na Primeira República.

Cronologia

1888 – Lei Áurea, fim da escravidão no Brasil
1889 – Proclamação da República
1903 – Primeira grande greve de trabalhadores de fábricas de tecidos no Rio de Janeiro
1906 – I Congresso Operário Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro
1907 – Lei assegura liberdade às associações civis registradas em cartório
1909 – Círculo dos Operários da União organizado sob a liderança de Sarandy Raposo

1912 – Congresso Operário realizado sob o patrocínio de Mário Hermes, deputado federal e filho do então presidente da República: “Seu objetivo era sistematizar as reivindicações dos trabalhadores para que elas pudessem ser encaminhadas ao Parlamento por aquele autorizado porta-voz”. (GOMES, 1988, p. 122)
1913 – Congresso Operário patrocinado por anarquistas.
1917 – Grandes greves nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo
1918 – Na Câmara dos Deputados, entra em pauta a discussão de legislação trabalhista e de um Código de Trabalho para o Brasil. Revolta anarquista no Rio de Janeiro
1919 – Greves em vários estados pela jornada de trabalho de oito horas e melhores salários. Aprovada Lei de acidentes de trabalho, considerada a primeira lei de previdência do país.
1920 – Congresso Operário realizado sob liderança anarquista.
1923 – Greves no Rio e São Paulo. É criada a Caixa de Aposentadorias e Pensões para os Ferrovitários, a primeira do gênero. É instituída a estabilidade no emprego. É criado o Conselho Nacional do Trabalho.
1925 – Aprovada pelo Congresso a Lei de férias.
1926 – Aprovado pelo Congresso o Código de Menores.
1930 – Revolução de 1930. É criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Resposta Comentada

Na Primeira República, os trabalhadores urbanos organizavam-se em associações de ajuda mútua e sindicatos, tendo em vista melhores condições de vida e de trabalho. Apesar da memória sobre a legislação trabalhista estar profundamente associada ao governo de Getúlio Vargas após a Revolução de 1930, a análise das reivindicações do movimento operário, especialmente na ocasião das greves e dos congressos operários indica que a ação dos trabalhadores na Primeira República, mesmo duramente reprimida, foi bem sucedida, pois as primeiras medidas no campo da legislação social foram criadas no período.

RESUMO

Nesta aula, você estudou algumas iniciativas do movimento operário, durante a Primeira República (1889-1930). Em primeiro lugar, você leu sobre a perspectiva de historiadores que hoje consideram a constituição da classe trabalhadora como um processo que não se limita a um fato de história econômica, mas de um fato relativo igualmente à história política e cultural. Em segundo lugar, você pode conhecer características de organizações criadas por militantes socialistas, anarquistas e cooperativistas que através de partidos políticos ou de sindicatos procuraram garantir direitos para os trabalhadores. Na Primeira República, portanto, a participação política não se limitava aos grandes proprietários, às oligarquias rurais e aos industriais, os trabalhadores também participaram dos debates na República recém-instaurada. Ainda na Primeira República, o Estado brasileiro regulamentou direitos do trabalho devido às pressões políticas geradas por movimentos grevistas e às atividades de parlamentares na Câmara de Deputados.

Aula **3**

**Movimentos
messiânicos rurais**

Vanderlei Vazelesk Ribeiro

Meta da aula

Apresentar movimentos messiânicos rurais no Brasil das primeiras décadas do século XX, com especial atenção para os conhecidos como guerra de Canudos, guerra do Contestado e Irmandade do Caldeirão, com ênfase nos seguintes aspectos: luta pela posse da terra por parte dos pobres do campo; o trabalho comunitário; o significado de fanatismo para os que se opunham aos movimentos e as apropriações posteriores realizadas acerca das memórias em torno dos mesmos.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. descrever diferentes significações que tiveram ao longo do século XX os movimentos aqui estudados;
2. analisar lutas pela posse da terra que estes movimentos impulsionavam;
3. distinguir como a ideia de “fanatismo” foi ativada para esmagar a resistência dos pobres do campo nestas ocasiões;
4. identificar apropriações posteriores feitas em relação aos conflitos analisados.

INTRODUÇÃO

Movimentos messiânicos

Antes de discutirmos o que foram os movimentos de Canudos, Contestado e Caldeirão, caracterizados pela maioria dos estudiosos como messiânicos, é preciso entender o que vem a ser um movimento messiânico. O Cristianismo, religião que embasa em larga medida a cultura ocidental, está assentado na ideia de que Cristo é o Messias, o salvador, que veio para redimir os pecados da humanidade. Desta maneira um movimento que se estruture a partir de uma liderança que afirme um caráter místico, que sustente a ideia de redenção após um dado período de sofrimento, será um movimento de caráter messiânico. Lembre-se que para o movimento ter esse caráter é preciso que mantenha a noção de sacralidade, de providência divina, que vai amparar, durante e depois do período de provações, aqueles que nele estiverem engajados.



Figura 3.1: Um movimento que se estruture a partir de uma liderança que afirme um caráter místico, que sustente a ideia de redenção após um dado período de sofrimento, será um movimento de caráter messiânico.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:Noel-coypel-the-resurrection-of-christ-1700.jpg>

Estes movimentos podem ter um caráter milenarista. Ivone Cecília Gallo, estudiosa da Guerra do Contestado, lembra-nos que o Apocalipse, último livro da Bíblia, prevê após a segunda, vinda de Cristo, uma espécie de paraíso na Terra, o milênio, onde após muita luta o mal será expulso do planeta e os que permanecerem aqui, terão uma vida, que já prefigura aquela a ser desfrutada no reino celestial. Assim, movimentos que sustentem essa possibilidade de uma vida radicalmente distinta da que temos, e que seja vivida aqui na terra, com a bênção divina, podem ser chamados milenaristas.

Muitos estudiosos como o grande historiador inglês Eric Hobsbawm este tipo de movimento de pré-político, porque não ambiciona um projeto que ultrapasse as condições de vida locais e porque não incorporam ideologias “modernas” (liberalismo, socialismo, comunismo etc.). No entanto, considero o argumento do sociólogo brasileiro José de Souza Martins mais adequado, na medida em que questiona a noção de uma evolução linear do pré-político para o propriamente político. Afinal lutar pela posse da terra, organizar o trabalho de forma totalmente diferente do que os setores proprietários rurais consideravam mais correto e ainda desenvolver uma religiosidade distinta daquela que a Igreja Católica pregava, demonstra um alto grau de politização destes movimentos, ainda que não se enquadrem nas categorias de pensamento mais usuais na Universidade.

Finalmente lembro que movimentos deste estilo não se limitam ao nosso país ou mesmo ao continente: na Toscana, região da Itália, houve por volta de 1870 o chamado movimento lazzaretista, liderado por Davide Lazzaretti, que não apenas propunha a República, mas também reivindicava o igualitarismo Cristão, acreditando numa ação sobrenatural, que levasse a transformação desejada.



Figura 3.2: Movimentos messiânicos não se limitam apenas ao Brasil. Na Itália, temos o exemplo do lazzarettismo, liderado por Davide Lazzaretti.

Fonte: http://it.wikipedia.org/wiki/File:Davide_lazzaretti.jpg

Nesta aula, veremos como os movimentos de Canudos, Contestado e Caldeirão organizaram a luta pela posse da terra e o trabalho comunitário. Paralelamente, analisaremos como a ideia de fanatismo foi utilizada para destruir essas experiências. Por fim, observaremos avaliações posteriores a respeito destes movimentos. Em primeiro plano como foram demonizados por seus adversários, sendo o fantasma das insurreições de fanáticos invocado para reprimir outros movimentos em momentos posteriores. Lançaremos também nosso olhar sobre a valorização positivada destes movimentos, seja na historiografia a partir da obra *Cangaceiros e fanáticos*, de Ruy Facó, seja na apropriação de suas memórias pelo Movimento dos Sem Terra.

Canudos



Figura 3.3: Mapa da localização de Canudos.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/8/81/Canudos-map.jpg>

Poucos movimentos sociais no Brasil têm uma série tão ampla de estudos feitos sobre sua natureza, como o movimento de Canudos. Analisemos alguns olhares que marcaram a saga de Antonio Conselheiro.



Antonio Conselheiro



Figura 3.4: Antônio Conselheiro morto, em sua única foto conhecida, tirada por Flávio de Barros, no dia 6 de outubro de 1897. Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/43/Antonio_Conselheiro.jpg

Antonio Vicente Mendes Maciel (Antonio Conselheiro) nasceu em Quixeramobim, no Ceará, no ano de 1830, filho de médios proprietários que se envolveram em vários conflitos entre famílias na região.

Aos 25 anos, após a morte de seu pai, assume a casa comercial da família e casa-se com a prima Brasilina Laurentina de Lima. A casa comercial vai à falência e ele se torna professor primário e advogado dos mais pobres, pois na época o juiz poderia dar autorização para que exercesse a advocacia, mesmo sem o curso de Direito.

Poucos anos depois se vê traído pela esposa e após um breve relacionamento com uma mística, Joana Imaginária, parte para suas peregrinações pelo sertão. Prometera erguer vinte e cinco igrejas e, de acordo com Martins (Martins, 1995), conseguiu edificar vinte delas entre 1874 e 1893, quando afinal se instalou em Canudos.

Diferentes visões sobre um mesmo movimento

Para Euclides da Cunha, Antonio Conselheiro era um homem marcado profundamente tanto pelo meio físico em que vivia, o sertão nordestino, que condicionava a solução de conflitos pela força bruta, como pela degeneração própria aos mestiços, posto que era pardo. Se hoje podem nos soar absurdas as análises de Euclides, elas estavam de acordo com o que afirmava a ciência de seu tempo, fortemente marcada pelas noções de determinismo geográfico e pela ideia de raça, como condicionantes da personalidade. Essa visão do autor de *Os sertões* marcaria as diversas obras, que se escreveram sobre Canudos, até o início dos anos 1960. Canudos era apresentado como um reduto de fanáticos religiosos bárbaros, que deveria ser esquecido.



Figura 3.5: O sertão era o cenário dos acontecimentos de Canudos.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:2003SertaoNordestino.jpg>

No início dos anos 1960, em plena efervescência do movimento por reforma agrária, vinha à luz o livro de Ruy Facó, *Cangaceiros e fanáticos* (1965). O autor valoriza ao extremo a forma de

organização coletiva do trabalho e observa que os camponeses a partir de seu fervor religioso, tomavam aos latifundiários tanto a terra, como sua mão de obra. Essa organização já prefiguraria o que poderia ser o nordeste e mesmo o Brasil depois de uma reforma agrária.

Na década de 1980, momento da emergência dos movimentos negros, que denunciavam o racismo presente, mas muitas vezes oculto na sociedade brasileira, Clóvis Moura (2000) chama a atenção para um aspecto pouco lembrado do discurso religioso de Conselheiro: o abolicionismo. O autor lembra que Conselheiro associava o ódio à princesa Isabel ao fato de ela ter realizado a abolição da escravidão mantendo as posições de Facó, quanto à propriedade coletiva da terra e ao trabalho comunitário.

Já para Paulo Emílio Matos Martins, (1995) Canudos é um “fenômeno administrativo”. Defendendo uma tese de doutorado junto à Escola de Administração da Fundação Getúlio Vargas, mais tarde publicada sob o título de “A reinvenção do sertão”, o autor destaca dois aspectos: em primeiro lugar o arraial expandiu sua população de umas duzentas casas em 1893 para cerca de cinco mil em 1897, momento da destruição. Isso significa que a comunidade conseguia atrair uma imensa quantidade de pessoas, apesar do que se propalava sobre o fanatismo dos líderes e mesmo nas condições de guerra deflagradas a partir de 1896. Martins também recorda que os canudenses lutaram até o último momento para conservar a defesa do povoado. Ora, se as pessoas ali residentes não fugiram ante o cerco militar, isso significa que as condições de vida ali existentes eram pelo menos iguais as que vigorariam fora de Canudos. Assim a comunidade estaria muito distante de ser a “urbi tumultuária” de que nos fala Euclides da Cunha, posto que, mesmo em condições de guerra, o povoado multiplicou sua população e os ali residentes buscaram defendê-la até o instante final.

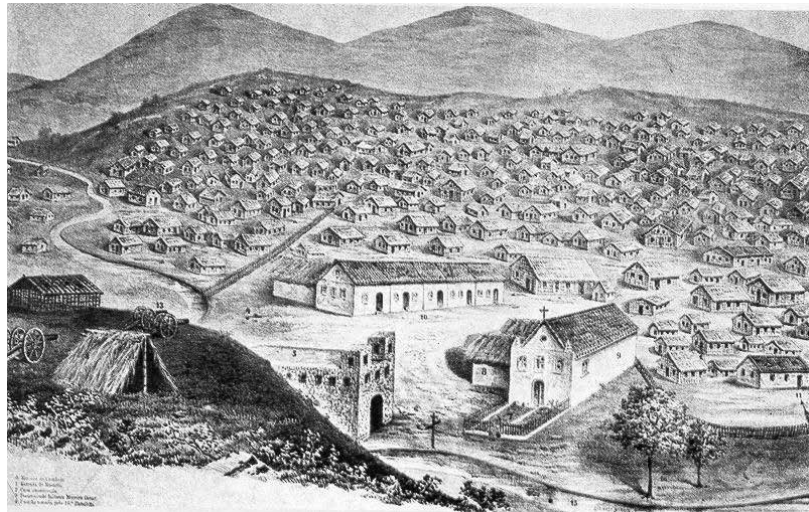


Figura 3.6: Pintura, retratando Canudos antes da guerra.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/ae/Canudos.jpg>

Podemos perceber assim como muda o olhar de quem se debruça sobre um dado fenômeno social, conforme o momento em que o intelectual busca avaliá-lo. Como lembra Marc Bloch (1993) partimos para o passado com as perguntas que já trazemos do presente.

Entretanto podemos construir um pequeno relato sobre a experiência do Belo Monte, como os conselheiristas chamavam o arraial de Canudos. Antonio Conselheiro foi bastante influenciado pelos sermões do padre Ibiapina e seus seguidores que criavam no sertão nordestino as “casas de caridade”, misto de orfanato e escola.

O líder espiritual

Ao começar suas peregrinações em 1874, Conselheiro deixa o Ceará rumo à Bahia, através de Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Ao chegar ao chão baiano começa a ganhar a simpatia de muitos entre as camadas populares, mas sofre a hostilidade de hierarcas da Igreja.



A Igreja católica e o monopólio da fé

A Igreja Católica era a religião oficial do Império e não tolerava pregações consideradas distintas da oficialmente admitida pelo Vaticano, que buscava reforçar seu controle sobre o clero na segunda metade do século XIX. Também as autoridades civis temiam a irrupção de movimentos tidos como fanáticos.

Em 1876, Antonio Conselheiro é pela primeira vez preso, acusado de ter matado a esposa e a mãe, e deportado para o Ceará. Nada seria provado contra ele. No ano seguinte, livre, volta para a Bahia e começa sua pregação e seu trabalho comunitário de construção de Igrejas e restauração de cemitérios. O trabalho mobilizava o grupo de peregrinos, que aumentava na razão direta das dificuldades que tinha em sua vida, como a seca de 1877.

Em 1882, o bispo de Salvador ordena aos padres que não aceitem que Conselheiro faça pregações nas suas paróquias, sob a acusação de difundir doutrinas supersticiosas e moral excessivamente rígida.

A popularidade do Conselheiro continuou crescendo e o delegado de Itapicuru (BA) chamava a atenção para a presença de gente armada no grupo. Em 1887, o bispo apela ao presidente da província para que se tomem providências, já que Conselheiro era obedecido e os vigários não. Chega-se a buscar um lugar para ele no hospício do Rio de Janeiro, mas não havia vagas.

Proclamada a República (1889), Conselheiro não a aceitava. A República era considerada por ele como “a lei do cão” contra a lei de Deus, a monarquia. É importante ter em mente que a ideia de

sacralidade da monarquia fazia parte da mentalidade coletiva de muitas regiões brasileiras na época. Diferente da América Hispânica, o país fizera sua independência via monarquia, D. Pedro II e a princesa Isabel eram extremamente populares especialmente, após a abolição da escravatura. O movimento republicano articulava grandes proprietários rurais, setores médios urbanos (especialmente militares) e aqueles que não aceitavam a abolição da escravatura.

Portanto, Conselheiro ao defender a monarquia estava muito provavelmente de acordo com expressivas parcelas da opinião popular, ainda que fossem inarticuladas depois da queda do regime.

A experiência comunitária

Um incidente relativamente pequeno mudaria de forma radical a vida dos Conselheiristas. O regime republicano dera autonomia aos municípios para criarem impostos e no sertão as prefeituras não perderam tempo e começaram a publicar em tábuas, nas feiras, as novas taxas. Conselheiro organizou, então, a queima das tábuas e fez duras críticas ao novo regime na vila de Bom Conselho, resultando daí a expulsão do juiz local. Um episódio desta monta mobilizou a polícia do estado da Bahia contra os conselheiristas.

Para analisarmos a história, é preciso buscar entender o momento que estamos observando. A queima das tábuas ocorreu em 1893, ano em que no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná os rebeldes federalistas questionavam o governo do marechal Floriano, unidos a militantes da revolta da Marinha de Guerra. Um governo enfrentado militarmente ao sul sentir-se-ia acuado ante um mínimo movimento de protesto na Bahia.

As forças policiais foram derrotadas na localidade de Masseté e logo Conselheiro estabeleceu-se na antiga fazenda de Canudos, às margens do rio Vasabarriz.

Começava a experiência comunitária, que rejeitada em sua época encanta estudiosos de nosso tempo. Em pleno sertão da Bahia,

numa região de difícil cultivo os conselheiristas organizavam-se. Posse coletiva da terra, produção de gêneros para subsistência e mesmo algum comércio com municípios vizinhos.

Entretanto a comunidade de Canudos começava a atrair mão de obra de outras fazendas. Havia também o fato de ter existido um confronto com forças estaduais. Em 1895, o frei João Evangelista de Montemarciano tentou convencer os conselheiristas a deixarem o arraial, considerado no discurso governista como um santuário para criminosos de toda ordem.

Fracassada a missão do frei, as possibilidades de confronto ganhavam corpo. Para Ruy Facóos fazendeiros locais não aceitavam que o campesinato pobre tivesse uma alternativa independente do sistema latifundista.

Lembremos que Canudos apresentava uma estruturação interna bem delineada. Conselheiro era chefe político e religioso, enquanto homens como João Abade cuidavam da defesa da comunidade, e Antonio Vila Nova tinha a seu cargo a administração do território.

Os trabalhadores que chegavam iam-se engajando em suas tarefas e não aceitariam deixar o local de trabalho conquistado. Por outro lado, a derrota policial, agora que o sul estava pacificado não ficaria sem uma revanche.

O pretexto surgiu quando Conselheiro mandara comprar madeiras em Juazeiro, que não foram entregues no prazo estabelecido. Rapidamente, o juiz local, o mesmo que havia sido expulso de Bom Conselho, enviou pedido de ajuda a Salvador, alegando que haveria um ataque à cidade. O ataque jamais ocorreu.

As expedições contra Canudos

A comunidade em expansão sofreu o impacto da primeira expedição em novembro de 1896, mas a força combinada da polícia baiana e do Exército foi derrotada em Uauá (BA).

A fama de Conselheiro ganhou projeção. Além de construir uma comunidade autossuficiente, seus combatentes mostravam capacidade de derrotar forças policiais auxiliadas pelo exército, comandado pelo tenente Pires Ferreira.

Em janeiro de 1897, as forças do exército voltaram a atacar sob o comando do major Febrônio de Brito, sofrendo nova derrota, em Tabuleirinhos, antes de chegar ao Belo Monte.

As estratégias de resistência bem descritas por Euclides da Cunha consistiam em procurar bater o adversário antes que ele chegasse ao arraial. À medida que as vitórias de Conselheiro atraíam a atenção dos camponeses locais, despertavam o pânico entre as forças governistas. Afinal um bando de “jagunços”, analfabetos na sua maioria, com armas deficientes (aproveitavam muito as armas dos adversários para continuar sua luta), conseguia vencer o exército de Caxias.

Planejou-se então uma terceira expedição, melhor aparelhada, com canhões modernos e comandada pelo coronel Moreira César, antigo repressor da revolta federalista no sul.

Entretanto as forças conselheiristas conseguiram numa luta épica impor outra derrota ao coronel. Além dele e de seu substituto, o coronel Tamarindo, vários oficiais morreram no enfrentamento. O que fez uma espécie de expedição punitiva ganhar feição de guerra.

As repercussões nas grandes cidades foram de pânico: era a barbárie contra a civilização, não nos esquecendo de que a civilização ao final do século XIX tinha o foro de algo inquestionável. Os conselheiristas só poderiam vencer com apoio estrangeiro, algo absolutamente impossível nas condições de transporte e comunicações da época. Jornais monarquistas eram destruídos e o presidente da República Prudente de Moraes era chamado “Prudente demais”.



Figura 3.7: O presidente Prudente de Morais foi chamado de “Prudente demais” nas grandes cidades por causa das derrotas sofridas pelas forças nacionais diante dos conselheiristas.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Almeida_J%C3%BAnior_-_Prudente_de_Morais,_1890.jpg

Para os fazendeiros locais, além da falta de mão de obra, juntava-se o temor de que os rebeldes pudessem passar da defesa ao ataque, atingindo suas fazendas.

Em junho de 1897, duas colunas comandadas por generais (Artur Oscar Andrade Guimarães e Claudio Savajet) marcharam rumo a Canudos.



Figura 3.8: O 40º Batalhão de Infantaria, da província do Pará, em Canudos, 1897.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/7d/40th_infantry_batallion_canudos_1897.jpg

A luta duraria três meses e meio. A emocionante narração de Euclides da Cunha faz-nos perceber que em determinados momentos a quarta expedição esteve para ser vencida. Vale destacar que neste instante Conselheiro não tinha mais funções administrativas a cargo de homens como Antonio Vila Nova ou militares, como Pajeú, ficando o profeta muito mais limitado às funções religiosas, que não tinham perdido sua importância na coesão da comunidade.

Mesmo após a morte do líder em 22 de setembro, os canudenses continuaram lutando até cinco de outubro, quando os seus últimos quatro defensores foram exterminados por cinco mil soldados. O arraial que como nos lembra Matos Martins teve entre doze mil e trinta mil pessoas estava destruído.

Contudo o nome do Conselheiro e a palavra Canudos voltariam a ser lembrados em outros momentos da vida brasileira.



Figura 3.9: Mulheres e crianças, seguidoras de Antônio Conselheiro, presas durante os últimos dias da guerra.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/fa/Canudos_rebels.jpg



Atende ao Objetivo 1

1. Convido você a ler atentamente os dois textos a seguir e comparar as impressões dos dois autores sobre a organização social existente em Canudos. Procure observar que aspectos podem ser cotejados nas citações dos dois autores.

Texto 1:

A urbs monstruosa, de barro, definia bem a cidade sinistra do erro. O povoado novo surgia, dentro de algumas semanas, já feito ruínas. Nascia velho. Visto de longe, desdobrado pelos cômoros, atulhando as canhadas, cobrindo área enorme, truncado nas quebradas, revoltoso nos pendores – tinha o aspecto perfeito de uma cidade cujo solo houvesse sido sacudido

e brutalmente dobrado por um terremoto. Não se distinguiam as ruas. Substituíam-as dédalo desesperador de becos estreitíssimos, mal separando o baralhamento caótico dos casebres feitos ao acaso, testadas volvidas para todos os pontos, cumeeiras orientando-se para todos os rumos, como se tudo aquilo fosse construído, febrilmente, numa noite, por uma multidão de loucos...

Feitas de pau-a-pique e divididas em três compartimentos minúsculos, as casas eram paródia grosseira da antiga morada romana: um vestíbulo exíguo, um atrium, servindo ao mesmo tempo de cozinha, sala de jantar e de recepção; e uma alcova lateral, furna escuríssima mal revelada por uma porta estreita e baixa. Cobertas de camadas espessas de vinte centímetros, de barro, sobre ramos de icó, mostravam a fase transitória entre a caverna primitiva e a casa. Se as edificações em suas modalidades evolutivas objetivam a personalidade humana, o casebre de teto de argila dos jagunços equiparado ao wigwan dos peles-vermelhas sugeria paralelo deplorável. O mesmo desconforto e, sobretudo, a mesma pobreza repugnante, traduzindo de certo modo, mais do que a miséria do homem, a decrepitude da raça.

Quando o olhar se acomodava à penumbra daqueles cômodos exíguos, encontrava, invariavelmente, trastes raros e grosseiros: um banco tosco; dois ou três banquinhos com a forma de escabelos; igual número de caixas de cedro, ou baús; um jirau pendido do teto; e as redes. Eram toda a mobília. Nem camas, nem mesas. Pendurados aos cantos, viam-se insignificantes acessórios. Ao fundo do único quarto, um oratório tosco. Neste, santos mal acabados, imagens de linhas duras, a objetivarem a religião mestiça (...) Santos Antônios proteiformes e africanizados, de aspecto bronco, de fetiches; Marias Santíssimas, feias como megeras...

Adaptado de Euclides da Cunha – *Os sertões*.

Texto 2:

A segunda fase da história do grupo sertanejo, a qual denominamos religiosa-administrativa-militar, compreende o período do apogeu daquela experiência comunitária e é marcada pela fundação e o fantástico crescimento do Belo Monte.

Esse período se estende de junho de 1893 (fixação do povo no pequeno povoado de Canudos) a junho/julho de 1897 (primeiros combates oferecidos aos jagunços pela poderosa quarta expedição;...). Esse é o momento de maturidade do projeto comunitário

e de início da morte da inovadora experiência social sertaneja. É quando sua estrutura organizacional assume sua configuração mais complexa, apresentando os primeiros sinais de uma embrionária institucionalização, logo abortada. A liderança do grupo, nesse período, continua com Antônio Conselheiro, e é muito provável que tenha surgido então um esboço do que poderia ser um colégio decisório comunal (as Reuniões do Santuário). Em nossa investigação encontramos fortes indícios de que a organização de governo do Belo Monte tenha conhecido esse sistema de governo, sob a liderança de Antônio Conselheiro e com a participação dos denominados doze apóstolos, também referidos como Companhia do bom Jesus.

Abaixo desse órgão colegiado de direção viria o estrato intermediário de gestão da comunidade, seu nível tático ou gerencial, aparecendo como seus principais executivos João Abade – o comandante da rua nos assuntos de polícia e defesa militar do arraial; Antônio Vila Nova, verdadeiro prefeito, na administração da urbe; e o próprio Antônio Conselheiro, nas questões de doutrina, justiça e obras sociais.

Adaptado de Paulo Emílio Matos Martins – *A reinvenção do sertão*.

Agora que você comparou os textos, descreva qual a principal diferença de perspectiva entre os dois autores. Apresente também pelo menos dois argumentos que corroborem para realçar essa diferença.

Resposta Comentada

Separados por quase um século de distância os textos respondem a indagações de sua época. Para Euclides, jornalista de *O Estado de São Paulo*, Canudos é a encarnação da desordem. A falta de um mínimo traçado das ruas, a forma como as casas enroscam-se umas nas outras e o tamanho das casas demonstram que aquele tipo de organização não poderia desenvolver-se numa república, que se pretendia progressista. Uma pergunta que certamente o autor se faria era: “como policiar este espaço?” Tudo isso coroado com a religião mestiça, exemplo da mistura de raças vista à época, como algo a ser evitado.

Já em Martins, que defende sua tese quase um século mais tarde, e tem influências de autores como José Calazans, o que Euclides vê como exemplo da barbárie, significa vitória da organização. O “crescimento fantástico” do Belo Monte é o sinal de que ali existe uma organização e que ela funciona. Canudos mostra a Martins algo que Euclides não conseguiria perceber: uma estrutura social bem delimitada, com cada um sabendo sua função dentro da comunidade. Divisão entre funções religiosas, políticas (Antonio Vilanova seria o prefeito) e propriamente militares. A organização só não pôde ganhar uma estruturação mais bem definida, pela devastadora ação dos expedicionários de junho de 1897.

Desta maneira podemos perceber significados radicalmente distintos na análise de Canudos: Para o autor de *Os sertões* a barbárie em ação, sinal de atraso a ser superado. Para o autor de *A reinvenção do sertão*, o sinal de uma tentativa de organização popular, que resgatava da miséria os sertanejos.



O Contestado

A região chamada de Contestado, onde entre 1912 e 1916 ocorreu outro movimento rural de cunho messiânico, tem este nome por ser uma área disputada por Paraná e Santa Catarina. A contenda dava-se tanto pelo fato de ser uma zona rica em erva-mate, como por ter importantes recursos florestais.



Figura 3.10: A contenda na região de Contestado dava-se tanto pelo fato de ser uma zona rica em erva-mate, como por ter importantes recursos florestais.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Yerba_Mate.jpg

Além disso, havia os confrontos de terras nos quais posseiros eram expulsos por pretensos proprietários e o coronelismo naquela região, como diria Paulo Pinheiro Machado, fazia-se sem enxada nem voto, posto que os grandes proprietários locais buscavam manter expressivas quantidades de agregados às suas fazendas.

Essa situação social já tensa, contaria com ingredientes de maior fermentação. Em 1904, o Supremo Tribunal Federal deu ganho de causa na questão dos limites a Santa Catarina, mas os paranaenses não se conformaram e houve possibilidade de confronto armado entre as polícias militares dos dois estados.

Ao mesmo tempo, o governo federal realizava uma concessão às empresas do norte-americano Percival Farquhar. Sua companhia ferroviária, a Brasil High Way, recebia a concessão de quinze quilômetros de cada lado da ferrovia São Paulo-Rio Grande que atravessaria a região contestada.

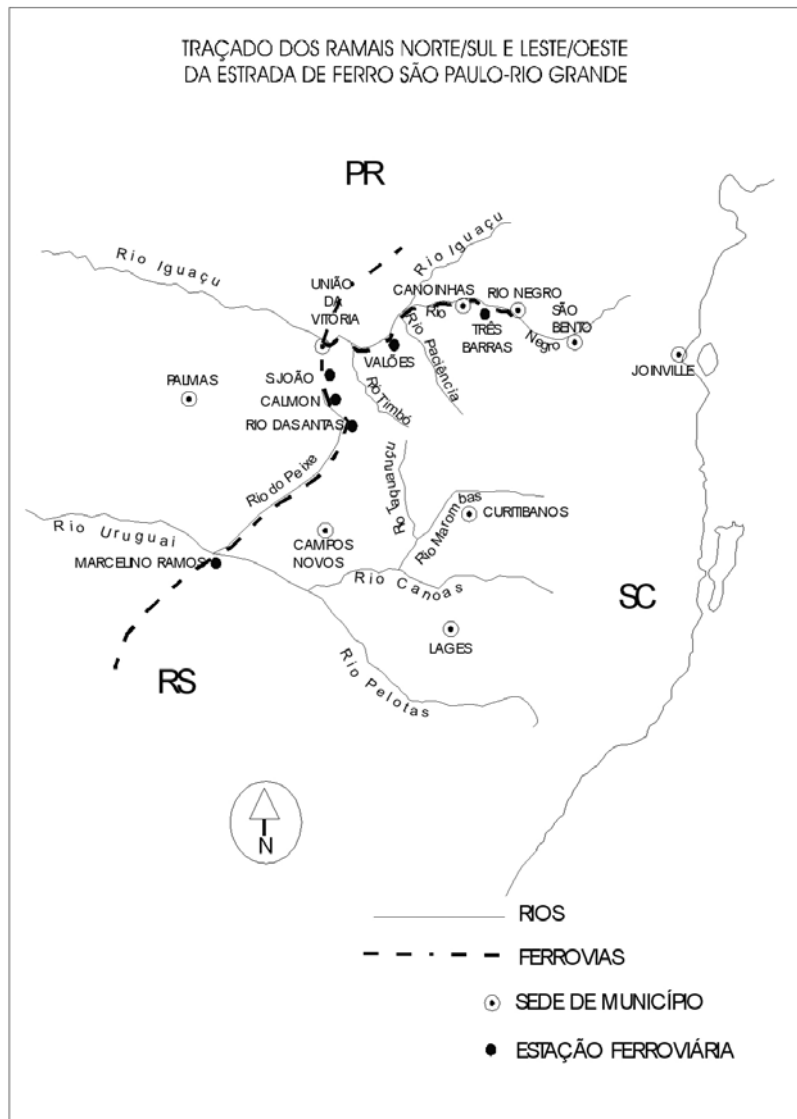


Figura 3.11: Traçado dos ramais da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande
 Fonte: Mapa cedido por Paulo Pinheiro Machado ao conteudista.

Com a concessão, a ferrovia poderia vender as terras para colonizá-las. Além disso, a Lumber, madeireira ligada ao grupo, recebia concessões para aproveitar a madeira numa área coberta de pinheirais.

A zona onde essas empresas atuariam não era inculta. Milhares de posseiros viviam naquela região e muitas vezes pela força física eram expulsos dos lugares onde tinham habitado às vezes por décadas.

Além do mais havia as tensões entre chefes políticos locais como os coronéis Francisco Ferreira de Albuquerque e Henriquinho de Almeida, que mantinham grupos armados em sua defesa nos arredores do município de Curitiba.

O monge

Neste clima de tanta insegurança social, uma figura ganhava imensa projeção local: o monge. A figura do monge estava associada não só à reza, mas também à cura, com ervas, benzimentos e fórmulas, que para os que nelas acreditavam poderiam ter resultados. Ainda mais se levarmos em conta o fato de que nessa região os médicos eram extremamente escassos e mesmo o que se fazia em termos da medicina no início do século XX significava um tratamento invasivo e nem sempre eficaz.

Entre os diversos monges da região um nome se destacaria: monge João Maria.

O primeiro seria monge João Maria de Agostinis, nascido em Turim, na Itália. Recomendando águas santas, remédios caseiros e a penitência, foi expulso do Rio Grande do sul pelo presidente da província em 1849. Contudo sua fama de caridoso e curandeiro continuaria por todo o sul do país.

O segundo, que seria um armênio Anastas Marcaf apareceu por volta de 1895, vindo de Misiones, província argentina, que se limita com o Rio Grande do Sul. Sofreu pressões da hierarquia

católica por batizar e pregar a ocorrência de desgraças como a destruição das lavouras por gafanhotos e pestes desconhecidas. As autoridades civis não aceitavam o fato de ele auxiliar rebeldes federalistas feridos.

O segundo monge João Maria permaneceria na região, até 1908, quando não mais foi visto. Contudo, sua pregação foi suficiente para que os camponeses locais dessem-lhe um imenso crédito. Não seriam verdadeiras maldições as expulsões de posseiros, a possibilidade de guerra entre as polícias estaduais e os desentendimentos entre as elites da região? O que dizer então da ferrovia, que trazia tanta violência contra os posseiros? E a madeireira como um gafanhoto devastando a floresta? Não estaria próximo o fim dos tempos? Não seria mesmo necessária a oração, a penitência e uma vida mais simples em comunidade como forma de proteger-se do mundo?

Assim quando Miguel Lucena de Boaventura (monge José Maria) chegou à região as condições para irrupção de um movimento de contestação à estrutura vigente estavam bastante avançadas. Sobre este monge os dados ainda são mais confusos. Consta que teria servido na polícia do Paraná, de onde desertara e que combatera na Revolução federalista, ao lado das forças rebeldes.

O fato é que o homem afirmava chamar-se José Maria e muitos asseguravam que era irmão do segundo monge João Maria, coisa com a qual concordava. José Maria também receitava e sua fama se projetou quando correu a história que havia curado a mulher de um fazendeiro local.

Os conflitos se iniciam...

As tensões entre elites locais envolveram o monge num confronto, que teria consequências imprevistas. Em agosto de 1912, realizou-se uma festa no arraial de Taquaruçu, comandada por Praxedes Gomes Damasceno, um pequeno comerciante e

proprietário de terras. No desafio dos cantadores venceu o que afirmava ser a monarquia Lei de Deus e o ajuntamento para a festa não se dispersou.

O chefe político do município de Curitibanos, cidade onde se localizava o arraial, Francisco Ferreira de Albuquerque, temeu que a reunião fosse um movimento liderado por seu opositor o “coronel” Henriquinho de Almeida. Exigiu a presença do monge em Curitibanos, mas este argumentou que a distância era rigorosamente a mesma e, portanto, ele aguardava o prefeito, em Taquaruçu.

O coronel Albuquerque considerou um ato de insubordinação. Comunicou-se com o governador do estado Vidal Ramos, informando sobre a criação de uma “monarquia” no Taquaruçu, onde o rei José Maria teria formado seu ministério com festeiros locais. Ao mesmo tempo, procurou advertir seu colega Henrique Rupp, de Campos Novos. Como o prefeito do município vizinho não levasse muito a sério o “Ipiranga”, denunciado por Albuquerque, entendia que era mais conveniente deixar as coisas como estavam.

Rapidamente, a polícia aproxima-se do ajuntamento, mas José Maria e seus seguidores marcham para os campos do Irani, na época sob jurisdição do Paraná.

A polícia paranaense foi informada por José Maria, mas na imprensa do estado difundiu-se que a marcha de “fanáticos” era uma ação do governo catarinense para forçar o cumprimento da sentença do supremo Tribunal Federal que lhe garantia a maior parte da área contestada. A reação foi uma ação policial comandada pelo coronel João Gualberto, que prometia trazer “fanáticos” amarrados até Curitiba.

O chefe político de Palmas município onde se localizavam os campos do Irani, Domingos Soares, tentou uma mediação, para que houvesse a dispersão do grupo, e José Maria pediu três dias de prazo para que todos pudessem voltar às suas casas. Contudo, a polícia atacou antes do prazo, morrendo os dois líderes: João Gualberto e José Maria.

O movimento parecia que estava encerrado, os “fanáticos” que tinham ido para se benzer e rezar voltavam para suas casas.

“Comunismo caboclo”

As condições sociais que permitiram o primeiro conflito entre os “fanáticos” e as autoridades do Paraná e Santa Catarina mantinham-se as mesmas.

Em Curitiba, famílias de relativo prestígio viam-se pressionadas pelo chefe político local e continuavam as expulsões de posseiros. O Monge morreu em novembro de 1912 e, em fins de 1913 Teodora, neta de Eusébio Ferreira dos Santos, um dos “ministros” de José Maria, afirmou ter sonhado com o Monge e que deveriam voltar ao Taquaruçu. Ali foi erguido o novo ajuntamento. Embora houvesse gente dos dois grupos políticos de Curitiba, o coronel Albuquerque entendeu que novamente havia uma rebelião, inspirada por Henriquinho Almeida, e em fins de dezembro o reduto foi atacado. As forças rebeldes venceram, ou melhor o reduto não foi conquistado. Neste momento, em Taquaruçu, desenvolve-se em toda sua plenitude a visão milenarista. Uma criança deveria exercer o comando do grupo e ela receberia as ordens do monge José Maria. Inicialmente o menino Manuel, filho de Eusébio e Querubina, teria o “aço”, ou seja, o poder de receber as mensagens. Depois passa-se ao comando do menino Joaquim e mais tarde a virgem Maria Rosa, neta de Elias de Moraes, outro líder do movimento.

Organizava-se no reduto o chamado Quadro Santo. Tudo era dividido em comum, sendo o dinheiro proibido internamente como em Canudos. Diferentemente da experiência conselheirista, houve muito pouco tempo para que a produção se organizasse, ocorrendo a distribuição daquilo que os próprios “redutários”, como se dizia, traziam para o local.

Essa experiência foi chamada, anos mais tarde, de “comunismo caboclo”, não porque os participantes tivessem qualquer ideia sobre objetivos comunistas, mas pela noção que traziam de partilha dos bens onde todos deveriam ser iguais.

A notícia chega ao exército. O presidente da República era o marechal Hermes da Fonseca. Canudos estava fresca na memória militar. O deputado paranaense Correia de Freitas tenta conseguir a dispersão dos rebeldes, mas não foi possível. A partir daqui, a luta é aberta. Em fevereiro de 1914, ocorre um devastador ataque ao reduto de Taquaruçu, com as forças do exército utilizando metralhadoras e outras armas de longo alcance. Evitava-se assim o combate direto, corpo a corpo, onde os rebeldes eram especialistas. Contudo, embora houvesse dezenas de mortos, grande parte dos quais mulheres e crianças, a imensa maioria dos camponeses conseguiu fugir e estabelecer-se em Caraguatá.



Figura 3.12: Marechal Hermes da Fonseca, presidente do Brasil na época.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:HermesFonseca.jpg>

Ali florescia o comando de Maria Rosa, e organizava-se novamente a vida comunitária. Tinham acesso à terra, aos bens em comum e uma rígida moral social estruturar-se-ia. O reduto, entretanto, durou pouco, pois uma epidemia de tifo afetava a região.

Os rebeldes passaram primeiro para Bom Sossego e mais tarde para o reduto de Caçador Grande. Contudo, o comando depois de Caraguatá era ramificado. Não havia mais um reduto único, existindo vários redutos com diferentes chefias, que se congregavam no culto a São João Maria e São José Maria e buscavam manter a vida em comunidade. Além do reduto mor de Caçador Grande, havia Bom Sossego (não desativado), e outros menores no centro do planalto catarinense, outros estabelecidos no planalto norte, tais como Colônia Vieira, Salseiro, Rio Paciência (todos próximos a Canoinhas), um outro próximo ao rio Itajaí, além de um terceiro reduto de Taquaruçu, de onde partiria o ataque contra curitibanos.



Figura 3.13: Mapa da localização dos principais redutos rebeldes.
 Fonte: Mapa cedido por Paulo Pinheiro Machado ao conteudista.

Embora Chiquinho Alonso fosse o principal “comandante de briga”, o que ocorria era a ação de vários grupos relativamente independentes. Estes grupos lutavam por causas específicas, como o de Antonio Tavares, que baseado nas margens do rio Itajaí batalhava pela aplicação da sentença de limites favorável à Santa Catarina. Ou mesmo o exemplo do sertanejo Agnaldo, que passou a integrar as forças de Bonifácio dos Santos, o Papudo, após matar guardas da serraria da Lumber, que pagava ínfimos preços pela madeira extraída de suas terras.

Agora com a intensificação da guerra, o aspecto religioso cedia lugar ao militar. Antonio Tavares, por exemplo, organizava desfiles muito mais como um elemento de coesão de um exército do que de um fetio religioso. Bonifácio Papudo recorria a uma polonesa, que não morava em seu reduto para receber as mensagens de José Maria. Ora, este fato, mostra que o religioso perdia relevância, posto que a virgem originalmente deveria fazer parte da comunidade para ser uma médium credível. Isso não quer dizer que sido tivessem abandonados os princípios religiosos, mas agora eles tinham menor importância.

Os rebeldes passam à ofensiva. Atacam estações ferroviárias, áreas da Lumber, pressionam a cidade de Canoinhas, chegando a atacá-la. Cercam a cidade de Lages, não se concretizando o ataque, invadem a cidade de Curitiba, incendiando a casa do Coronel Albuquerque, então símbolo do poder local, e depois destruindo o cartório. Para eles o cartório era o símbolo de sua desgraça, pois muitos perderam suas terras que eram ali registradas em nome de pessoas que as compravam à empresa São Paulo-Rio Grande. Lembremos que sem condições de plantar, os ataques garantiam a subsistência, pois conseguiam o gado e outros alimentos necessários.

Ao mesmo tempo o general Setembrino de Carvalho chegava como comandante e havia um maior envolvimento federal na região, embora houvesse esforços de mediação, frustrados como o do capitão Matos Costa, que acabaria morto em combate.

Piquete chucro

Era como os rebeldes chamavam às suas tropas que atacavam normalmente montadas a cavalo. Tropa pequena a cavalo (piquete); chucro numa referência a serem camponeses.

Os “**piquetes chucros**” usavam a técnica de combate com arma branca e atacavam com o grito de “Viva a São Sebastião, Viva a monarquia, Viva a São João Maria”. No segundo semestre de 1914, a cidade de Lajes esperava um ataque e em regiões tão distantes como Marcelino Ramos no Rio Grande do Sul, ponto terminal de um dos ramais da Brasil High Way, a segurança era reforçada.

Vale salientar que a ideia de monarquia divina não necessariamente se corresponderia à restauração da família Bragança, mas sim a um regime visto como justo, igualitário a Lei de Deus, em oposição à República, que lhes arrancava as terras e impunha-lhes impostos pesados.

Os vários grupos rebeldes atuavam sob diferentes comandos e Chiquinho Alonso tentou centralizá-los em Caçador Grande, mas ele acabou morto em Rio das Antas, ao tentar tomar uma colônia de imigrantes alemães e ucranianos estabelecidos ali pela Lumber.

Com sua morte, o controle militar passa para Adeodato Manuel Ramos, um negro nascido em Lajes.



Figura 3.14: Adeodato, último líder do Contestado.

Fonte: Foto cedida por Paulo Pinheiro Machado ao conteudista.

Embora neste momento o fator militar prevalecesse, Adeodato precisou legitimar-se pela via religiosa. O monge apareceu-lhe em sonhos e ele se tornou o comandante.

Os rebeldes seriam todos unificados em Santa Maria Santa Catarina num superreduto, que se afirma chegou a reunir cinco mil pessoas.

Se do ponto de vista político Adeodato era bem sucedido, pois tinha agora o movimento centralizado em sua mão, Santa Maria significou o começo do fim para os rebeldes. Muita gente junta, sem condições de ter a mobilidade para conseguir a carne, o sal para a carne de caça encontrada, o milho para a farinha e sem tempo para plantar. Finalmente a estratégia de Setembrino de Carvalho, que era desde o começo vencer os rebeldes pela fome, mostrou-se bem sucedida. Em 2 de abril de 1915, após três meses de cerco o reduto foi destruído. Ainda houve três redutos durante o ano de 1915: Pedras Brancas, São Miguel e São Pedro. E intensificou-se a ação combinada de repressão do exército, da polícia e dos vaqueanos (milícias civis). Multiplicaram-se os casos de assassinatos de combatentes desarmados ou mesmo de suspeitos de auxiliar o movimento.

No fim, demônios

No início de 1916, pressionados pela fome e sem condições de manter a resistência muitos rebeldes renderam-se. Adeodato, último chefe foi preso alguns meses mais tarde e condenado a trinta anos de prisão. Morreria, segundo a versão oficial, em uma tentativa de fuga.

Nos anos 1930, a experiência do Contestado seria demonizada como comunista no discurso dos padres da região.

Já nos anos 1990, o bisneto de um dos rebeldes afirmava que para ele a lei da monarquia era como a lei do comunismo. Uma lei dura, mas justa, pois cada um apanhava o que precisava

e ficava com o necessário para sobreviver. Ele achava uma boa lei. O comunismo tão demonizado ao longo do século XX era visto no discurso do herdeiro do rebelde, como um sistema de solidariedade e partilha entre os membros de uma comunidade.



Atende ao Objetivo 2

2. Analise o texto abaixo e estabeleça as conexões entre a posse coletiva da terra e o milenarismo.

Durante os anos de guerra, a organização administrativa dos quadros santos passou por uma série de modificações, porém permaneceu uma distinção básica entre os tipos de cargos. Para a organização da vida material, por exemplo, instituiu-se o posto de “comandante de acampamento”, também encarregado da chefia das rezas. Quando as necessidades da guerra passaram a exigir uma organização mais elaborada, houve uma divisão dos postos em “comandante de armas” e um comando civil, encarregado da população não combatente. Um outro tipo de liderança ainda foi formado para controlar a moral dos adeptos, tanto quanto a organização militar e material, em sentido amplo, vigente nos acampamentos. Esses postos eram ocupados pelas virgens e inspirados. Eles recebiam as mensagens do alto, comunicavam-nas aos chefes, e estes passavam-nas ao povo. (...) As virgens passavam a tropa em revista, ordenavam os combates e saída de piquetes, designavam as punições aos faltosos, distribuíam as tarefas do dia e, como fazia José Maria, iam adiante da tropa, no momento dos combates.

Resposta Comentada

O movimento do Contestado reunia gente de diversas origens: pequenos e médios fazendeiros opositores às elites locais, e muita gente expulsa das terras que cultivava pela ferrovia São Paulo-Rio Grande ou pela Madeireira Lumber. Como antes em Canudos e depois no Caldeirão, a ideia de Apocalipse, de uma transformação radical, amparada por Deus, estimulava estes dissidentes a organizarem-se de outra forma. Nos redutos, a disciplina igualitária deveria organizar a toda comunidade em torno de uma liderança religiosa, a qual mesmo os aspectos militar e político estariam subordinados.

Desta maneira, não haveria a possibilidade, de no reduto, acumular-se a propriedade da Terra, porque o milênio, já demonstrava a igualdade, que deveria existir posteriormente. A concentração da terra em poucas mãos fora o motivo que levava muitos deserdados a buscarem o reduto e agora eles tentariam uma vida comunitária.

Dáí a organização coletiva do trabalho, da reza, e a propriedade não só da terra, mas de tudo o que se possuía. O objetivo de vida comunitária excluiria a preocupação com bens materiais e nesse contexto também a terra, onde se estabelecessem os redutos pertenceria a todos. Entretanto, como a guerra marcou profundamente a experiência do contestado não houve tempo para o plantio em comum e o que foi possível dividir foi o que se trouxe para o reduto e o que se conseguiu, depois nos ataques.

O Caldeirão

Dos movimentos que estamos analisando, o menos conhecido é o do Caldeirão. Se para Canudos e mesmo o Contestado existe vasta bibliografia, contar a saga do beato José Lourenço e de seus seguidores é mais difícil na medida em que foram deixados poucos registros. E não era para menos. Pela primeira vez no Brasil, aviões do exército eram utilizados para bombardear um movimento social.

O Caldeirão é o nome de um sítio localizado na Serra do Araripe no Ceará, próximo à divisa com Pernambuco e Rio Grande do Norte.

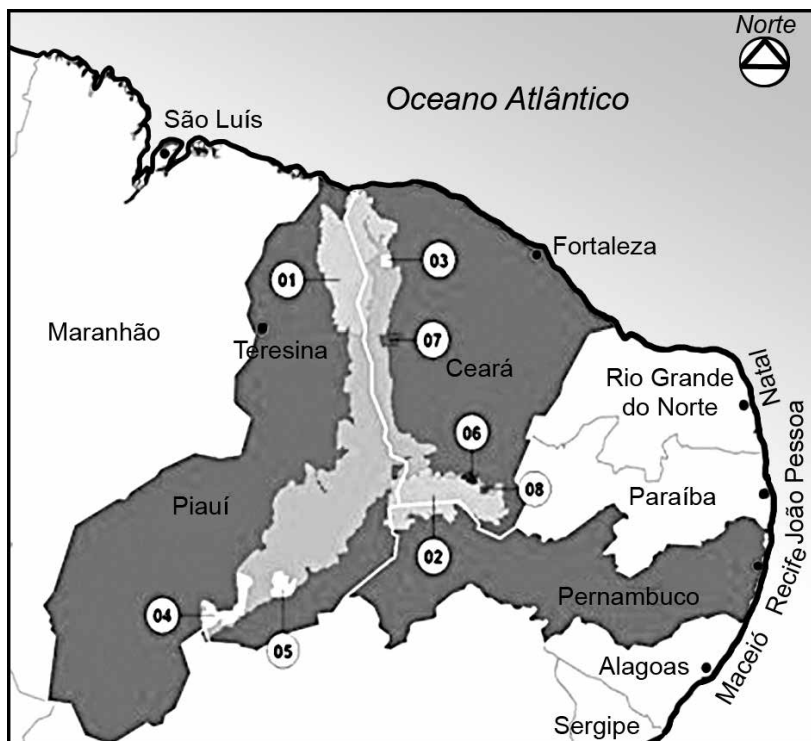


Figura 3.15: Localização do sítio do Caldeirão.

O beato José Lourenço nasceu em Pilões de dentro na Paraíba, por volta de 1870. Aos quatorze anos, saiu de casa e foi tentar a vida em Serraria como amansador de cavalos. Ao voltar para casa, teve a surpresa: a família migrara para a Meca do Sertão, Juazeiro do Padre Cícero. A hoje grande cidade de Juazeiro do Norte, no Ceará, surgira como um povoado de romaria após o dito fenômeno de que a hóstia na boca de uma beata, Maria de Araujo teria se transformado em sangue.

O padre Cícero ganharia projeção nacional e houve quem acreditasse que ele queria aliar-se a Antonio Conselheiro. Contudo Cícero Romão Batista, ainda que tivesse sofrido punições pela alta hierarquia católica, já que não era aceita sua simpatia por milagres não oficialmente reconhecidos, nunca se indispôs com os coronéis do sertão.



Figura 3.16: Beato José Lourenço. (Foto de 1920-1921, autor desconhecido.)

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/4f/Jos%C3%A9_Louren%C3%A7o.jpg

Era o tempo de guerras de famílias, onde, trabalhar como capanga de coronel, aparecia ao roceiro como uma alternativa.

O beato José Lourenço agregou-se ao grupo do padre Cícero e foi administrar um sítio, chamado Baixa Dantas, no município do Crato, em 1894.

Em 1914, Floro Bartolomeu, líder de projeção estadual e espécie de guia político do padre Cícero, lidera uma rebelião de coronéis contra o governador Franco Rabelo, que contava com o apoio do presidente Hermes da Fonseca. Era a sedição de Juazeiro, abençoada pelo Padre Cícero. O sítio onde Lourenço trabalhava foi destruído por forças governamentais.

A comunidade seria reconstituída, mas Lourenço chega a ser preso por alguns dias em 1919, correndo a lenda que ficou vários dias sem comer e sem beber na prisão.

De qualquer modo, o negro José Lourenço pôde voltar a Baixa Dantas no Crato, mas em 1926 teve de se mudar para o sítio do Caldeirão. O dono da Baixa Dantas, que o arrendara ao padre Cícero vendera a terra e José Lourenço com seus seguidores dirigiu-se ao sítio na Serra do Araripe.

Segundo Domingos Sávio de Almeida Cordeiro, as memórias produzidas pelos que viveram no Caldeirão evocam esse tempo como o melhor de suas vidas. Numa terra marcada pela seca, como no ano de 1932, o Caldeirão conseguia não apenas o autoabastecimento, mas também acolher refugiados, que chegavam especialmente dos estados vizinhos do Rio Grande do Norte e Pernambuco, onde Severino Tavares costumava recrutar novos crentes.

O Caldeirão crescia, mas, como Canudos, arrebatava mão de obra dos proprietários locais. Além disso, aquela extensa área marcada por uma produção extremamente importante e inclusive com irrigação, passou a ser o objeto de desejo dos padres salesianos. Em 1934 morre o padre Cícero, dono das terras e a maior parte de seus bens fica para a ordem dos salesianos. Logo estes requereram a expulsão da comunidade que contava com milhares de pessoas.

Os boatos sobre o Caldeirão começavam a circular na Imprensa Cearense. Num momento, foi divulgado que José Lourenço tinha uma atividade sexual promíscua, noutro que havia ali práticas fanáticas, já que o beato era considerado o sucessor do padre Cícero. Depois do frustrado levante comunista de 1935 ficou fácil acusar de comunista uma comunidade onde a propriedade da terra era coletiva, onde o algodão era vendido para reverter em obras que beneficiavam a todos e onde também não se cristalizava a noção de propriedade privada.

Os boatos intensificavam-se ainda mais que Severino Tavares era do Rio Grande do Norte, um dos locais onde ocorreu o levante comunista e era o principal líder que recrutava novos crentes. Era o comunismo, que tinha de ser exorcizado. O capitão José Bezerra foi espionar os romeiros, disfarçado de comerciante, interessado na exploração da oiticica. Seu relatório era o que o governador Meneses Pimentel esperava: o Caldeirão era considerado um reduto de fanáticos, desordeiros e comunistas e tinha que ser desmontado com urgência.

Como nos lembram Cordeiro (2004) e Chico Sá (2000) o que mais marca este momento nas memórias dos antigos moradores era o fato de Bezerra ter tido um “tratamento de rei”, comendo do bom e do melhor para depois cometer a “traição” entregando o reduto ao governo do estado.

Não houve confronto neste momento: o beato José Lourenço fugiu, ocorrendo a destruição de casas, roças e moinhos, numa ação que só encontrou, segundo alguns relatos, o protesto de uma mulher, que ateou fogo ao corpo. Mas a experiência do Caldeirão não terminara. Enquanto José Lorenonço abrigava-se num lugar conhecido como Mata de Cavalos, Severino sonhava retomar o Caldeirão.

Em maio de 1937 ocorreu um combate entre forças lideradas por ele e os policiais, sob comando de José Bezerra, o mesmo espião já citado. Como no Contestado os dois comandantes morreram. Mas a morte de Bezerra significava para os proprietários locais, para

os políticos de Fortaleza a vitória do fanatismo e do comunismo. O governo estadual pediu auxílio às forças armadas e o exército chegou com aviões no mesmo mês de maio.

Pela primeira vez, no Brasil, aviões bombardeavam camponeses, falando-se em pelo menos setecentos mortos. Para a memória das forças armadas brasileiras era mais um Canudos a ser abatido.

O beato José Lourenço não foi morto e ainda voltou ao Caldeirão no ano de 1938, sendo novamente expulso dois anos mais tarde, sem nenhuma indenização dos prejuízos sofridos. Estabeleceu-se finalmente no Sítio União em Exu, Pernambuco, onde conseguiu comprar a terra e organizar uma comunidade nos moldes da cearense. Com sua morte em 1946 a comunidade se desagregou.

O Brasil mudava a partir da Revolução de 1930, com o incentivo a indústria e uma política social mais favorável aos trabalhadores da cidade. Mas no campo, ainda que setores da burocracia central buscassem efetivar algumas reformas, o poder dos coronéis continuava inabalável quando se tratava de confronto com os roceiros.

O Caldeirão ficou esquecido durante muitos anos, só sendo recordado inicialmente no texto de Ruy Facó nos anos sessenta. Aliás, segundo este autor, parte dos sobreviventes do Caldeirão foi massacrada em Pau de Colher, um sítio do Médio São Francisco, na Bahia, junto à divisa com o Piauí, em 1938. Atualmente, existe uma revalorização desta experiência, com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra cearense, procurando legitimar sua luta como uma continuação daquela empreendida pelo beato José Lourenço.



Os Direitos Humanos e o Caldeirão

A ONG SOS Direitos Humanos equipara o massacre do Caldeirão à guerrilha do Araguaia e ingressou com uma Ação Civil Pública, reivindicando em 2008 a identificação da cova coletiva onde estariam sepultados os restos mortais dos massacrados, sua identificação, via DNA, bem como a indenização às suas famílias. O pedido foi negado em primeira instância e foi apresentado em 2010 um recurso ao Tribunal Regional Federal de Recife. Para mais detalhes, acesse: [HTTP://www.provosbrasil.blogspot.com/2010/08/denuncia-sitio-do-caldeirao-o-araguaia-do.htm](http://www.provosbrasil.blogspot.com/2010/08/denuncia-sitio-do-caldeirao-o-araguaia-do.htm)



Atende ao Objetivo 3

3. Leia os dois trechos a seguir e analise o momento prévio aos ataques, vislumbrando a partir do que você leu durante a aula, como a ideia de fanatismo pode ser acionada contra os camponeses.

Texto 1:

Qual o motivo da deflagração das hostilidades, do assalto armado contra Canudos?

Não houve um motivo; houve um pretexto. Alegava-se que o Conselheiro havia comprado e pago uma certa quantidade de madeira, na cidade de Juazeiro, para construção em

Canudos. Não recebendo a encomenda, propalou-se que se prontificava a cobrá-la a mão armada. O boato espalhou-se, ganhou foros de verdade, motivou pânico. As autoridades de Juazeiro apelaram para o Governo do Estado da Bahia. Este enviou a primeira força regular contra os camponeses, em novembro de 1896. Eram pouco mais de 100 homens, sob o comando do tenente Pires Ferreira. Os habitantes de Canudos não esperaram os atacantes em sua casa: foram-lhe ao encontro. Dispunham então de armas primitivas: espingardas de caçar passarinhos, facões de campo, cacetes, ferrões de vaqueiro. O choque deu-se na localidade de Uauá, onde dormiu a tropa certa noite. Foi surpreendida pelos conselheiristas. Embora as informações oficiais apresentassem esse primeiro choque como uma vitória da força governista, a verdade é que os vitoriosos fugiram, alegando a grande superioridade numérica do adversário.

Adaptado de Ruy Facó – *Cangaceiros e fanáticos*.

Texto 2:

Homem de moral pacífica, Zé Lourenço recebe com banquetes o capitão José Bezerra, escalado pela PM para o serviço de arapongagem da comunidade. Bezerra chegara ao sítio, em meados de 1936, travestido de empresário desejoso de explorar a oiticica, uma das árvores brasileiras mais ricas em óleo, da região. Comeu do bom e do melhor, capote com macaxeira cozida, doce de leite e queijo de coalho na sobremesa, café forte, à moda árabe, no final. Para todo esse tratamento de rei, o desgraçado arrotou ao seu comando um relatório que desenhava o Caldeirão como um misto de inferno e sucursal de Moscou. Estava decidido. O avanço das tropas oficiais sobre o Cariri era questão de dias.

Adaptado de Xhico Sá – *Beato José Lourenço*.

Resposta Comentada

Em ambos os textos aqui abordados, podemos vislumbrar a questão do fanatismo como o pretexto do que viria a ser o enfrentamento contra as comunidades.

Em Canudos, Facó lembra-nos que o fato de não se ter cumprido a encomenda das madeiras para a igreja seria o motivo suficiente para o ataque do Conselheiro. E por que o pretexto? Como vimos, os fazendeiros não aceitavam a perda da mão de obra.

O mesmo pretexto do fanatismo só que agora imbricado ao comunismo viria no caso do Caldeirão. “Inferno e sucursal de Moscou.” Ali existe ainda na memória local, que o autor assume como sua o papel da espionagem mostrada pela visita do capitão Bezerra. Fanatismo e comunismo encobrem o que seria o fator real: a luta pela terra, que os padres desejavam e a luta pelo controle da mão de obra que os fazendeiros queriam ter em suas mãos. Em ambos momentos, a ideia de fanatismo é utilizada para legitimar ações do Estado aliado às elites locais, que, sem estes pretextos, dificilmente teriam apoio na opinião pública. Embora o termo fanatismo não apareça nos textos citados podemos estabelecer as conexões com o que já trabalhamos. Afinal, só fanáticos poderiam romper com uma estrutura, que deveria ser conservada, tal como era. Ainda que fossem os dois redutos, vistos por muitos como lugar da barbárie, só a difusão do temor contra eles justificaria ações militares naquele grau de violência.

A reapropriação dos movimentos messiânicos

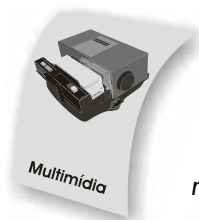
Neste ponto, são importantes algumas observações. Em 1999, formou-se em Porto Feliz (São Paulo) um acampamento, chamado Nova Canudos, sendo ali criada a Escola Antonio Conselheiro. Marcelo Buzeto (2000), autor de um texto sobre o

tema e que participou da ocupação organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em colaboração com o movimento dos trabalhadores sem teto explica: “a novidade é que Canudos não tinha se rendido e todos tinham sido massacrados”, agora Nova Canudos não seria massacrada.

Maria Rosa, a virgem mais famosa do Contestado, é nome de um assentamento em Santa Catarina, enquanto no Ceará lideranças locais reivindicam o Assentamento do Caldeirão.

A noção de que a terra deve ser para todos e não um bem cuja posse fique restrita a poucas mãos, a idéia de trabalho coletivo, que beneficie a todos são utilizadas nos discursos, faixas, cartazes das ações do MST.

Essa apropriação, iniciada nos anos oitenta, ganhou maior importância com a aproximação do centenário de Canudos. Não por acaso Clovis Moura (2000) escreveu no ano 2000 o livro que ligava Canudos ao MST.



Canudos e MST

O livro *Sociologia política da Guerra de Canudos: da destruição de Belo Monte ao aparecimento do MST*, do sociólogo Clovis Moura mostra as conexões, que podem ser feitas entre a luta dos canudenses e o surgimento do MST no início dos anos 1980. Se você se interessa por questão agrária, recomendo fortemente a leitura.

Evidentemente, todo processo de apropriação significa uma construção a posteriori, que não necessariamente corresponde ao vivido pelos contemporâneos. Mas é uma forma utilizada pelos dirigentes de movimentos reivindicativos no esforço de mobilizar os militantes para a luta.

Desta forma, Canudos, Contestado e Caldeirão, que em seu tempo foram vistos com esperança por seus moradores e como uma assombração por seus adversários, são hoje reinventados por movimentos sociais, que lhes atribuem o sentido de precursores das mobilizações por eles travadas. Entendo que o papel do historiador não é endeusá-los nem demonizá-los, mas compreendê-los.

CONCLUSÃO

De tudo até aqui exposto, podemos observar que Canudos, Contestado e Caldeirão foram movimentos que em sua época representaram para seus participantes a fuga ao sistema latifundista e ao poder dos coronéis locais. O viés religioso servia como amálgama para unificar elementos vindos das mais diversas procedências para os quais a noção de que viria um novo mundo a ser vivido aqui mesmo na terra, tornava-se o elemento indispensável para a realização do objetivo da vida comunitária e da posse coletiva da terra.

Mas se no momento em que se realizaram Canudos, Contestado e Caldeirão significaram a esperança para os que participavam daquelas comunidades, para os que a elas se opunham significaram um verdadeiro fantasma a exorcizar. Os fazendeiros temeram a perda da terra e principalmente do controle da mão de obra, as autoridades locais temeram o questionamento de seu poder político e as autoridades federais viram em Canudos a rejeição da República e nos movimentos posteriores à reencarnação de Canudos.

Posteriormente, primeiro pela historiografia e depois pelos movimentos sociais, Canudos, Contestado e Caldeirão ganharam nova atualidade, como esforços de luta pela terra e para muitos como antecipação do que pode vir a ser a sociedade brasileira depois da reforma agrária. Se hoje são raros os que questionam publicamente estes movimentos, são muitos os que fazem deles referências para as lutas que travam.

Atividade Final

Atende ao Objetivo 4

Leia o texto a seguir e discuta como a experiência de Canudos foi reapropriada numa ocupação de terras realizada em Porto Feliz (São Paulo), em 1999.

O Acampamento Nova Canudos: uma ocupação de novo tipo

Após a realização de um intenso trabalho de base com famílias excluídas no campo e nas cidades durante todo o segundo semestre de 1998 e o mês de Janeiro de 1999, MST e MTST organizaram a segunda maior ocupação feita no estado de São Paulo, com cerca de 1.200 famílias,(...). (...) A novidade nessa ocupação é que cerca de 80% dos acampados vieram de centros urbanos ou cidades localizadas em várias regiões do Estado. Encontramos no acampamento Nova Canudos pessoas que vieram de Campinas, Sorocaba, Guarulhos, Itapevi, São Bernardo do Campo, Mauá, Santo André, Limeira, Araras, São Paulo e outras cidades. São trabalhadores desempregados, sem teto, moradores de rua, ex-operários, ex-marceneiros, ex-mecânicos, que agora colocam sua profissão e suas potencialidades a serviço da luta pela reforma agrária e por transformações sociais. (...) Também a construção da Escola Antônio Conselheiro foi uma grande atividade coletiva e comunitária, onde o trabalho voluntário e a solidariedade mais uma vez se fizeram presentes.

ainda que massacrada e a “Nova” Canudos, que quer ser heroica, mas sem ser massacrada mostra o objetivo de fazer daquele acontecimento a inspiração para a luta que se vai travar. Assim a Nova Canudos aparece aqui como se pudesse retomar à experiência centenária, como se pudesse ser a um tempo revivida e atualizada a saga dos Conselheiristas. A noção de que a Nova Canudos não se renderia é, ao mesmo tempo um resgate da experiência antiga e sua atualização, pelo menos se tomamos como referência o ponto de vista do narrador.

RESUMO

Canudos, Contestado e Caldeirão têm, apesar de haverem ocorrido em momentos e regiões diferentes, características bastante similares. Nas três experiências, as lideranças mobilizavam a fé religiosa, visando organizar comunidades que se estruturariam a partir da propriedade coletiva da terra, da realização do trabalho comunitário e de práticas religiosas coletivas.

Nas três experiências, encontramos a oposição dos setores proprietários temerosos, que a experiência coletivista lhes arrebatasse a mão de obra e, pior ainda, servisse de exemplo para outros camponeses. Nas três experiências, as burocracias estaduais e federais uniram-se aos setores proprietários na repressão aos movimentos.

Em todos estes confrontos, a noção de que as comunidades eram bandos de fanáticos foi acionada como forma de legitimar a luta, que na realidade se caracterizou, especialmente no caso do Caldeirão, como verdadeiro massacre.

Para líderes militares, Canudos teve um papel fundador: foi a primeira vitória da civilização contra a barbárie e os demais movimentos aqui estudados eram o perigo de um Canudos redivivo.

Mas se para os setores militares Canudos sempre foi um fantasma a exorcizar, para movimentos como o MST, tornou-se uma fantasia a evocar, especialmente quando se pensa em acampamentos, como Nova Canudos. Ali, assim como no Contestado e no Caldeirão, estavam a organização do trabalho comunitário, a propriedade coletiva da terra e por que não dizer, a mística, que o movimento procurava criar. São movimentos que ainda hoje mobilizam a atenção de estudiosos e líderes de movimentos sociais, pelo que tiveram de inovador em sua época e pela violenta oposição que despertaram junto aos setores proprietários e autoridades locais e federais.

Informação sobre a próxima aula

Em nossa próxima aula sobre movimentos rurais, você vai acompanhar a atuação dos camponeses durante a chamada era Vargas (1930-1945). Até lá!

Aula 4

Os anos 1930 -
1945: o impacto
do projeto
trabalhista no
movimento
operário

Vanderlei Vazelesk Ribeiro

Meta da aula

Apresentar a dinâmica entre as políticas públicas relativas aos direitos do trabalho e as práticas e tradições dos trabalhadores.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. caracterizar o projeto trabalhista, implementado pelo Estado brasileiro entre 1930 e 1945;
2. reconhecer o impacto da legislação sindical junto ao movimento operário independente, existente na Primeira República: a repressão e o debate sobre estratégias de conquista de direitos;
3. identificar as principais interpretações sobre as relações entre sindicatos, trabalhadores e Estado no período.

Pré-requisito

Para que você compreenda melhor esta aula, é importante que leia novamente a Aula 3 da disciplina História do Brasil III, sobre a criação da legislação trabalhista no país.

INTRODUÇÃO

Em 1930, as lideranças oligárquicas do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e da Paraíba que apoiaram a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República, através da Aliança Liberal, tomaram o poder com a intervenção de militares. Esse acontecimento entrou para a história como Revolução de 1930, designação usada pelos participantes do próprio movimento, apesar de consistir em uma conspiração entre lideranças políticas e militares, na realização de um golpe de Estado e na destituição do presidente Washington Luiz. Os historiadores concordam que eles foram bem sucedidos no seu intento revolucionário, porque esse fato inaugurou transformações que tiveram desdobramentos importantes de curto, médio e longo prazos na história do Brasil.



Figura 4.1: 1930: o início da Era Vargas

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Getuliovargas1930.jpg>

O movimento de 1930 contou com o apoio das classes médias e com a presença difusa das massas populares. O que unia essas pessoas tão diferentes eram as práticas políticas comuns na Primeira República, principalmente a restrição à participação política. As oligarquias dissidentes e os tenentes eram extremamente críticos aos procedimentos eleitorais vigentes na Primeira República. Mas havia divergências importantes entre os conspiradores de 1930, nem todos os políticos concordavam com os militares em instaurar um regime autoritário no país. Nem todos queriam acabar com o

regime democrático, apesar de defenderem a necessidade de certas mudanças, como a instauração do voto secreto, nem todos queriam “jogar fora a criança junto com a água do banho”. No entanto, logo após a posse de Vargas na presidência da República, o Congresso Nacional, os legislativos estaduais e municipais foram dissolvidos. Os presidentes de estado, como eram chamados os governadores, foram destituídos. Para ocupar os seus lugares foram nomeados interventores federais em cada estado. Tal medida extinguiu a “política dos governadores”, que garantia a autonomia dos estados e os colocava agora sob o controle direto do poder central.

Ora, as lideranças políticas dos estados, acostumadas a comandar o seu território, fizeram forte oposição ao governo de Vargas, sendo a Revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo, a maior expressão dessa reivindicação por autonomia e participação política. O objetivo deles eram justamente elaborar uma Constituição democrática. Os constitucionalistas foram vencidos militarmente, mas, em 1933, Vargas convocou eleições para uma Assembleia Nacional Constituinte, conforme os revoltosos queriam. A Constituição de 1934 instituiu regras democráticas. No entanto, a partir de 1935, o governo voltou a defender medidas autoritárias. Em 1937, haveria eleições, mas Vargas não respeitou as regras do jogo e criou uma ditadura: o Estado Novo (1937 – 1945).



1932: Imagens Construindo a História

Figura 4.2: A oposição ao governo Vargas terminou em guerra.

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Soldados_paulista_em_Silveiras,_1932.jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Soldados_paulista_em_trincheira_em_Silveiras,_1932.jpg)

A política trabalhista

O Estado brasileiro após 1930 caracterizou-se pelo enfrentamento da questão social, ao vê-la como questão econômica e política, o que implicou na elaboração de políticas públicas na área, configurando o que chamaremos de projeto trabalhista. Uma das características principais do governo, após a Revolução de 1930, é justamente a afirmação do Estado intervencionista, o governo provisório criou dois ministérios, considerados “revolucionários”: o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) e o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP). De maneiras diferentes, ambos tinham como objetivo desenvolver políticas públicas de incorporação da classe trabalhadora na ordem política.

O Ministério da Educação e Saúde Pública incentivou a ideia de cidadania nacional, de identificação do Estado com a Nação. O sucesso da legitimidade do Estado-nação está na incorporação da ideia de nação por toda a sociedade, especialmente a partir do século XX. Os mais diferentes governos irão desenvolver políticas públicas de legitimação do Estado junto à sociedade a partir da identidade nacional através da educação escolar, por exemplo, uma das principais maneiras de socializar os indivíduos na contemporaneidade. É na escola que formamos muitos dos nossos valores. A partir de 1930, o Estado investiu no “abrasileiramento” da educação. Muitas escolas públicas foram abertas, ao mesmo tempo em que escolas organizadas por comunidades de imigrantes italianos e alemães, principalmente, eram fechadas. As crianças precisavam aprender em primeiro lugar, a língua, os costumes e a História do Brasil. Não podiam se considerar italianos ou alemães, morando no Brasil, como seus pais ou avós, precisavam se identificar como brasileiras: cantar o Hino Nacional e emocionar-se.



Figura 4.3: O sucesso da legitimidade do Estado-nação está na incorporação da ideia de nação por toda a sociedade: era preciso cantar o Hino Nacional e emocionar-se.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Ficheiro:Flag_of_Brazil.svg&page=1

O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, por sua vez, deu continuidade à elaboração de leis, regulamentando as relações de trabalho que, como vimos na aula anterior, teve início ainda na Primeira República. Então, nas cidades, patrões e empregados passaram a seguir várias determinações do Estado, entre as principais novidades: a lei de sindicalização, a fiscalização da legislação trabalhista por funcionários do ministério nos locais de trabalho e a criação da Justiça do Trabalho.

Como vimos na aula anterior, o movimento operário na Primeira República (1889 – 1930) era bastante diversificado, havia associações de ajuda mútua, sindicatos anarquistas, organizações comunistas, iniciativas de partidos socialistas, entre outras tantas. Nesta aula, vamos estudar a dinâmica entre as políticas públicas implementadas pelo Estado na área dos direitos do trabalho e as práticas e tradições dos trabalhadores.

O projeto trabalhista caracterizava-se por tornar os direitos do trabalho em objeto de políticas públicas, no entanto, considerava que cabia ao Estado impor-se nesse terreno como protagonista face ao movimento operário. Logo em 1931, o governo tomou duas

medidas que expressam bem o sentido do projeto trabalhista, proibiu as reuniões de trabalhadores nas ruas e em praças públicas no 1º de maio e criou a lei de sindicalização.

Quer dizer, por um lado, diante da convocação de associações de trabalhadores para a mobilização: “O 1º de maio, dia de protesto contra a reação!”, como estampou o periódico comunista *A Luta de Classes* (*A Luta de Classes* 2, n. 7, 1º. de maio de 1931, In: DULLES, 1977, p. 411), o governo proibiu as manifestações de rua, tendo em vista que aquelas associações não tinham como objetivo apenas lutar por direitos do trabalho, mas promover uma revolução comunista. Com medidas como essa, o governo reprimiu as iniciativas políticas das associações de trabalhadores.

Anos mais tarde, durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945), o presidente Getúlio Vargas passou justamente a convocar os trabalhadores a comparecer às festividades do Dia do Trabalho, agora organizadas pelo governo. Inicialmente, no Palácio da Guanabara. Nos anos seguintes, em grandes comemorações públicas realizadas em estádios de futebol, como o de São Januário, sede do clube Vasco da Gama, na então capital federal, a cidade do Rio de Janeiro. Nestas ocasiões, eram anunciadas novas medidas relativas à política social, como:



Figura 4.4: Comemorações do Dia do Trabalho no estádio de São Januário.

Fonte: <http://iinyurl.com/8k8cmkr>

- o regulamento da lei do salário mínimo;
- o decreto-lei relativo à isenção de impostos para habitações proletárias, em 1938;
- a criação da Justiça do Trabalho, em 1939;
- a fixação do salário mínimo, em 1940;
- a instalação da Justiça do Trabalho, em 1941, juntamente com o lançamento da campanha da Marcha para o Oeste;
- o anúncio da formação da Batalha da Produção, em 1942, já no contexto do envolvimento brasileiro com a Segunda Guerra;
- a CLT, em 1943 e a nova Lei Orgânica da Previdência, em 1944” (GOMES, 1988, p. 255).

O Estado, portanto, enfrentava a questão social tanto através da política de repressão às manifestações de organizações de trabalhadores, através de uma política de regulação dos direitos do trabalho, assim como no investimento em propaganda política sobre a mesma legislação, realizada principalmente a partir do Estado Novo.

Ainda em 1931, o governo criou a lei de sindicalização que reconhecia oficialmente os sindicatos e previa que apenas trabalhadores sindicalizados poderiam gozar dos benefícios da legislação social. A nova legislação caracterizava-se por impor uma série de restrições à organização dos trabalhadores, tais como a organização por categorias profissionais, a unicidade sindical (a existência de apenas uma associação para cada categoria) e a definição do sindicato com órgão consultivo e de colaboração do poder público (instituição de direito público, regulamentada pelo Estado):

“Art. 4^o Os sindicatos, as federações e as confederações deverão, anualmente, até o mez de março, enviar ao Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio relatório dos acontecimentos sociais, do qual deverão constar,

obrigatoriamente, as alterações do quadro dos socios, o estado financeiro da associação, modificações que, porventura, tenham sido feitas nos respectivos estatutos, além de factos que, pela sua natureza, se possam prender a dispositivos do presente decreto”.

“Art. 6^o Ainda como orgãos de collaboração com o Poder Publico, deverão cooperar os syndicatos, as federações e confederações, por conselhos mixtos e permanentes de conciliação e de julgamento, na applicação das leis que regulam os meios de dirimir conflictos suscitados entre patrões, operarios ou empregados”. Decreto – Lei n. 19770 de 1931: Regula a sindicalização das classes patronais e operárias.

(Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D19770.htm)

Além disso, a nova lei proibia as lideranças sindicais de defender ideologias e filiar-se a sindicatos internacionais, deixando, portanto, muito clara a preocupação com a articulação entre o movimento operário e a Internacional Comunista:

“Art. 1. f) abstenção, no seio das organizações syndicaes, de toda e qualquer propaganda de ideologias sectarias, de character social, politico ou religioso, bem como de candidaturas a cargos electivos, extranhos à natureza e finalidade das associações.

Art. 12. O operario, o empregado ou patrão, que pertencer a um syndicato reconhecido pelo Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio, não poderá, sob pena de ser excluido, fazer parte de syndicatos internacionaes, como só poderão as organizações de classe federar-se com associações congeneres, fora do territorio nacional, depois de ouvido o ministro do Trabalho, Industria e Commercio”.

(Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D19770.htm)

No final dos anos 1970, o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos propôs um conceito-chave para entender a política social, elaborada após 1930 e que tem na lei de sindicalização sua maior expressão. Era um conceito de cidadania implícito na prática política do governo revolucionário, a “cidadania regulada”:

“Por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal”. (SANTOS, 1987, p. 68).

Nesta obra, *Cidadania e Justiça*, Wanderley Guilherme dos Santos analisando o modelo corporativo proposto pelo Estado brasileiro afirma que a cidadania, no sentido de pertencimento à nação, dava-se através da profissão. Quer dizer, a cidadania não tinha como referência determinados valores políticos, mas a estratificação profissional. Daí, a identificação que o autor faz entre a carteira de trabalho com uma “certidão de nascimento cívico”, uma vez que é a condição de trabalhador que garante a cidadania. Este conceito de “cidadania regulada” é marcado pelo poder do Estado de regulamentar as profissões, reconhecer os sindicatos, e garantir benefícios apenas àqueles que são associados a sindicatos reconhecidos pelo Estado. Além disso, tratava-se de uma cidadania desigual, já que os benefícios garantidos pelo Estado, como aposentadorias e pensões, eram proporcionais às contribuições de cada trabalhador.



Atende ao Objetivo 1

1. Os historiadores pesquisam a partir de uma grande diversidade de documentos: correspondências, diários, atas de reuniões, artigos publicados em periódicos (jornais e revistas), autobiografias, discursos (proferidos em comícios, no rádio, na televisão, no parlamento ou em determinadas ocasiões festivas). Em 1932, o governo criou a carteira de trabalho que permitiu ao ministério maior controle sobre os trabalhadores. Compare os documentos abaixo e identifique no texto as características do projeto trabalhista.

1. Publicado no jornal socialista *Echo Popular*, em 10 de abril de 1890.

“Quem é o operário? / É um homem honesto, laborioso e que precisa sofrer o rigor da sorte para sustentáculo de todas as classes sociais.

O que é o operário? / É um cidadão que representa o papel mais importante perante a sociologia humana.

O que deve ser operário? / Um homem respeitado, acatado, porque só ele sofre para que os felizes gozem; deve ou não ser tão bom cidadão como outro qualquer?

Tem ou não tem perante a lei natural ou escrita – o direito e dever – de pugnar pelos direitos e defesa das classes a que pertence? / É intuitivo que sim!”

2. Texto impresso nas carteiras profissionais emitidas pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

“Por menos que pareça e por mais trabalho que dê ao interessado, a carteira profissional é um documento indispensável à proteção do trabalhador.

Elemento de qualificação civil e habilitação profissional, a carteira representa também um título originário para a colocação para a inscrição sindical e, ainda, um instrumento prático do contrato individual de trabalho.

A carteira pelos lançamentos que recebe, configura a história de uma vida. Quem a examinar, logo verá se o portador é um temperamento aquietado ou versátil; se ama a profissão escolhida ou ainda não encontrou a própria vocação; se andou de fábrica em fábrica como uma abelha ou permaneceu no mesmo estabelecimento, subindo a escala profissional. Pode ser um padrão de honra. Pode ser uma advertência”.

Resposta Comentada

Em primeiro lugar, cabe observar que há aspectos em comum nos dois documentos, o que indica que o projeto trabalhista colocado em prática pelo Estado brasileiro nos anos 1930-40 foi elaborado tendo em vista as reivindicações de associações de trabalhadores em atividade na Primeira República. Cabe notar que o projeto trabalhista respondeu a preocupações do movimento operário tanto de ordem material, quanto de ordem simbólica, pois o discurso dos socialistas, editores do *Echo Popular*, assim como o texto oficial veiculado através da carteira de trabalho se destacam por dotar o trabalho de um valor positivo, reconhecer o estatuto de cidadão do trabalhador e considerar a legislação e, portanto, o Estado, garantia dos direitos do trabalhador. Daí, a percepção de que a carteira de trabalho era considerada uma “certidão de nascimento cívica”, conforme a concepção de “cidadania regulada” elaborada por Wanderley Guilherme dos Santos.

O impacto da legislação sindical no movimento operário: a repressão e o debate sobre estratégias de lutas por direitos.

É importante notar a relação de continuidade entre as reivindicações elaboradas pelo movimento operário na Primeira República e a política social implementada pelo Estado, o que nos mostra, mais uma vez, como os “revolucionários de 1930” não conceberam tais iniciativas isoladamente, ao contrário, tratava-se de atender aos valores e às demandas dos trabalhadores. Mas tão importante quanto às continuidades para a compreensão do projeto trabalhista, são as divergências que surgem entre lideranças operárias e o governo. Se, por um lado, o Estado concentrou esforços para que as medidas instauradas se tornassem efetivas através da fiscalização realizada por funcionários do Ministério do Trabalho, por outro lado, extinguiu a liberdade sindical através da imposição do sindicato único e da proibição de veiculação de ideologias políticas. Como reagiram as associações de trabalhadores?

Entre as lideranças operárias houve reações divergentes diante da lei de sindicalização:

“O maior entusiasmo foi demonstrado pela União dos Trabalhadores do Livro e do Jornal (UTJL), fundada em primeiro de janeiro de 1931, congregando tanto intelectuais como trabalhadores manuais e suplantando rapidamente a União dos Trabalhadores Gráficos do Rio, UTG. [...] Anunciou-se que, por iniciativa da UTJL, representantes do Ministério do Trabalho compareceriam a uma série de conferências para esclarecer aos operários a nova *Lei de Sindicalização*” (DULLES, 1977, p. 375).

Entre os anarquistas e os comunistas, muitos repudiaram as novas regras: “Abaixo a lei mussolinesca de sindicalização das classes!” (DULLES, 1977, p. 375), estamparam os anarquistas nos

seus jornais, criticando o modelo corporativista de representação sindical semelhante ao existente na Itália sob o comando de Benito Mussolini. Apesar das críticas de lideranças operárias, de acordo com Leôncio Martins Rodrigues, “até 1937, apesar do crescente intervencionismo governamental, os sindicatos conservaram um pouco de sua autonomia reivindicatória e liberdade de negociação com os empregadores” (RODRIGUES, 1991, p. 518).



Figura 4.5: Anarquistas e comunistas criticavam o modelo corporativista de representação sindical semelhante ao existente na Itália sob o comando de Benito Mussolini.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Bundesarchiv_Bild_183-2007-1022-506,_Italien,_deutsche_Frontk%C3%A4mpfer_in_Rom_crop.jpg

A intervenção nos sindicatos não ocorreu de maneira repentina, pois encontrou resistências entre os militantes. Em *A invenção do trabalhismo*, Ângela de Castro Gomes afirma que houve um esforço por parte do movimento sindical para manter sua autonomia: “denunciando, resistindo e entrando em choque aberto com a orientação ministerial e, de outro, houve a tentativa

do ministério, em parte bem sucedida, de conquistar os sindicatos existentes ou de criar novos sindicatos sob a égide da política governamental” (GOMES, 1988, p. 177).

Entre 1931 e 1933, quer dizer, da criação da lei de sindicalização até a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, houve uma disputa política acirrada entre as lideranças do movimento operário devido à existência de sindicatos oficiais e de sindicato independentes. Nem todas as organizações de trabalhadores se submeteram à nova legislação e foram reconhecidas pelo Estado, muitas permaneceram em atividade e se recusavam a cumprir a lei de 1931. Essas divergências foram objeto de debates na constituinte (1933-1934), na qual as lideranças de esquerda aceitaram o reconhecimento dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho, mas reivindicavam a liberdade política dos sindicalizados e o princípio de não-intervenção do Estado nas associações (GOMES, 1988, p. 177-182).

Com a promulgação da Constituição de 1934 e o retorno à democracia, houve um crescimento significativo da participação política das camadas médias urbanas no país. Nesta conjuntura de liberdades democráticas no país e de radicalização política internacional – os movimentos fascistas cresciam em vários países europeus – foram criadas no país a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a Ação Integralista Brasileira (AIB), as primeiras organizações políticas a mobilizar a população em grandes comícios em praças públicas. Em fevereiro de 1935, bem antes dos levantes comunistas realizados por militares nas cidades de Recife, Natal e Rio de Janeiro, portanto, o governo decidiu elaborar uma nova lei de segurança nacional.

Entre as lideranças de trabalhadores, a nova lei de segurança nacional era duramente atacada, sendo a mesma conhecida como a “lei monstro”, conforme circulou em matéria de capa do jornal *O sindicalista*, órgão do Sindicato dos Ferrovários da Estrada de Ferro Sorocabana, em 1935:

“Trabalhador! Prepara-se nas ante-salas dos burgueses e na sacristia da intolerância religiosa um golpe a ser vibrado contra ti. É preciso precaver-te contra a traição mesquinha daqueles que, temendo-te, armam a pútrida consciência dos legisladores do Brasil, com essa monstruosidade abominável que é a lei de segurança nacional”.

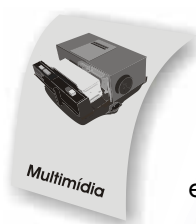
De viés claramente comunista, o redator assinala a dimensão classista da disputa política ao indicar no seu discurso a oposição entre trabalhadores e burgueses, assim como compara a luta de classes no Brasil e na Rússia ao se referir à classe dominante como “czares do Brasil” e aos trabalhadores como “camaradas”. Ao mesmo tempo, veja como há igualmente uma preocupação com a possibilidade de armarem a “consciência dos legisladores do Brasil”, deixando de certa maneira um tanto incerto o lugar do Estado nessa disputa.

Em seguida, o artigo mostra como a própria lei pode ser usada como argumento para atacar as liberdades democráticas, tecendo então um elogio às mesmas, especialmente às liberdades de consciência e de reunião:

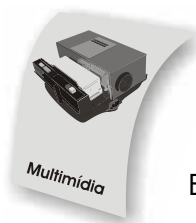
“Os czares do Brasil, temendo-te, preparam a arma com que no dia de amanhã, farão em nome da lei, os maiores atentados contra a tua liberdade de consciência, de reunião, etc. Essa lei monstruosa, camarada, não é mais do que a ‘ordenança’ usada na idade média a ressurgir em pleno século XX, um atentado flagrante contra os princípios da civilização e do progresso de que nós, povo, somos os únicos construtores”.

Ao final, convoca os trabalhadores à luta em nome dos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade, “para que não sejam ‘flores de retórica’, mas sim verdades palpáveis e reais”.

“É a estrada do momento é essa de protesto, de luta contra a burguesia safada e imoral que em nome da pátria, Deus e família, quer te amordaçar com essa lei infame e mesquinha, a que os bárbaros da idade média teriam talvez vexame de assinar”. (A lei monstro. *O Sindicalista*. São Paulo, 02/1935). (CARNEIRO, 2003, p. 203).



Quer ver a Lei nº 38, de 4 de Abril de 1935 – que define crimes contra a ordem política e social – na íntegra? Acesse a seguinte página: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-republicacao-77367-pl.html>



Documentos para o estudo do movimento operário no Brasil

Entre as muitas possibilidades existentes para o estudo do movimento operário nas primeiras décadas do século XX, estão as coleções de periódicos editados por sindicatos e associações de trabalhadores que podem ser encontrados nos acervos de órgãos como o DOPS em diferentes estados. Veja por exemplo o texto de Boris Kossoy: *O jornalismo revolucionário ilustrado*. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSSOY, Boris (Orgs.) *A imprensa confiscada pelo DOPS (1924 – 1954)*. São Paulo: Ateliê Editorial/Imprensa Oficial/Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2003.

Resposta Comentada

O depoimento de Hilcar Leite, militante comunista durante a Primeira República, mostra o impacto da legislação sindical junto ao movimento operário independente. Os comunistas como Hilcar Leite olhavam de maneira extremamente crítica a popularidade de Getúlio Vargas entre os trabalhadores, como deixa claro na frase “Não havendo consciência ...”, quer dizer, não havendo consciência de que tratava-se de uma política reformista que não modificaria completamente a condição de exploração do trabalhador, como entendiam os comunistas. Apesar disso, Hilcar Leite reconhecia o peso da legislação trabalhista como recurso político legítimo que garantiu a Vargas enorme popularidade entre a classe trabalhadora dificultando inclusive o fim da ditadura do Estado Novo.

As interpretações sobre as relações entre movimento operário e Estado

Entre as correntes interpretativas mais influentes nas ciências sociais nos anos 1970, encontrava-se a perspectiva de enfoque sociológico, a qual procura explicações sobre o comportamento político da classe trabalhadora em características estruturais, tais como a composição social da classe e a origem de seus membros. Vamos traçar em linhas gerais as questões levantadas pelo cientista político Leôncio Martins Rodrigues em “Sindicalismo e classe operária”, um texto exemplar desse enfoque.

Como pano de fundo desta produção, encontra-se a “teoria da modernização”, na qual o processo de industrialização é visto como base para a mesma, ou seja, a perspectiva de enfoque sociológico se caracterizava por uma concepção de história como processo inevitável, processo que tem como fim o “progresso”, ou

a sociedade “modernizada”. A partir destes pressupostos destaca-se a comparação sistemática do sindicalismo, e das relações industriais, de modo geral, no Brasil, com o caso dos então chamados países “capitalistas liberais desenvolvidos”. Vale destacar que a comparação é característica relevante da análise, pois garante aos casos dos países “capitalistas desenvolvidos” estatuto de modelo necessário de desenvolvimento. Posteriormente, esse recurso seria bastante criticado por dificultar o entendimento da diversidade histórica, ao conceder pouco valor às conjunturas políticas e às tradições de cada formação social.

Leôncio Martins Rodrigues fundamenta sua análise sobre o movimento sindical nos anos 1930 em alguns pontos: as mudanças nas elites políticas (declínio das antigas oligarquias e ascensão de novos grupos ao poder), mudanças no sistema político nacional (de um Estado constitucional para um Estado de exceção), mudanças na natureza do Estado (de um Estado liberal para o intervencionismo estatal), mudanças nas ideologias e valores políticos dominantes (crise do pensamento liberal e ascensão de doutrinas e valores autoritários), mudanças na tecnologia industrial e no tipo de organização do trabalho fabril, mudanças na composição profissional e técnica da mão-de-obra industrial.

O autor identifica a intervenção governamental e a política social de Vargas com uma tendência à

“... ampliação do controle estatal sobre as ‘classes econômicas’ e ao ‘aumento da burocracia governamental’. O interesse do governo não era apenas reprimir os trabalhadores, mas fortalecer o Estado frente à sociedade civil. A [Consolidação das Leis do Trabalho] CLT seria expressão da intenção do governo em ampliar suas bases de sustentação junto às camadas assalariadas e às classes populares, através do controle dos sindicatos e da extensão dos benefícios sociais. Os dirigentes sindicais seriam instrumentos de vinculação do governo getulista com as camadas populares urbanas” (RODRIGUES, 1991).

E, a forte penetração do Estado no movimento operário teria sido facilitada pela mudança da composição social e técnica da classe trabalhadora. Os trabalhadores da Primeira República, em sua maioria imigrantes italianos e espanhóis, assim como trabalhadores artesanais, teriam um comportamento político autônomo. Enquanto os trabalhadores urbanos após 1930 seriam majoritariamente de origem rural e semiquelificados, tendo visto na política social de Getúlio Vargas uma benesse.

O alicerce desta estrutura corporativa de sindicatos seria o imposto sindical criado em 1940, pois a sua arrecadação garantia a formação de uma burocracia sindical muito numerosa, a qual está associada à criação de fortes interesses na permanência dessa estrutura corporativa. Para Leôncio Martins Rodrigues, este era um dos maiores problemas do sindicalismo brasileiro: o crescimento dos sindicatos associado à sua institucionalização através do Estado, a “incorporação burocrática”, e não através de um processo de luta entre empresários e trabalhadores:

“Observa-se, já aqui, uma diferença com relação à evolução do sindicalismo dos países capitalistas desenvolvidos. Nesses países, a implantação do sindicato, seu reconhecimento e sua institucionalização, bem como suas mudanças internas resultaram fundamentalmente da ação autônoma e dos esforços dos próprios trabalhadores num processo de conflito com os empregadores e o Estado. No caso brasileiro, o reconhecimento do sindicato, sua implantação e a formação de um sindicalismo de massas resultaram antes da ação de outros grupos políticos os quais, ao mesmo tempo em que passavam a controlar a organização sindical, impuseram-na ao patronato como únicos representantes legais dos trabalhadores. Com isso, o Estado, ao contrário dos países de velha industrialização, passou a ser o principal interlocutor das camadas assalariadas. O sindicato, por sua vez, transformou-se numa associação cuja existência e desenvolvimento independe, em larga medida, do apoio a ela prestado pelos trabalhadores” (RODRIGUES, 1991, p. 510).

No final dos anos 1980, novas interpretações sobre o movimento operário e sindical no Brasil instituíram um debate sobre as relações entre Estado e trabalhadores no país. Entre as obras produzidas no período, se destaca *A invenção do trabalhismo* de Ângela de Castro Gomes. Como vimos na Aula 2 e no início desta, a autora investigou as experiências da classe trabalhadora brasileira nas primeiras décadas após a proclamação da República tendo em vista compreender a sua especificidade e, especialmente, a sua relação com o projeto político implementado pelo Estado após 1930. A autora considera o trabalhismo como um projeto do Estado na aproximação entre autoridades e classe trabalhadora através da expansão dos direitos do trabalho e da fiscalização da legislação, assim como da propaganda narrando a história da legislação trabalhista como uma doação do Estado, simbolizado na figura do presidente Getúlio Vargas, aos trabalhadores.



Figura 4.6 : A história da legislação trabalhista pode ser vista como uma doação do Estado, simbolizado na figura do presidente Getúlio Vargas, aos trabalhadores. Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:VARGAS-GETULIO-MONUMENTO-01.JPG>

Nesta política, teve papel importante a valorização do trabalho e do trabalhador nacional. O projeto político forjado durante o Estado Novo fez uma verdadeira inversão de valores em relação aos que eram vigentes na Primeira República. Esta inversão significou a entrada dos trabalhadores na cena política, mas em uma arena dominada pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. A representação dos trabalhadores se daria através das corporações de categorias profissionais. No projeto político do Estado Novo não havia lugar para os partidos políticos, a verdadeira representação dos trabalhadores estava nas corporações (nos sindicatos) e na relação direta da massa dos trabalhadores com o presidente da República.



Atende ao Objetivo 3

3. Analise o texto abaixo de Leôncio Martins Rodrigues e compare com a tese *A invenção do trabalhismo*, de Ângela de Castro Gomes:

“As mudanças operadas no nosso sindicalismo – nas suas estruturas, nas suas funções e orientações decorreram principalmente de fatores exógenos à organização sindical. Não resultaram de uma evolução relativamente normal do sindicalismo: aumento do número de aderentes, maior complexidade administrativa, ampliação de suas funções, aumento de sua influência etc. Estas mudanças, provocadas de fora do movimento sindical, resultaram da ação governamental no campo das relações profissionais e do movimento associativo”. (RODRIGUES, 1991, p. 509).

Resposta Comentada

Em primeiro lugar, é interessante observar que na visão de Leôncio Martins Rodrigues, haveria uma “evolução relativamente normal” da história do sindicalismo, diferente da maneira como ocorreu a história do sindicalismo no Brasil. Na interpretação de Ângela de Castro Gomes, as distinções entre a história do movimento operário no país e nos países considerados desenvolvidos não significa um problema, não implica necessariamente na ausência de autonomia da classe trabalhadora brasileira. A tese *A invenção do trabalhismo* considera a existência de uma relação importante de continuidade entre as práticas e os discursos do movimento operário na Primeira República e o “pacto trabalhista” constituído nos anos 1930. Para a autora, as autoridades governamentais forjaram o trabalhismo a partir de uma apropriação das tradições comuns ao movimento operário, de maneira que, na sua perspectiva a ação dos trabalhadores é parte importante da constituição do projeto trabalhista. Quer dizer, o Estado não transformou as relações com o movimento sindical devido a fatores exógenos ao próprio movimento, como entende Leôncio Martins Rodrigues, o “pacto trabalhista” é uma resposta das autoridades governamentais às pressões dos trabalhadores na Primeira República.

CONCLUSÃO

O Estado brasileiro após 1930 caracterizou-se pelo enfrentamento da questão social, ao vê-la como questão econômica e política, o que implicou na elaboração de políticas públicas na área do direito do trabalho, configurando o que chamamos de projeto trabalhista. O Estado impôs-se nesse terreno como protagonista face ao movimento operário. Quer dizer, apresentando a legislação trabalhista como obra e graça do governo e de seu líder, Getúlio Vargas, quando era uma resposta às reivindicações de associações de trabalhadores em atividade na Primeira República. O projeto trabalhista respondeu a preocupações do movimento operário tanto de ordem material, quanto de ordem simbólica, veiculando o trabalho como um valor positivo, reconhecendo no trabalhador o estatuto de cidadão e considerando a legislação e, portanto, o Estado, a responsável por garantir os direitos do trabalhador.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 2 e 3

Toda cronologia pode ser interpretada como uma hipótese de trabalho sobre uma dada conjuntura, uma expressão do significado de um conjunto de acontecimentos. A partir do você estudou nesta aula, leia com atenção a cronologia abaixo e caracterize as relações entre movimento operário e Estado, durante os anos 1930.

Cronologia: trabalhadores, sindicatos e Estado (1930 – 1945).

1930 - Criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Leis dos 2/3: os patrões eram obrigados a empregar 2/3 de trabalhadores nacionais em cada empresa.

1931 - Lei de sindicalização: patrões e empregados deveriam criar um sindicato para cada categoria profissional.

1932 – Criação da Carteira de Trabalho e das Comissões Mistas de Conciliação (com funções conciliatórias em dissídios coletivos) e as Juntas de Conciliação e Julgamento (com poderes sobre os dissídios individuais).

1933 – Assembleia Nacional Constituinte.

- Criados os primeiros institutos de aposentadorias e pensões.

1934 – Promulgada nova Constituição que prevê a criação da Justiça do Trabalho e estabelece a pluralidade e a autonomia sindicais.

1935 – Criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e da Ação Integralista Brasileira (AIB).

- levantes comunistas em Recife, Natal e no Rio de Janeiro.

1937 – Golpe do Estado Novo. A constituição de 1937 proíbe greves.

1939 – Decreto – Lei n. 1402: a nova lei de sindicalização restabelece a unidade e a tutela sindicais.

1942 – Criado o imposto sindical.

1943 – Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

1945 – Fim do Estado Novo.

(Fonte: RODRIGUES, Leôncio Martins. Sindicalismo e classe operária. História Geral da Civilização Brasileira. Vol. 10, Tomo III. São Paulo: DIFEL, 1981. GOMES, Ângela de Castro. Cidadania e direitos do trabalho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.)

Resposta Comentada

A partir de 1930, o Estado brasileiro caracterizou-se pelo enfrentamento da questão social, ao vê-la como questão econômica e política, o que implicou na elaboração de políticas públicas na área configurando o que chamaremos de projeto trabalhista. A presente cronologia destaca a ação do Estado através da edição de sucessivas leis na área dos direitos do trabalho, tais medidas visavam ao controle dos sindicatos e associações de trabalhadores em atividade na Primeira República que se caracterizavam justamente pela independência em relação ao Estado e pela liberdade de expressão política e ideológica. Como podemos notar, não havia consenso entre as lideranças políticas da época sobre a unicidade sindical como estabelecida pelo governo Vargas. O debate foi objeto de debates na Constituinte de 1933 e a Constituição

de 1934 reestabelecia a pluralidade e a autonomia sindicais. Entre 1934 e 1935, ocorre uma significativa mobilização política com a criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e da Ação Integralista Brasileira (AIB), organizações que podem ser consideradas os primeiros partidos políticos de massa brasileiros. No entanto, após os levantes de 1935, a repressão estatal atinge indiscriminadamente comunistas e democratas, ao proibir o funcionamento da ANL. A partir de 1937, com o golpe do Estado Novo e a nova Constituição, editada por juristas de maneira autoritária, o governo muda a legislação vigente reafirma a unicidade sindical. A cronologia elaborada acima procura mostrar como a história do movimento operário está estreitamente ligada à história política do país.

Fim da resposta comentada

RESUMO

Nesta aula, você conheceu as principais características do projeto trabalhista, elaborado pelo Estado brasileiro entre 1930 e 1945. Vimos que a legislação sindical foi objeto de controvérsia entre as lideranças do movimento operário existente na Primeira República, pois o reconhecimento dos sindicatos pelo Estado garantia benefícios aos trabalhadores, no entanto, as organizações passaram a ser subordinadas ao ministério do Trabalho e perderam a liberdade de expressão política ideológica. Ao final da aula, apresentamos uma introdução às principais interpretações sobre as relações entre sindicatos, trabalhadores e Estado no período, comparando principalmente a visão sociológica que explica o comportamento político da classe trabalhadora através de características estruturais e a visão histórica que considera as experiências da classe trabalhadora brasileira naquele contexto histórico específico da Primeira República fundamental para a compreensão das relações entre a mesma e o projeto trabalhista.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, você conhecerá as principais características dos partidos políticos em atividade entre 1945 e 1964, assim como as linhas gerais do debate travado entre cientistas sociais sobre aquela experiência democrática encerrada pelo golpe de 1964.

Aula 5

Os trabalhadores rurais na era Vargas

Vanderlei Vazelesk Ribeiro

Meta da aula

Apresentar a apropriação pelos trabalhadores rurais das propostas da burocracia varguista para o meio agrário, através das cartas que eram enviadas a Vargas durante seus períodos de governo, fosse em conflitos rurais, fosse quando pediam o acesso à terra ou a melhora de suas condições de vida.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. descrever as estratégias utilizadas pelos trabalhadores rurais quando em conflito pela posse da terra ou questões trabalhistas, percebendo que oposições construíam e como buscavam capturar para si o apoio governamental;
2. distinguir como os camponeses, ao reivindicarem terras ou meios para trabalhar, apropriaram-se de conceitos muito caros ao regime, como os de nação, pobreza, trabalho e necessidade social.

INTRODUÇÃO

Para a maioria dos estudiosos que se debruçaram sobre o tema, não parece válido falar em atuação dos trabalhadores rurais neste período. Afinal, eles não estavam organizados em sindicatos como seus pares da cidade e, sequer teriam sido objeto das preocupações da burocracia varguista.

Entretanto, o que pudemos verificar em nossas pesquisas foi algo bastante distinto. É certo que os trabalhadores rurais foram excluídos da maioria dos benefícios da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), embora o salário mínimo, as férias, a carteira profissional e o aviso prévio ali estivessem presentes. Contudo, em pesquisas que eu fiz tanto para a dissertação de mestrado como para a tese de doutorado, observei o esforço de setores da burocracia vinculados ao Ministério do Trabalho no sentido de incorporar os trabalhadores ao modelo de desenvolvimento capitalista do país.



Figura 5.1: Há indícios de que havia esforços para que os trabalhadores rurais tivessem os benefícios da CLT.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Carteiradetrabalho.jpg>

A atuação burocrática é demonstrada por tentativas de estender a legislação trabalhista ao campo e facilitar o acesso à propriedade da terra. Um dos primeiros decretos de Vargas (19.482, de 12 de dezembro de 1930) buscava instalar desempregados da cidade em núcleos coloniais e incluía os empregadores rurais na obrigação de contratar dois terços de brasileiros, embora este último dispositivo tenha sido revogado.

O anteprojeto de Constituição enviado à Assembleia Constituinte de 1933 previa a limitação da jornada de trabalho, a extensão do salário mínimo e das férias ao meio agrário, além de garantias à pequena propriedade. Em face da resistência das bancadas oligárquicas, os direitos trabalhistas foram estendidos ao campo, mas a Constituição determinava que uma lei especial regulamentaria, o que significava sua não aplicação.

Durante o Estado Novo, a ênfase recaía sobre propostas de criação ou aperfeiçoamento de núcleos coloniais que recebessem brasileiros pobres, fosse em áreas próximas ao Rio de Janeiro, antiga capital, fosse em estados como Goiás, Mato Grosso e Pará. Além disso, buscou-se garantir a colonização nas fronteiras de Mato Grosso e Paraná, com pequenos proprietários.

Houve ainda tentativas do Estado de criar leis para reaver terras públicas indevidamente ocupadas por particulares, e mesmo um decreto de 1941 permitia que o que fora declarado para pagamento de impostos pudesse ser usado como base de cálculo para indenizações em caso de desapropriação da terra. O primeiro decreto não foi publicado, e o segundo não foi aplicado.

Ao final do Estado Novo, o governo, precisando ampliar sua base política para garantir a vitória de Vargas em eleição direta para presidente, criou a lei de sindicalização rural. A deposição de Vargas, segundo Linhares-Teixeira da Silva (1998), punha fim a uma luta surda entre a burocracia e as oligarquias estaduais.



Figura 5.2: Vargas procurou ampliar sua base política ao tentar estender os direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Get%C3%BAlio_Vargas_08111930.jpg

Com a volta de Vargas em 1951, era criada a Comissão Nacional de Política Agrária, que tinha entre seus membros dona Alzira Vargas, filha do presidente. A comissão propôs, entre outras coisas, a extensão de direitos como a proteção à maternidade ao meio agrário e um projeto que permitisse a desapropriação com pagamento de indenizações de acordo com o que se declarava para pagamento de impostos mais o custo histórico. Além disso, o ministro do Trabalho João Goulart propunha a sindicalização dos trabalhadores rurais. Todas estas propostas encontraram vigorosa resistência do setor proprietário e em tempos de guerra fria foram etiquetadas como comunistas, ficando contidas na burocracia.

Além das proposições acima citadas, não nos esqueçamos de que a propaganda varguista chegava pelo rádio aos mais distantes rincões do país. Assim, o rurícola era objeto de preocupações da burocracia e não ficou imune à propaganda.

Embora a sindicalização rural fosse muito rarefeita, um meio aparentemente inofensivo se fez usar pelos trabalhadores rurais: a carta. Abordarei aqui uma parte pequena do material que utilizei

em minha dissertação de mestrado e tese de doutorado. Trata-se de cartas enviadas a Vargas por trabalhadores rurais em situação difícil, que pediam apoio ao presidente. O interessante é que essas cartas não ficaram dormindo nas gavetas do Palácio do Catete, sede do governo à época; elas formavam processo e eram respondidas. A burocracia não deixava sem resposta o eco de seu próprio discurso.

Sem partidos políticos e sem imprensa livre, e com uma sindicalização quase inexistente, a carta foi o caminho que o roceiro encontrou para se comunicar com o presidente, para apresentar suas queixas e defender seus direitos. Ainda que na maioria imensa das vezes não fosse atendido, a simples resposta já significava uma pequena vitória: “O presidente leu minha carta e respondeu.” Era o que poderíamos chamar de cidadania embrionária, ou seja, os camponeses, ao escreverem, mostravam o início de uma cultura de direitos. Em vez de movimentos sociais como sindicatos, ligas e associações, é o conteúdo dos processos gerados na burocracia a partir das cartas de trabalhadores rurais o nosso material de estudo para esta aula.

Primeiro vamos analisar conflitos de terra ou trabalhistas, que foram parar na mesa de Getúlio Vargas, em que perceberemos o esforço dos trabalhadores rurais em chegar ao presidente, para tentar corrigir o que entendiam como injustiça. Posteriormente, discutiremos o esforço de outros trabalhadores, que procuravam obter do governo um lote de terra ou mesmo outros bens necessários ao seu trabalho (dinheiro, sementes, etc.). Vamos perceber assim que, embora a sindicalização fosse muito rarefeita, isso não impediu que os rurais buscassem seus objetivos.

Os que têm fome de justiça: conflitos rurais na mesa do presidente



Figura 5.3: Vargas entre trabalhadores rurais na Baixada Fluminense.

Fonte: Foto adquirida pelo professor junto ao Arquivo Nacional, extraída do fundo “Correio da Manhã”.

Dr. Getúlio Vargas.

Pai dos que não têm pai. Eu, que não tenho pai, peço que
tenhais dó de mim.

Eliza de Oliveira Lessa

No início de 1952, Eliza de Oliveira Lessa escreveu, com sua letra quase ilegível, uma carta ao presidente da República Getúlio Vargas. O federalismo já estava restaurado, ou seja, os estados tinham autonomia, podiam eleger governadores. O congresso Nacional voltara a funcionar desde 1946, mas Eliza não tentou contatar algum deputado ou senador. Também a imprensa trabalhava com relativa liberdade, porém, de acordo com as informações que busquei no Arquivo Nacional, a mulher não levou o caso aos jornais. Mas o que ocorreu com Eliza? Conta em suas linhas que com imensas dificuldades conseguiu, junto com sua mãe, comprar um sítio, mas o fazendeiro Custódio Barros, um “milionar”, inundou suas terras. Quando reclamou, a mulher foi espancada pelos jagunços

do fazendeiro, que gritava: “Pode matar, que eu tenho dinheiro pra defender vocês.”

A senhora procurou o promotor da cidade, mas ele disse que “eu sô pobre muito facinha e que só quando ele cometer um crime pode fazer alguma coisa”. Dona Eliza terminava pedindo ao presidente que mandasse “um oficial” para ver o que se passava.

A carta foi a Viçosa, cidade mais próxima de Hervalha, cidade onde residia Elisa, e finalmente veio a informação de que afinal fora aberto o processo.



Fundo Gabinete Civil da Presidência da República do Arquivo Nacional

Todas as cartas que você verá citadas nesta aula foram analisadas por mim no Fundo Gabinete Civil da Presidência da República do Arquivo Nacional. Este fundo reúne a documentação enviada à Presidência da República durante o período entre 1930 e 1960. A documentação encontra-se plenamente organizada para o período compreendido entre 1930 e 1943. Está disposta em séries referentes aos ministérios, tornando bastante fácil o trabalho do pesquisador. De 1944 em diante, a documentação não está organizada. O pesquisador tem de partir de fichas, que o leva ou não ao processo que ele quer. De 1951 em diante, já encontramos muitas referências à documentação remetida aos governos estaduais e apenas temos a resposta enviada ao **missivista**, indicando que sua correspondência teve esse destino.

Missivista

Pessoa que leva ou escreve cartas.

De toda forma, para quem estuda um período em que a sindicalização rural era extremamente rarefeita, é uma documentação preciosa. E se você tiver interesse nos temas agrários ou em outros relativos ao período varguista, vale a pena uma visita ao Arquivo Nacional, que fica próximo à estação de trem da Central do Brasil, no Rio de Janeiro.

Mas por que a sitiante mineira foi buscar auxílio junto ao Palácio do Catete? Marc Bloch, em seu livro *Reis Taumaturgos*, mostra que nos fins da Idade Média muitos procuravam os reis da França e da Inglaterra a fim de curar as escrófulas (tumores na testa). Acreditava-se que o rei poderia, com o toque de seus dedos, curar o tumor. O autor lembra que esta percepção foi mais tarde utilizada como recurso para reforçar o poder real em tempos de centralização em face dos senhores feudais (BLOCH, 1997).

No Brasil dos anos 1930 aos 1950, não foram poucos os que buscaram o apoio do presidente da República para que os ajudasse em situações nas quais se viam prejudicados.

Normalmente, o presidente da República não era a primeira instância a ser buscada. Na realidade, a carta ao governante era o instrumento a ser usado quando tudo o mais já falhara. O caso de Joel Claudino Pereira mostra-nos essa situação. Comprara a Silvério Machado, um grileiro, uma posse próxima a Londrina, no Paraná.



Grileiro

O grileiro é uma figura extremamente conhecida Brasil a fora. Trata-se daquele que registra um título falso de propriedade da terra para depois negociar com ela ou simplesmente apropriar-se da mesma. A expressão "grileiro" remonta à segunda metade do século XIX. Com a Lei de Terras de 1850, o único meio aceito para adquirir terras era a compra junto à Coroa Imperial, mas, para facilitar os grandes proprietários, duas brechas foram abertas. Em primeiro lugar, a posse que já existisse era permitida. Além disso, aqueles que tivessem recebido terras anteriormente em doações de sesmarias da Coroa portuguesa teriam seu título reconhecido. O fazendeiro forjava um título de doação de terras, escrevendo como se fosse uma sesmaria antiga e punha numa caixinha com grilos. Os grilos urinavam, defecavam e se reproduziam, e o documento ficava uma "perfeita" doação da Coroa portuguesa do século XVII. Até hoje, existem imensas áreas em todo o país cuja origem da propriedade é um grilo.



Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/612662>

Poucos dias depois, Joel recebeu a visita de um oficial de justiça, que o advertiu que não poderia cultivar a terra, pois ela pertencia aos herdeiros de Miguel Ângelo da Cruz e o advogado Ruy Alves de Camargo entrara com ação na Justiça. Não tendo para onde ir, com a mãe, com pneumonia, o pai já sem condições de trabalhar, pois muitos anos antes perdera uma perna, Claudino buscou defender-se na Justiça, mas a vitória veio para o advogado. Pouco tempo depois, a posse era invadida: “Até faca de cozinha levaram.” Joel explicava: “Estou reduzido a zero! Não posso cumprir com meu dever de brasileiro.”

Afinal, Joel e a família tiveram mesmo de continuar sua saga, pois a informação que chegava ao Catete era de que as terras pertenciam aos herdeiros de Ângelo da Cruz e mais ainda: houver resistência, embora não se fale na violência exercida contra o posseiro. Mas o que chama a nossa atenção é justamente o fato de que a carta não ficou, como poderíamos esperar, dormindo nos gabinetes da Presidência. O processo circulou pelas repartições e, cerca de um ano depois (considere não só a lentidão da burocracia, mais as comunicações em 1940), retornava a resposta a Claudino. Certamente não foi a que ele precisava, mas a burocracia não perdia a oportunidade de manter o contato por ele iniciado.

A Revolução de 1930 coincide com a difusão de um aparelho poderoso, que contribuiria na integração do país: o rádio. Não por acaso, justamente no ano de 1940 o Estado, ao intervir em empresas de um concessionário norte-americano, estatizou a Rádio Nacional, que em breve se tornaria a principal emissora do país. Em 1935 já se criara a *Voz do Brasil*, programa noticioso obrigatório transmitido por todas as emissoras de rádio do país até nossos dias. O governo tinha à mão um instrumento para difundir sua ideologia.

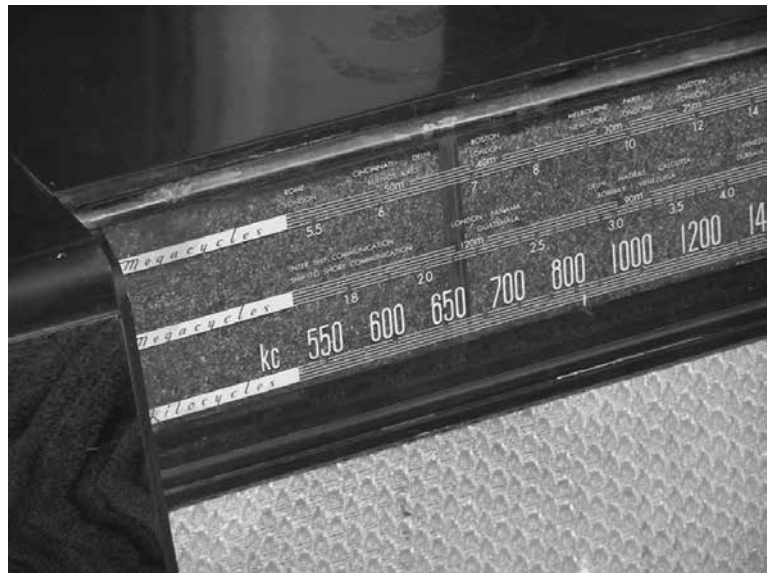


Figura 5.4: O rádio tornou-se um poderoso instrumento para difundir a ideologia do governo.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:The_PVR.jpg

Muito provavelmente, a maioria dos camponeses que escreveram a Vargas não tinha rádio em casa, mas quando iam ao povoado, como se dizia para referir-se à cidade, ouviam o rádio do bar e por ele tinham conhecimento da mensagem governamental. Esta exaltava profundamente o nacionalismo. Este sentimento presente em Joel Claudino – “não posso cumprir com meu dever de brasileiro”, – acutizava-se quando se falava de zonas de fronteira.

Em 1939, José Afonso da Silva enviou para Getúlio Vargas cópia de um processo que movia junto ao Tribunal de Justiça Especial. Repare que, mesmo conseguindo lutar na Justiça, o missivista buscava melhorar sua condição enviando a correspondência ao presidente. Ele e seis companheiros cultivavam terras que tinham sido arrendadas pelo estado de Mato Grosso à Companhia Mate Laranjeira. A companhia não os incomodava, mas o sírio Elias Milan surgiu com um título de terras no mínimo questionável. Os posseiros resistiram, e o subdelegado de Maracaju prendeu-os e ainda cobrou “taxa de carceragem”. Afonso explicava que haviam

sido cometidos dois crimes, não contra ele, um pobre posseiro, mas contra o Estado Novo: em primeiro lugar, ele e seus companheiros eram brasileiros impedidos por um estrangeiro de produzir na fronteira o que ameaçava a segurança nacional. Por outro lado, a economia popular era afetada, pois produziram gêneros para o consumo local.

Afonso ainda lembrava que não tinha registrado sua posse devido ao alto preço para fazê-lo, e pedia que posses como a dele pudessem ter a legalização gratuita para que não se tornassem letra morta, “leis tão sábias e justas de amparo ao trabalhador”. O processo bem documentado foi ao Ministério do Trabalho e conseguiu-se a substituição do subdelegado de Maracaju e opinou-se pela necessidade de uma vistoria no local. Não temos informações de como terminou o caso de José Afonso e seus companheiros, mas podemos perceber como os camponeses apropriavam-se do discurso oficial.

O “pai” do Brasil

Além do nacionalismo, o regime estado-novista valorizava sobretudo a ideia de família, com o ditador, sendo uma espécie de “pai” do Brasil. Esta ideia também era apropriada pelos camponeses, quando reclamavam em casos de confronto. Joel anexou a carta de seu pai contando os tormentos que já passara, sendo expulso de terras e lembrando a doença de sua mãe. José Afonso e seus companheiros acrescentavam sempre o número de filhos que tinham, provavelmente para mobilizar seu interlocutor. Assim, dona Maria Marques Franco, já vivendo em São Paulo capital, escrevia para Getúlio Vargas em 1942, contando seu infortúnio. Ela e o marido Júlio trabalhavam na formação de cafezais. Fizeram um contrato com Antonio Gonçalves, um espanhol, que disse não poder ajudar com um centavo. Trabalhando com extrema dificuldade, conseguiu com o marido e os filhos pequenos formar o cafezal. “Ali onde se ouvia o guizo das cascavéis, formava uma fazenda, com criações, pastos, árvores, num recanto sagrado do nosso Brasil.” Mas o espanhol

propusera “pagar uma quantia irrisória” para que deixassem a fazenda. O marido de dona Maria não concordou, e logo ocorria um incêndio na fazenda. Quando ele e os filhos tentavam debelá-lo foi preso como incendiário.

O advogado do Departamento Estadual do Trabalho pedira uma procuração a Julio, mas depois não o atendia mais. Logo a família foi expulsa pelo espanhol e seus jagunços.

Dona Maria agora estava viúva e, ao falar do marido, dizia: “Foi um bom pai, marido exemplar.” Já tinham se passado oito anos, mas ela não perdia a esperança: “Podem dizer, vossa causa está perdida, mas como, se ganhei em 1934?” E terminava protestando contra a burocracia: “É preciso acabar com os abusos destes que não merecem ser vossos auxiliares.”

O processo foi encaminhado ao Ministério do Trabalho, dali ao Departamento Estadual do Trabalho e de lá veio a informação de que a causa fora mesmo perdida, e que não poderia haver assistência do Estado, pois houvera participação de advogado particular. Em sua carta notamos que a mãe Maria pede ao pai Getúlio que a ajude a terminar de criar os filhos.

As ideias de família e nacionalismo também estão presentes na carta de José Dario, que escrevia de São José do Rio Preto, em São Paulo.

Sua carta, aliás, já foi abordada num trabalho pioneiro de Jorge Ferreira (FERREIRA, 1995), em que se analisou pela primeira vez em que as cartas enviadas a Vargas. José fora conferir suas contas de colono de café com o gerente Homero da Costa Braga, “desrespeitador de famílias de humildes trabalhadores, de caráter truculento e espírito injusticeiro”.

Discordando das contas, que lhe atribuíam uma dívida que ele não possuía, ouviu do gerente: “Não me aborreça, senão entra na maneira”, o que no linguajar caipira queria dizer “levar uma surra”.

José mostra seu temor de apanhar na frente da esposa e dos filhos e deixa a fazenda. Quando conseguiu um caminhão que buscasse seus pertences, o gerente proibiu sua entrada. José não tinha grandes ilusões: “Seria absurdo eu pensar numa solução para o meu caso pessoal, porém levo ao conhecimento de Vossa Excelência, para que possa avaliar o quanto estamos sujeitos a garras de patrões tiranos. Que possa esta minha queixa receber o amparo merecido das dignas autoridades, que têm conduzido os destinos do nosso país e ajudar a todos nós brasileiros.”

Em sua carta, José não deixara de mencionar que os proprietários da fazenda eram os sírios Moyses e Miguel Addad, e que Homero afirmava que os mesmos tinham “no bolso as autoridades”. José teve sorte melhor que a de outros conterrâneos. Sua carta foi ao Departamento Estadual do Trabalho e de lá ao promotor público, que foi à fazenda certificar-se do ocorrido. Os sírios e Homero escreveram uma carta, na qual esclareciam não terem a intenção de ficar com os “**trastes**” do colono, que ele abandonara a fazenda com dívida e que só não deixaram o caminhão levar os seus pertences por não haver autorização, mas que, havendo ordem de autoridade competente, eles certamente entregariam.

Afinal, dois terços dos bens de Seu José foram entregues, pelo menos de acordo com a lista elaborada provavelmente por sua esposa.

Trastes
Coisas inúteis.

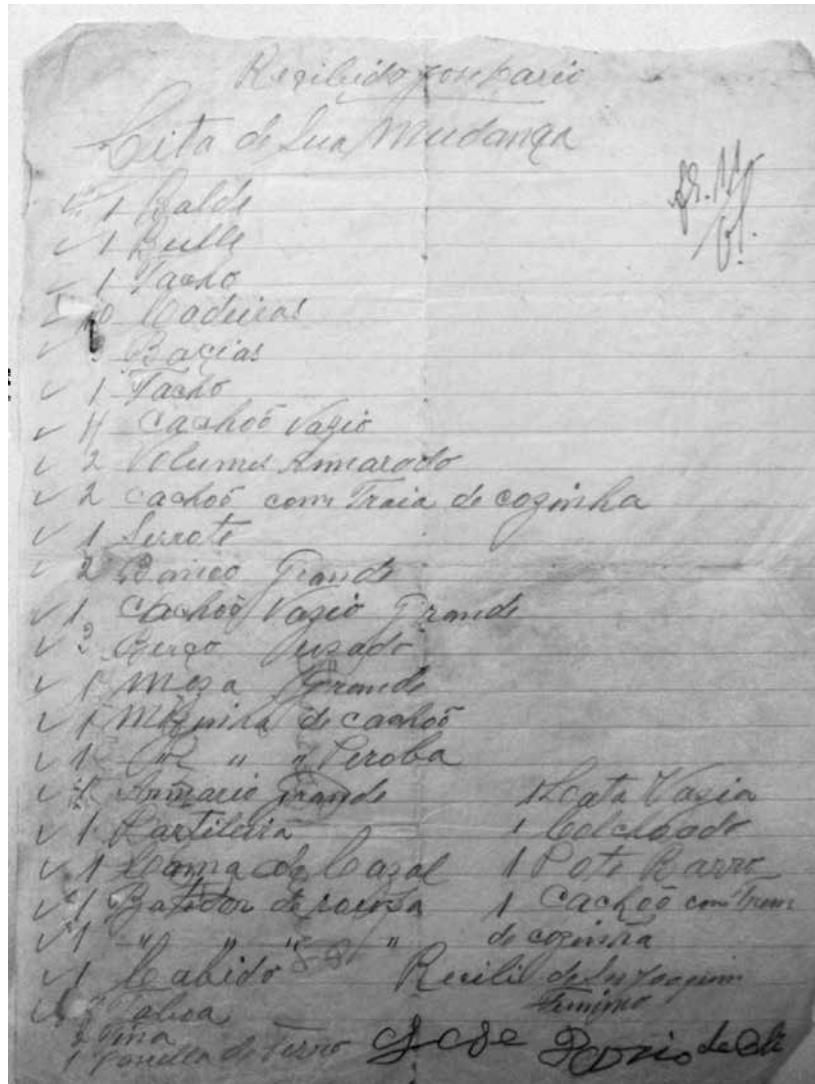


Figura 5.5: Lista organizada provavelmente pela esposa de José Darío na qual figuram os objetos que ainda ficaram faltando depois que ele recebeu os bens apreendidos, quando de sua fuga da fazenda.

Fonte: Arquivo Nacional, Fundo Gabinete Civil da Presidência da República, lata 205, processo 12.437/1940.

Conseguiu aqui o que poderíamos chamar de uma vitória parcial. Desenvolvia-se aquilo que Edward P. Thompson chama de formação de uma consciência de classe, não no sentido revolucionário clássico, mas no que tange à afirmação de direitos. Sou trabalhador, tenho família, tenho meus direitos, cumpro com meus deveres; logo, se os direitos são desrespeitados, alguém tem

de me socorrer. Se não for a justiça local, por que não o chefe do Estado Novo? Aliás, os sírios se queixavam de que o colono tão sem razão estava que se dirigiu ao mais alto poder da República, sabendo que o Departamento Estadual do Trabalho tinha advogados que protegiam os trabalhadores.

Chama a atenção o fato de tantas cartas virem do estado de São Paulo. Mesmo tendo ali se desencadeado o movimento armado de 1932, que tentou depor Vargas, e de ter-se construído uma memória muito positiva dele, entre os trabalhadores rurais existia muito claramente a ideia de que o poder local ou mesmo estadual nada faria para resolver suas dificuldades.

Mas se no estado mais rico do país as queixas eram encaminhadas a Vargas durante o Estado Novo e mesmo no segundo governo, que dizer de outras regiões? De Ilhéus, na Bahia, José Calisto escrevia a Vargas contra Shafic Suet. “Em casa de família ele é um devorador!”, numa provável alusão ao comportamento sexual do fazendeiro; “ele é um açambarcador”, ou seja, especulava com o preço de gêneros, algo mal visto na época e finalmente “ele matou Antonio Ribeiro, eu sei e posso aprovar!”.

Mas por que Calisto reclamava contra este especulador, devasso e assassino? Porque fizera trabalhos de pedreiro em suas terras. “Sabe como ele queria me pagar? Com pancada! Diz que paga cinquenta contos, mas não me paga cinco mil réis”, ou seja, pagaria cinquenta milhões, mas não cinco mil para seu trabalhador. Perdera o processo na Justiça do Trabalho de Ilhéus, e para ele a razão era muito clara: “Ele não se intimida dessas autoridades.” Segundo o missivista, era a sexta carta que enviava a Vargas, mas acreditava que tinham sumido com as cartas no correio.

Que resposta Obteve Calisto? O processo foi à Justiça do Trabalho, e o funcionário Segisfredo Gomes explicava que este trabalhador era “maldoso e caluniador, que não encontrara testemunhas que lhe fossem favoráveis e agora “açaca contra modestos funcionários da Justiça do Trabalho”.

Recordemos que Segisfredo, assim como os sírios de Rio Preto, reclamava contra o fato de Calisto ter escrito ao presidente da República. O simples fato de escrever ao presidente da República já causava revolta em proprietários rurais. Ao escrever, o roceiro rompia a lógica segundo a qual só poderia dirigir-se a seu patrão. Mesmo que não conseguissem seus objetivos (na maioria das vezes não conseguiam), a simples carta, que formava processo, já significava um passo rumo à cidadania. Aquela incorporação simbólica de que nos falamos Teixeira da Silva e Linhares (1998), na qual inicialmente o trabalhador era valorizado nas artes, como em painéis de Portinari que emolduravam o MEC, agora tornava-se mais palpável no simples responder a uma carta.

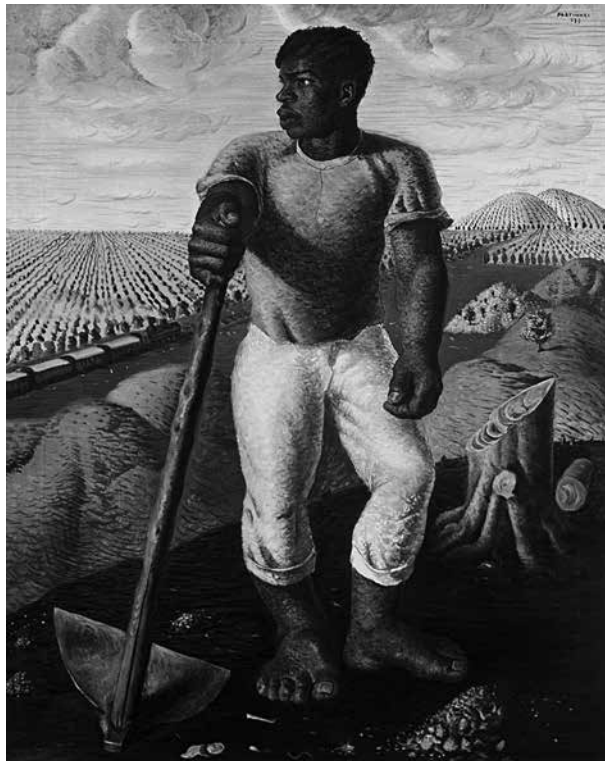


Figura 5.6: *O lavrador de café*, de Candido Portinari, um dos painéis encomendados pelo governo Vargas para emoldurar o antigo prédio do Ministério da Educação no Rio de Janeiro.

Fonte: <http://namidiacom.files.wordpress.com/2012/02/lavrador-de-cafe13.jpg>

Conforme nos lembra (REIS, 2002), o discurso governista apontava para o fato de que no Estado Novo não haveria mais intermediários entre o governo e o povo. Nos processos por mim analisados, encontramos um conflito no Estado Novo que teve um mediador legitimado pelo regime: o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e Pecuários de Campos. Em minha pesquisa, encontrei fragmentos da atuação deste sindicato, quando, por exemplo, tentava, em 1941, conseguir a regulamentação de contratos coletivos para os trabalhadores da cana-de-açúcar. O sindicato, liderado por Antonio João de Faria, tentou mediar ao menos um conflito: dona Rosa Maria José de Medeiros enviudara de Pascoal Vicali, que era arrendatário em uma fazenda. O fazendeiro “desrespeitava canaviais e bananeiras em ponto de colheita”. O processo foi a Niterói, antiga capital do antigo Estado do Rio, e lá a Delegacia Regional do Trabalho informou que nada se poderia fazer, pelo fato de os contratos de arrendamento não estarem ainda regulamentados. De qualquer modo, a noção de direitos começava a ganhar o interior do país, ainda que não fossem respeitados.

Como já pudemos observar no início desta seção, o retorno ao sistema de partidos com instituições funcionando como o parlamento e uma imprensa mais livre não diminuíram o interesse dos trabalhadores em escrever a Vargas. Citaremos apenas dois exemplos, vindos de Minas Gerais: Joaquim Borges de Lima teve uma paciência mineira para esperar. Em 1948, Remo Morgante, um “udenista forte, que trabalhou muito na campanha do brigadeiro”, referindo-se a Eduardo Gomes, candidato derrotado por Vargas em 1950, comprou a fazenda onde ele morava. Morgante enviou soldados à casa de Joaquim quando este não estava. Sua mulher teve uma “vertiz”, ou seja, uma vertigem, e desmaiou. “Ficô loca, encasquetô no juízo e os médico não acha ponto de cura.” Joaquim não conseguia mais trabalhar por ter de tomar conta da esposa, e na sua Ouro Fino, Minas Gerais, via-se sem o apoio dos filhos e sem recursos.

Mas a volta de Vargas em 1951 o animava. Joaquim não esquecera que Morgante trabalhara para o brigadeiro Eduardo Gomes, candidato da UDN derrotado por Getúlio. “Os cabos eleitorais do PTB me falaram: escreve pro Getúlio. Ele é o pai da pobreza e vai ficá muito zangado com a injusticia que o Remo Morgante fez procê.” Joaquim teve uma recomendação muito comum num contexto de federalismo restaurado: o recurso à Justiça Estadual. Certo que era bem menos do que ele precisava, até porque normalmente a justiça estadual era favorável aos proprietários rurais.

De todo modo, observemos que, mesmo sendo para manter o *status quo*, a burocracia central não perdia o contato feito a partir do meio agrário.

Geraldo Cornélio da Silva mandava a sua história. Com o analfabetismo reinante no interior e mesmo nas capitais, muitas vezes o roceiro pedia a alguém que escrevesse em seu nome. Mas no caso de Geraldo, mesmo que ele soubesse escrever, não poderia fazê-lo. Geraldo encontrava-se naquele momento em casa de parentes, completamente enlouquecido. Ele comprara uma posse e, nem bem instalado, foi pressionado pelo delegado de Resplendor e mais tarde espancado e internado como louco, o que de fato ocorreu. Quem escreveu a carta para Geraldo não se esqueceu de dizer que as autoridades de Resplendor, em Minas Gerais, eram todas udenistas. Assim, se no Estado Novo valia a pena declarar que o inimigo era um estrangeiro, agora lembrar sua condição de udenista era o caminho muitas vezes adotado. Também no caso de Geraldo recomendava-se a Justiça Estadual, mesmo que esta já fosse denunciada como cúmplice dos proprietários locais.

No segundo governo Vargas era ainda mais difícil que o trabalhador rural fosse atendido nos conflitos, mas a burocracia continuava formando processos e enviando a resposta com a fórmula: “O presidente da República incumbiu-me comunicar-vos que vossa carta foi encaminhada” ou a recomendação da Justiça Estadual.

Finalmente, lembremos, como diz Ciro F. Cardoso, os temas-eixo que estão presentes nos discursos dos trabalhadores rurais no Estado Novo: nacional x estrangeiro, poder local x poder central, valentia dos fazendeiros x justiça do presidente, bondade do coração do presidente.

Durante o segundo governo, o tema nacional x estrangeiro perde importância em favor da oposição presidente x udenista. Um estrangeiro no Estado Novo é um antipatriota, portanto injusto, à valentona, mau brasileiro. No segundo governo, o udenista ocupa este lugar.



Atende ao Objetivo 1

1. Leia as cartas: a primeira foi escrita em nome de Geraldo Cornélio e a segunda foi enviada por José Dario. Depois compare. Identifique pelo menos dois temas semelhantes e dois temas diferentes entre elas.

Carta 1

Excelentíssimo Doutor Getúlio Vargas,

Geraldo Cornélio da Silva, brasileiro, lavrador vem muito respeitosamente requerer que se faça justiça contra os autores de sua prisão e maus tratos que foi vítima em Resplendor sem que crime algum cometesse, ficando inutilizado pelo resto da vida.

Em junho de 51 foi convidado por Antonio Pereira para derrubar mata para ele. Comprou uma posse do mesmo Antonio. Em 4 de setembro apareceu o senhor Dalto

Morais, filho de um rico fazendeiro. Disse à esposa, que seu marido desocupasse o terreno. Em trinta de setembro apareceram Dalto, o genro chamado Cazuza e dez jagunços. Perguntaram quem deu ordem para cultivar. Cazuza ameaçou avançar em Geraldo para o agredir.

O queixoso disse que precisava colher o seu mantimento. Ouvia que plantava, mas não colhia.

Em seguida intimaram Geraldo e Antonio Pereira para comparecer em Resplendor. Procuraram um fiscal de matas, que confirmou que o terreno pertencia a Antonio.

No mesmo dia foram abordados por Dalto e Dr. Amantino. (delegado de polícia) "Olha Negro, você está comentando o caso de ontem? Você é um negro à toa. Nasceu à noite vai morrer à noite." Voltando à sua barraca Geraldo sentiu-se doente perdeu no caminho uma espingarda que levava a tiracolo. Com receio saíram sua esposa e Antonio Pereira, que foram encontrar Geraldo em Santa Rita.

O subdelegado pediu a frei Jaime internar Geraldo no Hospital. O subdelegado entregou-o à Polícia, onde foi espancado por Antonio Pereira e Celestino. O subdelegado de Santa Rita forneceu dinheiro para que fosse buscar os parentes de Geraldo, que nada puderam fazer. O delegado de Resplendor queria mandar para Barbacena como louco. O irmão de Geraldo queria levá-lo para Belo Horizonte. Na cela livre tentaram aplicar-lhe outra surra e Geraldo conseguiu fugir. Tão desatinado estava que caiu no Rio Doce.

Foi salvo por um canoeiro que o entregou à polícia. Fato presenciado por muitas pessoas. Sua esposa dirigiu-se ao juiz de direito e ele disse que se ela fosse devota que orasse pelo marido e cuidasse dos filhos porque ficaria pior que ele.

O delegado disse que só o carcereiro podia resolver. Ela recebeu um atestado de pobreza para pedir donativos.

A esposa implorou a frei Jaime, que tirasse o marido da cadeia. Ficou em tratamento por treze dias. Foram aplicadas quatro injeções. Neste ínterim apareceu um irmão de Geraldo, que o levou para Galileia. Geraldo escapou dos facínoras de Resplendor.

O próprio Antonio Pereira vendeu a outro o terreno por doze mil cruzeiros dinheiro que até hoje não foi entregue.

Para cúmulo do absurdo, o terreno, que eles alegam lhes pertencer é de três mil alqueires e só paga quatrocentos de imposto.

Dalto encontrou a esposa de Geraldo e quando ela disse que ele ficara obcecado: “eu sabia que ele ia ficar assim”.

Veja senhor presidente as autoridades todas udenistas gananciosos, tomando um pedacinho de terra, tendo três mil alqueires.

Pede ajuda contra tais abusos.

Geraldo Cornélio da Silva Rua Marechal Floriano 373, Governador Valadares.

Carta 2

Excelentíssimo Senhor Doutor Getúlio Vargas, Presidente da República.

Entre os milhões de miseráveis, párias, que percorrem as fazendas de café deste estado sou um dos mais humildes que me atrevo a dirigir-me a vossa excelência porque fui informado que muito tem feito em benefício dos trabalhadores, apesar de até esta data ninguém aqui teve a felicidade de ser beneficiado.

Tomo a atenção de Vossa Excelência não só por meu caso particular, mas pelo interesse coletivo do trabalhador da roça.

A cerca de treze anos cheguei do Estado da Bahia e desembarquei na estação de São José do Rio Preto e fui transportado por condução para a fazenda São José de propriedade dos sírios Moisés e Miguel Haddad e Companhia.

Cumpri tudo que me era determinado. Por motivo de moléstia fui obrigado a deixar o meu trabalho, tudo passageiro, facilmente seria corrigido.

Vi um débito em minha caderneta novecentos mil réis, mas para garantia tinha três mil pés de café todos plantados certo de produzir cinco a seis carros de milho e uma égua nova mestra de arado. o que não me foram acreditado.

Acontece que o senhor Homero da Costa Braga gerente do senhor Moisés exigindo-me a cardeneta, para os débito e depois de três a quatro mês que me devolveu a referida cardeneta, veio com abuso de um débito de 1 conto e oitocentos mil, quando o mesmo não ultrapassava a novecentos mil, tendo de se deduzir quatrocentos mil de dias que trabalhei para a fazenda e prestação do trato de café

Conhecendo perfeitamente a moral do senhor Homero, desrespeitador de famílias de humildes trabalhadores e na frieza de seu espírito à valentona e caráter truculento e injusticeiro, apesar disso, não pude deixar de fazer a minha reclamação do absurdo lançamento em minha cardeneta. Não se fez muito esperar por sua atitude: “Não me aborreça senão entra na maneira”.

Compriendi perfeitamente a extensão dessa ameaça feita pelo gerente Homero da Costa Braga que entra em ação por intermédio de seus jagunços e dispõe de influência nos meios policiais dos municípios vizinhos, através de seu opulento patrão, que abertamente nos fere os ouvidos com a frase, que no bolso dele estão as autoridades que mandam no Brasil.

Sentindo que a minha situação era precária e ameaçadora, conhecendo perfeitamente bem o risco de espancamento, teria que me sujeitar como muitos de meus colegas, tem se submetido à escravatura temendo a humilhação, resolvi abandonar o quanto antes aquela fazenda, deixando o meu milho, que está para colher que vale mais de um conto e duzentos e uma égua, que tenho enjeitado trezentos e cinquenta mil réis perfazendo um conto e quatrocentos mil réis.

Mesmo assim estava feliz fora daquela fazenda. Retirei minha mudança para a estrada boiadeira e providenciei um caminhão para levar a Mirassol. Nessa ocasião interferiu o administrador, que proibiu a retirada da mudança, sem falar com o gerente Homero da Costa Braga, que prometeu comparecer ao local e fui aconselhado pelo administrador a deixar a fazenda antes que o senhor Homero da Costa Braga aparecesse com seus jagunços para me espancar. Com tamanha humilhação na presença da minha esposa e meus pequenos filhos seguimos para Mirassol à espera que minha mudança aparecesse.

Soubemos pelo Chofer contratado que o gerente determinou que o caminhão voltasse para a fazenda, recolhendo toda a minha mudança, incluindo roupas de minha mulher meus filhinhos. Roupas e sapatos velhos que nos faz falta. Sem cama para dormir, sem panela para cozinhar, andrajoso, sujo e imundo, por culpa da perversidade do bárbaro gerente Homero da costa Braga, que a serviço do sírio abastado e truculento, que deixa uma família brasileira em completa nudeza.

Seria absurdo eu pensar numa solução para o meu caso pessoal, porém levo ao conhecimento de Vossa Excelência, para que possa avaliar o quanto estamos sujeitos à garras de patrões tiranos, que possa esta minha queixa receber o amparo merecido das dignas autoridades, que tem conduzido os destinos do nosso país e ajudar a todos nós brasileiros.

Resposta Comentada

As cartas que abordamos têm pontos em comum, embora a situação de Geraldo, pela condição física em que se encontrava, fosse muito mais grave que a de Dario. Nas duas cartas, a ideia de família é acionada. José Dario não quer apanhar na frente da esposa e dos filhos e queixa-se da nudez em que se encontram não apenas ele, mas sua família. Quem escreve para Geraldo lembra a dor de sua esposa ao ver o marido naquelas condições.

A polícia, nos dois casos, está a soldo dos mandões da terra. No bolso do sírio para Dario e atuando diretamente, prendendo e espancando Geraldo. A justiça não é uma esperança. Aliás, Dario mostra suas dúvidas ao próprio Vargas, ao lembrar que ninguém naquela região tinha sido beneficiado.

As oposições seguem o padrão. No Estado Novo os sírios são estrangeiros que jogam uma família brasileira na miséria. No caso de Geraldo, são udenistas as autoridades que não o protegem e, pelo contrário, sustentam os mandões que o expulsam.

No caso de Geraldo, temos a questão racial que aflora: “Você é um negro à toa. Nasceu de noite e vai morrer de noite.”

Nos dois casos, Vargas aparece como alguém que não está comprometido com o poder local e que pode tudo restaurar. A última esperança num contexto em que os dois já tinham perdido tudo, no caso de Geraldo, inclusive a sanidade mental.

Desta maneira, podemos perceber que as oposições família brasileira x estrangeiros ou bom trabalhador x udenistas completam a visão segundo a qual o presidente pode resgatá-los de suas dificuldades.

Terras e outras demandas necessárias à agricultura

“Abaixo de Deus só posso recorrer ao presidente do meu país.”

Nelson Limoeiro Castelo Branco

Em 16 de setembro de 1942, Nelson Limoeiro Castello Branco escreveu de Belo Horizonte a Getúlio Vargas. Com cinco filhos e desempregado, recebera a proposta de um amigo que lhe oferecia um sítio. Mas ele não tinha dinheiro para começar a plantação, muito menos para se deslocar. Pedia então ao presidente um empréstimo, que poderia pagar. “No meu fraco e humilde entender, não será inconveniente.” Que resposta teve Nelson? A carta foi ao Ministério da Agricultura e de lá foi para a Divisão de Terras e Colonização. Octávio Rodrigues da Cunha respondeu a Nelson que o Ministério não tinha recursos, mas que poderia oferecer um lote de terras na colônia agrícola de Goiás. Nelson agradece, mas responde que não pode aceitar porque não tem recursos para deslocar-se. No encaminhamento do processo ao ministro, Octávio reconhecia que “o senhor Nelson merece ser ajudado, mas não há recursos.”

O diálogo entre Nelson e a burocracia estado-novista nos remete a algumas reflexões: durante o Estado Novo, o governo propagandeava o discurso de “rumo ao campo” no sentido de valorizar a agricultura e tentar, na medida do possível, conter o êxodo rural. Ao mesmo tempo, evocava a noção de marcha para o oeste, pois ali estariam as fontes de matéria-prima, a terra inculta e no futuro o mercado para a indústria (VELHO, 1979; LENHARO, 1986). Assim, oferecer ao senhor Nelson um lote em Goiás atenderia a dois objetivos: se ele aceitasse e tivesse algum meio de ser atendido, era menos um pobre com prole já numerosa morando numa grande cidade. Caso contrário, o governo não deixaria de responder o eco de seu próprio discurso. Este padrão foi observado em várias cartas que consultei. Pais de famílias numerosas escreviam para Vargas contando seus tormentos. O padrão era similar: um pai com muitos filhos, às vezes desempregado, morando em cidade grande ou não, pedindo um lote de terra para cultivar. Na maioria dos casos, a resposta vinha no sentido de que o candidato a camponês podia inscrever-se para núcleos coloniais. A questão é que muitas vezes os núcleos, ainda em projeto, estavam em Goiás, no Mato Grosso ou mesmo na Amazônia. Seria inviável para alguém que já estava em dificuldades deslocar-se Brasil adentro. De toda forma, o eco da propaganda oficial estava respondido, o camponês não ficava sem uma voz oficial.

A ideia de família era acionada a todo tempo pelos que escreviam a Vargas pedindo um lote de terras. O fato de alguém ter muitos filhos era visto como razão suficiente para ser atendido. Assim pensavam Manuel de Brito, que escreveu de Penápolis, em São Paulo, Américo Faria Lima, que enviou carta de Itaperuna (RJ), e João Gotardo, de Cachoeiro do Itapemirim (ES). Todos lembraram de citar seus dezessete, dez e dezoito filhos, respectivamente. Aos primeiros foi oferecido lote de terras em núcleo colonial, fora de sua região; Gotardo teve o pedido negado. Ele já era proprietário e portanto não se sentiu a necessidade de manter sua esperança.

Também encontramos mulheres que se dirigem a Getúlio na tentativa de mudar de vida. Do Rio de Janeiro, dona Matilde Lopes dos Santos escrevia. Nascera na roça e não se adaptava à cidade. Com quatro filhos, pedia terras no interior, além de instrumentos agrícolas, sementes e remédios. Na Divisão de Terras do Ministério da Agricultura reconhecia-se que o pedido era merecedor de toda simpatia, mas não podia ser atendido pois não havia lotes vagos na Baixada Fluminense, e o regulamento não permitia a instalação de chefes de família do sexo feminino. Ideal de família sim, mas chefiada pelo pai, com mãe em casa, cuidando da prole.

Durante o segundo governo Vargas, os pedidos de lotes de terras continuavam chegando ao Catete. Já não eram tantos os que queriam marchar rumo ao Oeste. Os problemas eram mais imediatos. Infelizmente, para nossas pesquisas muitas cartas, como dissemos, foram remetidas aos governos estaduais, quando pediam terras. De todo modo, sigamos outra mulher, que escreveu a Vargas.

Dona Francisca Maria do Nascimento, mãe de onze filhos e morando em Macaé, começava sua carta dizendo que recebera outra carta da Fundação da Casa Popular explicando que não haveria casa para ela. O problema era que o senhorio ia expulsá-la com a prole, pois queria aumento e ela não podia pagar. Pedia um lote de terras. Em Macaé existia um núcleo colonial do Ministério da Agricultura, mas a resposta era: “Já há muitos pretendentes e uma senhora com tantos filhos não pode realizar trabalhos agrícolas.”

Mas se os pedidos de terras foram desta forma atendidos, com a burocracia respondendo normalmente de forma negativa, houve quem conseguisse outros objetivos. Ainda que sejam circunstâncias raríssimas, não se pode desprezá-las.

O italiano Santos Favaroni escrevia desde Guararapes, em São Paulo. Explicava que havia 43 anos chegara ao Brasil e trabalhando em fazendas de café, não se estabilizara. “Ao operário rural, tudo é descontado a risco”, depois de lembrar que o presidente poderia trazer algum conforto à choupana, explica que desejava apoio para sua lavoura. A carta foi a seção de Fomento Agrícola do

Ministério da Agricultura. O funcionário foi a Guararapes e observou a situação de Favaroni. Era de fato um colono trabalhador, suas contas corriam relativamente bem, mas muitos de seus oito filhos estavam com o amarelão, doença que causa anemia e dificulta o trabalho. Favaroni tinha dívida por causa das doenças.

O funcionário aproveitava para recordar que a situação dele era a da imensa maioria dos trabalhadores da cafeicultura de São Paulo. Quebrava assim o mito que os dirigentes da Sociedade Rural Brasileira sustentavam no sentido de que o colono de café, como se dizia, era uma espécie de sócio do fazendeiro e que, sendo econômico, tornava-se proprietário.

Recomendava-se então o apoio a Favaroni na forma do empréstimo de enxadas e outros instrumentos agrícolas pelo prazo de um ano. Foi com emoção que observei as guias de empréstimo encontradas no processo de Favaroni.

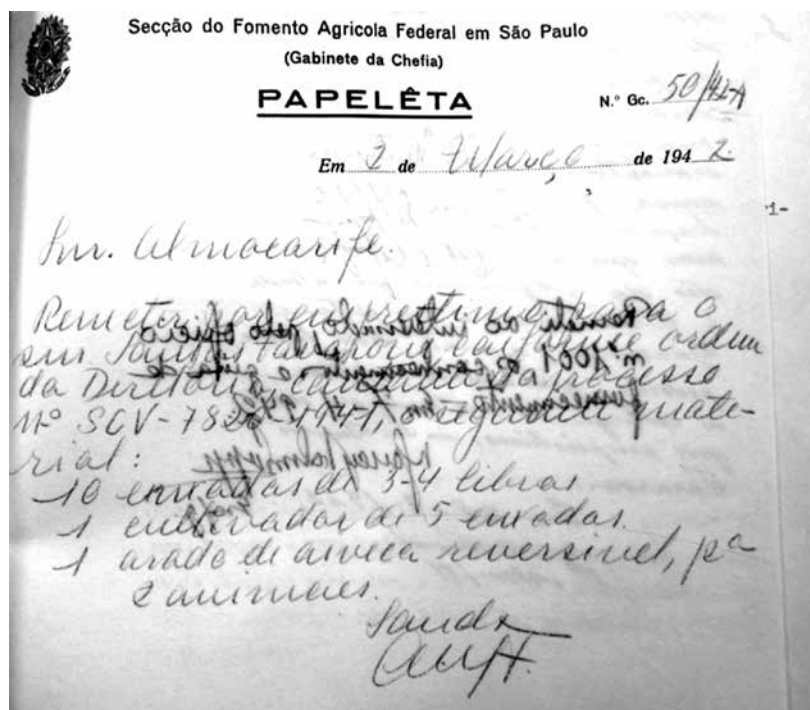


Figura 5.7: Ficha dos instrumentos agrícolas enviados a Favaroni.

Fonte: Arquivo Nacional, Fundo GCPR, lata 331, processo 3.457-42.

Do pequeno São Felipe, distrito de Cachoeira do Itapemirim, chega-nos a carta de João Bernardo. Trabalhando como colono de café, aproveita o tempo de engajamento do Brasil na Segunda Guerra Mundial para explicar que queria trabalhar para o bem não só dele, mas de sua pátria. Esclarecia que o custo de vida estava muito alto, e que ele não podia trocar suas enxadas. “Não venho importuná-lo com um pedido humilhante. Venho pedir para trabalhar pelo país.” Bernardo, que não esqueceu de citar seus doze filhos, recebeu o empréstimo de suas enxadas.

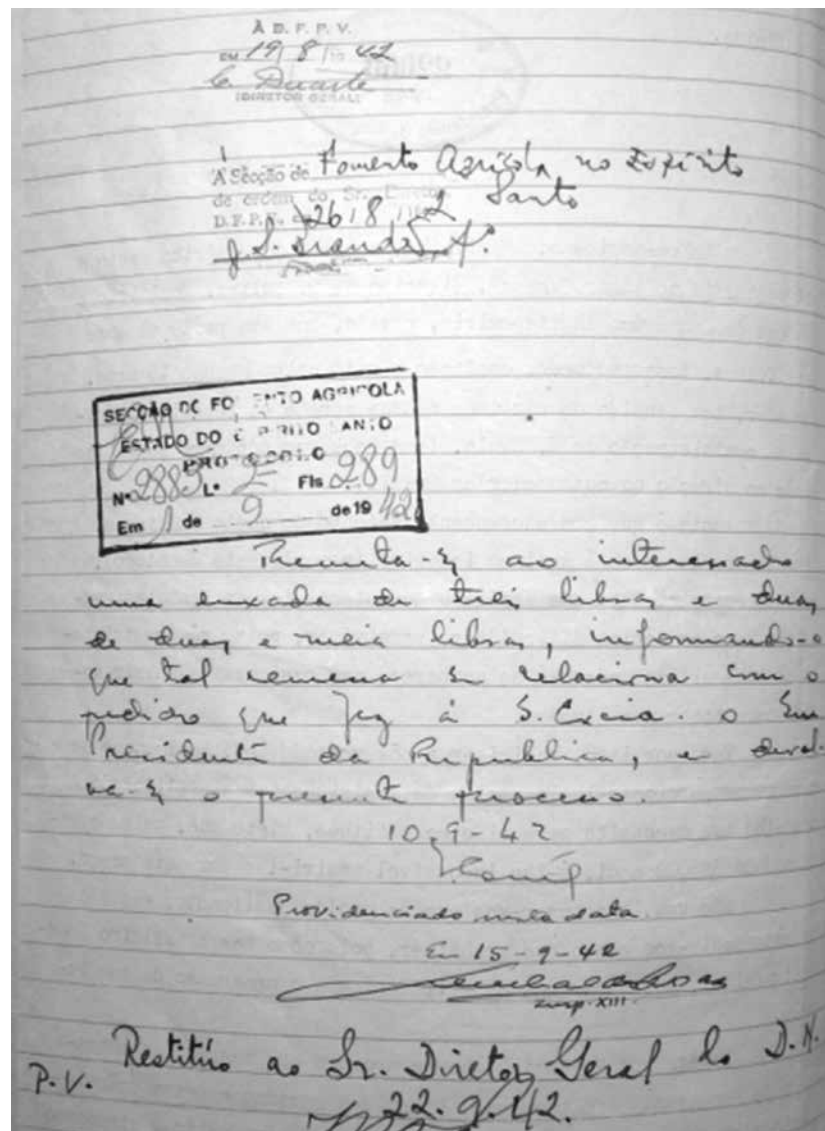


Figura 5.8: Ficha de envio de enxadas a João Bernardo.
 Fonte: Arquivo Nacional, Fundo GCPR, lata 398, processo 14.215-42.

No segundo governo, os pedidos continuavam. De Vicente Castro, no Ceará, dona Maria Barros explicava que o “inverno” (época das chuvas no Nordeste) fora muito ruim e que ela e sua mãe não conseguiam recursos. Trabalhavam em terra alheia e pediam apoio financeiro. A carta foi à Seção de Fomento Agrícola do Ceará e voltou com a informação de que não havia recursos.

Também fazendeiros faziam pedidos a Vargas. A seca, como antes e depois, continuava flagelando o Nordeste. José Joaquim dos Anjos escrevia de Salgueiro, em Pernambuco. Explicava que tinha dez filhos e que possuía apenas uma lavoura que nada havia produzido. Pela seca, pedia apoio ao governo. Aproveitava para explicar que ensinara algumas pessoas e tinha conseguido vinte votos para o presidente.



Maria Hsu

Figura 5.9: Fazendeiros assolados pela seca pediam apoio ao governo.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Caatinga_-_Sert%C3%A3o_nordestino.jpg

Dona Hermelina Pereira Ramos, que escrevia desde Itapevi, na Bahia, também dizia que ela e seus dez filhos davam seus “votos de todo o coração ao governador Getúlio Vargas”. A seca também a flagelava, devorando os cacaveiros de sua propriedade. Se durante o Estado Novo o segredo parecia ser declarar-se nacionalista,

esforçando-se pelo engrandecimento da pátria e depois pela vitória do Brasil na guerra, agora o caminho parecia ser declarar-se eleitor de Vargas.

Joaquim recebeu a resposta de que não havia dependência do fomento agrícola em Salgueiro e que seu pedido fora anotado para futura liberação. Já dona Hermelina teve seu pedido encaminhado ao Banco do Brasil, de onde veio a explicação de que não se financiava o período de entressafra (período entre uma colheita e outra), ainda que em sua carta viesse a exclamação: “A fome e a nudez estão em minha porta como um homem armado.”

Assim, podemos afirmar que, além dos lotes de terra, pedia-se também a Vargas meios para cultivá-la ou o dinheiro para adquiri-la. Durante o período estado-novista, interessava à burocracia manter a esperança do trabalhador e, sempre que possível, apontar uma saída na direção do núcleo colonial, ainda que este fosse improvável. Manter a esperança era simplesmente replicar no meio agrário a propaganda que já se fizera. No segundo governo Vargas, o caminho indicado foi muitas vezes o Banco do Brasil, mas não encontramos um único pedido enviado ao banco a partir da Presidência que tenha sido atendido.

Quando os pedidos podiam dizer respeito a instrumentos de trabalho, o caminho parece ter sido mais fácil. Aqui se cumpria também uma função ideológica: imaginemos na pequena São Felipe o impacto das enxadas chegando para o trabalho de João Bernardo. Imaginemos nosso Bernardo contando num bar a amigos que ganhou as enxadas do presidente. Como diria Marc Bloch: “Por que vamos tirar da nossa ciência o seu quinhão de poesia?”

Vale salientar que mesmo o fazendeiro, quando escreve a Vargas, usa a qualidade de trabalhador, ou fala em nome dos seus trabalhadores, explicando que cumpre com o dever de organizar o trabalho. Desta maneira, o discurso varguista também chegou ao campo; seja no período ditatorial, seja na fase democrática, os que escreviam buscaram apropriar-se dele para atingir seus objetivos.

CONCLUSÃO

De tudo o que até agora expusemos, é possível concluir que os trabalhadores rurais foram objetos da preocupação da burocracia varguista. Estas preocupações materializaram-se em decretos como o 19.482, dos primeiros dias de governo, em que se buscou estender o limite de contratação de estrangeiros ao meio agrário e incentivar a colonização.

A colonização foi, em todo o período varguista, objeto das tentativas de ação burocrática, embora, é fundamental reconhecer, a maioria destas ações não tenha sido bem-sucedida. É importante ter em mente que mesmo a noção de expropriação de latifúndios esteve presente, esporadicamente no primeiro governo e mais vigorosa durante os anos 1950, em face da atuação da Comissão Nacional de Política Agrária. Os trabalhadores rurais recebiam a propaganda varguista via rádio e reagiam a ela. Percebiam, em momentos de conflito, que havia um poder acima do coronelão da terra e mesmo do governador e buscavam alcançar seus objetivos. Para tanto, escrever uma carta era o caminho possível. Em minha defesa de tese de doutorado fui muito questionado a respeito de quem escrevia para os camponeses. Ora, a burocracia varguista não sentia este problema. A carta formava processo, circulava nas repartições e muitas vezes recebia uma resposta. É certo que a resposta normalmente era negativa, mas havia interesse da burocracia em atuar, caso contrário, seria mais fácil deixar o processo dormindo em gabinetes; aliás, nem seria preciso formar processo.

No momento do conflito, os trabalhadores buscavam indispor o proprietário com Getúlio. No Estado Novo, o proprietário era um estrangeiro e nos anos 1950 um udenista.

Quando não era caso de conflito, buscava-se outro caminho: apoiar o regime, valorizando a ideia de família, exaltando no Estado Novo a ideia de nação e finalmente, no segundo governo, declarando-se eleitor do PTB.

Desta forma, não só os rurais foram objetos da atuação da burocracia do regime, como de seus discursos. Os trabalhadores souberam apropriar-se deles. Mas é preciso reconhecer: as oligarquias agrárias continuariam incontrastáveis ao fim e ao cabo. Não perdiam o jogo, mas agora ele precisava ser jogado, porque os camponeses passavam a acreditar que existia um árbitro para dirimir os conflitos.

Atividade Final

Atende ao Objetivo 2

Leia as cartas a seguir e procure exemplificar como as ideias de família, nação e pobreza estão desenvolvidas pelos autores.

Texto 1: Carta de Dona Matilde Lopes dos Santos

Rio, 14 de maio de 1942

Ilustríssimo Senhor Dr. Getúlio Vargas Muito digno chefe da nação. Respeitosas saudações.

Uma brasileira, sua admiradora, vem por meio desta pedir-lhe uma caridade, certa de que será atendida pelo seu grande e magnânimo coração, bálsamo da dor dos pobres, e miseráveis, dos humildes e desamparados, protetor dos miseráveis.

Sou mãe de 4 filhos, sem amparo nenhum. Acostumada na roça, e atualmente aqui na cidade, passando privações, apelo para Vossa Excelência para conseguir um sítio ou uma fazenda no interior para eu plantar e viver lá até morrer, assim como no princípio. Peço-lhe que me dê sementes e algumas ferramentas e alguns remédios e o resto eu consigo. Seja para onde for eu vou, pois tenho necessidade. Como os estrangeiros vem aqui, e vão para o interior eu também iria e consigo a fartura e o progresso para mim e para a nação. Eu me chamo Matilde Lopes dos Santos. Moro na rua Lopes da Cruz 192 Méier. Por isso peço urgência para sair desta aflição em que me encontro. Se estou errada, peço perdão.

Matilde Lopes dos Santos.

Texto 2: Carta de José Joaquim dos Anjos

Salgueiro, 27 de junho de 1951

Excelentíssimo Senhor Doutor Presidente da República Getúlio Vargas

Dirijo-me a Vossa Excelência a fim de vos expor a minha situação precária em face da grande seca, que está assolando esta zona sertaneja. Sou um pobre pai de família de idade avançada, e possuindo dez filhos e passando grandes privações. Tudo que possuo é uma lavoura que nada tem produzido, achando-me na mais dura necessidade para manter tão numerosa família no momento. Assim sendo venho encarecidamente e humildemente rogar a valiosa ajuda proteção de vossa excelência como PAI DA NAÇÃO BRASILEIRA, a fim de me valer ante a minha angustiada situação. Esperando, pois o melhoramento para poder manter a família. Preciso de uma bomba para irrigação e assim manter minha lavoura. Embora com sacrifício, com meu pequeno saber, consegui ensinar alguns alunos por minha conta própria, arranjando vinte votos para vossa excelência. Assim sendo e certo de que os meus votos, servirão de proveito a Vossa Excelência como pai compadecido dos que sofrem, finalizando esta aqui fico aguardando ansioso a vossa resposta a meu favor, fico sumamente agradecido,

José Joaquim dos Anjos

Resposta Comentada

Nas cartas que pudemos observar, a ideia de família está mobilizada. Dona Matilde quer voltar para a roça com seus quatro filhos. Dona Matilde apela para o pai, que vai ajudar a mãe a terminar de criar seus filhos. Joaquim também fala para Vargas de pai para pai: o pai Joaquim na seca pernambucana precisa de uma bomba para irrigar e pede o apoio para o pai Getúlio. É o pai de uma família que pede ao pai da família Brasil a ajuda de que precisa. Dona Matilde, além de ter dificuldades de se deslocar, como vimos, era mulher, que desejava ser proprietária de um lote de terras em núcleos coloniais, algo não permitido naquele momento. De todo modo, para ela a ideia de pedir auxílio ao presidente significava uma alternativa, uma saída para sua situação difícil.

Em Joaquim, que escreveu no contexto de democracia restaurada, agrega para o presidente o presente que ele já dera, ou seja, os votos que arrumara. No Estado Novo, o nacionalismo: Dona Matilde quer ser útil a si mesma e à nação brasileira. Já Joaquim oferece o que tem de melhor: a capacidade de ensinar e os votos.

Assim como no caso dos que se viram envolvidos em conflitos agrários, os que pedem, seja o acesso à terra, seja bens necessários para manter a agricultura, buscam apropriar-se do discurso oficial para buscar seus objetivos. Ainda que não os atingissem, como de fato ocorreu na maioria dos casos, fica-nos seu esforço para construir a partir de sua ação própria o que chamaríamos cidadania.

RESUMO

Ao contrário do que sustenta a maior parte da historiografia, o campo e os trabalhadores foram objeto da tentativa de atuação da burocracia varguista. Isso se nota não só no discurso, mas nas tentativas de legislação, que enfrentaram forte oposição do setor proprietário rural.

O discurso que valorizava o trabalhador do campo foi por ele apropriado, o que se demonstra em sua correspondência enviada a Vargas. A carta transformava-se numa forma de atuação política pela qual se tentava alcançar o que se desejava.

Podemos assim afirmar que, progressivamente, uma “consciência” obreira rural foi se afirmando entre os trabalhadores, que buscaram melhorar sua condição de vida ou reverter injustiças sofridas através da mediação do presidente da República.

Informação sobre a próxima aula

Na Aula 7, vamos começar a conhecer a atuação dos movimentos camponeses no período compreendido entre 1945 e 1964. Nesta aula, abordaremos as Ligas Camponesas do Nordeste e o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul. Até Lá!

Aula 6

A experiência
democrática
e os partidos
políticos: história e
historiografia
(1945 – 1964)

Lucia Grinberg

Meta da aula

Apresentar os estudos elaborados por cientistas sociais sobre os partidos políticos em atividade entre 1945 e 1965.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer a importância da existência de pensadores e de lideranças políticas contrárias às práticas democráticas para o estudo da história dos partidos políticos no país;
2. identificar as principais características dos partidos políticos em atividade nos anos 1945 a 1965;
3. analisar as questões centrais do debate nas ciências sociais sobre os partidos políticos em atividade no período.

Pré-requisito

Para uma melhor compreensão desta aula, você poderá rever as aulas de História do Brasil III sobre o tempo da experiência democrática (1945 – 1964).

INTRODUÇÃO

Nos estudos políticos, assim como em muitos livros didáticos, o período de 1945 a 1964 é caracterizado com frequência como o tempo da “democracia populista” ou da “democracia burguesa”, expressões que desqualificam a representatividade daquele regime político destacando supostas limitações. Democracia, mas burguesa. Democracia, mas populista. Em primeiro lugar, portanto, ao designá-la como “burguesa” lembravam as origens do sistema liberal-democrático de representação política nas revoluções inglesa, francesa e americana. Essas tiveram à frente a burguesia da Inglaterra, da França e dos Estados Unidos da América em confronto com a autoridade do Estado absolutista e com a lógica da desigualdade das sociedades de Antigo Regime, que garantia prerrogativas para a nobreza em detrimento dos demais indivíduos devido às suas origens sociais. Esta constatação não deve parecer um obstáculo ao historiador, mas deve ser entendida como uma indicação de um proveitoso campo de pesquisas para historiadores e demais cientistas sociais: o estudo dos desdobramentos da criação do sistema liberal-democrático de representação política. Trata-se de questionar se e como as conquistas de direitos civis e políticos pela burguesia estenderam-se aos trabalhadores.

Em segundo lugar, os estudos que caracterizam a democracia como “populista” destacam a descrença em relação às lideranças políticas e ao próprio eleitorado, uma vez que a constituição da representação através do voto era compreendida como o resultado de popularidade conquistada principalmente através da força do carisma e da retórica das lideranças. Ou seja, de ilusão ou manipulação. É interessante notar que o uso da designação “populista”, não se limita aos estudos realizados nas universidades. Lideranças políticas nos anos 1960 também usavam a expressão “populista” para atacar seus adversários políticos. Ainda hoje a categoria “populismo” continua presente na disputa política. É só observar ao ler jornais, revistas e blogs. O que nos mostra que a análise da trajetória do conceito de “populismo” é

central para a compreensão da história da expansão dos direitos políticos no país, pois revela as tensões e os conflitos gerados pela vitória nas urnas de candidatos que se dirigem especialmente aos trabalhadores. O professor de História, por sua vez, deve ser capaz de compreender as diversas implicações da utilização do conceito.



Para saber mais sobre o que estamos discutindo, leia: GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. *Tempo*. http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-2.pdf

O debate nas ciências sociais: a historicidade dos partidos políticos

A história dos partidos políticos no Brasil republicano é uma história de sucessivas intervenções por parte de governos autoritários de vários tipos nas organizações em atividade. Entre elas estão a da Revolução de 1930; a do Estado Novo, em 1937; a da ditadura, através do Ato Institucional nº 2 (AI-2), em 1965; e, em 29 de novembro de 1979, a última extinção de partidos, por iniciativa do Executivo federal, aprovada pelo Congresso Nacional. Os cientistas sociais Bolívar Lamounier e Raquel Meneguello postulam que não pode haver dúvida de que as intervenções nos sucessivos sistemas partidários em atividade no país, desde a primeira formação no Império, “são uma das causas (embora possam também ser consequência) da instabilidade partidária” vigente em nossas experiências políticas (LAMOUNIER, MENEGUELLO, 1986, p. 21).

De acordo com o historiador Serge Bernstein, as condições para a elaboração da cultura política de um país são fruto de um longo processo histórico, sendo então, o tempo e os acontecimentos nele vivenciados elementos de modificação ou afirmação de determinada cultura política (BERSTEIN, 1992). As sucessivas extinções dos partidos, no Brasil, certamente dificultam a consolidação de uma imagem positiva da instituição em nossa sociedade. Além disso, as interpretações — acadêmicas ou não — sobre a história dos partidos têm reforçado muito mais o fator de instabilidade destas organizações do que o fato de sua extinção ocorrer através de medidas autoritárias. Com isso, ressalta-se mais a fragilidade dos partidos do que a arbitrariedade por parte dos regimes que os eliminaram através de decretos. É notável, por exemplo, que muitos pesquisadores se refiram aos partidos extintos em 1965 como partidos “tradicionais”, já que essa qualificação expressa um julgamento negativo. Com isto deixa-se de enfatizar que o AI-2 extinguiu os partidos em atividade, minimizando-se a violência da destruição daquelas organizações, como veremos na Aula 10.

Sobre a representatividade dos partidos políticos

A questão da autenticidade da representação política e, portanto, da representatividade dos partidos políticos, ocupa grande parte da discussão sobre sistemas representativos no Brasil. Está presente nas reflexões dos políticos do Império e da República, nos pensadores autoritários dos anos 1930, no discurso dos intelectuais dos anos 1950 e 1960. É uma questão que perpassa frequentemente todo o espectro político brasileiro.

Em geral, esse discurso é acionado nos momentos de incerteza ou nos momentos de ataque à representação política, sendo uma forma de deslegitimar as soluções institucionais vigentes. O argumento da autenticidade está relacionado com a maior ou menor inteligibilidade e legitimidade que se queira dar aos partidos ou às

formas de representação política. Os autoritários de 1937 e 1965 acionam, em ambos os momentos, o argumento da autenticidade da representação para defender reformas partidárias. Mas, em tais reformas, o estatuto dos partidos políticos muda: de “facção artificial e desagregadora do interesse nacional”, na instauração do Estado Novo (1937), para garantidor da “autenticidade do sistema representativo”, conforme a Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei nº 4740, de 15 de julho de 1965). Muitos estudos sobre partidos políticos no Brasil passaram justamente a contextualizar os debates, procurando compreender quem eram os autores de diagnósticos sobre a inadequação ou impossibilidade de consolidação de instituições democráticas no país e evitando generalizações e comparações entre sistemas partidários de épocas distintas.

Os valores liberais incorporados nas práticas políticas brasileiras

O desenvolvimento de instituições políticas liberais é um tema clássico do pensamento político brasileiro. Tanto entre pensadores liberais e autoritários, entre os anos 1920 e 1940, quanto entre historiadores e cientistas sociais, entre os anos 1940 e 1970, questionou-se a possibilidade de incorporação de valores liberais às práticas políticas no Brasil. Na Primeira República, as oligarquias monopolizaram o espaço político parlamentar, houve poucas iniciativas de organização de partidos políticos por operários, como vimos na Aula 2. De modo que os partidos políticos só se tornaram instrumentos organizacionais mais amplos a partir de 1946, sendo assim um fenômeno recente na história do país (GOMES, 1991). Assim, a geração de políticos que fundou a UDN, o PSD, o PTB e os demais partidos desse período pode ser considerada a primeira geração de políticos do Brasil a participar de um sistema representativo mais significativo. Os partidos fundados em 1945, portanto, são considerados os primeiros a contar com participação mais ampla da população urbana, principalmente de trabalhadores. Trata-se da primeira experiência política partidária de massas para

os mais diversos atores, para as lideranças políticas, como dirigentes partidários, governadores, parlamentares e, por outro lado, para a população em geral, como eleitores que se encontravam diante desses novos partidos.



Atende ao Objetivo 1

1. Com a instauração da ditadura do Estado Novo, em 1937, o presidente Getúlio Vargas outorgou uma nova Constituição e extinguiu os partidos políticos em atividade. Identifique os argumentos do jurista Francisco Campos, um dos elaboradores da Constituição de 1937, favoráveis à extinção dos partidos:

“Em cem anos de tentativas e de experiências democráticas, multiplicaram-se os mecanismos destinados a tornar efetiva a democracia: o sufrágio universal, o sistema parlamentar, o voto secreto, o sufrágio feminino, a iniciativa, o “referendum”, a legislação direta, o “recal”, o princípio de rotatividade nos cargos eletivos e muitos outros expedientes, artifícios e combinações. Nenhum desses métodos, porém, deu como resultado a abolição de privilégios; nenhum deles assegurou a igual oportunidade e a utilização das capacidades, ou infundiu nos governos maior sentimento de honra, de dever ou de retidão, elementos essenciais do ideal democrático. [...] A máquina democrática não funciona espontaneamente. Para funcionar, torna-se necessária a existência de outras máquinas, que são os partidos e, nestes, os “comitês” de direção que, mediante agências eleitorais e uma imensa propaganda desencadeada no país por todos os instrumentos de comunicação, criam a atmosfera artificial de excitação e de emoção pública, graças à qual a máquina democrática traduz exatamente a vontade ou o sentimento que os interesses criados, incumbidos da sua direção, já lhe haviam comunicado. (CAMPOS, 1940).

Resposta Comentada

O jurista Francisco Campos considera as soluções institucionais democráticas como “artifícios” incapazes de tornar efetiva a democracia. Nesse sentido, desqualifica as diferentes modalidades de consulta à sociedade para a constituição da representação política (como o sufrágio universal, o voto secreto, o sufrágio feminino, o “referendum”), assim como é contrário às instituições criadas para impedir a formação de um Estado autoritário (como o sistema parlamentar e o princípio de rotatividade nos cargos eletivos). Francisco Campos também não reconhece os partidos políticos como organizações capazes de representar os interesses da sociedade, para ele os partidos manipulam a sociedade criam uma “atmosfera artificial de excitação e de emoção pública” e traduzem “a vontade ou o sentimento que os interesses criados, incumbidos da sua direção, já haviam comunicado”. Quer dizer, as instituições democráticas não seriam capazes de expressar jamais a vontade ou os interesses da sociedade, o que leva à valorização de soluções autoritárias.

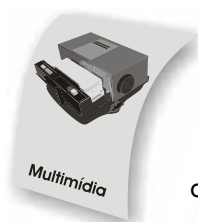
A experiência democrática (1945 – 1964)

Em 1945, os países Aliados venceram a Segunda Guerra Mundial. Os regimes fascista e nazista foram derrotados pelos exércitos de países como os EUA, a Inglaterra, a URSS... e o Brasil. No entanto, como lutar na Europa contra regimes autoritários e manter Getúlio, um ditador, no poder? As pressões internas pela democratização e o cenário internacional levaram ao fim do Estado Novo. Novamente, houve um processo de reelaboração das regras do jogo. Um dos primeiros passos rumo à redemocratização é a criação de novos partidos políticos, instituições necessárias para a realização de eleições. As novas organizações serão formadas, principalmente, por indivíduos que já participavam da política antes do retorno ao regime democrático, levando para os seus respectivos partidos suas redes de sociabilidades, suas tradições políticas, muitas de suas ideias.



Figura 6.1: Monumento aos pracinhas, que lutaram na guerra: como lutar na Europa contra regimes autoritários e manter Getúlio, um ditador, no poder?
Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Pracinhas-CCBY.jpg>

O estudo dos partidos como organizações mostra como as mediações institucionais são indissociáveis dos atores políticos comumente destacados, tais como os sucessivos presidentes da República: Eurico Gaspar Dutra, Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart. Cada uma dessas organizações possuía diretórios em quase todos os municípios ao longo do território nacional, então é importante pensá-las não só através das suas lideranças nacionais (como presidentes, governadores e parlamentares), mas também como nos seus representantes em cada localidade (prefeitos e vereadores) e nos seus militantes.



Se você se interessa em estudar mais partidos políticos, deve ler alguns dos livros considerados clássicos sobre o tema. Como as obras dos sociólogos Robert Michels e Maurice Duverger.

Robert Michels. *Sociologia dos partidos políticos*.

Brasília: UnB, 1982.

Maurice Duverger. *Os partidos políticos*. Brasília: UnB, 1980.

Estudar os partidos estudando as relações entre eles

Os partidos políticos em atividade constituem um sistema partidário. Atualmente, os cientistas sociais percebem que analisar como os partidos se relacionam é tão importante quanto estudá-los isoladamente. Ou seja, para ser mais precisa, uma das melhores maneiras de conhecer um partido é estudá-lo em relação aos demais. Afinal, os partidos políticos se organizam para concorrer às eleições. Nas campanhas eleitorais, momento de maior visibilidade das organizações, procuram, através de processos variados, constituir uma identidade através de embates com os outros, se diferenciando e procurando mostrar aos eleitores as suas qualidades.

Após o fim de regimes autoritários, é comum a criação de um partido (ou mais de um) identificado com a oposição e outro com representantes da antiga situação. Assim, se constitui o eixo de um determinado sistema partidário, quer dizer, a questão fundamental que diferencia os partidos e mobiliza a população em lados opostos: contra ou a favor. O sistema partidário criado em 1945 tinha como eixo fundamental o getulismo. De um lado, o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), os partidos fundados por lideranças que apoiavam Getúlio Vargas. De outro, a União Democrática Nacional (UDN), o partido

formado por personalidades que militaram contra o Estado Novo. Os demais partidos eram organizações bem menores, mas cada um deles se identificava politicamente com um dos três principais, o que resultava em alianças nas campanhas eleitorais, nos debates parlamentares e, conseqüentemente nas votações no Congresso, nas assembleias legislativas e nas câmaras municipais.

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) tinha como objetivo atrair os trabalhadores mobilizados pelo getulismo e pelos sindicatos. O Partido Social Democrático (PSD) foi composto por políticos ligados a Vargas e à administração pública no Estado Novo. A União Democrática Nacional (UDN) era o principal partido da oposição ao getulismo. Na Câmara dos Deputados, a UDN manteve o segundo lugar até 1962, quando perdeu para o PTB. Você pode perceber a força dos partidos através dos resultados eleitorais: os presidentes Dutra, Vargas e JK foram eleitos por alianças eleitorais entre o PSD e o PTB. Apenas Jânio Quadros foi eleito com o apoio da UDN.



Figura 6.2: Dutra, Vargas, JK e Jânio Quadros: exemplos que mostram a força dos partidos.

Fontes: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:GASPARDUTRA.jpg>; [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Getulio_Vargas_\(1930\).jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Getulio_Vargas_(1930).jpg); <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Juscelino.jpg>; http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Janio_Quadros.png

Vamos ver algumas características marcantes dos partidos que estamos falando, a seguir.

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)

O PTB foi fundado em 15 de maio de 1945, o partido deveria atrair os trabalhadores mobilizados pelo getulismo e pelos sindicatos. De fato, o veículo primordial para a organização do partido foi o Ministério do Trabalho. O PTB teve como base organizacional os sindicatos e o getulismo como bandeira. Em 1945, o “queremismo”, movimento popular que defendia a permanência de Getúlio Vargas na presidência da República, proporcionou uma grande expansão para o PTB. Entre os estudos sobre o partido, a busca da compreensão das relações entre Getúlio Vargas, a sua principal liderança, e a consolidação do partido como organização é uma das mais importantes. Em estudos pioneiros, Ângela de Castro Gomes e Maria Celina D’Araújo defenderam a tese de que ao representar a agremiação que deveria herdar o carisma de Vargas, o PTB teve enorme dificuldade para se estruturar como partido, daí a dificuldade em se transformar numa organização com força proporcional à do prestígio do seu chefe (GOMES, D’ARAÚJO, 1989).

No momento de fundação do PTB, o carisma de Vargas mobilizou muitos trabalhadores, como podemos analisar no depoimento do sindicalista Clodsmith Riani à historiadora Lucília de Almeida Neves Delgado:

“No PTB eu entrei, justamente porque foi um partido criado por Getúlio Vargas, um Partido Trabalhista para cuidar dos problemas dos trabalhadores. [...] [Em 1945] nós éramos getulistas de coração, tínhamos o prazer de ouvir a palavra dele em 31 de dezembro. Quase todos os trabalhadores esperavam pelo rádio [...]. Quem não tinha ia para a casa dos que tinham rádio para ouvir o discurso de Getúlio [...]. E o primeiro de maio também, os operários esperavam com muito carinho a palavra do Presidente que sempre falava para os trabalhadores do Brasil, não é?” (DELGADO, 1989, p. 52).

No entanto, as relações entre os militantes e suas lideranças se transformam ao longo do tempo. Entre 1945 e 1954, quer dizer, entre a fundação do PTB e a morte de Vargas, os trabalhadores sindicalizados, os militantes mais atuantes do PTB, atuaram simultaneamente na política partidária e na política sindical sob um regime democrático. Isso possibilitou a organização de grandes movimentos grevistas e o consequente enfrentamento de negociações com associações patronais e diferentes governos, nas esferas estaduais e na nacional, além da constante repressão policial apesar da legalidade das greves. Após a morte de Vargas, as lideranças do PTB se encontraram diante de um desafio novo: o de levar adiante a organização sem a sua principal referência.

Os membros de um partido político atribuem diferentes significados aos seus objetivos e às suas lideranças ao longo do tempo. Leia com atenção uma continuação do depoimento de Clodsmith Riani sobre as transformações ocorridas no PTB entre 1945 e 1964, observe as transformações na atuação dos trabalhadores:

“Nós fomos do PTB, Getúlio Vargas era respeitado por nós, os trabalhadores, os operários, porque um dia ele se lembrou da nossa classe. Continuamos muito respeitosos e agradecidos a ele. Mas os tempos mudaram e nós começamos a querer mais um pouco: a CGT, o direito de falar junto ao governo sobre os nossos interesses, o direito de greve. O PTB podia falar por nós, defender as reformas de base, o nosso salário. Mas você imagina bem, nós do movimento sindical também fizemos parte do PTB. No governo João Goulart, como dirigentes sindicais, com membros do PTB, e alguns companheiros que eram PCB, frequentávamos a antessala do Ministério do Trabalho e até a de Jango. Nós participamos e influímos nas decisões do governo, até vetamos ministros. [...] Nós fomos ao Congresso Nacional [...] nós sonhamos e levamos nosso sonho lá dentro do governo. E aí tinha gente que não queria os trabalhadores tão perto do poder. E aí veio o golpe.” (DELGADO, 1989, pp. 288 – 289).



Como leitura complementar para o tema indicamos a palestra da prof. Ângela de Castro Gomes: Uma breve história do PTB. <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6769/1280.pdf?sequence=1>

Partido Social Democrático (PSD)

O PSD foi formado por políticos aliados a Getúlio Vargas, homens que participaram do governo a partir da Revolução de 1930 ou que entraram para a vida pública neste período. As principais lideranças “pessedistas” eram, portanto, os ex-interventores nomeados por Vargas em cada estado em substituição aos governadores, os prefeitos nomeados pelos interventores em cada município e os políticos que participaram da administração pública em cargos de confiança, como ministros e assessores. A organização de um partido em um país de dimensões continentais como o Brasil constitui uma tarefa monumental, uma vez que se tratava de criar diretórios não só nos estados, mas também em cada município. A formação do PSD foi extremamente bem sucedida, pois a maior parte dos prefeitos nomeados pelos interventores filiou-se ao partido.

Entre as principais características do PSD estão a sua cultura política getulista e, ao mesmo tempo, conservadora, assim como o fato de ter ocupado o lugar de partido majoritário no Congresso Nacional no período entre 1945 e 1965. *De raposas e reformistas*, tese defendida pela cientista política Lucia Hippólito e publicada em livro posteriormente, em 1985, ainda constitui a principal obra sobre o partido. Em primeiro lugar, a autora considera que a força do PSD residia, principalmente, em sua capacidade eleitoral, durante todo o período o partido formou majorias parlamentares e ocupou governos estaduais em todo o país. Em decorrência das vitórias nas urnas, o PSD ocupava o centro político do sistema partidário e interferia de maneira decisiva na dinâmica do processo político.

Em segundo lugar, a autora destaca a relação entre a organização partidária e as vitórias eleitorais. Havia uma articulação sólida entre os níveis nacional, regional e local que se reproduzia a partir da continuidade de mandatos nos governos estaduais, uma vez que o lugar de partido da situação constitui para o mesmo acesso a recursos políticos que, por sua vez, auxiliam sua permanência no poder. Ao mesmo tempo, o controle dos governos estaduais era um capital político que se expressava na distribuição de poder interna ao partido. Desde 1945 até 1965, o presidente do Diretório Nacional do PSD foi Ernani do Amaral Peixoto, ex-interventor do estado do Rio de Janeiro e genro de Getúlio Vargas, sucessivamente reeleito em convenções nacionais para o cargo. Mesmo assim, o PSD pode ser considerado um partido federativo, pois o diretório nacional era composto pelos presidentes dos diretórios regionais, os quais eram lideranças fortes em seus estados.

Os diretórios regionais eram comandos pelas chamadas “raposas pessedistas”, as principais lideranças do PSD em cada estado, as quais se destacavam pelas seguintes habilidades:

- a) força eleitoral;
- b) recursos políticos como poder de nomeação para nomeações para cargos federais no estado, indicação em postos na administração estadual e alocação de recursos para a realização de obras municipais;
- c) capacidade de atrair lideranças locais para o partido e, portanto, acrescentando votos dessas lideranças ao PSD;
- d) controle de deputados federais e senadores do partido, pois o diretório estadual tinha o poder de indicar à convenção os candidatos ao legislativo federal e estadual, além do governo do estado;
- e) “utilização do poder de veto contra o surgimento de novas lideranças que pudessem ameaçar a sobrevivência das chefias estaduais, e conseqüentemente sua influência no diretório nacional” (HIPOLITO, 1985, p. 125).

Em terceiro lugar, ao analisar a trajetória do PSD, a autora mostra o aparecimento de uma nova geração de políticos pessedistas, os reformistas, mais conhecidos pela designação de Ala Moça. Houve, portanto, uma diversidade ideológica que se tornou central na história da organização, a cisão entre raposas e reformistas. As “raposas” eram as lideranças tradicionais, atentas às reivindicações das bases do interior, especialmente aos grandes proprietários de terras, e os reformistas eram as lideranças mais jovens, voltadas para as demandas do emergente eleitorado urbano (HIPOLITO, 1985, p. 125). No depoimento de José Joffily encontramos um perfil da Ala Moça:

“Nossa posição com relação à reforma agrária e depois com relação à política externa foi o que caracterizou a Ala Moça como uma espécie de enfermidade dentro do PSD, porque eram temas vitais para a própria natureza do PSD enquanto partido conservador. Aqui e acolá a gente ouvia umas críticas dos mais velhos, como eu ouvi uma vez do Cirilo Júnior: ‘Vocês querem serrar o galho onde estão sentados?!’ (Depoimento de José Joffily. In: HIPOLITO, 1985, p. 165)



Durante os vinte anos de existência do PSD, o Diretório Nacional esteve sob o comando de Ernani do Amaral Peixoto, genro de Getúlio Vargas. Durante os anos 1930, o almirante Amaral Peixoto foi interventor do estado do Rio de Janeiro, em 1945 trabalhou na organização do PSD e se tornou presidente do partido, permanecendo no cargo até a sua extinção. Em 1965, filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Na longa trajetória política de Amaral Peixoto, destacam-se a ação no cargo de interventor do estado do Rio de Janeiro assim como as atividades em sucessivos mandatos como senador na experiência democrática (1945-1964) e na ditadura civil-militar (1964-1979). Nos anos 1980, Amaral Peixoto concedeu entrevistas a cientistas políticos e historiadores, publicadas posteriormente no livro: *Artes da política: diálogo com Amaral Peixoto*. Você pode conhecer mais a história do PSD através das memórias de Amaral Peixoto, hoje disponíveis em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6756?show=full>

A União Democrática Nacional (UDN)

Em 1945, o contraste da UDN com o PSD e o PTB era muito nítido. A UDN formou-se como o partido de oposição constante a Getúlio Vargas e ao getulismo. Entre os eleitores udenistas se destacavam pessoas das classes médias, proprietários de terras e da indústria aliada ao capital estrangeiro. A campanha do brigadeiro Eduardo Gomes à presidência da República e seus simpatizantes foram retratados pela imprensa e em memórias principalmente pela distinção de classe:

“Repletas as sociais de um público selete, elegante mesmo, em que se destacava numeroso concurso de senhoras, de chapéu e calçando luvas, mas as gerais vazias. Era um espetáculo politicamente constrangedor, a enorme praça de esportes, metade morta, metade bem composta, até nas palmas com que saudou o candidato e lhe aplaudiu o discurso” (LIMA, 1974. p. 151)

Na Câmara dos Deputados, a UDN manteve o segundo lugar até 1962, quando perdeu a posição para o PTB. Apesar de nenhum de seus quadros conquistar a Presidência da República nas urnas, o partido elegeu governadores udenistas em vários estados, assim como integrou ministérios, inclusive no governo Vargas (1951-1954). Após a derrota em três eleições consecutivas para a presidência (1945, 1950, 1955), apoiou Jânio Quadros e, posteriormente, o movimento de 1964. No parlamento, votou a favor do monopólio estatal do petróleo (1953) e contra a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas (1947), apesar de a oposição à intervenção do Estado na economia e a convicção anticomunista serem constantes. O udenismo caracterizava-se pela defesa do liberalismo clássico, pelo apego ao bacharelismo e ao moralismo, assim como pelo horror aos vários “populismos” (BENEVIDES, 1981).

O gosto pela retórica dos bacharéis udenistas entrou para a história através de manifestos e discursos de grande impacto político, amplamente divulgados entre os contemporâneos. Entre os documentos mais conhecidos estão o Manifesto dos Mineiros, considerado um texto fundador pelos correligionários da UDN, e o discurso proferido por Afonso Arinos pressionando Getúlio Vargas a renunciar, em 1954:

Manifesto dos Mineiros (1943)

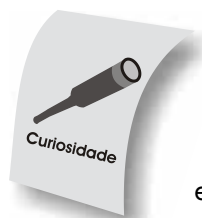
http://www.franklinmartins.com.br/estacao_historia_artigo.php?titulo=manifesto-dos-mineiros-uma-virada-na-luta-contra-getulio-1943

Discurso de Afonso Arinos exigindo a renúncia de Getúlio Vargas (1954)

http://www.franklinmartins.com.br/estacao_historia_artigo.php?titulo=arinos-da-tribuna-pede-renuncia-de-getulio-1954

Apesar da retórica em defesa do modelo liberal-democrático de representação política, as práticas udenistas paradoxalmente atacavam a constituição da representação através das eleições populares. A UDN se tornou conhecida justamente pelo golpismo, por contestar os resultados eleitorais desfavoráveis e articular tentativas de romper com as regras democráticas através de apelos aos quartéis. No período, udenistas e militares contestaram as vitórias nas urnas do PTB e do PSD em pleitos para a Presidência da República. No entanto, apenas em 1964, foram bem sucedidos. Em 1954, o desfecho da crise política foi o suicídio de Vargas. Em 1955, o marechal Henrique Lott impediu um novo golpe e assegurou a posse de Juscelino Kubitschek. Em 1961, o presidente Jânio Quadros renunciou. De acordo com as regras constitucionais, o vice-presidente deveria assumir a presidência. Mas os três ministros militares eram contrários à posse de João Goulart. Isso criou um impasse, afinal superado devido à negociação entre os políticos e os militares. Chegou-se a uma solução de compromisso: o parlamentarismo.

João Goulart tomou posse, mas os parlamentares aprovaram uma emenda mudando o sistema de presidencialista para parlamentarista. Assim, conseguiram diminuir os poderes do presidente e aumentar o peso do Legislativo.



Entre 1946 e 1964, havia uma relação estreita entre políticos e militares ao largo de todo o espectro político. Dos partidos mais conservadores até o Partido Comunista do Brasil (PCB), todos contavam com a presença de militares entre seus quadros e simpatizantes. De acordo com entrevista de Luís Carlos Prestes, nos anos 1930 “era mais fácil construir o Partido Comunista nos quartéis do que nas fábricas” (PANDOLFI, 1995, p. 110). Alguns oficiais foram candidatos à Presidência da República, como o brigadeiro Eduardo Gomes, duas vezes indicado pela legenda da UDN, em 1945 e em 1950; o marechal Eurico Dutra, que se elegeu em 1945 pela coligação PSD/PTB, e o marechal Henrique Lott, que se candidatou, também pelo PSD, em 1959. Uma candidatura fortalecida pelo seu desempenho em 1955, quando assegurou a posse de Juscelino Kubitschek através de um “golpe legalista”; e pela sua atuação no ministério da Guerra no governo JK, garantindo a ordem democrática contra as revoltas militares de Jacareacanga e Aragarças, em 1958. Os apelos aos quartéis não se limitavam à UDN, mas também partiam do PSD e do PTB (ARAÚJO, 1996, p. 162). Não era estranho às práticas daquelas lideranças e de todo o espectro político, recorrer aos quartéis com o intuito de realizar intervenções pontuais. Daí advém, em boa parte, o chamado poder de tutela das Forças Armadas, experimentado em diversos momentos da história do Brasil.

A história do sistema partidário vigente entre 1945 e 1964, mostra que PTB e PSD, os principais partidos getulistas, eram muito mais do que meras criações de Getúlio Vargas e constituíram-se de fato como organizações representativas de interesses expressivos presentes na sociedade brasileira. Entre 1945 e 1964, o PTB na luta por direitos dos trabalhadores cresceu organizacionalmente e eleitoralmente, se revelando uma agremiação capaz de mobilizar o eleitorado em comícios e traduzir seu poder em votos. O PSD, por sua vez, permaneceu como partido majoritário durante todo o período, à medida que as disputas políticas se acirraram o viés do getulismo se tornou cada vez mais esmaecido. Consequentemente, o PTB deixou de ser o seu principal aliado e a UDN se tornou um apoio importante nas maiores lutas políticas daquele tempo. Ao mesmo tempo, percebe-se a aproximação de políticos progressistas de vários partidos através da formação da Frente Parlamentar Nacionalista que defendia a realização de uma reforma agrária, a extensão dos direitos do trabalho aos camponeses, assim como o direito de voto dos analfabetos, entre outros pontos.



Atende ao Objetivo 2

2. Caracterize os principais partidos políticos em atividade entre 1945 e 1964 a partir dos documentos abaixo:

“Trabalhador! Defende os teus direitos ingressando no Partido Trabalhista Brasileiro. [...] Toma desde já posição para defender e ampliar teus direitos. E a única forma de preservares o que já tens e conseguires o que ainda necessitas é ingressar nas fileiras do PTB. Leva para o governo aqueles que melhor conhecem os teus problemas votando pelo PTB, o teu partido!” (Apud: DELGADO, Lucília. *PTB: do getulismo ao reformismo*. São Paulo: Marco Zero, 1989.)

“Entre a Bíblia e *O capital*, o PSD fica com o Diário Oficial”.

(Tancredo Neves. Apud: HIPOLITO, Lúcia. *De raposas e reformistas*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1985. p. 37.)

“Os udenistas eram sinceramente liberais, mas o liberalismo era contraditório, pois desejavam uma democracia cada vez mais aperfeiçoada, mas nunca se conformavam com o resultado das urnas. Tinham a plena consciência que formavam a elite brasileira e viam que essa elite nunca conseguia chegar ao poder pelo voto” (BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o udenismo*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1981. p. 254.)

Resposta comentada

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN) eram os três maiores partidos políticos em atividade entre 1945 e 1965. O PTB foi formado principalmente por sindicalistas e funcionários do Ministério do Trabalho, se destacava justamente por defender os direitos do trabalho conquistados durante os anos 1930 pelos trabalhadores urbanos, entre suas bandeiras estava a defesa da extensão dos direitos do trabalho para os camponeses, assim como a reforma agrária. O PSD teve como suas principais lideranças políticas os antigos interventores do Estado Novo e os prefeitos nomeados pelos mesmos interventores, os quais se tornaram importantes lideranças regionais e locais, respectivamente, durante o período em que não houve eleições. Entre 1945 e 1960, todos os presidentes eleitos eram do PSD ou foram eleitos com seu apoio, assim como muitos governadores, portanto, a maior parte dos cargos de confiança da administração pública foi ocupada por quadros do partido. A UDN foi fundada principalmente por políticos, advogados e intelectuais que se mobilizaram contra o Estado Novo e pelo retorno à democracia. No entanto, no período democrático de fato se destacou pela crítica recorrente às vitórias eleitorais de seus adversários políticos na presidência da República, sem jamais se conformar com a vontade da maioria do eleitorado que rejeitava seus candidatos.

Um sistema partidário em processo de fragmentação ou de consolidação?

Muitos estudos sobre os partidos políticos em atividade entre 1945 e 1965 foram elaborados a partir de meados dos anos 1970 por pesquisadores que, de certa maneira, procuravam compreender o processo que levou ao fim daquela experiência democrática e, portanto, à ditadura. Naquelas pesquisas, enfatiza-se, geralmente, uma série de fatores como a não-institucionalização do sistema político-partidário, a ausência de identificação partidária dos eleitores, a fragmentação eleitoral, apontando-se, finalmente, para um sistema partidário em desestruturação no início dos anos 1960.

Nos anos 1980, em sua pesquisa sobre o PSD, a cientista política Lúcia Hippólito defendeu a tese de que o sistema partidário no início dos anos 1960 encontrava-se em um processo de desagregação (HIPPLITO, 1985, p. 256). De acordo com a autora, quando a oligarquia do PSD optou pela destruição de sua Ala Moça, afastou-se do centro do sistema partidário, que não foi ocupado por nenhum outro partido ou coligação. Uma vez abandonado o centro, uma tendência centrífuga se instalou no sistema. Os extremos transformaram-se em irresistíveis pólos de atração e

“assim, a partir do final da década de 1950 iniciou-se a desagregação do sistema partidário. O PSD fragmentou-se internamente, com dissidências à esquerda e à direita. O partido perdeu as condições mínimas de coesão interna para liderar o processo político” (HIPPLITO, 1985, p. 255).

Para a autora, portanto, a extinção dos partidos políticos pelo AI-2 significou o fim da agonia de um sistema partidário, cuja morte estava anunciada.

Entre os estudos mais recentes, alguns autores têm questionado essa análise de que o regime democrático ruiu devido à crise do sistema partidário de 1945-1964. O cientista político Antônio Lavareda, por exemplo, defende uma tese contrária, através de

uma análise da estabilidade dos formatos das disputas eleitorais e de uma alta taxa de identificação partidária entre os eleitores, procurando demonstrar que o sistema político-partidário encontrava-se em processo de consolidação (LAVAREDA, 1991).

Para Antônio Lavareda, há características das relações entre partidos e eleitorados que indicam um processo de consolidação do sistema partidário, entre os quais a identificação partidária. Entre o fim do Estado Novo e o golpe de 1964, os vínculos entre os partidos e o eleitorado eram criados, reforçados e sofriam transformações a cada eleição, principalmente nas disputas majoritárias, como as eleições para a presidência da República, os governos estaduais e as prefeituras. Ao se apresentarem aos eleitores, as lideranças políticas representavam seus respectivos partidos e levavam informações sobre o mesmo a cada campanha. Na época, a imprensa atuava de maneira semelhante, pois “pontificavam como veículos de difusão das informações políticas os jornais, as revistas, as rádios, os comícios e as reuniões públicas. Quase toda a imprensa tinha uma clara orientação política, fato que contribuía para desenvolver e reforçar os vínculos partidários” (LAVAREDA, 1991, p. 127).

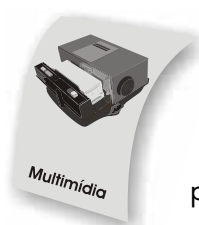
Antônio Lavareda também considera a partir das pesquisas de opinião realizadas pelo IBOPE em 1964 que, às vésperas do golpe, a maioria do eleitorado (64%) das grandes cidades manifestava adesão a partidos. Observa ainda que,

“As pesquisas de opinião realizadas entre 1963 e 1964 comprovam que a maioria do eleitorado se situava no ‘centro’ do espectro ideológico. [...] A radicalização era uma nítida opção estratégica de setores das elites, à esquerda e à direita, desinteressados da manutenção da institucionalidade democrática” (LAVAREDA, 1991, p. 170).

Quer dizer, para Lavareda, o fim da experiência democrática em 1964, não pode ser explicado por supostas deficiências do sistema partidário, mas principalmente pelas práticas das lideranças políticas.

Em *Democracia ou reformas*, a cientista política Argelina Figueiredo, de maneira semelhante, defende a tese que houve uma ruptura institucional devido à radicalização por parte dos atores políticos, bem como ao desprezo pela via de negociação no Parlamento, sinais de uma concepção instrumental de democracia então compartilhada pelos partidos (FIGUEIREDO, 1993).

Essas interpretações, portanto, sugerem uma nova dimensão para a compreensão do sistema partidário do pós-1945 e do processo que culminou com a eliminação dos partidos em 1965, com a criação do bipartidarismo. No entanto, o debate permanece atual, o cientista político Bolívar Lamounier convidado a redigir a apresentação de *Democracia nas urnas* reiterou compartilhar da tese da não institucionalização do sistema partidário.



O debate continua!

Se você se interessou pelo debate sobre os partidos políticos e o sistema partidário vigente no Brasil, entre 1945 e 1965, leia artigos produzidos por especialistas no assunto que podem ser facilmente encontrados na web como o de Jairo Nicolau, professor titular de Ciência Política (UFRJ): NICOLAU, Jairo. Partidos na República de 1946: velhas teses, novos dados. Dados, Rio de Janeiro, vol.47 no.1, 2004. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582004000100003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt



Atende ao Objetivo 3

3. Na elaboração de sua tese *Democracia nas urnas*, o cientista político Antônio Lavareda teve acesso ao Arquivo do IBOPE e elaborou uma série de tabelas a partir das pesquisas de opinião realizadas nos anos 1960. Analise os dados da tabela abaixo sobre a preferência partidária da população em março de 1964, às vésperas do golpe.

**TABELA 6.3A - QUAL É O PARTIDO POLÍTICO DE SUA SIMPATIA?
(MARÇO DE 1964)
(%)**

	PTB	PSD	UDN	PSP	OUTROS	TOTAL DE PREFERÊNCIAS	NENHUM
SÃO PAULO	16	5	9	11	12	53	47
RIO DE JANEIRO	44	7	24	1	5	81	19
BELO HORIZONTE	23	22	17	1	3	66	34
PORTO ALEGRE	62	6	3	1	8	80	20
RECIFE	14	8	5	—	4	31	69
SALVADOR	27	4	12	—	3	46	54
CURITIBA	31	6	6	1	9	53	47
FORTALEZA	16	15	11	—	3	45	55
TOTAL	29	7	14	5	7	64	37

Fonte: LAVAREDA, Antonio. *Democracia nas urnas*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Vértice, 1991, p. 137.

Resposta Comentada

Em março de 1964, o IBOPE elaborou uma pesquisa de opinião sobre identidade partidária, uma das questões era: “qual o partido político de sua simpatia?”, na tabela acima podemos observar que em quase todas as capitais a maioria do eleitorado possuía um partido de sua preferência. Apenas no Recife (PE) e em Fortaleza (CE) a maioria declarou não ter preferência. É interessante

notar que o PTB era o partido com maior grau de identificação partidária, seguido da UDN, justamente os partidos dos extremos do espectro político. De modo geral, para a compreensão do sistema partidário, se destaca a existência de relativamente alta identificação partidária, o que é considerado um índice de representatividade dos partidos junto à sociedade. Além disso, é importante notar que o partido com maior grau de identificação partidária às vésperas do golpe de 1964 era o PTB, o partido do então presidente João Goulart que seria deposto logo em seguida por lideranças militares e civis filiados aos seus maiores adversários: a UDN.

CONCLUSÃO

Entre 1945 e 1964, teve lugar a primeira experiência democrática com partidos políticos de massa no Brasil republicano, com partidos nacionais em atividade, organização de grandes comícios em praças públicas resultado do investimento em filiação partidária e mobilização política. No entanto, esta experiência teve fim com a instauração da ditadura em 1964 e a extinção dos partidos políticos em 1965. Diante de uma história de sucessivas intervenções e tendo em vista a existência de um senso comum bastante crítico em relação à política e especialmente aos políticos profissionais, é interessante notar que a democracia representativa é indissociável da atividade partidária e do interesse dos políticos em suas carreiras, os quais são comumente entendidos de modo negativo e antitético aos interesses gerais, e não como parte atuante e constitutiva do campo político.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 2 e 3

Caracterize o sistema partidário brasileiro vigente entre os anos de 1945 e 1964, considerando a representação partidária na Câmara dos Deputados, conforme a tabela abaixo:

TABELA 2
CÂMARA DOS DEPUTADOS
REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA (1945-1964)

partidos	1945		1947 ¹		1950		1954		1958		1962	
	C	%	C	%	C	%	C	%	C	%	C	%
PSD	151	52.7	7	36.8	112	36.8	114	34.9	115	35.2	118	28.8
UDN	77	26.9	2	10.5	81	26.6	74	22.6	70	21.4	91	22.2
PTB	22	7.6	2	10.5	51	16.7	56	17.1	66	20.2	116	28.3
PCB ²	14	4.8										
PR	7	2.4	3	15.7	11	3.6	19	5.8	17	5.2	4	0.9
PSP	2	0.6	1	5.2	24	7.8	32	9.8	25	7.6	21	5.1
PPS ³	4	1.3										
PL	1	0.3			5	1.6	8	2.4	3	0.9	5	1.2
PDC	2	0.6			2	0.6	2	0.6	7	2.1	20	4.8
PTN			2	10.5	5	1.6	6	1.8	7	2.1	11	2.6
PSB					1	0.3	3	0.9	9	2.7	5	1.2
PST					9	2.9	2	0.6	2	0.6	7	1.7
PRT					1	0.3	1	0.3	2	0.6	3	0.7
PRP					2	0.6	3	0.9	3	0.9	5	1.2
MTR ⁴											3	0.7
UDN/PR s/part.	6	2.0	2	10.5			6	1.8				
TOTAL	286		19		304		326		326		409	

Legenda: C = número de cadeiras ou deputados federais eleitos

Fonte: HIPPOLITO, Lúcia. *De raposas e reformistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

Resposta Comentada

A leitura da tabela relativa à representação partidária na Câmara dos Deputados entre 1945 e 1962, quando ocorreram as últimas eleições antes do golpe de 1964, indica, em primeiro lugar, que o PSD era o partido majoritário durante todo o período, apesar de perder um grande número de parlamentares em pouco tempo. A UDN aparece como a segunda maior bancada, perdendo o lugar para o PTB apenas em 1962, nas eleições realizadas durante o governo João Goulart, o que mostra a popularidade do partido do governo petebista. Apesar de existirem mais de dez partidos em atividade, os três maiores partidos concentravam cerca de 80% do número de deputados federais em 1962. Cabe notar afinal que apesar de se constituir como um sistema político democrático, pluralista, em 1947 o Partido Comunista do Brasil (PCB) teve seu registro cancelado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

RESUMO

Nesta aula, você pode reconhecer o peso da existência de pensadores e de lideranças políticas contrárias às práticas democráticas para o estudo da história dos partidos políticos no país, uma vez que ao longo da história do Brasil republicano houve sucessivas intervenções nos partidos políticos por parte de governos autoritários sob o argumento da ausência de autenticidade daquelas organizações. Em seguida, você conheceu as principais características dos partidos políticos em atividade nos anos 1945 a 1965, observando a importância do getulismo como eixo daquele sistema partidário. Ao final, você identificou o principal debate nas ciências sociais sobre os partidos políticos em atividade no período: o sistema partidário encontrava-se em um processo de fragmentação ou de consolidação.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, você estudará o impacto da ditadura instaurada, em 1964, no sistema partidário a partir da legislação imposta através do Ato Institucional n. 2: a extinção de todos dos partidos em atividade desde 1945 e a limitação de criação de apenas duas novas organizações partidárias.

Aula 7

A experiência democrática e os sindicatos de trabalhadores (1945-1964)

Lucia Grinberg

Meta

Apresentar um panorama das iniciativas dos sindicatos de trabalhadores entre 1945 e 1964.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. Caracterizar a participação dos trabalhadores no processo de transição da ditadura do Estado Novo para a democracia;
2. Identificar os principais debates sobre as relações entre movimento operário, partidos políticos e Estado entre 1945 e 1964;
3. Reconhecer as iniciativas dos trabalhadores no período e a tese da “reinvenção do trabalhismo”.

Pré-requisitos

Para melhor compreensão desta aula, relembra Aula 1 – “Movimentos sociais: conceitos e definições”, a Aula 4 – “Os anos 1930 e o impacto do projeto trabalhista no movimento operário”, e também a Aula 6 – “A experiência democrática e os partidos políticos: história e historiografia (1945 – 1964)”.

INTRODUÇÃO

Não há movimento operário independente sem democracia e não há democracia sem movimento operário independente (WEFFORT, 1979, p. 7).

Na Aula 6, estudamos os partidos em atividade entre 1945 e 1964 e a literatura sobre a representação política e suas relações com o Estado no mesmo período. Os partidos políticos e os sindicatos de trabalhadores são organizações que representam os cidadãos a partir de fundamentos distintos; na prática, ambos atuam no cenário político e se relacionam de maneiras variadas, especialmente no campo da esquerda, em que partidos e sindicatos têm como objetivo representar os trabalhadores.

Os partidos possibilitam a mediação entre a sociedade e o Estado. Em regimes democráticos, concorrem às eleições, possibilitando que, através do sufrágio universal, os cidadãos possam constituir as autoridades políticas para mandatos temporários.

Os sindicatos, por sua vez, possibilitam a mediação entre os trabalhadores e seus empregadores, assim como entre os trabalhadores e o Estado. No entanto, como vimos nas aulas anteriores, com a lei de sindicalização de 1931, o governo brasileiro instituiu um modelo corporativista de organização sindical, no qual os sindicatos eram subordinados ao Estado.

Em 1945, a ditadura do Estado Novo teve fim; porém, como o modelo corporativista de organização sindical foi mantido, não podemos compreender o sindicalismo brasileiro do período de 1945 a 1964 sem investigar essas continuidades.

A estrutura manteve-se intacta, tendo os sindicatos, no entanto, mais liberdade, sendo possível a realização de grandes greves, o aparecimento de comissões de fábrica e de organizações intersindicais, apesar de comissões locais e intersindicais não estarem previstas na legislação.

Ao final dos anos 1970, por volta de 1979, a partir da perspectiva do fim da ditadura instaurada em 1964 e das expectativas por um novo tempo democrático, cientistas políticos, como Francisco Weffort, analisaram as heranças autoritárias do Estado Novo presentes no regime democrático de 1945. Para Weffort, a grande questão era a seguinte: “Como entender uma democracia que obrigava os sindicatos e, por extensão, o movimento operário a uma posição de dependência em face do Estado?” (WEFFORT, 1979).

Os trabalhadores na cena política nacional na conjuntura de transição

Como vimos em aulas anteriores, a partir de 1930, o governo de Getúlio Vargas tomou várias iniciativas, incorporando definitivamente a classe trabalhadora no cenário político nacional através da “invenção do trabalhismo” (GOMES, 1988). Após a entrada do país na Segunda Guerra, a possibilidade de vitória dos Aliados e a rearticulação da oposição liberal-democrática, Vargas procurou reafirmar seus laços com os trabalhadores, primeiro, através de uma história da legislação social como doação, depois, através da organização de um partido trabalhista.

Como era de se esperar, com a redemocratização, no contexto do pós-guerra, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) conquistou a legalidade e voltou a concorrer com Vargas na representação dos trabalhadores brasileiros.

Desde 1943, apesar da repressão aos comunistas, que ocasionou muitas prisões de militantes, principalmente após os levantes de 1935, o PCB defendia uma política de “união nacional” contra o nazi-fascismo. Com o fim do Estado Novo e a legalização da legenda do PCB, em maio de 1945, o partido manteve o apoio a Getúlio Vargas sem deixar de investir na sua própria organização: nas eleições presidenciais de 1945, o candidato do

PCB conquistou 10% dos votos e, nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, elegeu 15 deputados, sendo nove operários.

Em 1945, entre as medidas tomadas pelo governo no processo de transição do Estado Novo e instituição de um regime democrático, estava justamente a convocação de eleições, através da Lei Constitucional n. 9, de 28/02/1945, e, logo depois, dois meses mais tarde, a anistia aos presos políticos, entre os quais se encontravam muitos militantes comunistas.



Convocação de Eleições e Anistia

Para conhecer a íntegra das medidas tomadas pelo governo, tendo em vista a transição, leia a Lei Constitucional n. 9, de 28/02/1945 no site:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lct/lct009.htm

A anistia aos comunistas foi instituída através do Decreto-Lei n. 7474, de 18/04/1945, veja no site:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decrei/1940-1949/decreto-lei-7474-18-abril-1945-452115-publicacaooriginal-1-pe.html>

Após a vitória do marechal Eurico Dutra (PSD) nas eleições para a presidência da República, Luiz Carlos Prestes se pronunciou, apoiando o governo recém-eleito e a campanha de “união nacional” do PCB:

Partido perseguido, com os seus dirigentes encarcerados, o Partido Comunista, quando o nazismo ameaçou a integridade de nossa Pátria, soube esmagar ressentimentos, soube esmagar paixões, para estender a mão a todos e pregar a União Nacional em torno do governo. [...] Os comunistas

[...] sabiam que se tivéssemos um governo mil vezes mais reacionário do que aquele de então, a obrigação de todos os patriotas era apoiar aquele governo para colocar a nossa Pátria ao lado das Nações Unidas. [...] Os comunistas sabem que no mundo atual, o necessário é a ordem, é a tranquilidade. [...] E por isso, estamos prontos a apoiar o governo do general Dutra, a mobilizar todas as massas que já aceitam nossa direção, para apoiar os seus atos honesta e sinceramente democráticos (Luiz Carlos Prestes, 1945. *Apud*: WEFFORT, 1979.)

Após a deposição de Getúlio Vargas, ocorreu uma primeira grande mobilização popular: o queremismo. A palavra de ordem do movimento era “Queremos Constituinte com Getúlio” e contava com o apoio tanto de trabalhadores e de sindicalistas trabalhistas, que se organizaram no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), assim como de militantes e de dirigentes do PCB.

Durante a experiência democrática inaugurada em 1945 e extinta com o golpe de 1964, o PTB e o PCB, mesmo após a cassação da legenda comunista em 1947, eram as organizações partidárias mais influentes entre os trabalhadores, e muitas pesquisas mostram que desde o início procuraram atuar junto aos sindicatos, às comissões de fábricas e associações de moradores de bairro (FONTES, 2007; SANTANA).



Comício do Pacaembu

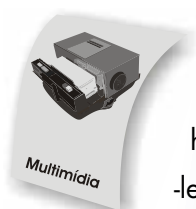
O prestígio do PCB e de Luiz Carlos Prestes pode ser visto no grande comício realizado no Estádio do Pacaembu, na cidade de São Paulo, em 1945, contando com a participação de cerca de 80 mil pessoas. Tendo em vista a divulgação do evento histórico celebrando a liberdade de Luiz Carlos Prestes, a legalidade do partido e a sua capacidade de mobilização, o PCB filmou a manifestação. O diretor e fotógrafo Ruy Santos filmou a manifestação e editou o filme *Comício São Paulo a Luiz Carlos Prestes*.

Você encontra a íntegra do documentário no site: http://www.youtube.com/watch?v=GBwxg_75-sg&feature=related

Créditos: *Comício São Paulo a Luiz Carlos Prestes*. Um filme do Partido Comunista do Brasil (PCB), realizado pelo Comitê Nacional do Partido Comunista. Direção e fotografia: Ruy Santos. Distribuição: Cinedia.

Ao mesmo tempo em que os dirigentes do PCB apoiavam Getúlio Vargas e a política de “união nacional”, a movimentação de trabalhadores comunistas seguia no sentido de ampliar os espaços para as atividades dos sindicatos, apresentando bandeiras que se distanciavam das propostas de Getúlio. Em abril de 1945, foi criado o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), sob a hegemonia de comunistas; a intersindical defendia a luta contra o nazi-fascismo, a unidade da classe operária, o aperfeiçoamento das leis trabalhistas, a extensão da sindicalização e dos benefícios sociais aos trabalhadores rurais. No entanto, não questionava o imposto e a unicidade sindicais.

Em pouco tempo, o governo Dutra retomou a política de restrições às atividades sindicais e, em especial, às iniciativas dos comunistas. Em março de 1946, o governo editou uma nova lei impondo várias restrições à realização de greves de trabalhadores, antecipando decisões que deveriam ser tomadas a partir de debates na Assembleia Nacional Constituinte. Em 1947, o PCB foi cassado.



Você pode conhecer o decreto na íntegra em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del9070.htm



Atende ao Objetivo 1

1. Atualmente podemos encontrar no Arquivo Público Mineiro, no Acervo do DOPS/MG, o manifesto do MUT. Em 1946, Carlos Peppe prestou depoimento na delegacia de Uberaba (MG) sobre suas atividades no PCB e no MUT, o material foi então encaminhado à capital, para o DOPS-MG. Leia com atenção as propostas citadas no manifesto do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT) e caracterize as rupturas e as continuidades em relação às diretrizes do governo de Getúlio Vargas em relação a direitos políticos e direitos sociais:

Trabalhadores do Brasil!

A luta e a organização da classe operária tem que ser realizada à base da unidade, pois só ela a tornará forte e invencível para o desempenho de suas importantes tarefas, para a vitória na guerra patriótica dos povos e para que a Democracia se torne uma realidade do Povo e dos trabalhadores do Brasil.

Com este espírito devemos lutar imediatamente pela mais completa liberdade sindical, rompendo com as injustificáveis restrições e interferências na vida de nossos órgãos de classe. Devemos lutar pela melhoria das leis sindicais e de previdência social conseguindo que elas sejam expurgadas de todos os dispositivos anti-democráticos. Devemos lutar pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e seu aperfeiçoamento. Devemos lutar para que se torne efetiva a sindicalização dos que trabalham no campo e para que a estes sejam reconhecidos os direitos e assegurados todos os benefícios da legislação social. Devemos lutar pela mais efetiva democracia sindical assegurando a plena manifestação de opiniões em nossas assembleias e o rigoroso cumprimento de nossas resoluções coletivas. Devemos lutar pela eleição de direções sindicais unitárias, verdadeiramente representativas dos sentimentos e da capacidade de cada categoria profissional (MUT, 1945, p. 9).

Com esse espírito, devemos lutar, em união com as demais forças democráticas e progressistas, pela extinção dos órgãos, dispositivos e decretos estranhos e hostis aos anseios democráticos do Povo e comprometedores da segurança e da tranquilidade internas, como o DIP e o Tribunal de Segurança Nacional. Devemos lutar pela mais ampla liberdade de opinião e de organização política, para que se estruturam grandes partidos democráticos. Devemos lutar por um Código Eleitoral democrático, que estabeleça normas sadias e respeitáveis para a realização de livres e honestas eleições (MUT, 1945, p. 10). (Movimento Unificador dos Trabalhadores. Manifesto. Rio: Comissão de Divulgação e Propaganda, 1945. Acervo DOPS/MG)

Você pode ler o manifesto na íntegra no portal do Arquivo Público Mineiro (APM): http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=5173&imagem=771

Resposta Comentada

No trecho citado do manifesto do MUT, podemos observar, em primeiro lugar, propostas de ruptura com o modelo de sindicalismo instaurado a partir de 1930 na defesa da liberdade sindical. Há críticas igualmente a instituições da ditadura do Estado Novo, como o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e o Tribunal de Segurança Nacional (TSN). Ao mesmo tempo, o MUT reconhecia os sindicatos e a legislação social de maneira positiva ao propor apenas o seu “aperfeiçoamento” e a extensão da sindicalização e dos direitos e benefícios assegurados pelo Estado aos trabalhadores rurais.

A subordinação dos sindicatos ao Estado: os estudos sobre o movimento operário nos anos 1970

Entre 1945 e 1964, o PTB foi a legenda que mais cresceu, aumentando o número de votos conquistados a cada eleição (LAVAREDA, 1991). Os trabalhistas investiram muito em organização, conseguiram fundar diretórios por todo o território, inclusive em muitos municípios do interior em que até então predominavam os partidos organizados pelas oligarquias estaduais.

No governo federal, os presidentes da República, exceto Jânio Quadros, foram eleitos pela coligação formada entre PTB e PSD. No ministério do Trabalho, quase todos os titulares eram quadros do PTB: Otacílio Negrão de Lima, Danton Coelho, José de Segadas Viana, João Goulart, Hugo de Faria, Napoleão de Alencastro Guimarães,

Nelson Backer Omega, Parsifal Barroso, Fernando Nóbrega, João Batista Ramos, Alírio de Sales Coelho, Francisco de Castro Neves, Almino Afonso, Amauri de Oliveira e Silva (HIPOLITO, 1985).

Agora, o que significava a participação dos trabalhistas no governo? Quais eram os desdobramentos dessas relações nos sindicatos? Paramuitos cientistas sociais, a proximidade entre sindicatos e governo provocou o questionamento sobre a autonomia do movimento operário no período.

Nos anos 1970, a questão central nos estudos sobre movimento operário e sindicalismo no período de 1945 a 1964 era a percepção de contradições entre a permanência de uma estrutura corporativa em plena democracia. Como explicar a manutenção da unicidade sindical simultaneamente ao surgimento dos partidos políticos, do pluripartidarismo? No bojo deste questionamento ao movimento operário, estava presente uma série de críticas à sua organização e atuação. Uma vez extinta a ditadura do Estado Novo, em 1945, porque não garantir à cidadania um estatuto de acordo com a democracia pluripartidária que se instituíra?

Os estudos sobre sindicatos e movimento operário durante a experiência democrática inaugurada em 1945 levantam, de maneira geral, uma reflexão sobre o período de 1945 a 1964 como um todo. De fato, Francisco Weffort apresenta um debate sobre a questão democrática, questionava a recorrência de regimes autoritários e a existência de tradições autoritárias mesmo nas experiências democráticas no país.

Para Weffort, os sindicatos tiveram uma atuação intensa durante o governo João Goulart, eram importantes atores políticos naquela conjuntura que terminou com o golpe civil-militar de 1964, mas, de acordo com Weffort, estariam subordinados ao Estado e mais interessados em fazer política partidária do que em representar os interesses dos trabalhadores.

Na perspectiva de Leôncio M. Rodrigues e de Francisco Weffort, a permanência de um modelo corporativista de organização sindical em uma democracia era um paradoxo. Como

explicar a unicidade sindical e a subordinação dos sindicatos ao Estado em um regime democrático? Se era compreensível a vigência desta organização no período pós-revolução de 1930 e, principalmente, durante o Estado Novo, em tempos de crise dos ideais liberais e democráticos, apogeu dos valores autoritários, estes motivos não existiam nos anos do pós-guerra, tinha lugar a redemocratização, a possibilidade de autonomia do movimento operário e a pluralidade partidária.

No entanto, este modelo permanecerá vigente devido ao poder dos sindicatos de influir na política nacional de maneira cada vez maior entre 1945 a 1964. De acordo com Leôncio Martins Rodrigues, os sindicatos fortaleceram-se enquanto instituição através da participação no movimento “nacional-populista”, como base de sustentação do governo João Goulart, principalmente. Nesse período, para Rodrigues, a atuação dos sindicatos orienta-se para os conflitos político-partidários, apoiando as lideranças do PTB, mais do que para resoluções de conflitos entre patrões e empregados. A tendência do sindicalismo brasileiro a reivindicar junto ao Estado, e não junto aos empresários, será reforçada, pois, nessa conjuntura, os sindicatos exigiriam benefícios do governo federal em troca de apoio político. Datam do início dos anos 1960 as primeiras greves políticas, em apoio ao governo João Goulart, o que para o autor é mais um sinal da fragilidade do sindicalismo brasileiro, pois seu poder de influência na política nacional dar-se-ia sempre mediante relações de dependência dos poderes públicos.

Nesse sentido, para Leôncio Martins Rodrigues, o aspecto “mais marcante é a heteronomia da classe trabalhadora, que aparece na subordinação dos sindicatos ao Estado, na inexistência de partidos operários de massa, [...] na predominância de ideologias do populismo e do nacionalismo entre as classes baixas e o proletariado fabril” (RODRIGUES, 1991, p. 553).

O maior problema do sindicalismo no Brasil seria a falta de autonomia da classe trabalhadora, sempre se sujeitando a elementos estranhos à sua formação. Leôncio Martins Rodrigues considera que

o movimento sindical do período preocupava-se apenas com questões de política partidária, expressão do distanciamento existente entre os dirigentes sindicais e as bases de trabalhadores de cada categoria.

No mesmo sentido, Francisco Weffort destaca-se pelas críticas à adesão do movimento sindical ao nacionalismo nos anos 50; considera que a ideologia nacional-populista teve papel fundamental na formação de alianças entre o governo e a esquerda, entre trabalhistas e comunistas, entre o PTB e o PCB. Para completar, Weffort aponta para a ausência de valores democráticos nos partidos criados em 1945, inclusive no PCB. A isto se deve a aceitação da estrutura corporativa sindical, pois o importante para o partido seria a proximidade dos sindicatos com o governo, que garantiria negociações privilegiadas.

Os estudos marxistas sobre os movimentos operários

Os estudos históricos sobre o movimento operário e as esquerdas, produzidos na maioria por cientistas sociais e historiadores militantes e simpatizantes, são profundamente marcados pelos debates políticos sobre a própria esquerda. No final dos anos 1970, havia um debate importante nas ciências sociais que compreendia tanto a questão democrática como o papel das estruturas e dos atores sociais na história. Entre os cientistas sociais brasileiros, Carlos Nelson Coutinho e Francisco Weffort, ambos marxistas leitores de Antonio Gramsci, serão muito influentes entre os historiadores. Em 1979, no contexto da liberalização da legislação partidária e de nova ascensão do movimento operário na cena política, os dois publicaram ensaios fundamentais tanto para a reflexão política como para a acadêmica: *A democracia como valor universal* e *Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964*. Em comum, os dois intelectuais valorizavam a democracia e procuravam mostrar aos seus pares que a esquerda brasileira possuía uma concepção

instrumental de democracia e da política. Sobre o papel das estruturas e dos atores sociais, Weffort enfatizava o peso das práticas políticas e da conjuntura nas transformações históricas:

Embora enfatizasse o papel das estruturas (especialmente da estrutura de classes) na constituição dos agentes sociais, Weffort buscava recuperar a dimensão da atuação política e da conjuntura. Assim propunha que o eixo teórico que deve pautar a análise da sociedade consiste na identificação da maneira pela qual as determinações estruturais são atualizadas nas diferentes conjunturas e como são integradas pelos atores sociais. A prática política recuperava assim um papel importante, expressa tanto nas intervenções individuais quanto nas formas de mobilização e de organização (FONTES, 1993).



Atende ao Objetivo 2

2. Leia o texto abaixo com atenção:

Em meados dos anos 50, a maioria da esquerda começaria a deixar de lado as restrições apresentadas em 1948-1950 à organização criada pelo Estado para o controle do movimento operário, até chegar, em inícios dos anos 60, a aceitá-la com algumas ressalvas. Neste processo, lento e complicado, mesmo a aceitação era matizada. De início, a estrutura corporativista era vista como uma circunstância inevitável para o acesso às bases da classe operária. Depois, especialmente no governo João Goulart, - quando a esquerda passa a controlar boa parte das 'organizações paralelas' e dos sindicatos assim como vários órgãos da cúpula sindical oficial – a estrutura corporativista começa a aparecer como um instrumento institucional adequado. Isto pode se inferir menos das

palavras da esquerda que do silêncio que ela deixa cair sobre as restrições anteriores. Anote-se, porém, um ensaio de Jover Telles, em seu livro *O movimento sindical*, em que a questão do movimento sindical é considerada, abandonando-se as restrições anteriores, não como a pedra de toque da subordinação dos sindicatos ao Estado, mas segundo a utilização –boa ou má, honesta ou desonesta – que se poderia dar aos recursos dele provenientes. Um raciocínio similar pareceria inspirar, a partir de meados dos anos 50, tanto a participação crescente da esquerda na estrutura quanto o silêncio que a acompanha com respeito às restrições anteriores. A questão da estrutura sindical foi, assim, deixando de ser considerada em si mesma, como estrutura, para se converter na questão de quem a utiliza, de quem a dirige. A estrutura aparecia como um instrumento que a esquerda usava. E mais: um instrumento passado pela assepsia do esquecimento e do silêncio e que, portanto, não contaminaria aqueles que dele se utilizavam” (WEFFORT, 1979, p. 3).

Após a leitura do texto, caracterize as principais críticas do cientista político Francisco Weffort às práticas das esquerdas em relação à estrutura sindical nos anos 1950.

Resposta Comentada

Com o fim da ditadura do Estado Novo (1947-1945), havia uma expectativa, por parte das lideranças operárias de esquerda, de liberalização da legislação sindical. Quer dizer, considerava-se a extinção do modelo corporativista de estrutura sindical: sindicato único por categoria, imposto sindical, proibição a filiações políticas e ideológicas. No entanto, durante os anos 1950, as lideranças sindicais deixaram de lado as críticas ao princípio do modelo corporativista de subordinação dos sindicatos ao Estado. Naquela conjuntura, parecia justamente que a proximidade dos sindicatos com o Estado era a única maneira de garantir direitos aos trabalhadores.



Na luta por direitos: os estudos sobre movimento operário a partir dos anos 1980

Em estudos elaborados por sociólogos e historiadores nos anos 1980, é possível identificar uma nova visão sobre as práticas de trabalhadores e sindicatos na história do Brasil contemporâneo. O significado das greves e do movimento operário em geral para os próprios trabalhadores será o objeto de estudos por excelência, deixando de se observar apenas as repercussões políticas do movimento junto ao governo e no cenário da política nacional.

A partir de leituras da obra do historiador marxista inglês E.P. Thompson, principalmente, pesquisadores percebem a existência e passam a valorizar as margens de autonomia das iniciativas políticas dos trabalhadores, mesmo no contexto de uma estrutura sindical corporativa garantida pela legislação trabalhista vigente desde os anos 1930. Daí, ressaltam a importância de se diferenciar o projeto trabalhista expresso na estrutura corporativa e as diferentes apropriações do projeto trabalhista expressos pelos operários em seus discursos e práticas.

A valorização da perspectiva dos trabalhadores sobre as suas próprias experiências também sugeriu um novo horizonte de pesquisas nos estudos sobre partidos de trabalhadores. Havia a clareza de que não era mais possível estudar as organizações partidárias exclusivamente a partir de diretrizes partidárias consolidadas em programas e documentos oficiais, de acordos promovidos pelos dirigentes e das memórias das lideranças. Era preciso investigar igualmente as relações entre as diretrizes lançadas pelos dirigentes partidários e as práticas dos trabalhadores. Além da busca pelo conhecimento da história a partir da visão dos próprios trabalhadores, a proposta de uma abordagem em história social elaborada através da diminuição da escala de observação (REVEL, 1998) se consolidou como uma alternativa para testar as teses consagradas da heteronomia da classe trabalhadora nacional.

Os estudos sobre as relações entre Estado, sindicatos e trabalhadores tiveram suas escalas reduzidas, permitindo a análise de um número muito maior de variáveis. Os estudos passaram a analisar as experiências cotidianas dos trabalhadores, não com um Estado abstrato ou corporificado apenas na presidência da República. O acesso à documentação das polícias políticas e dos processos da Justiça do Trabalho possibilitou a investigação das relações entre os trabalhadores e os agentes do Estado que estão diretamente em contato com o mundo dos operários: policiais, detetives infiltrados, funcionários do Departamento Nacional do Trabalho (DNT).

A partir dos anos 1990, historiadores dedicados aos estudos sobre movimento operário e sindicatos no Brasil contemporâneo encontraram nos arquivos das polícias políticas uma documentação extremamente interessante, através da qual puderam investigar as relações entre trabalhadores, patrões, sindicatos e a própria polícia.

Os dossiês de militantes e de organizações criados pela polícia política em suas investigações com panfletos, manifestos, fichas policiais, depoimentos dos próprios militantes, de testemunhas e de agentes infiltrados que servira para efetuar prisões e instruir processos contra os mesmos, atualmente são fontes para o estudo da movimentação operária nas fábricas e nas ruas. Ainda na década de 1920, foram criados o Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops) em São Paulo e o Departamento de Ordem Política e Social (Dops) no Rio de Janeiro.

Os relatórios dos policiais do Deops mostram as iniciativas da própria polícia, os apelos de industriais à polícia durante as greves e as ações dos próprios trabalhadores. Em 1957, por exemplo, os policiais redigiram o documento “Observações e Estudos Realizados sobre a Greve de Outubro” [11/11/1957] [APESP, Deops, 50-Z-318]. Nos dossiês, encontra-se farta documentação que permite o estudo de uma faceta das relações entre Estado e empresariado nos anos 1950, a questão muitas vezes negligenciada do papel da polícia na repressão às greves e a constante presença de

agentes policiais infiltrados em várias fábricas para acompanhar a organização dos trabalhadores a pedido dos industriais.

Os historiadores Antônio Luigi Negro e Fernando Teixeira da Silva, em estudo sobre as relações entre sindicatos, partidos políticos e Estado durante a experiência democrática instaurada em 1945, destacam que, apesar das alianças entre PSD e PTB nas eleições e a consequente proximidade entre sindicalistas trabalhistas e o governo federal, o movimento operário manteve-se relativamente autônomo da orientação dos dirigentes partidários, tendo organizado grandes greves no período (NEGRO, SILVA, 2003).

Logo em 1946, houve uma explosão operária na cena pública, contando com cerca de 77 paralisações. Em 1947, ao mesmo tempo em que o PCB apoiava o governo, também reivindicavam direito de greve e tornava-se a terceira maior bancada na Assembleia Legislativa de São Paulo, contando com 180 mil filiados no país. No mesmo ano, o presidente Eurico Dutra cassou o PCB. A partir daí, os pesquisadores identificam uma “virada à esquerda” e a defesa de greves, o repúdio ao corporativismo, o incentivo aos sindicatos paralelos e à organização de base, assim como não evitam o confronto com a polícia.

Em 1950, a campanha de Vargas é muito bem-sucedida ao defender políticas desenvolvimentistas, nacionalistas e distributivistas que respondiam aos interesses dos trabalhadores. A gestão de João Goulart à frente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), ao mesmo tempo em que presidiam o PTB, ficou conhecida pela suspensão das intervenções nos sindicatos, pela diminuição da repressão e da perseguição aos comunistas. Na época, o ministério do Trabalho era o principal responsável por políticas de desenvolvimento social, pois compreendia igualmente programas de habitação popular, controle de preços, distribuição de cestas básicas, previdência social e planejamento do bem-estar social. O ministro atendia grande número de dirigentes sindicais, defendia um projeto nacionalista de reformas sociais e a duplicação do salário-mínimo, um dos pontos da pauta de reivindicações.

Em 1953, mesmo nessas circunstâncias, os sindicatos organizaram grandes paralisações em São Paulo que ficaram conhecidas como a “Greve dos 300 mil”. O movimento foi recebido com simpatia pela população da cidade, sendo o principal ponto da pauta de reivindicações o aumento salarial devido à carestia. Na organização, as comissões de fábricas destacaram-se como as principais responsáveis pelas iniciativas, ultrapassando as direções sindicais, o que gerou conflitos permanentes entre comissões e direções sindicais.

O ano de 1953 marcou o início de um período importante no movimento operário, de 1953 a 1963, foram organizadas grandes greves em São Paulo, o principal centro industrial do país. Em 1957, os trabalhadores organizaram um movimento ainda maior, a “Greve dos 400 mil”, que reuniu em São Paulo os sindicatos de várias categorias: tecelões, gráficos, vidraceiros, metalúrgicos e trabalhadores de indústrias de papel. Na pauta de reivindicações: 45% de reajuste, política anticarestia, direito de greve. Os historiadores estimam a participação de cerca de 200 a 350 comitês de fábricas entre os metalúrgicos.

De 1959 a 1962, o movimento sindical lutou pelo abono de Natal, conquistado afinal com a aprovação da lei do 13º salário em 1962. Em 1963, as intersindicais organizaram a “Greve dos 700 mil”, compreendendo o centro industrial da capital de São Paulo, a região dos municípios de Santo André, São Bernardo e São Caetano, o ABC, assim como as cidades de Santos, Jundiaí, Campinas, Piracicaba, Ribeirão Preto, Taubaté e São José dos Campos. As intersindicais reivindicavam a representação de 700 mil trabalhadores, quer dizer, por negociação coletiva (universal) e não por negociações por empresa (NEGRO, SILVA, 2003).



As intersindicais

Desde a lei de sindicalização de 1931, a legislação proibia a criação de centrais sindicais, organizações que tinham como objetivo articular sindicatos em todo o território nacional e consolidarem-se como interlocutores políticos do governo federal. No entanto, um dos desdobramentos da realização da Greve dos 300 mil foi a fundação do PUI (1953-1959). Em 1961, foi criado o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) [“a aliança nacional-reformista se cristalizou no CGT” (NEGRO, p. 71-73).] Em 1961, “greve da legalidade”; em 1962, greve por um “gabinete nacionalista e democrático” (p. 73). Uma das intersindicais atuantes no governo João Goulart foi a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), presidida então pelo sindicalista Clodsmith Riani, deputado estadual em Minas Gerais pelo PTB.

Para os historiadores Antônio Luigi Negro e Fernando Teixeira da Silva, houve renovação sindical significativa no período, principalmente através da sindicalização fabril, a organização no local de trabalho, não prevista em lei, com a formação de comissões de fábricas e a lenta substituição de dirigentes sindicais “ministerialistas”. Ambos defendem que o voto operário em Vargas não significava subordinação, o voto no PTB não teria implicado conciliação, os trabalhadores não deixaram de participar de grandes movimentos grevistas que pressionaram os sucessivos governos eleitos pela coligação PSD-PTB. Ao mesmo tempo, os sindicalistas também usaram sua proximidade com o PTB para pressionar o governo através de negociações de gabinete.



Perspectiva de Thompson

A perspectiva teórica de E.P.Thompson considera que a formação da classe operária compreende não só o mundo da fábrica e do sindicato, mas as experiências cotidianas de modo geral. As práticas culturais e as redes de sociabilidade tecidas na vizinhança, nas associações de moradores de bairro, em clubes de futebol, escolas de samba, tornaram-se objeto de estudos (FONTES, 2013).

Os sindicalistas atuaram através das duas estratégias, da mobilização popular e da negociação com o ministério do Trabalho. Longe de ser um período de subordinação, portanto, Negro e Silva consideram que as relações entre trabalhadores, patrões e Estado devem ser compreendidas a partir da chave do “trabalhismo reinventado”. Os trabalhadores apropriaram-se da legislação existente, organizaram-se junto aos sindicatos, reivindicaram o cumprimento da CLT e ainda criaram comissões locais e intersindicais. Para os autores, as relações entre os sindicalistas e o Estado naqueles anos, longe de reproduzirem subordinação, expressam “uma república a serviço dos trabalhadores”:

Nem marginais nem demagógicos cabos eleitorais. O fenômeno da aliança entre trabalhistas, nacionalistas e pecebistas constituiu-se com base nessa sensação de pertencimento da classe operária a um projeto nacional-reformista. E contra isso armou-se um golpe de Estado em abril de 1964. (NEGRO, SILVA, 2003, p. 88).



Caso você queira saber mais sobre a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), acesse o link abaixo:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto-lei/Del5452.htm>



A importância de Jean Manzon para a memória documental do Brasil

O fotógrafo e cineasta francês Jean Manzon, radicado no Brasil desde os anos 1940, dedicou-se durante décadas ao fotojornalismo e à realização de filmes institucionais. Durante o Estado Novo, trabalhou no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e, posteriormente, na Agência Nacional, dirigindo filmes sobre as iniciativas dos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, como a criação da Petrobrás e a construção de Brasília. O cineasta também produziu filmes para indústrias de automóveis e tratores, como Dana e Caterpillar. Em 1964, Jean Manzon lançou "Uma indústria que lidera o progresso. Linha de montagem", sobre a Fábrica Nacional de Motores (FNM) e seus trabalhadores. Vale a pena conferir, a FNM investiu justamente na divulgação de uma imagem do "bom trabalhador" e da "boa direção fabril", procurando mostrar o clima de harmonia e o "espírito de comunidade" existente, ao mostrar que oferecia aos trabalhadores muitos benefícios, como moradia, lazer, escola, serviços médicos, entre outros, uma representação muito distante das experiências de tensões de classe,

reivindicações e greves organizadas pelos operários entre 1945 e 1964. A narração do documentário é um exemplo do mito da índole cordial e pacífica do trabalhador nacional. Os discursos de muitos industriais possuíam um sentido senhorial; consideravam-se provedores de bem-estar social e sentiam-se traídos quando os operários de suas empresas realizam paralisações ou reclamavam outros direitos.

Ficha técnica:

Uma indústria que lidera o progresso. A linha de montagem.

Ano: 1964. Direção: Jean Manzon. Duração: 9 minutos. Filme: P&B.

Produção: Atlântida/Jean Manzon.

<https://www.youtube.com/watch?v=NljDiTRhBqU>

Os documentários e fotorreportagens de Jean Manzon têm sido objeto de estudos de teses e dissertações; uma sugestão é o artigo de Maria Leandra Bizello: BIZELLO, Maria Leandra. *Imagens de convencimento: cinejornais e filmes institucionais nos anos JK*. ArtCultura, Uberlândia, v. 11, n. 18, p. 43-58, jan.-jun. 2009.

CONCLUSÃO

Os estudos recentes sobre sindicatos de trabalhadores têm-se mostrado um campo fértil para investigar as relações entre trabalhadores, Estado e partidos políticos, principalmente, à medida que incentiva abordagens na escala humana, procurando conhecer

a perspectiva dos trabalhadores como sujeitos históricos. Nesse sentido, as fontes para a pesquisa na área também mudaram; desde os anos 1990, se consolidou o uso de documentação apropriada para tanto, como processos judiciais e entrevistas de história oral que compreendem depoimentos e memórias dos próprios trabalhadores sobre suas trajetórias de vida e militância política.

Atividade Final

Atende ao objetivo 3

Leia com atenção o trecho do depoimento do sindicalista Clodsmith Riani, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI) durante o governo João Goulart, à historiadora Lucília de Almeida Neves Delgado. Caracterize as relações entre estado e trabalhadores a partir das memórias de Riani:

Nós fomos do PTB, Getúlio Vargas era respeitado por nós, os trabalhadores, os operários, porque um dia ele se lembrou da nossa classe. Continuamos muito respeitosos e agradecidos a ele. Mas os tempos mudaram e nós começamos a querer mais um pouco: a CGT, o direito de falar junto ao governo sobre nossos interesses, o direito de greve. O PTB podia falar por nós, defender as reformas de base, o nosso salário. Mas você imagine bem: nós, do movimento sindical, também fizemos parte do PTB. No governo João Goulart, como dirigentes sindicais, com membros do PTB e alguns companheiros que eram do PCB, frequentávamos a antessala do Ministério do Trabalho e até a de Jango. Nós participamos e influímos nas decisões do governo, até vetamos ministros. Até decidimos sobre administração da previdência. [...] Nós fomos ao Congresso Nacional [...], nós sonhamos e levamos nosso sonho lá dentro do governo. E aí tinha gente que não queria os trabalhadores tão perto do poder. E aí veio o golpe. E aí acabou o PTB, a CGT [...]. Nós nunca estivemos tão perto e tão longe das reformas de base (DELGADO, 1989, PP.288-289)

Resposta Comentada

Em primeiro lugar, é interessante notar que Clodsmith Riani narra um processo de transformação nas relações entre os trabalhadores e o presidente Getúlio Vargas. Em segundo lugar, tece homenagens ao presidente que, naquele processo, tornou-se símbolo do reconhecimento dos direitos sociais pelo Estado brasileiro, mas destaca que os trabalhadores procuraram ampliar seus direitos através de estratégias variadas, como a greve, a participação em partidos políticos, a organização de intersindicais e a negociação junto ao Ministério do Trabalho. Afinal, lembra a conjuntura anterior ao golpe de 1964. De certa maneira, Riani mostra uma dinâmica nas relações entre Estado e trabalhadores: o papel fundamental do Estado no processo de institucionalização de direitos sociais e o reconhecimento desse fato pelos trabalhadores. No entanto, destaca que a gratidão não significou tutela, pois os trabalhadores continuaram a reivindicar novos direitos e participação nos processos decisórios.

RESUMO

Desde a primeira República (1889), o movimento operário reivindicava que o Estado regulamentasse as relações entre partidos e empregados, garantindo direitos aos trabalhadores. Após a Revolução de 1930, o Estado aprovou sucessivas leis nesse sentido; no entanto, a nova legislação, a lei de sindicalização (1931), impôs o modelo corporativista de organização sindical. De 1945 a 1964,

o Brasil republicano possuía um sistema político democrático e uma estrutura sindical corporativista. Na controvérsia relativa aos estudos sobre sindicatos no Brasil, cientistas políticos e sociólogos, nos anos 1960 e 1970, principalmente, viam nessa experiência uma enorme contradição e um obstáculo ao desenvolvimento do movimento operário. A partir dos anos 1990, historiadores têm demonstrado que, mesmo sob uma estrutura corporativista, houve um movimento sindical bastante atuante, independentemente da proximidade com lideranças partidárias e autoridades de Estado.

Aula 8

Movimentos camponeses na experiência democrática de 1945 a 1964 (primeira parte)

Vanderlei Vazelesk Ribeiro

Meta da aula

Estudar movimentos camponeses que se desenvolveram durante o período compreendido entre a queda de Getúlio Vargas (1945) e a deposição de João Goulart (1964).

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. analisar a atuação das Ligas Camponesas, em sua luta por reforma agrária;
2. reconhecer a atuação do Movimento dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul, tendo em mente sua interação com o governo estadual, bem como as oposições desencadeadas por frações da Igreja Católica, que com ele competiam pelo apoio dos trabalhadores rurais.

Pré-requisito

Para melhor compreender esta aula, é importante acompanhar atentamente a Aula 5.

INTRODUÇÃO

Camponeses ou trabalhadores rurais?

O período que se abre no Brasil com a crise do Estado Novo em 1945 e se encerra com o golpe civil-militar que depõe o presidente João Goulart em 1964 é extremamente rico em termos de mobilização dos trabalhadores do campo. Este período é comumente chamado República Populista, posto que para a maioria dos estudiosos, como Francisco Weffort, teria havido um pacto entre a oligarquia agrária, a burocracia de Estado e a burguesia industrial, no qual se aceitava oferecer alguns benefícios ao operário em troca da exclusão do campesinato. Assim, os proprietários de terras, embora perdessem com a tributação de suas exportações, conservariam a dominação sobre as massas rurais, enquanto os industriais ganhavam com a ampliação do mercado interno, já que os operários, com maior poder aquisitivo, passavam a ser consumidores.

Entretanto, autores como Jorge Ferreira recordam que essa experiência foi a mais democrática que o país já tinha conhecido, na medida em que a mobilização de setores anteriormente excluídos acabaria trazendo benefícios para eles. Em minha avaliação, os camponeses começam a ser visíveis como setor social nesse momento, quando se organizam em sindicatos, associações, ligas. Se no período da ditadura varguista houve um esforço da burocracia estatal no sentido de incorporar os trabalhadores ao desenvolvimento capitalista do país, à sua maneira eles responderam à convocação do governo via cartas. O período que estudaremos é o da emergência de movimentos que em diversos pontos do país questionaram, como nunca antes, o monopólio da propriedade da terra e as relações de poder no meio agrário, demonstradas nas condições de trabalho extremamente precárias, nas quais, em geral, predominava a vontade do patrão.

Neste momento é que o termo "camponês" ganha toda a sua significação como categoria política, que aponta para a noção de quem se mobiliza pela terra ou por melhores condições de trabalho. Para muitos autores, não existiria no Brasil o camponês clássico como o estudado por **Chayanov**, ou seja, o pequeno produtor independente, que gera bens para o mercado sem a mediação do patrão.

Chayanov

Alexander Chayanov foi um sociólogo e economista russo que, estudando as condições dos camponeses de seu país, defendeu que a terra fosse transferida para os camponeses e que eles decidissem sobre a melhor maneira de trabalhá-la. Foi contrário ao plano de Joseph Stalin, ditador soviético, de coletivizar as terras, isto é, deixá-las sob controle do Estado. Chayanov foi acusado pela polícia política de criar um partido camponês e condenado a trabalhos forçados nos campos de concentração soviéticos.

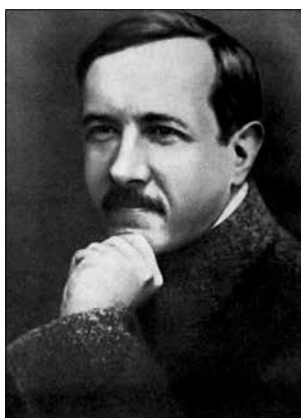


Figura 7.1: No Brasil, não existiria o camponês clássico, como o estudado por Alexander Chayanov.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Chaianov_Alex_Vas.jpg?uselang=ru

Também não se pode pensar no camponês brasileiro como aquele que vem diretamente do feudalismo europeu em relações de servidão com o grande proprietário, embora a relação de dependência por dívida que existe até hoje Brasil afora possa ser equiparada por muitos a uma condição servil.



Dependência por dívida

Em muitos lugares do Brasil, o trabalhador rural é contratado e levado para trabalhar em outros estados. Chega devendo a passagem, e tudo o que consome – alimentação, roupa, instrumentos, morada – é contado como dívida. Seu salário é insuficiente para pagar, e se ele tenta deixar a propriedade, milicianos armados impedem-no ou o assassinam.

Poderíamos então utilizar a expressão "trabalhador rural", que é mais ampla e engloba assalariados, parceiros, arrendatários, posseiros e tantas outras categorias de cultivadores do solo subordinados ao proprietário rural. Entretanto, o termo "camponês", tanto no Brasil como na América Latina do momento estudado, nos aponta para um dado grau de mobilização política, de luta pela terra, de questionamento da ordem estabelecida. Camponês é, neste momento, aquele que se mobiliza pela terra ou por melhores condições de vida.

Desta maneira, entendemos que o termo "camponês", para o período que estamos analisando, é o mais adequado, pois deu visibilidade a tantas lutas anteriormente ignoradas na sociedade brasileira, além de ser utilizado pelos contemporâneos.

Devido à importância social de vários movimentos ocorridos neste período, optamos por dividir este tema em duas aulas. Nesta aula, refletiremos sobre a ação das ligas camponesas, desde as primeiras experiências realizadas pelo PCB em seu período de legalidade até a desagregação destas organizações após o golpe civil-militar de 1964.

Posteriormente, discutiremos o desenvolvimento do Movimento dos Agricultores Sem Terra, que atuou no Rio Grande do Sul entre 1960 e 1964, sendo a primeira entidade camponesa a contar com o apoio de um governo estadual.

Na Aula 9, analisaremos duas outras categorias de movimentos: aqueles que atuaram na luta de posseiros, que tentavam permanecer na terra que cultivavam, e os que buscaram organizar sindicatos rurais, visando principalmente à melhoria das condições de trabalho no campo.

Ao final das duas aulas, teremos um panorama das lutas camponesas do período, observando que o golpe civil-militar embora interrompesse um processo em pleno desenvolvimento, não conseguiu varrer da memória dos camponeses as mobilizações do momento estudado.

As Ligas Camponesas



Figura 7.2: Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas.

Fonte: <http://www.onordeste.com/administrador/personalidades/imagemPersonalidade/aa211694a72579c71d95d185e2517cb717.jpg>

Ao contrário do que afirma a maior parte da historiografia, as ligas camponesas não nasceram no Engenho Galileia, localizado em Vitória de Santo Antão, no estado de Pernambuco, em 1955. (MEDEIROS, 1989, p. 64). As primeiras ligas camponesas foram estruturadas pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) depois de retornar à legalidade, em 1945. Mas o que era uma liga camponesa? A legislação da época dificultava muito a organização de um sindicato rural, exigindo que fosse reconhecido pelo Ministério do Trabalho, o que para os trabalhadores do campo era difícil, já que os fazendeiros não aceitavam sindicatos em suas fazendas. A liga era uma associação registrada em cartório e, diferente de um sindicato, não atendia todos os trabalhadores de um município, só os associados. Logo, organizar uma liga era mais fácil: era só reunir um pequeno número de camponeses e conseguir sua adesão. Mesmo os analfabetos podiam participar, bastando que alguém assinasse por eles.



Figura 7.3: Vitória de Santo Antão.



PCB

O Partido Comunista do Brasil, primeiro partido político a levantar a bandeira da reforma agrária ainda nos anos 1920, foi criado em 1922 como uma seção da Internacional Comunista.

Naquele tempo, os partidos comunistas tinham sempre o nome Partido Comunista seguido do nome do país onde atuavam. O PCB foi logo declarado ilegal em julho de 1922 e só teve um outro período de legalidade entre janeiro e agosto de 1927. Em abril de 1945, foi legalizado, mas seu rápido crescimento assustou os setores dominantes e em 1947 voltou à ilegalidade. Em 1961, a maioria do PCB, buscando o retorno do partido à legalidade, decidiu mudar o nome para Partido Comunista Brasileiro, para driblar a legislação, que acusava a expressão “do Brasil” como denotativo de um partido estrangeiro. Contudo uma dissidência liderada por elementos, como o ex-deputado João Amazonas, resolveu criar o PC do B, Partido Comunista do Brasil. Os dois partidos existem até nossos dias, mas quando usarmos PCB estaremos nos referindo ao Partido Comunista do Brasil, até 1961, e depois estaremos falando em Partido Comunista Brasileiro (PANDOLFI, 1995, 124-126).

Fonte: http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Ficheiro:Hammer_and_sickle.svg&page=1

Estas organizações desenvolveram-se em vários pontos do país, como Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e em regiões de Goiás e do Paraná. De acordo com Clodomir de Moraes, as ligas não tinham tanto enraizamento no meio agrário, sendo muito mais uma forma de o partido construir uma base eleitoral sólida, num processo de rápida expansão. Contudo, esta visão deve ser questionada, pois Moraes é um dissidente do partido que vai estar extremamente ativo

na organização das ligas a partir de 1955. Assim, possivelmente tem o objetivo de desqualificar o que se fez anteriormente ao trabalho que ajudou a dinamizar.

Uma das experiências mais bem-sucedidas foi a Liga de Iputinga, no Recife. A liga conseguiu não só arrendar terrenos junto à Prefeitura como organizar uma feira, fazendo concorrência aos comerciantes locais. Logo estes comerciantes exigiram a repressão sobre a liga e foram atendidos.

Com a cassação do registro do PCB, em 1947, o trabalho das ligas sofre fortíssima repressão, com a prisão de líderes e o fechamento das entidades pelo governo de Eurico Dutra e as polícias estaduais.



O governo Eurico Dutra

O governo do presidente Eurico Dutra (1946-1951) alinhou-se claramente aos Estados Unidos no confronto deste país com a União Soviética, conhecido como Guerra Fria. Logo pressionou o Tribunal Superior Eleitoral para declarar ilegal o PCB, acusando-o de ser um partido soviético.



Figura 7.4: “Bem-vindo, presidente Dutra”, diz a mensagem durante sua visita aos Estados Unidos.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Boavin2.jpg>

Renascimento das ligas

Entretanto, o trabalho das ligas não foi inteiramente destruído. A Liga de Iputinga servira de estímulo para a criação de outras em algumas cidades de Pernambuco. José dos Prazeres e Paulo Travassos, antigos dinamizadores das ligas do período 1945-1947 estariam na direção da Liga de Galileia, a primeira das muitas que surgiriam a partir de 1955.

A história consolidada sobre a liga do Engenho Galileia, que se localizava em Vitória de Santo Antão, dá conta de que era uma sociedade, que se organizaria a partir de 1955 para prestar socorro aos **foreiros** do engenho, entre outras coisas, quando precisassem enterrar seus mortos. Para uma sociedade assim de fins tão locais seu nome era bastante pomposo: Sociedade Agrícola dos Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco. Isso provavelmente indica que seus objetivos iam muito além da ajuda que os foreiros deveriam receber.

A sociedade foi fundada sob a direção de José dos Prazeres, e o dono do engenho foi convidado para ser seu presidente de honra. Rejeitou a honraria e entendeu logo que a organização só podia ser “coisa de comunista”. Isso significava que o poder do dono do engenho estava sendo contestado.

Logo após a fundação da sociedade agrícola em Galileia, o dono do engenho ameaçou os camponeses de expulsão, aumentou o foro e estabeleceu contatos com a polícia local.

Diante da repressão, a sociedade agrícola foi transferida para Recife, e os “galileus”, como ficaram conhecidos, ganharam uma comissão em seu favor na Assembleia Legislativa de Pernambuco, unindo deputados de vários partidos que se opunham ao governo estadual do general Osvaldo Cordeiro de Farias, do Partido Social Democrático (PSD).

Foreiro

É aquele que pagava uma renda em dinheiro para poder permanecer no engenho e ter acesso a um pedaço de terra. Também era conhecido como morador. O foreiro, além do pagamento em dinheiro, tinha de trabalhar gratuitamente alguns dias ao mês nas terras do patrão, para poder ficar no engenho. Este trabalho gratuito é conhecido como cambão.



PSD

Ao final do Estado Novo, os interventores estaduais nomeados por Getúlio Vargas criaram o Partido Social Democrático (PSD), que unia nos diversos estados os grandes proprietários rurais. Eram uma forte barreira contra a reforma agrária e a extensão da legislação trabalhista ao campo.

Criou-se em 1956 o Conselho Regional das Ligas Camponesas. As ligas foram organizadas nas principais cidades da Zona da Mata pernambucana, área marcada pelo domínio dos grandes engenhos de açúcar. A liga localizava-se no centro da cidade e nos engenhos existiam as delegacias, ou seja, as representações locais. Conforme o advogado de camponeses e deputado estadual do Partido Socialista Brasileiro (PSB) **Francisco Julião**, se o dono de engenho tinha a sua delegacia, ou seja, a delegacia de polícia, agora o camponês tinha a dele, e assim perdia o medo.

Expansão das ligas

Já no ano de 1955 realiza-se o congresso camponês de Pernambuco. No ano seguinte, uma greve geral que conta inclusive com o apoio dos industriais descontentes possibilita que o movimento camponês ganhe visibilidade. A ação das ligas combina luta jurídica e mobilização política. Luta jurídica significava levar o fazendeiro ao fórum, por exemplo, para pagar o que devia ao camponês ou impedir que este fosse expulso da terra. Ainda que o camponês não fosse vitorioso, o fato de um proprietário sentar-se diante dele

Francisco Julião

Nascido em Recife em 1915, foi advogado de camponeses durante os anos 1940-50. Elegeu-se deputado estadual pelo PSB em 1954 e 1958 e deputado federal em 1962. Com o golpe militar, teve de exilar-se no México, em 1965. Voltou ao país em 1979 e candidatou-se a deputado constituinte, em 1986, pelo Partido Democrático Trabalhista, mas não foi eleito. Voltou para o México, onde morreu em 1999.

na frente do juiz, numa sociedade altamente hierarquizada como a pernambucana, já era uma revolução. A mobilização política fazia-se nas manifestações de rua, buscando ganhar o apoio de outros setores sociais.

Em 1958, no Treze de Maio, realiza-se grande passeata no Recife, comemorando os setenta anos do fim da escravidão, mas exigindo também a abolição do cambão.

Neste mesmo ano, as oposições que agregavam a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o PSB e o PCB conseguem levar Cid Sampaio ao governo do estado. O ano seguinte seria extremamente importante para as ligas. Realiza-se o Congresso de Lavradores, Trabalhadores Agrícolas e Pescadores de Pernambuco. Após anos de luta, o governador desapropriava o Engenho Galileia e criava a Companhia de Revenda e Colonização, para administrar o engenho e realizar novos projetos. A vitória das ligas, que agora atingiam cerca de quarenta municípios no estado, atraiu atenção nacional para o movimento. O jornal *O Estado de S. Paulo*, órgão ainda hoje muito vinculado aos setores proprietários de terras, escandalizava-se ante a desapropriação. Afinal, se os camponeses tinham conquistado a terra pela mobilização, os operários mais tarde poderiam querer as fábricas. A revolução era assim, exclamava o editorialista. E o clima parecia favorável mesmo para a revolução. Naquele ano de 1959, os guerrilheiros de Fidel Castro chegaram a Havana.



A luta pelo poder na Revolução Cubana

Após a tomada do poder, Fidel Castro, Raúl, seu irmão, e o argentino Ernesto Che Guevara utilizaram dois instrumentos importantes para garantirem o poder: a reforma agrária e a melhoria nas condições de vida imediata dos trabalhadores, para garantir seu apoio e o terror contra todos os que fossem do regime anterior ou que discordassem dos novos rumos do país. O fuzilamento foi prática bastante adotada nos primeiros meses da revolução, já que Che tinha assistido ao pacífico governo da Guatemala, que também fizera uma reforma agrária, ser derrubado por um sangrento golpe militar, apoiado pelos EUA, em 1954. O fuzilamento tinha um valor pedagógico.



Figura 7.5: Raúl Castro (irmão de Fidel) e Che Guevara.
Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Raulche2.jpg>

Clodomir de Moraes

Nascido em Santa Maria da Vitória (Bahia), foi jornalista em São Paulo e depois cursou Direito em Pernambuco. Elegeu-se deputado estadual pelo PTB em 1954 e foi importantíssima liderança das ligas camponesas. Após o golpe de 1964, foi preso por dois anos e partiu para o exílio. Seu trabalho de organizador das ligas valeu-lhe empregos na qualidade de consultor da Organização Internacional do Trabalho e na Organização das Nações Unidas, e depois participação como assessor em projetos de reforma agrária em países como Nicarágua e Angola. Do ano 2000 em diante, voltou definitivamente ao Brasil, tornando-se professor universitário e dirigindo projetos de geração de emprego e renda em vários países, além de ter conexões com o MST.

Não tinham sido camponeses, muitos dos quais cortadores de cana, a base de massa de seu movimento? Quatro meses depois de chegar ao poder, o governo realizava uma profunda Reforma Agrária, expropriando bens de companhias estrangeiras e também cubanas.

Expansão nacional das ligas e a influência cubana

A Revolução Cubana foi, em toda a América Latina, um divisor de águas. Para os setores de esquerda, fossem moderados ou radicais Cuba era a vitória possível contra o imperialismo estadunidense e o latifúndio. Para os grupos conservadores das sociedades latino-americanas, ela era a derrota temível diante do comunismo, com o principal fantasma que este regime mostrava: o confisco de propriedades.

Já em 1960, um núcleo da Liga liderado por Francisco Julião e o também deputado estadual **Clodomir de Moraes** foi à Havana e voltou de lá impactado com a revolução. A reforma agrária era feita rapidamente e a Ilha, pressionada pelo poder norte-americano, prometia resistir.

A partir da vitória de Galileia outro fenômeno desenvolvia-se: as ligas passavam a se expandir para outros estados. Inicialmente, Paraíba e Rio Grande do Norte, mas logo quadros pernambucanos iriam para Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Goiás.

Essa expansão deveu-se além do sucesso da experiência de Galileia a um outro fator: embora as ligas originalmente fossem fundadas por dissidentes do PCB, sua natureza aberta possibilitava que militantes do partido participassem na organização. Estes militantes passaram a entender que, ao contrário do que a direção comunista sustentava, a reforma agrária não poderia estar subordinada à luta contra o imperialismo norte-americano. Tendo suas teses derrotadas no V Congresso do PCB, realizado em 1960,

este setor, onde o deputado estadual Clodomir de Moraes destacava-se, começa a pensar na necessidade de criar uma organização independente do partido. Daí, no fim de 1960, gera-se o Conselho Nacional das Ligas Camponesas do Brasil e busca-se a expansão. A atuação das ligas seria bem-sucedida na Paraíba, com a organização de entidades como as de Sapé e Mamanguape, sendo a primeira considerada a maior do Brasil, liderada por João Pedro Teixeira. Em 1962, Teixeira seria assassinado por fazendeiros locais, atraindo a atenção internacional para as ligas nordestinas. Contudo, em outros estados, a ação das ligas não seria tão efetiva, havendo organizações muito pequenas, como as do Rio Grande do Sul.



Figura 7.6: Sapé.



Figura 7.7: Mamanguape.

Um esquema guerrilheiro?

Em processo de expansão, o grupo de Clodomir de Moraes passa a pensar num esquema guerrilheiro. Enquanto Francisco Julião defendia o que se chamava reforma agrária radical, mas não rompia ainda com o modelo político vigente no país, Clodomir passava a recrutar guerrilheiros e tentar obter o apoio de Cuba para a organização de campos de treinamento.

O recrutamento seria facilitado a partir de novembro de 1961, quando se realizou o Primeiro Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, que discutiremos mais profundamente na Aula 9. Por enquanto, o importante é notar que a fala de Julião – “Reforma agrária na lei ou na marra! Com flores ou com sangue!” – mobilizou o congresso.



Figura 7.8: “Reforma agrária na lei ou na marra! Com flores ou com sangue!”
Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/730668>

Desse momento em diante, as ligas separam-se definitivamente do PCB, mas dentro da organização dá-se uma fratura. Francisco Julião, ainda que fizesse discursos louvando a Revolução Cubana, como fez ao lançar o Movimento Tiradentes, em Ouro Preto, em 21

de abril de 1962, buscava participar da disputa eleitoral, sendo candidato a deputado federal e indicando candidaturas a deputados na Bahia, Paraíba e Paraná.



Movimento Tiradentes

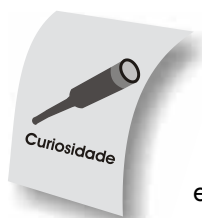
O Movimento Tiradentes foi uma organização que Francisco Julião lançou em 1962, com o objetivo de unificar grupos que desejavam acelerar o processo de reformas proposto pelo presidente João Goulart. Seu impacto foi muito reduzido.

Já o grupo de Clodomir criava o dispositivo militar, em tese para preparar os camponeses para resistir a um iminente golpe militar. Os campos seriam organizados em vários pontos do país, como oeste do Paraná, Petrópolis, Acre e Bahia. Os mais importantes seriam em Goiás: Dianópolis, Natividade e Rialma.

O apoio cubano viria a partir de pequenos carregamentos de armas.



Figura 7.9: Rialma.



Tocantins

A região norte de Goiás separou-se do estado em 1988, para constituir o estado do Tocantins, onde hoje se localiza Dianópolis.

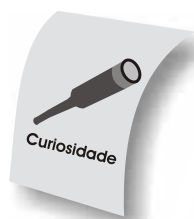


Figura 7.10: Dianópolis.

As ligas viveram no ano de 1962 uma profunda crise. Os campos de treinamento não se estruturavam e nem se podia pensar em autodefesa, como dizia Clodomir, muito menos em revolução. Para os “militares” da organização, era um absurdo tanto dinheiro gasto na campanha eleitoral de Julião, que foi malsucedida, já que foi o último nome da lista do PSB com apenas quatrocentos votos. Para uma campanha que mobilizara tantos recursos, era muito pouco, lembrando que os candidatos de Julião em outros estados não foram eleitos.

Além disso, mesmo nas áreas de sua atuação primitiva, as ligas sofriam agora a competição do PCB e da Igreja Católica, que buscavam sindicalizar tanto os assalariados, que as ligas tinham deixado um tanto de lado, como os foreiros e demais cultivadores.

Em novembro de 1962, o campo de Dianópolis foi descoberto pela Marinha e a Associação Goiana de Trabalhadores do Campo, criada pelas ligas, fechada. Sofrendo a cisão entre o que chamaríamos uma ala militar e sua ala civil, perdendo tanto no plano eleitoral como no armado, a direção de Julião recuou para o Recife, tentando reorganizar o movimento, ainda que seu jornal, *A Liga*, continuasse funcionando no Rio de Janeiro.



Jornal *A Liga*

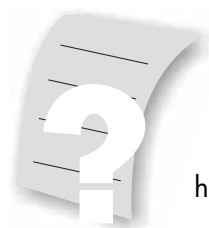
Criado em 1962, o jornal expressava o pensamento de dirigentes das ligas camponesas e era editado no Rio de Janeiro. Com o golpe militar, foi tirado de circulação.

As ligas tinham se reduzido bastante, embora um documento do Exército do segundo semestre de 1963 ainda dê conta de sua presença em lugares tão distantes quanto o Amazonas e o Pará. Mas vale salientar que o movimento, embora conseguisse se manter centralizado, quando limitado a Pernambuco, agora era ramificado e nem sempre o nome "liga camponesa" significava subordinação ao comando de Recife.

Recomposição e crise final

A tentativa de reestruturação das ligas leva à criação, no início de 1963, do Movimento Unificado da Revolução Brasileira, que

não conseguiu coordenar suas ações. Enquanto isso, Miguel Arrais, prefeito do Recife pelo PSB, chegava, com o apoio do movimento operário e camponês, ao governo do estado. Julião aceitava a postura de Arrais de levar ao campo a legislação trabalhista mas a considerava reformista, algo muito mal visto por alguém que, como ele, pensava-se como um revolucionário.



Reformistas e revolucionários

No campo da esquerda, durante o século XX, havia duas posturas principais: a dos reformistas e a dos revolucionários. Os primeiros pregavam que, para alcançar o socialismo, era possível ir reformando lentamente o capitalismo. Já os segundos sustentavam que o capitalismo não era reformável e, portanto, tinha de ser destruído para que o socialismo pudesse ser implantado.

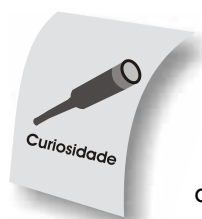
Julião considerava a proposta de Arrais reformista e a entendia como negativa, porque conservaria o controle da terra com o senhor de engenho, em vez de realizar a reforma agrária.

As ligas mobilizavam agora também assalariados em greves e começavam a realizar uma forma de luta que ficaria famosa a partir dos anos 1980: a ocupação de terras como as do Engenho Coqueiros e, às vésperas do golpe civil-militar, as do Engenho Serra.

Em outubro, eram relançadas as ligas camponesas do Brasil; em janeiro de 1964, anunciava-se para junho a realização de um congresso. Vale salientar que neste momento as ligas tinham uma representatividade muito menor do que no período do Congresso

de Belo Horizonte. Participaram de forma subordinada na greve geral dos canavieiros de 1963, que arrancou importantes benefícios para os trabalhadores, e quando a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) foi organizada em dezembro de 1963, as ligas não participariam da primeira diretoria.

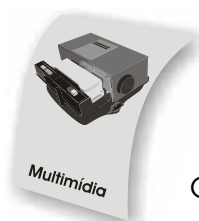
Dirigentes das ligas pretendiam criar um partido agrário onde existissem uma organização de massas, da qual todos pudessem participar (havia ligas urbanas, de estudantes, femininas etc.) e uma organização política, que se prepararia militarmente. Contudo, em 1º de abril de 1964, sobreveio o golpe civil-militar, e o Recife seria um dos focos mais importantes da repressão. Segundo Clodomir de Moraes, militantes das ligas ainda conseguiram ocupar a já histórica Vitória de Santo Antão como ato de resistência ao golpe. No entanto, a fuga de Jango e a prisão de Arrais impossibilitaram qualquer forma de luta.



O golpe civil-militar de 1964

O pretexto para o golpe era a “comunização” do país, que estaria em marcha com a conivência do governo João Goulart. Na prática, o que estava ocorrendo era a mobilização de setores que as elites não reconheciam ter direito a se mobilizar. Operários articulados no comando-geral dos trabalhadores, marinheiros que se rebelaram no fim de março e os camponeses, que se organizavam em vários pontos do país. Assim o golpe priorizou a repressão sobre os movimentos camponeses, tendo os fazendeiros mãos livres para torturas e mesmo assassinatos.

As ligas seriam rapidamente destruídas, sendo conhecida a história de dona Elizabete Teixeira, viúva de João Pedro Teixeira, que teve de se exilar no interior do Rio Grande do Norte por mais de dezessete anos, tornando-se mais tarde o principal depoimento do filme *Cabra marcado para morrer*, de Eduardo Coutinho.



Filme: *Cabra marcado para morrer* (1984)

O filme era um projeto do diretor Eduardo Coutinho sobre as ligas de Galileia e Sapé e sobre a vida do líder camponês João Pedro Teixeira, que havia sido assassinado em 1962. Porém, o filme teve de ser interrompido por ocasião do golpe militar de 1964, sendo parte da equipe do filme presa sob alegação de práticas comunistas.

Eduardo Coutinho só pôde retomar o filme quase 20 anos depois e conta com os depoimentos de Elizabeth sobre o que aconteceu com ela nesses anos todos.

Caso você tenha dificuldade para achar esse filme, poderá vê-lo através deste link: <http://www.youtube.com/watch?v=P2WmDsKuooA>

Se o movimento das ligas foi rapidamente desmobilizado, sua memória seria reapropriada por lideranças como João Pedro Stedli nos anos 1980. Segundo ele, o contato que teve com Julião em seu exílio mexicano teria sido fundamental para sedimentar a necessidade de retomada da luta pela terra no país.

As manifestações dos militantes das ligas, as ações jurídicas de Julião, que encorajava o camponês a levar aos tribunais o senhor de engenho, que jamais fora contestado, colaboravam para que o tema agrário ganhasse visibilidade na sociedade e não fosse apenas objeto de esparsos estudos acadêmicos. Entretanto, outros tipos de lutas seriam visualizados, e o Rio Grande do Sul seria um importante centro de movimentos rurais no mesmo momento de ascensão das ligas.



Atende ao Objetivo 1

1.

A tua liberdade, camponês, depende da tua união. A tua união depende da tua vontade. E a tua vontade depende da tua necessidade. Porque a necessidade cria a vontade. A vontade cria a união. E a união cria a liberdade.

Quem tem liberdade tem o trabalho. E quem ama o trabalho merece a terra. Porque a terra deve ser de quem nela trabalha. Terra é sossego, é paz, é pão, é água, é casa, é agasalho, é escola, é saúde e é vida.

É justo que cada 2 brasileiros de 60 que moram no campo tenham terra e os outros 58 não fiquem com um naco? Não é justo. O justo é que haja um pedaço de terra para cada um deles. [...]

Resposta Comentada

O texto de Julião destina-se a um público das camadas populares nordestinas, muitas vezes analfabeto. Portanto, ele tem de ser extremamente didático. No trecho que separamos repare que ele forma uma espécie de quadrilátero: união, vontade, liberdade e necessidade. Dá necessidade surge a vontade, da vontade a união, e daí a Liberdade.

Depois passa para ligar liberdade a trabalho. Ora, o camponês trabalha, ama o seu trabalho, mas seu trabalho tem de ser conquistado ao lado da terra. Que é o trabalho sem a terra? Posteriormente, ativa a ideia de justiça. A religião católica, bem ou mal, apontava para a noção de justiça. E era justo que apenas dois tivessem a terra, enquanto cinquenta e oito não a tinham? Mas essa injustiça pode ser corrigida. Mas como? A união que nasce da necessidade. Ou seja, só unido o campesinato poderá arrancar o pedaço de terra. Uma palavra, quase uma miragem brota de Julião: reforma agrária. É o combate ao latifúndio, criando a média e a pequena propriedade. Mas o mais importante é o que vem depois da reforma agrária. A semente para plantar, o adubo para boa safra, o agrônomo para ensinar a plantar e combater a erosão, o dinheiro a crédito fácil e barato (juros de seis por cento), impensáveis em nossos dias. É também a estrada que agora tem em seu redor uma faixa verde, ou seja, a reforma agrária traz a transformação tão necessária e para tanto a união será fundamental. Assim a utopia se vê materializada pela transformação feita a partir do camponês unido em marcha. Este discurso nos anos sessenta mobilizava milhares de camponeses não só em Pernambuco, mas em vários estados do país. Assim os aspectos mais importantes que podemos verificar nas atividades das ligas poderiam ser: A luta pela liberdade, que só pode ser conquistada pelo trabalho, que se vincula à terra; a divulgação da ideia de justiça, que, como vimos, Julião difundia para convencer os camponeses a cobrar dos proprietários junto aos juízes e finalmente a mobilização por reforma agrária, autêntico meio para possibilitar as transformações de que o país necessitava.

O Máster (1960-1964)

As reflexões que seguem estão fortemente calcadas na dissertação de mestrado de Córdula Eckert (ECKERT, 1984) bem como no recente trabalho de Marcelo Carvalho Rosa (ROSA, 2010).

O Rio Grande do Sul encontrava no fim dos anos 1950 os limites de sua colonização. As chamadas colônias velhas dividiam-se, e os filhos dos agricultores já não encontravam facilidade para obter terras. No Rio Grande ocorreram, como em outros estados, no começo dos anos 1950, conflitos entre posseiros e a Brigada Militar (PM gaúcha), só que nestes casos quem queria a terra era o estado, para desenvolver projetos como o de uma serralheria em São Francisco de Paula. A resistência seria bem-sucedida. Também no Rio Grande do Sul o PCB organizou alguns sindicatos de trabalhadores rurais na segunda metade dos anos 1950, no esforço de consolidação de sua entidade rural, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab).

Mas o salto do Movimento Camponês deu-se a partir de 1960. Na cidade de Encruzilhada do Sul, centenas de posseiros cultivavam uma área havia 36 anos, até que Euclides Lança, um líder do PTB de Pelotas, decidiu cobrar **arrendamento** aos camponeses.

Num primeiro momento, eles aceitaram pagar. Entretanto, ao serem ameaçados de expulsão pelo pretense proprietário, que queria apossar-se da terra, reagiram. A reação afinal foi bem-sucedida, pois o levantamento feito pelo governo estadual provou que Euclides só tinha uma parte do que alegava e o restante era do Estado, sendo a parte dele desapropriada. Daí nasceu, em junho de 1960, o Movimento dos Agricultores Sem Terra.

Arrendamento

É o aluguel que se paga para permanecer na propriedade.

Embora seu manifesto refira-se aos agricultores de Encruzilhada do Sul, o movimento tinha pretensões estaduais e nacionais. O objetivo de seus fundadores, o prefeito da cidade Milton Seres Rodrigues, o técnico em planejamento Paulo Schilling e o deputado federal Ruy Ramos, todos vinculados ao PTB do governador Leonel Brizola, era criar uma federação estadual e mais tarde uma confederação de agricultores sem terra. Ramos observava inclusive que entraria em entendimento com Francisco Julião para construir a confederação, mas o projeto não foi a diante.



Figura 7.11: O PTB de Leonel Brizola teve papel importante no Movimento dos Agricultores Sem Terra.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Leonel_Brizola.jpg

O movimento, em seu primeiro manifesto, pregava a realização de uma reforma agrária, com a desapropriação de terras, mas nada dizia em relação ao que fazer no que tangia ao pagamento de indenizações aos proprietários.



A Campanha da Legalidade

Em 25 de agosto de 1961, o presidente Jânio Quadros renunciou, e setores militares vetaram a posse do vice-presidente João Goulart, que se encontrava retornando de visita à República Popular da China, comandada pelo líder comunista Mao Tsé-tung. Cunhado de João Goulart, Leonel Brizola iniciou em Porto Alegre a resistência, que ficou conhecida como Campanha da Legalidade. O resultado foi um acordo, que permitiu a Goulart assumir, com poderes limitados pelo parlamentarismo, que seria revogado em 1963 por um plebiscito.



Figura 7.13: João Goulart, Leonel Brizola e Jânio Quadros.

Fontes: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Jango.jpg>; <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Brizola.jpg> (Fonte: Agência Brasil); <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Janio1.jpg>

A partir deste momento, o Máster engaja-se numa postura mais agressiva em favor da reforma agrária radical, apoiando as bandeiras do Congresso de Belo Horizonte, embora não aderisse ao discurso de “na lei ou na marra”.

Em janeiro de 1962, o movimento, ainda dirigido por Seres Rodrigues, inicia sua estratégia. Um acampamento no município de Sarandi, na fazenda de mesmo nome e com o apoio de Jair Calixto, prefeito de Nonoai. A brigada militar foi chamada, mas provavelmente pela primeira vez na história do país não era para prender os camponeses e sim para se colocar entre eles e os fazendeiros. A estratégia dos camponeses não era a de ocupar a fazenda, mas sim acampar em suas margens, na estrada, que afinal era pública. A prática dos acampamentos que se generalizaria no Brasil, do fim dos anos 1970 em diante, foi iniciada neste momento. O governador enviou alimentos e remédios e foi de avião ao local; no fim de janeiro, a fazenda foi declarada desapropriada.

As memórias de militantes do acampamento da Sarandi não falam em Máster, mas sim em acampamento do Brizola ou de Jair Calisto, primo do governador e prefeito de Nonoai. Mas de fato este primeiro acampamento, ainda que não organizado pelo Máster, projetou o nome da entidade. Lembremos que neste momento o governo estadual já buscava criar mecanismos favoráveis à reforma agrária, cadastrando terras pouco cultivadas e apoiando as organizações de sem-terra.



Figura 7.14: Sarandi.

Os acampamentos multiplicavam-se pelo estado, ocorrendo em municípios como Camacua, Alegrete e Santa Maria, e mesmo a fazenda do ex-governador Ildo Meneguetti, localizada em Sapucaia do Sul, estava para ser cercada.

Reações ao Máster

As reações não se fizeram esperar: dirigentes da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (Farsul), que representavam os proprietários, pressionavam o governador por uma saída que levasse em conta seus objetivos, ou seja, limitasse ao máximo qualquer ação de reforma agrária. A brigada militar, ainda que comandada pelo governador, nem sempre seguia a linha por ele traçada.

Dirigentes das ligas camponesas formadas no estado viam o Máster como simples instituição oficial. As ligas, quando organizadas no Rio Grande, já visavam formar quadros para um campo guerrilheiro no oeste do Paraná. Enquanto isso, setores da Igreja Católica, temerosos de perder o campesinato para o Máster, visto por eles como uma organização comunista, lançavam em julho de 1961 a Frente Agrária Gaúcha (FAG).

Os inspiradores da FAG, entre os quais o bispo Edimundo Kuns, reconheciam a desigualdade social, mas também entendiam que esta era inevitável. Assim, ao contrário da mobilização pela terra, sustentavam a necessidade de educar o camponês em valores cristãos, sublinhando a ideia de família, através de cursos para formar bons trabalhadores que aí, sim, poderiam aspirar à condição de proprietários. “Quando se educa um homem, se forma um cidadão, mas quando se educa uma mulher, se forma um lar”, pregavam os impulsionadores das escolas rurais. Em janeiro de 1962, a FAG é lançada oficialmente, sob a presidência de Egidio Michaelsen, também do PTB, que seria o candidato derrotado por Ildo Meneguetti nas eleições daquele ano.

Rapidamente, a FAG criava sindicatos de trabalhadores rurais, apostando suas fichas mais nos assalariados, sem esquecer outros tipos de trabalhador. Em outubro de 1962, criava a Federação de Trabalhadores Rurais, mas já em julho os trabalhadores realizaram o seu primeiro congresso. Defendia assistência médica, educação, extensão dos direitos trabalhistas ao campo, direito de greve, e, quanto à reforma agrária, pregava-se a desapropriação com indenização corrigida pela inflação, o que tornaria muito cara a reforma.

Enquanto a FAG se estruturava, o Máster organizava seu primeiro encontro em 31 de março e 1^o de abril de 1962, terminando com uma caminhada ao Palácio do Piratini, sede do governo gaúcho.

O governador criou o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (Igra), e um técnico do órgão, Eusébio França, ocupava posto importante no movimento. Contudo, as desapropriações seguiam bloqueadas ou pela justiça ou pela burocracia oficial. O Máster continuou realizando acampamentos, embora em alguns momentos recuasse, atendendo a pedidos do governador, como, por exemplo, em uma semana de negociações entre o governo e a Farsul.

Em dezembro de 1962, houve o único congresso do Máster. Foi fundada a Federação dos Agricultores Sem Terra, mas o nome Movimento e a sigla Máster foram conservados. Pedia-se a reforma agrária radical, estabelecendo-se um limite máximo de quinhentos hectares a partir do qual a terra seria desapropriada. Desapropriação em terras às margens das rodovias e ferrovias (um dos últimos decretos do presidente João Goulart), pagamento em títulos da dívida agrária resgatáveis em vinte anos e não em dinheiro. Neste momento, com a direção passando para as mãos de Ari Saldanha, um histórico militante do PCB, o Máster encampava a reforma agrária com propostas bastante vigorosas. Pedia-se ainda preços mínimos para os produtos agrícolas, crédito fácil e, agora provavelmente pela concorrência da Igreja e pela presença mais forte de militantes do PCB, incorporavam as bandeiras de apoio aos assalariados rurais. Além do mais, o Máster deveria fundar sindicatos que os congregassem.

Repressão e crise final

O ano de 1963 não trouxe boas perspectivas para o Máster. Brizola não fizera o sucessor, o ex-governador Ildo Meneguetti tomou medidas duras logo nos primeiros dias. O Igra perdeu trinta dos trinta e dois funcionários que possuía. As desapropriações reduziram seu ritmo, e a repressão, que já se intensificava, teve um salto qualitativo. No primeiro acampamento, o coronel Gonçalves de Carvalho cercou os acampados no município de Iraí e não permitiu que ninguém lhes desse apoio. Sindicalistas, deputados estaduais,

advogados e mesmo o representante estadual da Superintendência de Política Agrária (Supra) não tinham acesso aos acampados, e mesmo o poço que os atendia era fechado. Essa estratégia de vencer pela fome seria repetida em diversos acampamentos. O Movimento tinha o apoio de Brizola e do governo federal, mas o governador do estado recusava-se a dialogar com a Supra.

Enquanto o Máster sofria repressão, a FAG desenvolvia-se e em 1963 realizava o Segundo Congresso de Trabalhadores Rurais do Estado. Nele, aceitava-se a reforma agrária, com o pagamento da desapropriação em títulos da dívida agrária. Esta era a principal bandeira que unificava os setores que defendiam a transformação fundiária. Contudo, no Congresso se sustentava que inicialmente se aproveitassem as terras públicas e só depois as particulares. Quanto aos assalariados, sustentava-se a regulamentação do Estatuto do Trabalhador Rural e a extensão da Previdência ao campo. Para Córdula Eckert, a mudança da FAG está relacionada às reivindicações das bases, que tanto agregavam assalariados como pequenos cultivadores. A organização católica não poderia distanciar-se tanto das bases, sob risco de perdê-las para o Máster.

O Máster continuou realizando acampamentos durante o ano de 1963 e o primeiro trimestre de 1964, sempre contando com o apoio de sindicatos operários e de estudantes; aliás, sua sede agora era um sindicato urbano, apesar da repressão. Chegou a realizar um acampamento em Torres, cidade do litoral gaúcho, e em alguns momentos ameaçou cercar a fazenda do governador do estado. Contudo, o golpe militar cortou o desenvolvimento do movimento. Os líderes da FAG buscaram rapidamente preencher o espaço deixado pelo Máster, associando seus antigos militantes ao comunismo e, portanto, a uma postura anticristã. Em 1965, a FAG pôde realizar o Terceiro Congresso sem a sombra do Máster e anos mais tarde até levantou bandeiras, pedindo a aplicação do Estatuto da Terra, implantado menos de um ano depois do golpe.

Mas a forma dos acampamentos não morrerá. Quando antigos acampados da Sarandi, que haviam se instalado na reserva indígena de Nonoai, foram expulsos em 1978 pela Funai para que a terra voltasse para os índios, encontraram um único remédio: acampar na frente da Fazenda Macali, uma divisão da Sarandi, para chamar atenção para seu drama, pois eram expulsos sem indenização.

Os acampamentos que vieram em seguida, como o da Fazenda da Encruzilhada Natalino, no fim de 1980, seriam a forma de reivindicar novamente o acesso à terra. Ao analisarmos a situação no Rio Grande do Sul, percebemos uma luta entre a Igreja Católica e o movimento de esquerda, que nos pampas, embora tivesse a presença comunista, tinha forte influência da liderança de Leonel Brizola. Essa luta entre católicos e comunistas, pelo controle do nascente movimento sindical do campo, abarcaria todo o país no início dos anos 1960. É um dos aspectos que estudaremos na próxima aula.

CONCLUSÃO

Trabalhamos nesta aula com dois movimentos inteiramente diferenciados. As ligas camponesas, especialmente em sua fase mais conhecida, de 1955 em diante, tiveram um discurso de ruptura, e houve setores que pregaram abertamente não só a reforma agrária, mas a ruptura com o sistema capitalista. Já o Máster, embora tivesse um discurso radical quanto à reforma agrária, não pregava a substituição do modelo vigente e procurava fazer as alterações na estrutura dentro do modelo. Além disso, as ligas, mesmo no tempo de Miguel Arraes, não contaram com o apoio que o Máster tinha do poder de Estado. Aliás, nem os dirigentes das ligas pareciam desejar isso. O governo gaúcho, sob o comando de Brizola, encampou a bandeira da reforma, e o Máster recebeu apoio, embora tivesse que pagar o preço, por exemplo, evitando acampamentos a pedido do governador. Claro que a situação muda no governo de Ildo

Meneguetti, mas isso não significou fim de apoio oficial, pois Jango ainda era presidente.

Entretanto, os movimentos têm pontos coincidentes: em primeiro lugar, a prioridade que davam era aos arrendatários ou outros cultivadores que ou tinham ou já haviam tido acesso à terra, não valorizando o assalariado. Não encontramos nenhuma sistematização a este respeito no material sobre o Máster, mas Julião mesmo observa que era muito difícil mobilizar o assalariado pela extrema dependência que tinha do patrão. Lembremos de passagem que, quando falamos em assalariados, não queremos dizer que eles recebessem em dinheiro, já que mesmo a legislação da época permitia o pagamento de parte do salário em produtos. Outro ponto coincidente é o caráter regional de ambos os movimentos. Embora as ligas tenham tentado atuar nacionalmente, sua ação mais vigorosa, com manifestações de rua e ocupações de terra, além de participação em greves, ficou restrita ao Nordeste, do mesmo modo que os acampamentos do Máster ficaram restritos às terras gaúchas. Nascidos em condições bastante específicas, estes movimentos tiveram muita dificuldade para expandir-se além de suas regiões originais, tendo as ligas conseguido isso parcialmente e o Máster ficado limitado ao Rio Grande do Sul.

Finalmente, a competição com o PCB, que ambos desenvolveram, sendo o Máster claramente vencedor e as ligas tendo vitória inicial e depois derrota. Embora defendessem pontos de vista comuns aos comunistas, ambos os movimentos disputavam com eles o controle político do campesinato. Assim, se podia existir acordo pontual, ele não se traduzia em aliança plena.

Contudo, é preciso lembrar que tanto a memória do Máster (escondida) quanto a das ligas (valorizada) seriam importantes quando os que organizariam o MST começaram suas lutas no fim dos anos 1970.

Atividade Final

Atende ao Objetivo 2

Leia o texto ABC dos Sindicalismo Rural, produzido por dirigentes da FAG, e o Manifesto do Máster de 1960 e compare-os.

Texto 1: ABC do Sindicalismo Rural, divulgado pela Frente Agrária Gaúcha

- O sindicato deve trabalhar pelo bem comum e nunca de uma só pessoa. O sindicato é de todos.
- O sindicato deve trabalhar pela mudança, mas nunca pela luta de classes.
- Trabalhar no sindicato em colaboração e de forma organizada.
- A organização facilita o trabalho. A colaboração aproxima as pessoas. A colaboração e a organização trazem paz e progresso.
- O sindicato deve orientar reivindicações programadas.
- O sindicato tem que ver o homem todo e ser idealista.
- O nosso sindicato deve ser livre, e não obrigatório. O sindicato é uma associação profissional, e não religiosa nem política.

Fonte: BASSANI, Paulo. *Frente Agrária Gaúcha e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais*. Londrina, Eduel, 2009, p. 92.

Texto 2: Manifesto do Máster

ANEXO 2

MANIFESTO LANÇADO PELOS PROMOTORES DO
MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM TERRA
DE ENCRUZILHADA DO SUL POR OCASIÃO DO LANÇA-
MENTO DO MASTER EM JUNHO DE 1960.

"Aos Agricultores Encruzilhadenses e ao Povo em Ge-
ral:

Considerando a situação de miserabilidade em que vi-
vem nossas populações rurais, especialmente os camponeses sem
terra;

Considerando que o desenvolvimento de nossa agricul-
tura está sendo entravado pelo monopólio da terra, ocasionan-
do uma grave crise no abastecimento urbano;

Considerando que o próprio Exército Nacional, consi-
derando a importância da produção rural para a Segurança do País,
propõe a criação de um Serviço Especializado, visando essa pa-
triótica finalidade;

Considerando que, dentro da melhor doutrina cristã,
a terra deve pertencer a quem a trata e trabalha;

Considerando a morosidade com que se arrastam no

Brasil as inúmeras tentativas de Reforma Agrária, a ponto de um dos maiores prelados da Igreja afirmar que o Brasil será o último país a resolver esse problema;

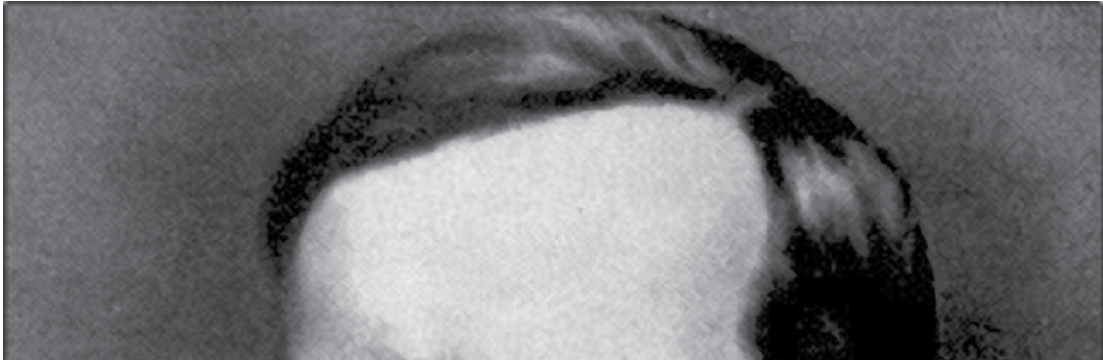
Considerando que, sem uma vigorosa ação de massas rurais que atue de fora para dentro e obrigue os Poderes da Nação e as forças do Parlamento a considerar com seriedade a matéria, ela será sempre procrastinada pelo conjunto de interesses ligados à terra e à sua exploração feudal e capitalista;

Considerando a urgente necessidade de organizar as multidões rurais sem terra, para que despertem e se agrupem em associações capazes de esclarecê-las, instruí-las e defender seus direitos, postergados desde as eras coloniais e escravocratas;

Considerando que, não obstante as quantidades humanas que vivem na terra e da terra, constituindo dois terços da população do país, é sempre o homem rural o primeiro na guerra e no sacrifício e, o último na paz e na consideração dos governos;

Considerando, ainda, o grave e atual problema em nosso município, onde aventureiros audaciosos tentam expulsar, até mesmo pela força, inúmeras famílias de agricultores das terras que esses cultivam há dezenas de anos, tornando-as produtivas com o suor de seus rostos;

Resolvem os signatários lançar o Movimento dos Agricultores Sem Terra de Encruzilhada do Sul, convidando todos os interessados a inscrever-se no mesmo, assim como ape-



Resposta Comentada

Ao observarmos os dois textos, fica clara a diferença de tom de ambos e que tipo de sociedade cada autor deseja ver construída. No texto da FAG, a ideia força é de harmonia. O sindicato não pode valorizar a noção de luta de classes. No Manifesto, a luta é explicitada, ainda que diluída na noção de homem rural “primeiro na guerra e último na paz”. Enquanto na visão católica deve o sindicato harmonizar indivíduos e classes, na visão do Máster o sindicato tem lado, e o lado é dos agricultores empobrecidos. Na visão da Igreja, a ideia-chave é a de colaboração, evitando-se ao máximo o confronto, tendo o sindicato um papel mediador. Já na visão do Máster, o movimento tem o objetivo de mobilizar o campesinato, até porque se considera a morosidade de se fazer a reforma agrária. Note-se que no manifesto do Máster busca-se o apoio da Igreja com afirmação do padre a respeito dessa dita morosidade. Assim, harmonia social a qualquer preço e a mobilização social a todo custo estão presentes respectivamente no texto da FAG e do Máster, mostrando a oposição que marcou a área camponesa no início dos anos 1960. Entretanto, é preciso lembrar que, embora as posições fossem bem definidas, não se pode imaginar que não existissem momentos de conciliação, pelo menos com setores moderados da Igreja Católica, como veremos ao analisarmos o esforço pela sindicalização dos trabalhadores rurais na Aula 9.

RESUMO

Nesta aula, discutimos dois movimentos de caráter regional. Inicialmente, tratamos das Ligas Camponesas, organizações que se desenvolveram principalmente no Nordeste e que tinham um caráter de ruptura com a estrutura fundiária local e em alguns setores tinham uma forte inspiração na Revolução Cubana. Posteriormente, analisamos a atuação do Máster, movimento de reivindicação pela terra no Rio Grande do Sul, que pela primeira vez na História pôde contar com o apoio governamental. Embora ambos os movimentos tenham sido derrotados pelo golpe civil-militar de 1964, sendo Pernambuco e Rio Grande do Sul dois estados onde a repressão foi vigorosa, as memórias dos acampamentos do Máster e das mobilizações das Ligas Camponesas foram fundamentais para a estruturação do MST a partir da década de 1980.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, vamos estudar duas categorias de movimentos: em primeiro lugar, vamos conhecer movimentos de posseiros, que lutavam pela permanência nas terras que cultivavam e como estes movimentos mobilizaram a atenção de outros setores sociais para o problema da terra. Depois acompanharemos as lutas pela sindicalização rural, dinamizadas inicialmente pelo PCB e depois por outras organizações políticas que disputaram com os comunistas a hegemonia do movimento camponês até o golpe civil-militar de 1964. Até lá!

Aula 9

Movimentos Camponeses na Experiência Democrática de 1945 a 1964 (segunda parte)

Vanderlei Vazelesk Ribeiro

Meta

Continuar o estudo de movimentos camponeses, iniciado na Aula 7, que se desenvolveram durante o período compreendido entre a queda de Getúlio Vargas (1945) e a deposição de João Goulart (1964).

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer a conexão das lutas de camponeses por permanecer na terra que cultivavam com outras organizações políticas.
2. avaliar a luta pela sindicalização Rural, refletindo a respeito do esforço do PCB para atuar no meio agrário e sua competição com outros setores como alas da Igreja Católica pelo controle da representação dos trabalhadores.

Pré-requisitos

A aula aqui é uma continuação da Aula 7. Portanto, relembre aquela aula através do resumo, antes de continuar seu estudo. Também é importante ler sobre conflitos de terra, que descrevemos na Aula 5, vendo que aqueles eram normalmente de pequenos grupos, enquanto os desta aula envolvem centenas de famílias.

Introdução

Dando continuidade ao estudo que iniciamos na Aula 7, voltamo-nos para estudar dois tipos de movimentos, que se desenvolveram em várias partes do país, no período aqui chamado de Experiência Democrática.

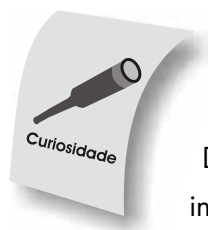
Inicialmente, analisaremos lutas de posseiros e arrendatários, que tentavam permanecer nas terras que cultivavam. Estas mobilizações atraíram a atenção de lideranças políticas de diversas tendências para áreas tão distantes como o norte do Paraná e o norte de Goiás, dando visibilidade ao problema agrário no país. Ao final do período, antigos posseiros despejados começaram a realizar ocupações de terras especialmente no estado do Rio de Janeiro, constituindo uma nova forma de luta, que seria retomada no fim dos anos de 1970.

O PCB, que teve participação importantíssima em vários destes movimentos, também incentivou um tipo de organização, já tradicional nas cidades, mas nova no meio agrário: os sindicatos. Será o nosso segundo objeto de estudos, analisando as tentativas de formação de sindicatos em meados da década de cinquenta, seu crescimento com o apoio do Estado e de setores da Igreja no início dos anos sessenta, até sua redefinição no momento imediatamente anterior ao golpe civil-militar de 1964. Desta maneira, você somará aos movimentos regionais (ligas camponesas e Máster), que estudou na Aula 7, movimentos de caráter local, mas que se imbricavam à conjuntura nacional do período e movimento nacional pela sindicalização. Ao final, teremos montado um panorama da construção da categoria camponês no período estudado.

A quem pertence a terra?

Nesta seção, discutiremos as lutas de posseiros e arrendatários, que marcaram o período aqui analisado. São conflitos, que tem por objeto o permanecer na terra, onde se trabalha. O posseiro, como vimos na Aula 5, é aquele, que se apropria de um pedaço de terra, que está abandonado e o cultiva. A legislação brasileira dá garantias ao cultivador, através do instrumento do usucapião: aquele que por certo número de anos está na terra sem oposição, tendo nela cultura e morada habitual, pode requerer junto ao juiz, sua propriedade. Contudo desde 1850 a partir da lei de terras, o posseiro encontrou seu adversário: o grileiro. A lei reconhecia a compra à Coroa como único meio para adquirir a terra, salvo se o proprietário pudesse provar a concessão antiga de sesmaria do período da Colônia ou a posse com cultura e morada habitual. O grileiro é aquele que aliado a donos de cartórios e juízes locais “fabrica” o título de propriedade para avançar sobre terras públicas, estejam ou não cultivadas.

Trava-se a partir daí uma luta entre duas formas de apropriação do solo: a primeira baseada na documentação, falsa ou verdadeira, assegurando a propriedade para que a terra possa ser bem de mercado, antes que qualquer outra coisa. A segunda, baseia-se na propriedade conquistada a partir do trabalho feito sobre a terra.



Grilos?

De onde vem o termo grilagem? Tem a ver com inseto? Pois saiba que sim. Uma das formas que os grileiros tinham de enganar as autoridades era mostrar documentos falsos de posse de terra com aparência de antigos. Como se eles tivessem aquele documento há muito tempo, legitimando sua posse.

A técnica consiste em colocar os papéis dentro de uma caixa com grilos, de modo a deixar os documentos roídos e amarelados – por causa de excrementos do grilo-, ficando assim com a aparência de documento antigo.



Fonte imagem: <http://www.sxc.hu/photo/1078471>

O enfrentamento entre posseiros e grileiros

A história dos enfrentamentos entre grileiros e posseiros ao longo da segunda metade do século XX segue um padrão, que com algumas variações, dá-se do mesmo modo Brasil à fora: Os posseiros iam chegando em uma terra pouco valorizada, pelos ditos proprietários. Começavam a cultivá-la, e quando essa gerava

frutos e principalmente quando a região era beneficiada com obras públicas como estradas ou saneamento, sua posse era contestada no cartório e os grileiros apareciam com a polícia, jagunços (matadores de aluguel) e se iniciava a luta armada ou pelo menos a expectativa dela. Foi assim no norte e no sudoeste do Paraná, no norte de Goiás e mesmo no Sertão Carioca, hoje chamado Zona Oeste do Rio de Janeiro, além da Baixada Fluminense e outras regiões do Estado.



Jagunço

São matadores profissionais, que atuam especialmente no interior do Brasil a mando de proprietários rurais. Podem ser utilizados em lutas pela terra, mas também em confrontos entre famílias por questões políticas.

Uma obra importante sobre eles é *Cangaceiros e Fanáticos de Ruy Facó*, Lançada Pela Civilização brasileira em 1965, mas que se encontra disponível na internet. Na literatura, temos *Grande Sertão Veredas*, de João Guimarães Rosa. As novelas da Rede Globo também mostraram a atuação deles como a inesquecível *Roque Santeiro*, de Dias Gomes, em 1985. Uma busca rápida no youtube te leva às cenas do Roque.

O que diferencia estes conflitos que vamos rapidamente discutir é que os posseiros vão resistir não apenas de forma individual, ou através de cartas e abaixo assinados ao presidente da República. Estas formas de luta também estarão presentes, mas serão acompanhadas de luta armada, manifestação de rua, e pressão de partidos políticos na Imprensa e no parlamento.

Por falar em partidos políticos, o envolvimento apoiando os camponeses em sua luta, esteve presente em três movimentos que estudaremos a seguir: a “guerrilha de Porecatu” (PR) (1947-1951), assim conhecida porque aquela pequena cidade do norte do Paraná foi a principal base de operações; a Revolta dos colonos do Sudoeste do Paraná (1957) e o confronto de Trombas e Formoso (1953-1964) no norte de Goiás.

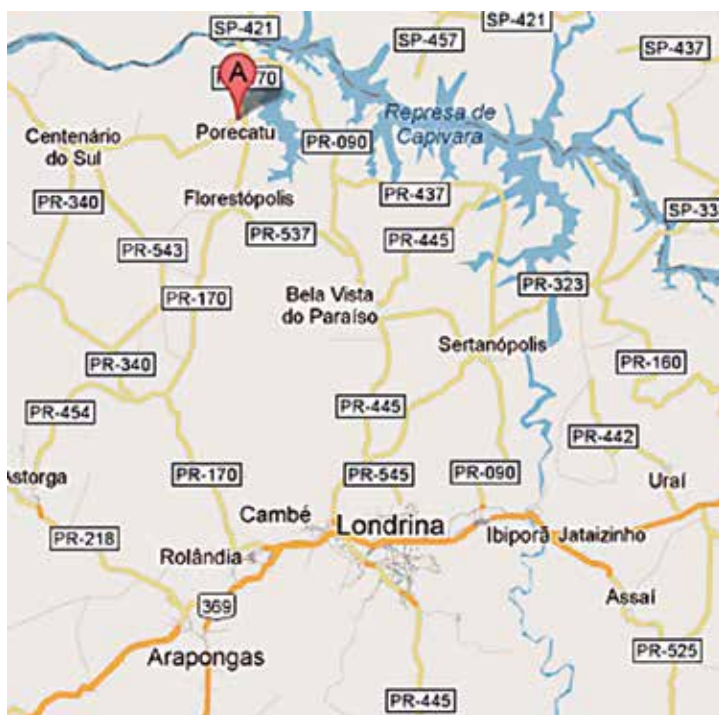


Figura 9.1: Porecatu

A “guerrilha de Porecatu”

A partir de 1941 influenciados pela propaganda do interventor Manuel Ribas, que dizia ser fácil regularizar a terra no Paraná, milhares de colonos do extremo-oeste paulista chegaram ao norte do estado e instalaram-se como posseiros. Ao final da segunda guerra mundial, cafeicultores paulistas, liderados por Geremia Lunardele, grilaram essas terras contando com a conivência de funcionários da

Gleba é um terreno próprio para cultivo, em uma área não urbanizada.

Inspetoria de terras de Londrina, que não validavam as **glebas** dos posseiros. A partir da posse do governador Moisés Lupion, (1947) membro do PSD, ligado à Companhia Industrial e Territorial LTDA (Citla), que se especializara na venda ilegal de terras públicas, formou-se uma comissão de terras, que determinava a expulsão dos posseiros de Porecatu e que os de Jaguapitã deveriam pagar ao Estado pela terra cultivada. Os posseiros de Porecatu, liderados por homens como o espanhol José Bilar, procuraram resistir e a ação da polícia e jagunços, fez-se com espancamento de homens e estupro de mulheres e meninas.

O PCB já havia incentivado a organização de ligas camponesas na região, que haviam pressionado pelo registro das posses. Posto na ilegalidade em maio de 1947, rapidamente o comitê central percebe no problema dos posseiros o germe da Revolução socialista, que pretendiam desencadear. Assim a partir de novembro passaram a apoiar a resistência dos posseiros. Esta se materializava no esforço para impedir que os peões contratados pelos fazendeiros destruíssem suas roças e plantassem cafezais, além da resistência aos despejos violentos realizados pela polícia e jagunços. A luta era liderada por Hilário Gonçalves Pinha, Arlindo Gajardoni (filhos de camponeses) e Celso Cabral de Melo (Capitão Carlos) militante do PCB vindo do Rio de Janeiro. A partir de 1950 o movimento ganhou mais apoio popular depois do assassinato do jagunço Celestino, assassino estuproador odiado na região. Contudo a partir de março de 1951 o novo governador Bento Munhoz da Rocha (PTB) utilizava uma dupla estratégia: de um lado procurava convencer muitos camponeses a aceitar o deslocamento para Paranaíba, recebendo glebas novas, de outro intensificava a repressão, contando com o apoio do DEOPS de São Paulo.



DOPS e DEOPS

O DOPS era o Departamento de Ordem Política e Social, criado ainda nos anos vinte no âmbito da polícia do distrito federal. Nos estados, existiam os DEOPS, Delegacia Estadual de Ordem Política e Social. Estes órgãos funcionaram até os anos oitenta e ficaram célebres por sua violação aos direitos humanos, principalmente pela prática da tortura e espionagem com o objetivo de controlar ou reprimir qualquer movimento político e social que contrariasse o governo.

Vale salientar que se para os comunistas Porecatu era o foco da Revolução, para os camponeses o objetivo era conservar a posse e em último caso conseguir outra. A prisão de vários militantes comunistas em junho de 1951 levou a deserções em massa. O movimento estava derrotado, mas muitos de seus participantes, não comprometidos com o plano do PCB, conseguiriam novos lotes de terra em Paranavaí e Campo Mourão.

Já não era mais possível realizar massacres como em Canudos. Se em Canudos a imprensa dos grandes centros pedia o massacre dos conselheiristas, agora era possível, que na imprensa se ouvisse a voz dos camponeses, que reivindicavam seus direitos. Possivelmente pela primeira vez no Brasil, um movimento camponês resultava para alguns de seus lutadores na conquista da terra. Certo que tinham perdido o que haviam trabalhado, mas eram compensados de alguma forma.

A Revolta dos colonos do Sudoeste do Paraná

Enquanto o conflito no norte do Paraná estava no auge em 1950, no Sudoeste um outro gestava-se. José Rupp, um antigo proprietário de áreas de onde se extraía erva-mate, lutara décadas contra a Ferrovia São Paulo - Rio Grande para não perder as terras e depois contra a União, que incorporara os bens da mesma. Para ser indenizado, vendeu seus créditos para a já citada Citla. O que Rupp exigira por anos como indenização - as glebas Missões e Chopim - foi passado em meses, pela Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional (SEIPN) para a Citla.



Superintendência dos Bens

Incorporados ao Patrimônio Nacional

Durante o Estado Novo (1937-1945), várias empresas foram expropriadas e passaram a fazer parte do Patrimônio Nacional. Para administrá-las, existia a Superintendência dos Bens Incorporados ao Patrimônio Nacional. As terras que José Rupp ocupava foram ganhas na justiça pela Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande. Em 1940, esta empresa foi expropriada e seus bens passaram a administração desta Superintendência. Por isso, Rupp brigava com ela para receber essa indenização. Vendeu seus Créditos para a Citla ligada ao governador Lupi3n. Por essa razão, a empresa recebeu as terras t3o rapidamente, j3 que o governador tinha influ3ncia junto ao governo federal.

Contudo o Tribunal de Contas da Uni3o vetou o neg3cio. As glebas ficavam em 3rea de Fronteira e compreendiam imensa extens3o de terras. Al3m do mais, o governo federal instalara ali a

partir de 1943 a Colônia Agrícola Nacional General Osório (Cango) que atraía milhares de colonos. A transação por tudo isso teria de ser autorizada pelo senado e pelo Conselho de Segurança Nacional.

O parecer do Tribunal de Contas ficou parado na câmara de Deputados por seis anos, já que o PSD, partido do governador Lupion tinha maioria. Entretanto, a posse de Munhoz da Rocha atrapalhou os planos da Citla, porque ele proibiu a cobrança de impostos sobre as terras. Com a volta de Lupion, a partir de 1955, as pressões contra os colonos intensificavam-se. Eram forçados a pagar taxas extorsivas à Companhia ou ser expulsos da terra sob violência da polícia local e de jagunços. O apoio que os colonos tiveram não veio do PCB, mas do PTB e da UDN, que no congresso nacional, na Assembleia legislativa paranaense e em nível local os incentivavam a não pagar nada. Em 1956, finalmente, o parecer do Tribunal de Contas, que era contrário à transação, foi aprovado na Câmara Federal e as pressões contra os colonos avolumavam-se. Em 1957, ações como o assassinato do vereador Pedrinho Barbeiro do PTB, que denunciaria a situação no Rio de Janeiro, a morte de um colono em manifestação pacífica e o espancamento de crianças levaram a reação dos colonos. Liderados por homens como Jácomo Trento, Valter Pecoites e o radialista Ivo Tomazoni,, os colonos ocuparam as cidades de Francisco Beltrão, Pato Branco e Dois Vizinhos, destruindo os escritórios da Companhia. O temor de uma intervenção federal, que poria a nu suas ligações com a Citla levou o governador a não desencadear uma ação violenta. O secretário de Segurança enviou para a região um coronel do Exército e este nomeou os líderes da revolta como delegados de polícia. Os jagunços da Citla começaram a ser presos e os colonos voltaram às suas roças.



Figura 9.2: Francisco Beltrão, Pato Branco e Dois Vizinhos.

Em 1961 o governo Jânio Quadros desapropria as terras e no ano seguinte João Goulart, cria o Grupo Executivo das Terras do Sudoeste Paranaense (GETSOP), que passa a demarcar as terras. Na realidade, não havia muito que demarcar: os colonos da antiga colônia agrícola Nacional e os antigos posseiros já haviam feito boa parte do trabalho. Curiosamente, o golpe de 1964 não interrompeu os trabalhos do GETSOP e apesar de se terem passado mais dez anos para a completa regularização, os últimos títulos de terra foram entregues em 1974, quando o grupo foi extinto. Mais de quarenta mil pequenas propriedades foram demarcadas.

Em nossos dias, o movimento é extremamente valorizado na memória local. No cinquentenário do levante, foram realizadas seções solenes propostas por senadores e deputados federais do Paraná, além da construção de monumentos nas cidades onde ocorreu o levante, bem como concursos de literatura e peças de teatro sobre o evento. O movimento hoje é reapropriado como símbolo de unidade local e lembrado como única vitória de posseiros no país.



Figura 9.3: Monumento em comemoração ao cinquentenário da Revolta dos Posseiros

Fonte: <http://mw2.google.com/mw-panoramio/photos/medium/30544405.jpg>

O confronto de Trombas e Formoso (1953-1964)

Enquanto no Paraná os conflitos avolumavam-se, no norte de Goiás outro confronto de grande monta desenvolvia-se: ficaria conhecido como Trombas e Formoso, distritos de Uruaçu, ao norte do Estado.



Figura 9.4: Formoso.



Figura 9.5: Uruaçu.

Os posseiros começaram a chegar ao norte de Goiás a partir da década de 1940. Por volta de 1948, a construção da Rodovia

Transbrasiliana atraiu a atenção dos fazendeiros para as terras que os camponeses cultivavam. A construção de uma estrada era normalmente o começo do fim para os posseiros.



Figura 9.6: Rodovia Transbrasiliana hoje em dia.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:BR153araguaina.jpg>

Primeiro, os fazendeiros tentaram cobrar renda sobre o arroz colhido pelos posseiros e não tendo sucesso soltavam o gado contra suas roças para que as destruíssem. Depois, os fazendeiros Boanerges da Veiga e Antonio Capanum conseguiram com o juiz de direito de Uruaçu, José da Veiga Jardim, forjar uma cadeia sucessória a partir de um pedido de sesmaria, datado de 1775. Esta cadeia sucessória chegava a camponeses que viviam muito longe dali e que “venderam” as terras para os fazendeiros. Agora o papel existia e os fazendeiros juntavam jagunços e policiais contra os posseiros. Liderados por José Porfírio, eles tentaram resistir pacificamente, realizando audiências com o deputado Misach Ferreira, audiência com o governador Pedro Ludovico e mesmo uma viagem de José Porfírio ao Rio de Janeiro para tentar ver o presidente Vargas, deixando-lhe uma carta, onde explicava suas dificuldades. Voltando à Goiânia com uma recomendação do secretário do presidente, Porfírio e os companheiros teriam ouvido de um burocrata ligado à

divisão de terras, que eles tinham direitos, mas teriam de defendê-los pelas armas: ““Para um homem sozinho tem crime, mas para duzentos não tem”.”

A partir de abril de 1954, os posseiros partem para a resistência armada na defesa de suas terras e da colheita de arroz. Contam também com o apoio de militantes comunistas que chegavam à região. Embora o PCB estivesse deixando a linha insurrecional, isso ainda não era claro para muitos no Partido. O apoio também era conseguido junto às oposições estaduais da UDN e do Partido Social Progressista (PSP), expresso em jornais como o Jornal de Notícias de Alfredo Nasser, filiado a este partido. Enquanto os fazendeiros clamavam pela intervenção do Exército, o novo governador José Ludovico preferia uma saída negociada. Os posseiros organizados em seus Conselhos de Córrego conseguiam repelir as investidas da polícia e dos jagunços, ocorrendo mortes de ambos os grupos em luta.



Conselhos de Córrego

A região onde se deu o confronto era banhada por diversos córregos (pequenos rios), que serviam de referência como ponto de localização. Assim os posseiros dividiram a região em 21 córregos, havendo um conselho eleito pelos posseiros para cada um deles. A partir de 1956, os Conselhos reuniram-se em algumas associações de lavradores.

Em 1956, a polícia foi retirada em parte da região, mas as terras não seriam tituladas. Os Conselhos de Córrego transformaram-se em Associações de Lavradores e passaram a controlar a região, que ficara literalmente abandonada depois da saída da polícia Militar. Os posseiros conseguiam escolas e reivindicavam estradas para escoar sua produção.

Com a ascensão de Mauro Borges ao governo do estado (PSD) em 1961, os posseiros conseguem a titulação das terras e a emancipação do Distrito de Formoso. Além disso, apoiam a sindicalização rural e elegem José Porfírio deputado estadual pelo PSB, em 1962.



Figura 9.7: José Porfírio.

Fonte: <http://massote.pro.br/2011/01/dasaparecido-politico-jose-porfirio-de-sousa/>

Neste momento, cristaliza-se o mito da “República de Trombas”, onde a polícia não entrava e segundo o deputado “udenista” Emival Caiado, havia milhares de metralhadoras. Efetivamente, havia armas nos acampamentos, mas as “milhares” ficam por conta da fértil imaginação do deputado udenista apavorado com a existência de posseiros vitoriosos contra grileiros. Ocorrido o golpe de 1964, José Porfírio ainda tentou organizar a resistência, mas fugiu para o Maranhão, já que o presidente da República João Goulart foi dos primeiros a abandonar o país. O exército invadiu a região e terras que tinham sido tituladas pelo governador Mauro Borges, (ele mesmo cassado pelos militares poucos meses depois do golpe) passaram para grandes proprietários.

Quanto a Porfírio, foi preso no Maranhão quando tentava organizar a luta armada com antigos militantes da Ação Popular (AP). Solto alguns meses depois, desapareceu entre Brasília e Goiânia, em 1973. O mito da República de Trombas seria divulgado por um jornal pró-ditadura, o Cinco de Março, que publicou uma dita Constituição da República de Trombas.

Em 1981, o Supremo Tribunal Federal deu ganho de causa aos posseiros, mas muitas propriedades estavam em mãos de grandes fazendeiros. Sem a organização comunitária, os posseiros não conseguiriam manter a estrutura desenvolvida antes do golpe. De todo modo, a luta dos posseiros de Trombas e Formoso seria inspiradora para outros movimentos camponeses.

Ninguém come casa de veraneio: outras lutas pela terra

Entretanto é preciso lembrar que estes conflitos não se davam só nas regiões de fronteira, entendidas aqui como áreas de recente expansão agrícola. No Rio de Janeiro, em pleno “sertão carioca”, também ocorriam confrontos de terras.

No início de 1951, o Jornal o Globo de 7 de julho chamava a atenção para um “Outro Porecatu”. Aos leitores que sequer sabiam o que era ou onde ficava Porecatu, o jornal esclarecia que em Pedra de Guaratiba, posseiros armados preparavam-se para resistir a ação de grileiros. Pedro Moacir era o pretense proprietário que queria expulsar os posseiros. Pouco sabemos dos desdobramentos deste e de outros conflitos na capital federal (que na época era o Rio), como o da Fazenda Coqueiros em Santíssimo, o de Santo Antonio de Curicica em Jacarepaguá e da estrada do Mato Alto na mesma região. Mas pela frequência como aparecem na imprensa comunista, em jornais como o Imprensa Popular e mesmo em jornais de maior projeção, é de se supor que tenha havido vários confrontos, onde os posseiros tenham resistido com armas. A partir de 1964, o governador Carlos Lacerda teria mãos livres para apoiar a especulação imobiliária,

que pressionava posseiros no antigo sertão, agora chamado Zona Rural da Guanabara. Salientemos ainda que no Rio a tentativa de tomar a terra aos posseiros não era com o objetivo de cultivá-la com produtos de exportação, mas sim de transformá-la em loteamentos imobiliários, especialmente em áreas onde o Departamento Nacional de Obras e Saneamento havia atuado. Era justamente essa a base para a resistência camponesa, pois os posseiros sempre alegavam que estavam produzindo para a cidade. “Ninguém come casa de veraneio”, como dizia um posseiro de Guaratiba.



Figura 9.8: A partir de 1964, o governador Carlos Lacerda teria mãos livres para apoiar a especulação imobiliária.

Fonte: <http://passapalavra.info/wp-content/uploads/2011/08/2778.jpg>

Também na baixada Fluminense, os enfrentamentos ocorriam. Os posseiros na década de cinquenta resistiram ao despejo na fazenda Capivari, em Duque de Caxias, sendo deslocados para Casimiro de Abreu e de lá também foram expulsos. Na mesma época, houve uma longa resistência de posseiros na localidade de Pedra Liza (Nova Iguaçu), que após vários enfrentamentos contra a polícia e grileiros conseguiram a desapropriação da área, em 1958.

No início dos anos sessenta, posseiros da Fazenda São Lourenço resistiram pelas armas ao despejo com o apoio do deputado federal Tenório Cavalcanti e a mesma foi desapropriada no final de 1961.

Na Fazenda São José da Boa Morte, em Cachoeira do Macacu, ocorreu a resistência armada, liderada por Mariano Beser - um espanhol, líder da liga camponesa local, que chegou a "condenar a morte" três grileiros locais - mas ao final ocorreu a derrota. O deputado Tenório Cavalcante da UDN também apoiou a resistência dos posseiros da área reclamada pela América Fabril em Magé, que acabaria desapropriada em 1974, numa das raras desapropriações realizadas pela ditadura militar.

Já em Campos, a ocupação de terras ocorria na fazenda do Imbé, em janeiro de 1963, sob o comando de José Pureza, um experimentado líder camponês da Baixada, com histórico de formação da Associação de Lavradores de Duque de Caxias e em 1959 um dos fundadores da Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro. A Ocupação do Imbé foi planejada e teria expressivos contingentes, vindos de várias regiões do estado. A ocupação organizava-se sob as "leis do Imbé", que deveriam regular a vida dos acampados. Era o início de uma prática, que seria aperfeiçoada na década de 1980. A resistência a desocupar trouxe a solidariedade de sindicatos urbanos e a fazenda acabou desapropriada pela Superintendência de Política Agrária (Supra). Outras ocupações ocorreriam como a da Cidade dos Meninos próximo a Capivari, em Duque de Caxias, às vésperas do golpe civil-militar. Notável que os dirigentes das lutas dos anos cinquenta e sessenta como José Pureza e Bráulio Rodrigues tivessem estreitas relações com o PCB, que à época buscava ampliar sua influência no campo.

Houve vinte e duas desapropriações no estado, nos meses que antecederam o golpe. Contudo após a deposição de Goulart todas foram revertidas e a repressão se abateu pesada sobre o movimento camponês. Salientemos, contudo, que no início dos

anos oitenta líderes como José Pureza e principalmente Bráulio Rodrigues participariam da reativação do movimento pela terra e, durante o primeiro governo de Leonel Brizola (1983-1987) a forma de ocupação seria retomada.

Além dos posseiros, outra categoria social distingue-se nas lutas os arrendatários. Ocupantes precários, que pagam aluguel em troca da utilização da terra eles se manifestavam.

Em 1950, ocorreu em Orizona, Goiás um importante movimento no qual os arrendatários reivindicavam que os fazendeiros cobrassem apenas vinte por cento pelo aluguel da terra, conforme a constituição do Estado. A repressão foi intensa até porque havia a presença de comunistas organizando o movimento. Em suas memórias Gregório Bezerra conta que ao sair da cadeia em Pernambuco, foi para Goiás organizar ligas camponesas. (Bezerra, 2011, p. 125).

Outro movimento de arrendatários expressivo ocorreu em Santa Fé do Sul, no extremo-oeste de São Paulo. Ali arrendatários, vindos em sua maioria do nordeste tinham o contrato para plantar capim e cultivar lavouras por três anos.

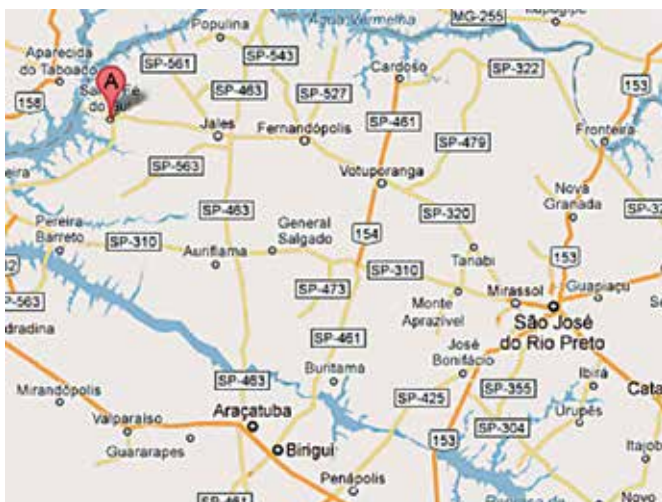


Figura 9.9: Santa Fé do Sul.

Em 1959, buscaram permanecer na terra, já que não tinham para onde ir e queriam ao menos colher suas lavouras. Aqui não eram posseiros tentando manter posses, ou arrendatários buscando reduzir o preço da renda. Tratava-se de gente que não tinha posse, nem propriedade, sabia que teria de deixar a terra, mas não tinham para onde ir, já que do outro lado do rio, no atual Mato Grosso do Sul, as terras, já estavam ocupadas com o gado. Liderados por Jofre Correia Neto, um militante do PCB, tentaram em 1959 realizar uma operação arranca capim, já que se o problema era o capim, a técnica era extirpá-lo para poderem continuar na roça. Isso porque o capim era plantado para que o gado do fazendeiro pastasse. Sem o capim não haveria espaço para o gado e mesmo a roça se expandiria. Esta ação era combinada com a atuação na justiça, onde tentavam valer-se da lei do inquilinato, para que pudessem ao menos colher suas lavouras. A reação foi imediata, prisão de Jofre Correia Neto e vitória do proprietário na justiça. Novas ações foram feitas no ano seguinte ocorreu o mesmo resultado. No fim dos anos sessenta ocorreriam novos movimentos de arrendatários, que conseguiriam terras em áreas do Estado.

O Estado de São Paulo assistiu a outros movimentos de arrendatários em meados dos anos cinqüenta em áreas tão distantes como Guararapes e Santo Anastácio, onde arrendatários buscaram resistir ao despejo. Mas estes movimentos eram extremamente pequenos e não conseguiam mobilizar a imprensa ou oposições aos governos estaduais, terminando com o despejo puro e simples das famílias.

O Legado dos Movimentos

De toda forma, os diversos movimentos de posseiros e arrendatários por nós estudados, ainda que tenham sido derrotados, com a exceção do Sudoeste do Paraná, e parcialmente de Porecatu e Trombas, contribuiriam fortemente para a difusão de três noções fundamentais, que extrapolavam o meio rural.

A primeira é a que opunha a terra de trabalho à terra como bem de capital. Quando o posseiro exigia sua permanência na terra, imediatamente recordava os muitos anos da sua posse, o esforço que tinha feito para desbravá-la (em Jacarepaguá sempre lembravam as condições insalubres dos primeiros tempos (Santos, 2007, p. 185). Além disso, colaboravam para o progresso não só de sua região, mas do Brasil como um todo.

Em segundo lugar, a ideia de reforma agrária ganhava legitimidade à medida que as lutas aprofundavam-se. A noção de que era necessário dar a terra para quem nela trabalhava se articulava a de que os grandes proprietários deveriam ser desapropriados. A reforma agrária ampliaria o mercado interno e possibilitaria o progresso nas regiões onde se aplicasse. Além do mais, os conflitos eram vistos por muitas lideranças políticas como a porta aberta para a comunização já que, como vimos em muitos deles, o PCB estava presente. “Façamos a reforma agrária antes que os comunistas a façam” exclamava um deputado estadual gaúcho ante a ascensão do Movimento dos Agricultores sem Terra.

Além de legitimidade do cultivo da terra pelos posseiros e da necessidade de uma reforma agrária outro ponto importante era a produção de alimentos para as cidades. As grandes propriedades se destinavam, e muitas ainda hoje se destinam, a produção de gêneros para a exportação: café, cana-de-açúcar, cacau. Com a exceção da produção pecuária, na época mais voltada para o mercado interno. A “faixa verde a beira da rodovia” de que falava Julião era o espaço de produção camponesa para a cidade. Os que defendiam a posição dos camponeses de Formoso e Trombas sustentavam sua importância, pois poderiam abastecer a nova capital em crescimento, assim como no sertão carioca os rurais sustentavam a necessidade de seus cultivos para abastecer a capital.



Figura 9.10: Café, cana-de-açúcar e cacau são produtos para exportação até hoje.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Roasted_coffee_beans.jpg
http://en.wikipedia.org/wiki/File:Cut_sugarcane.jpg (Autor: Rufino Uribe)
http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Cocoa_Pods.JPG

Desta maneira, ainda que derrotados na maioria das vezes, os camponeses conseguiam em seus movimentos, não só, tornar visíveis as violências porque passavam como colaboravam para levantar as bandeiras da reforma agrária, da legitimidade da posse da terra por quem a cultivava e a ideia de uma produção camponesa, que atendessem ao crescente mercado interno urbano.

Na próxima seção, discutiremos a respeito do esforço pela sindicalização rural.



Atende ao Objetivo 1 e 2.

As leis das repúblicas

As formas de organização que as resistências tiveram ganharam várias interpretações. A seguir você analisará duas fontes primárias. A primeira nos permite compreender a visão, que foi construída em torno dos posseiros de Trombas e Formoso, durante o período anterior e posterior ao golpe de 1964. A segunda diz respeito à organização dos ocupantes do

Imbé em Campos e mostra suas formas de articulação internas, que valeriam durante a ocupação e depois de conquistada a terra.

Texto 1: 1 Extrato da “Constituição do Estado das Trombas”.

Art. 1º - O Estado das Trombas, está situado no Brasil Central,

paralelo 14 norte de Goiás, a 250 Quilômetros de Brasília, parte

integrante e autônoma sob o regime RUSSO, exerce em seu território todos os poderes que explícida ou explicitamente, lhe não são vedado à Constituição de Moscou.

Art. 2º - São poderes do Estado, o executivo e Judiciário, combinado com o executivo regido pelo sr. Ditador JOSÉ PORFÍRIO DE SOUZA.

Art. 3º - É vedado a publicação e a liberdade de pensamento. (...)

Art. 6º - São autoridades do Estado das Trombas: JOSÉ PORFÍRIO DE SOUZA (DITADOR) (...)

Art. 7º - É vedado o intercâmbio comercial com qualquer estado do Brasil

Art. 8º - São imunes e impunes os que praticarem o assassinio a bem de nosso regime e livre o direito de matar

Art. 11º - Será impunes e invioláveis cidadãos de qualquer parte do mundo que praticarem crime e auxiliar no Estado das Trombas.

Art. 12º - As terras de propriedade privada serão divididas aos intrusos e invasores, pelas Comissões executivas de córrego. (...)

Publicado originalmente no jornal O Cinco de março Goiânia, 7-13 de agosto de 1972.

Adaptado de (Esteves, 2005, p:137-138).

Texto 2: As “leis do Imbé”.

- 1) As terras serão distribuídas pelo grupo de trabalho organizado pela ULTAB, sem discriminação de cor, raça ou religião;

- 3) Fica terminantemente proibida a venda de terras a terceiros, sem o pleno conhecimento da organização local;

- 4) Criação de uma cooperativa agrícola;

- 5) Respeito e disciplina entre as famílias dos posseiros;

- 6) Criação de uma escola para a alfabetização de adultos e crianças;

- 7) Legalização de todos os casais que vivem em regime de concubinato, para que a mulher participe dos direitos à terra;

- 8) Liberdade absoluta de religião, organização e pensamento. (...)

Fonte: Adaptado de Hernandez, Marcelo – Sementes em Trincheiras: Rio de Janeiro (1948-1996). In: Sigaud, Lúcia - Ocupações e acampamento: estudo comparado sobre a sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil (Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Pernambuco) 1960-2000. Rio de Janeiro, Garamong, 2010.

Faça uma breve análise de cada texto. Compare-os. A partir disso, com suas palavras, descreva ao menos dois aspectos relevantes de cada texto, que se correlacionem com as lutas camponesas.

Resposta Comentada

Os dois textos aqui citados versam sobre a organização interna dos posseiros em situações de ocupação de terras. O primeiro publicado durante o regime militar por um Jornal de Goiânia mostra os preconceitos da época contra o modelo comunista e procura transpor de forma mecanicista o que se entendia ser o regime soviético para a região de Trombas. Observemos que logo no primeiro artigo já se diz que o regime vigente ali depende da constituição de Moscou. Para dar um caráter mais “real” ao texto usa uns erros de português, “explicida em vez de explícita” para indicar que o texto fora redigido por camponeses.

O texto refere-se várias vezes ao ditador José Porfírio. Após a segunda guerra mundial as palavras ditadura e ditador ficaram estigmatizadas e seria muito improvável que alguma constituição utilizasse este termo.

Já as “leis do Imbé”, procuram mostrar as formas de organização, mais de acordo com o que deveria ocorrer durante a estruturação do acampamento. Notemos o papel da ULTAB, entidade vinculada ao PCB na entrega das terras, demonstrado no fato de a comissão organizadora controlar o processo de entrega e venda. Lembremos ainda a preocupação que o texto mostra com a liberdade religiosa, provavelmente em referência ao predomínio católico na região. Observe-se a preocupação com a participação feminina no controle da terra. Desta maneira, se o texto da “constituição de Trombas” nos parece muito mais a expressão do que se pensava ser o comunismo transposto para o norte de Goiás, o do Imbé, enfatizando a ordem entre os posseiros, a liberdade religiosa e o papel da mulher parece-nos bastante representativo do que muitas lideranças camponesas tentavam realizar naquele momento. Assim o historiador tem de estar pronto a fazer a análise do documento e das condições em que foi produzido, para que possa aproximar-se o mais possível dos acontecimentos que analisa. Desta forma o primeiro texto ao enfatizar, por exemplo, a impunidade dos criminosos, que matassem a bem da “República de Trombas” ou ao proibir intercâmbios comerciais, não nos mostra o que os posseiros faziam, mas o que quem escreveu o texto pensava que os comunistas seriam capazes de fazer. Já no segundo texto, por exemplo, ao proibir a venda das terras ocupadas defender a legalização das uniões existentes demonstra claramente o caminho do que os organizadores da ocupação pensaram deveria ser feito.

Luta pela sindicalização, greves e mobilização: os camponeses na cena política.

A tentativa de sindicalização rural remonta aos anos trinta. Na Constituição de 1934, estava prevista a representação dos trabalhadores rurais no esquema de deputação classista, no qual um terço dos deputados representariam os sindicatos; metade seria eleita pelos patrões e a outra pelos empregados.

Os primeiros sindicatos rurais de que temos vestígios localizam-se em Campos (Rio de Janeiro) e Ilhéus (Bahia). Os sindicatos inclusive buscaram manter a correspondência com Vargas durante o Estado Novo, (Ribeiro, 2008, p: 165, 167.)

No sétimo aniversário do Estado Novo, Vargas assinava o decreto-lei 7038, permitindo a sindicalização rural, que deixara de ser oficializada após a constituição de 1937. Entretanto as dificuldades para formar sindicatos eram imensas, não só pela dispersão dos trabalhadores em todo o país, como pela repressão policial e porque um outro decreto de Vargas, o 8127, que regularia as associações de proprietários, era utilizado para justificar a impossibilidade da sindicalização dos trabalhadores, pois estes estariam incorporados aos de proprietários.

Como vimos, o PCB buscou organizar em várias regiões as ligas camponesas. A diferença entre uma liga e um sindicato é que a primeira, sendo associação civil, só poderia lutar por direitos dos seus associados e, só precisava ser registrada em cartório. Já o segundo poderia batalhar por conquistas para toda uma categoria profissional residente em seu território, mas tinha que ser reconhecido pelo Ministério do Trabalho, tendo assim tanto os recursos do **imposto sindical**, como estando sujeito à fiscalização e mesmo intervenção do Ministério.

Imposto Sindical

foi criado durante o Estado Novo e era a contribuição equivalente a um dia de trabalho arrecadado ao trabalhador e repassado pelo Ministério aos sindicatos. Evidentemente, este repasse era feito de acordo com os interesses do governo de turno.

PCB e a gradual mudança de tática

Depois de não ter conseguido desencadear a revolução, através da luta armada, estratégia que adotou entre 1947 e 1952, o PCB, lentamente procurou retomar o caminho de aproximação com outros setores sociais. As palavras de ordem de Revolução não tinham ecoado na sociedade. A partir de 52, embora o Partido não abandonasse oficialmente os princípios do Manifesto de agosto de 1950, seus militantes começaram a ingressar nos sindicatos existentes e tentar uma atuação que visasse melhorar as condições de vida dos trabalhadores. No plano rural, o PCB busca aproveitar o Decreto-lei 7038, que não fora revogado e formar sindicatos rurais. A ordem agora era construir entidades que atuassem “dentro da lei”, como diziam os camponeses. Em vez de uma reforma agrária com o confisco das fazendas, direito aos arrendatários e posseiros de ficarem nas terras que cultivassem. Em vez de falar aos camponeses de uma revolução social, melhor lutar com eles para que o patrão pagasse o salário mínimo. Até porque os camponeses estavam lutando por essas condições de vida. O Jornal Imprensa Popular do PCB não se cansava de mostrar greves, principalmente em São Paulo, nas quais se lutava por salários, dias feriados pagos, férias remuneradas, lutas contra o preço do arrendamento.

Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas

Em 1953, realizou-se em São Paulo, Campina Grande e Fortaleza, a Primeira Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas. A Conferência tinha por objetivos escolher oito delegados brasileiros para o Congresso da União Internacional Sindical dos Trabalhadores na Agricultura, Florestas e Plantações (Uistaf), que se realizaria em Viena e ao mesmo tempo discutir reivindicações dos camponeses brasileiros. Desta conferência resultou a criação da Comissão Permanente da Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas. No ano seguinte realizou-se em São Paulo a Segunda

Conferência. Embora fosse organizada pelo PCB, que permanecia ilegal, a conferência ocorreu num contexto mais favorável. Acontecendo entre 19 e 21 de setembro, o encontro beneficiou-se do suicídio de Vargas e das eleições estaduais, e parlamentares marcadas para 3 de outubro. Diversas lideranças políticas disputavam o espólio de Vargas e, para tanto apoiar a realização de um encontro de trabalhadores agrícolas seria uma alternativa. Apesar da crescente urbanização, o voto rural poderia ser decisivo em determinadas disputas eleitorais. Daí o então prefeito de São Paulo, Janio Quadros, candidato a governador, ceder o parque do Ibirapuera, e o governador Lucas Garcês interessar-se em fornecer transporte e alimentos aos congressistas.

Naquele momento, o tema da Reforma agrária já deixara de ser bandeira exclusiva dos comunistas. A AFAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) a recomendara num seminário realizado em Campinas em 1953. O governo Vargas, através da Comissão Nacional de Política Agrária elaborara um projeto de reforma Agrária, determinando o pagamento de acordo com o custo histórico da propriedade. Além do mais, o ministro do trabalho de Getúlio Vargas, João Goulart, tinha preparado um projeto de sindicalização rural, temendo o avanço comunista no campo. (Ribeiro, 2008, p. 64) (Welch, 2010, p. 215). Tal situação causava indignação aos setores proprietários, que acreditavam inaceitável a organização dos camponeses fora de seu controle. Poderiam até conceder benefícios ao trabalhador, mas nunca por intervenção estatal e menos ainda dos comunistas, que na visão fazendeira manipulavam os camponeses.

Realizado o encontro, foi elaborada uma Carta dos direitos dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil. As principais reivindicações eram:

- Confisco das terras dos latifundiários e distribuição aos agricultores sem terra ou com pouca terra;
- Entrega de títulos de terras aos posseiros e aos beneficiários da reforma agrária.

- Fim de todas as formas de exploração “semifeudal”, como a **meia**, ou a **terça**, que para os comunistas marcavam os traços feudais na sociedade brasileira.
- Crédito fácil e barato, pois até nossos dias o pequeno cultivador tem dificuldades para obter o crédito e quando o consegue os juros são muito altos.
- Assistência técnica, distribuição de sementes, ferramentas, maquinarias, adubos, inseticidas.
- Garantia aos indígenas das terras que ocupavam.
- Extensão dos direitos trabalhistas ao campo.
- Proibição de qualquer forma de pagamento que não fosse em dinheiro, como o sistema de vales, que até nossos dias escraviza o trabalhador por dívida (conforme vimos na Aula 7).
- Extensão da previdência por conta dos patrões e do Estado.
- Estabilidade no emprego, pois até 1967 o trabalhador urbano adquiria estabilidade após dez anos de serviço numa mesma empresa, sendo muito cara sua demissão. Em tese isso valia para os rurais, mas os direitos trabalhistas não tinham chegado ao campo.
- Em caso de demissão, proibição de despejo antes que o trabalhador encontrasse outro emprego.

Na pauta, percebemos dois blocos de reivindicações: o primeiro dizia respeito aos que, mal ou bem, tinham ou poderiam ter acesso a terra: posseiros, parceiros, arrendatários, ou futuros beneficiários da reforma agrária. Reforma Agrária que vinha ainda em tons radicais, pregando o **confisco** de terras. O outro grupo de reivindicações dizia respeito a uma categoria, que se expandia: os assalariados do campo, que o PCB queria conquistar, unindo-os ao operariado das cidades.

Meia e terça:

Normalmente, o camponês trabalhava em regime de parceria. Ou seja, metade ou um terço dos produtos que ele colhia eram repassados ao proprietário. Estas relações eram chamadas de meia e terça, respectivamente.

Confisco

Quando o Estado toma os bens sem indenizar o proprietário. Normalmente, isso ocorre em caso de revoluções vitoriosas.

A ULTAB e outros caminhos da Luta

Ao final do Encontro foi criada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), sob a presidência do goiano Geraldo Tibúrcio e a secretaria do sergipano radicado em São Paulo, José Alves Portela.

Enquanto a ULTAB dedicava-se ao esforço de formar associações de lavradores e sindicatos de assalariados, as greves continuavam eclodindo especialmente no estado de São Paulo. As frequentes quedas no preço do café no mercado internacional e os impostos cobrados sobre o produto eram repassados pelos fazendeiros no nível de vida dos colonos, fosse no atraso do salário, fosse na retirada de direitos costumeiros, como o de criar animais ou cultivar sua própria roça.

Conforme (Welch, 2010, P: 235 e Priori, 1996, P: 56), os trabalhadores do campo começaram em meados da década de 1950 a buscar um outro caminho: a justiça trabalhista. Analisando processos a partir de 1956, tanto em Ribeirão Preto São Paulo, como em Londrina, Paraná, os autores observam que muitas vezes o cultivador conseguia receber férias vencidas ou salários atrasados na Justiça. Embora essas ações sejam individuais o esforço de sindicalização, e principalmente o movimento de militantes comunistas no sentido de informar ao trabalhador de seus direitos começava a gerar frutos.

A partir de 1956, a ULTAB sofreria um processo de paralisia, que duraria pelo menos dois anos. O problema não era apenas a repressão, mas vinha de longe e de dentro. O PCB, que organizara a ULTAB viveu profunda crise, após a divulgação do relatório secreto de Kruschew, denunciando os crimes de Stalin.

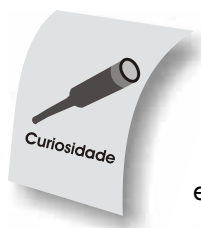


Relatório de Kruchev

Em fevereiro de 1956, o novo secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, Nikita Kruchev, divulgou um dossiê denunciando incontáveis massacres promovidos a mando de Joseph Stalin, o antigo secretário-geral, falecido em 1953. O secretário-geral do Partido era o cargo mais alto na estrutura de poder soviética, já que só existia legalmente o Partido Comunista.

A denúncia provocou rupturas nos partidos comunistas de todo planeta. Houve aqueles que se afastaram do PC, existiram os que se mantiveram no partido seguindo a linha de Kruchev, que pregava a renovação, e os que ficaram fieis à antiga linha stalinista. No Brasil, temos no primeiro grupo, intelectuais como Jorge Amado, no segundo dirigentes como Luiz Carlos Prestes e no terceiro elementos como João Amazonas, que fundaria o PCDOB.

O stalinismo fora, até aquele momento, uma das principais referências do partido. A crise espantou o tesoureiro do partido Agildo Barata e as consequências foram imediatas. A ULTAB não realizou a conferência prevista para 1956 e o Jornal Terra Livre, principal divulgador das lutas rurais, que circulava desde 1954, deixou de aparecer.



Jornal Terra Livre

Era um jornal do PCB, que foi criado em 1949 e circulou clandestinamente até 1954, quando passou a ter uma edição mais regular. Depois de sua retomada em 1959, o Jornal seria vendido até o golpe civil-militar de 1964. Nele estão presentes conflitos de terras, reivindicações camponesas e colaboração de militantes. Se você quiser e tiver oportunidade, vale a pena ir à Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, em frente à estação do Metrô da Cinelândia. Lá existe uma coleção do Terra Livre, esperando por você.

A paralisia da ULTAB não significou paralisia dos movimentos camponeses. Como já vimos, as ligas expandiam-se no nordeste, confrontos de posseiros desenvolviam-se em Goiás e no Paraná e durante o próprio ano de 1956 realizaram-se congressos camponeses em estados, como: Goiás, Alagoas Minas Gerais e Pernambuco.

A partir de 1958, o PCB reestrutura-se. A linha revolucionária do manifesto de agosto de 1950, na qual se pregava a luta armada, foi abandonada e agora se pregava a frente antiimperialista, que procurava isolar o latifúndio e o imperialismo estadunidense. Neste ano, Luiz Carlos Prestes após dez anos de rigorosa clandestinidade reapareceu e apoiou candidatos como Cid Sampaio, em Pernambuco, Ademar de Barros, em São Paulo, e Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul.

No campo, o clima de cooperação levou até mesmo o Terra Livre a publicar convocatórias de manifestações de fazendeiros de café, que queriam levar seus camponeses a participar da "Marcha da Produção", onde se reivindicaria o fim dos impostos sobre a exportação do produto e um câmbio mais favorável (o fazendeiro receber mais cruzeiros por café exportado).

Novos Ventos

Entretanto o ano de 1959 traria dois fatos que devolveriam a ULTAB a uma postura mais radical: No plano externo, a Revolução cubana e sua profunda reforma agrária atraíram a atenção internacional para a América Latina. No Brasil, a desapropriação do Engenho Galileia mobilizou os olhares nacionais para Francisco Julião e suas ligas camponesas. Além do mais, lideranças políticas percebiam agora o potencial do voto agrário, independente dos fazendeiros. O PCB não era agora o único competidor pelo apoio do camponês.

A ULTAB, agora sob direção do carioca Lindolfo Silva, realizou sua primeira conferência e nela se levantou a bandeira de Reforma Agrária radical. Reforma agrária radical, não era mais o confisco de terras, onde o fazendeiro não é indenizado, mas a desapropriação onde a indenização seria paga em títulos da dívida agrária com base no que se declarara para fins de pagamento de impostos.

A Conferência convocou o Primeiro Congresso dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas para 1961, que passou à posteridade, como o Primeiro Congresso Camponês do Brasil.

A preparação para o congresso mobilizou trabalhadores rurais do país inteiro em 1961. A Igreja católica buscou engajar seus quadros para influir no evento. Além da Frente Agrária Gaúcha, existiam entidades criadas anteriormente como o Serviço de Assistência Rural (Rio Grande do Norte) e o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco, (sorp)dirigido pelos padres Melo e Crespo, bem como entidades que originariam a Federação dos trabalhadores Rurais de São Paulo, Fetaesp, liderada por José Rota, futuro interventor dos militares na Confederação dos Trabalhadores na Agricultura.

Durante o congresso, embora a pauta de reivindicações de ligas camponesas e ULTAB coincidissem em vários pontos, o grito de reforma agrária radical na lei ou na marra levava a mobilizar a plateia. Para Julião, não havia sentido em discutir medidas parciais como a regulamentação dos arrendamentos ou da parceria se essas relações estavam condenadas por uma reforma agrária radical, que as proibiria.

O congresso com 1 600 delegados aproximadamente, contando com as presenças do governador de Minas Gerais, o conservador Magalhães Pinto, do Primeiro-ministro, o moderado Tancredo Neves e do Presidente da República, o reformista João Goulart, ganhou manchetes nacionais. Pela primeira vez na história do Brasil, altas autoridades tinham de se defrontar com uma representação camponesa, que não estava ali para aplaudi-las, mas para cobrar-lhes uma atitude. A declaração de Belo Horizonte aprovada ao fim dos trabalhos seria um marco na história do movimento camponês brasileiro. Suas principais reivindicações eram:

- Melhoria das condições de vida e trabalho das massas camponesas;
- Respeito pelas organizações de classe independentes, livres e democráticas;
- Extensão das leis trabalhistas existentes para os trabalhadores rurais e elaboração de um estatuto trabalhista rural específico;
- Garantia das liberdades sindicais e reconhecimento imediato das associações existentes;
- Fornecimento de assistência econômica aos camponeses.

No que tange à reforma agrária, sugeria:

- Modificação do artigo 141 Parágrafo 16 da Constituição, que determinava a indenização prévia e em dinheiro em caso de desapropriação;
- Censo de todas as propriedades de mais de 500 hectares, limite a partir do qual seriam passíveis de desapropriação.
- Desapropriação da terra improdutiva das propriedades de mais de 500 hectares, a começar pelas mais próximas de áreas urbanas e de linhas de transporte;
- Compensação dos proprietários de terras desapropriadas com títulos da dívida pública, de longo prazo e juros baixos;
- Censo de toda terra pública não reivindicada; apropriação da terra devoluta (abandonada) ao domínio federal;

- Introdução de impostos territoriais progressivos, com anistia aos pequenos proprietários;
- Regulamentação das vendas e arrendamentos de terras agrárias;
- Distribuição gratuita de terra pública não ocupada;
- Outorga de escritura a posseiros e proteção contra usurpadores;
- Estabelecimento de cooperativas de camponeses.

(Fonte: Welch, 2010, P: 329)

O congresso seria um divisor de águas. A partir dele o presidente João Goulart se posicionaria mais claramente a favor da reforma. Medidas ali propostas seriam incorporadas ao estatuto do Trabalhador Rural, finalmente aprovado em março de 1963 e a proposta de desapropriação de terras às margens de rodovias e ferrovias seria um de seus últimos decretos assinados no Comício da Central em 13 de março de 1964.

Mas se o presidente parecia sensibilizado, a reação fazendeira não se fez esperar: em todo o país o setor proprietário articulou-se para barrar as reformas. Uniam direito à propriedade e a ideia de que eles geravam divisas para o país e, bem ou mal, alimentavam a crescente população urbana.

Enquanto isso, o movimento camponês crescia. Em junho de 1962, o ministro do Trabalho André Franco Montoro, do Partido Democrata Cristão de São Paulo baixou uma portaria facilitando o reconhecimento de sindicatos de trabalhadores rurais. Em outubro do mesmo ano, o presidente João Goulart criava Superintendência de Política Agrária (Supra). Entre tantas atribuições, a Supra faria o cadastramento de propriedades rurais (algo que jamais se fizera no Brasil), desapropriaria terras e estimularia a organização de sindicatos de trabalhadores agrícolas.

Finalmente, em fevereiro de 1963, seria aprovado pelo congresso e em março sancionado pelo presidente, o Estatuto do

Trabalhador Rural, que estendia ao rurícola os direitos trabalhistas, como salário mínimo, aviso prévio, férias, mas também reduzia os descontos nos aluguéis de casas para colonos, que tanto eram utilizados para reduzir salários. Parecia que com décadas de espera as propostas getulistas chegariam ao campo. O Estatuto acabou acelerando um processo, que já se desenvolvia. Os fazendeiros não se interessaram mais em ter colonos residentes e sim trabalhadores temporários. Depois do golpe militar (como veremos na Aula 11), buscaram, quando possível, mecanizar suas propriedades.

Na área camponesa, a regulamentação da sindicalização rural levou ao que Leonilde Medeiros chamou de corrida pela carta sindical, documento emitido pelo ministério do trabalho. Setores ligados à Igreja fossem os mais moderados, fosse a nascente Ação Popular vinculada à Esquerda Católica e o PCB passaram a competir pela formação de sindicatos e federações. A disputa ocorria porque a legislação previa a existência de apenas um sindicato por município e uma federação por Estado. Naquele período poderia haver sindicatos por ramos de trabalho rural: agricultura, pecuária, indústria extrativa e trabalhadores autônomos (pequenos produtores).

No período em que Montoro ficou no ministério do Trabalho, a tendência era os sindicatos vinculados à Igreja Católica serem reconhecidos. Já nas gestões Almino Afonso e Amauri Silva, a tendência foi de serem reconhecidos sindicatos ligados ao PCB.

A disputa deu-se até na formação de uma primeira Confederação em julho de 1963, inspirada pela Igreja Católica, mas não reconhecida pelo Ministério do Trabalho. Em dezembro, no Rio de Janeiro, 26 federações reunidas elegiam a chapa, que unia PCB e AP sob a liderança de Lindolfo Silva. Era o nascimento da Contag. Havia cerca de oitocentos sindicatos reconhecidos às vésperas do golpe civil-militar e a Supra prometia organizar sindicatos em dois mil municípios do país.

Crescia a mobilização política: greves no campo, ocupações de terras no Rio e no nordeste, protestos em Minas Gerais acampamentos no Rio Grande do Sul, apesar da repressão do governador. Toda essa mobilização social, que atingia também operários, estudantes e, para

a indignação da oficialidade, as baixas patentes das forças armadas, foi interrompida a partir do golpe de Estado de 1 de abril de 1964. Mas embora o movimento civil-militar tenha decepado a machadadas a árvore do movimento camponês nascente, na feliz expressão de Clifford Welch, os temas dos direitos trabalhistas e da reforma agrária não podiam mais ser simplesmente arquivados. Não se pôde revogar o Estatuto do Trabalhador Rural e algum encaminhamento legal teria que ser dado à questão da Reforma Agrária. Ao contrário do que desejavam os líderes das entidades de proprietários rurais, o movimento camponês não fora só um pesadelo a assombrar a tranqüilidade da Casa Grande: ele viera para ficar.

CONCLUSÃO

O período estudado, tanto na Aula 7, como nesta agora, marcou a emergência do Movimento Camponês. Numa coisa, os críticos do Movimento, especialmente os líderes de proprietários de terra, estavam corretos: movimento camponês era coisa de comunista. Especialmente se pensarmos, que o PCB foi o partido, a pôr o tema camponês na agenda política. Fosse a Reforma Agrária, a legislação trabalhista para o campo ou o problema da legitimação de posses todos estes temas tinham nos comunistas, pioneiros.

A burocracia varguista já percebera o problema ainda nos anos trinta, e o retomara nos anos cinqüenta, mas não conseguira dobrar a resistência dos proprietários de terra. Se os comunistas puseram o tema na agenda, não puderam monopolizá-lo: em versões mais radicais como a das ligas de Julião ou mobilizados pelo PTB do RS, ou ainda sob o controle da Igreja católica, o campesinato tinha no início dos anos sessenta alternativas ao PCB para se organizar. Isso significa que quando ocorreu o golpe militar não era mais viável apenas neutralizar uns quantos comunistas e o problema estaria resolvido. O tema agrário continuaria na agenda política pelas décadas seguintes. Basta lembrar que oito meses depois do

golpe militar, o primeiro presidente general, Humberto de Alencar Castello Branco assinava o Estatuto da Terra, criando pela primeira vez no Brasil, uma lei de reforma agrária.

Atividade Final

Atende ao Objetivo 2.

Leia o extrato do Texto de Welch sobre o Estatuto do Trabalhador Rural e depois faça uma avaliação de como esse estatuto poderia impactar as relações sociais no campo de acordo com a visão dos fazendeiros.

(...) O Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) criava uma estrutura, que dava mais poder ao camponês através da sindicalização (...).

Em 1944, a SRB apoiou o decreto de sindicalização rural, desde que ele não previsse instrumentos para a arrecadação de fundos, essencialmente impossibilitando as organizações camponesas. Mas o ETR previa o imposto sindical, que custeava os sindicatos através do pagamento de um dia-salário por ano por trabalhador dentro da jurisdição do sindicato, mesmo para os que não pertenciam à organização (artigo 135). (...) Para os trabalhadores, a nova lei agrupava e expandia uma grande variedade de direitos e deveres já existentes, fazendo com que se adequassem às realidades agrárias mais especificamente do que nas definições da CLT. Essas questões incluíam o direito a férias remuneradas (artigos 43-48), aviso prévio (artigos 90-94), descanso semanal (artigo 42), contratos individuais (Título IV) e coletivos (Título V). Os fazendeiros haviam conseguido até então evitar que os trabalhadores rurais tivessem uma carteira profissional, mas o ETR ordenava que ela fosse distribuída gratuitamente para todos os trabalhadores maiores de 14 anos (artigos 11-24). De posse da carteira de trabalho, todos os trabalhadores teriam uma cópia de seu contrato de trabalho, e das leis aplicáveis, assim como um histórico de sua vida profissional.

Digno de nota, o artigo 179 estendia para os trabalhadores rurais as provisões da CLT não definidas no ETR (...).

Adaptado de Welch, Cliford Andrew. *A Semente foi Plantada: AS RAÍZES PAULISTAS DO MOVIMENTO SINDICAL CAMPONÊS NO BRASIL, 1924-1964*. São Paulo, Expressão Popular, 2010.

Proteger a ordem vigente, na visão dos donos da terra era proteger a estrutura social e mesmo a organização econômica do país. Para eles, não estavam defendendo interesses individuais, mas de toda coletividade.

RESUMO

Nesta aula, discutimos inicialmente a atuação de posseiros e arrendatários em suas lutas em vários pontos do país para permanecer nas terras que cultivavam. Notamos que em muitos casos eles contaram com o apoio do PCB, mas em alguns momentos puderam contar com a solidariedade de oposições aos governos estaduais, que estavam aliados aos fazendeiros. Ao final do período, especialmente no Rio de Janeiro, antigos posseiros passaram a realizar ocupações de terras na luta por reforma agrária.

Posteriormente, debatemos a sindicalização dos trabalhadores do campo, dinamizada inicialmente pelos comunistas, mas que posteriormente encontrou outras forças que a apoiavam, como setores da Igreja Católica.

Apesar da viva repressão desencadeada depois do golpe de 1964, os movimentos camponeses que incluíam além das lutas mostradas nesta aula, as ligas camponesas nordestinas e o Máster gaúcho não poderiam simplesmente ser arquivados pelo regime militar. As lutas por reforma agrária e direitos trabalhistas continuariam mesmo sob a ditadura civil-militar.

Informações sobre a próxima aula

Na Aula 11, você discutirá a intervenção militar no meio rural no pós-1964, destacando a atuação dos movimentos rurais em relação ao Estatuto da Terra e sua participação nos diversos conflitos ocorridos no campo durante o regime militar. Até lá!

Aula 10

Ditadura: a
intervenção nos
partidos políticos
e a criação da
Arena e do MDB

Lucia Grinberg

META

Apresentar o impacto da intervenção da ditadura nos partidos políticos e as bases históricas das novas organizações.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. descrever a intervenção da ditadura nos partidos políticos em atividade;
2. identificar os principais debates relativos aos estudos sobre partidos políticos na ditadura;
3. reconhecer o processo histórico de organização da Arena e do MDB;
4. identificar relações entre setores da sociedade e os partidos políticos criados na ditadura.

Pré-requisitos

Para melhor compreensão desta aula, é importante que você lembre as Aulas 11 e 12 da disciplina História do Brasil III.

INTRODUÇÃO

Como vimos nas aulas anteriores, os partidos políticos podem ser estudados a partir de diferentes abordagens. Entre as possibilidades observadas até agora, estão análises de partidos políticos:

- a) em relação com o Estado, a burocracia e as Forças Armadas;
- b) o estudo da função governativa dos partidos;
- c) o estudo do sistema partidário;
- d) o estudo dos partidos como organizações.

Nesta aula, vamos analisar a intervenção do governo instaurado com o golpe de Estado em 1964 nos partidos políticos já existentes, procurando mostrar como os aspectos considerados acima foram afetados.

Quando se fala em partidos políticos na ditadura, em primeiro lugar, a referência é o bipartidarismo, quer dizer, à existência de apenas dois partidos políticos: a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). No entanto, estes partidos foram organizados apenas no final de 1965, porque os partidos em atividade desde 1945 foram extintos por força de uma medida autoritária, o Ato Institucional nº. 2 (AI-2), elaborado por militares e civis que ocupavam o poder Executivo, sem consultas às lideranças políticas e muito menos à sociedade.

O AI-2 acabou entrando para a história como mais uma prova ou decorrência da desagregação do sistema partidário vigente entre 1945 e 1965. No entanto, circulou entre os contemporâneos do AI-2 uma percepção bastante distinta das consequências da extinção dos partidos. Alguns articulistas da grande imprensa imaginavam que o AI-2 apenas precipitava a reorganização dos partidos políticos, tornando o sistema partidário mais nítido. Esperava-se, então, a formação de um sistema partidário menos fragmentado, no qual as forças políticas se reuniriam em torno dos maiores partidos: o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro

(PTB) e a União Democrática Nacional (UDN). O AI-2, neste caso, iria realçar os matizes partidários do sistema de 1945, ao invés de dissolvê-los, como podemos ver nessa matéria publicada no *Jornal do Brasil* de 1965:

Todos sabiam que apenas o PSD, o PTB e a UDN e talvez o PSP poderiam sobreviver depois de março de 1966 — data marcada para a reorganização legal — ficando os pequenos partidos na dependência de fusões. O Ato veio precipitar apenas a reorganização dos partidos. (Partidos podem voltar sem mudança de nomes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29/10/1965, p. 4).

Erro de avaliação ou desinformação sobre as intenções do governo, o fato é que estes articulistas não estavam sozinhos. Dentre os dirigentes partidários, muitos imaginaram e acreditaram ser possível a reorganização de seus partidos. Analisando a diferença existente entre os projetos de reforma partidária e as análises contemporâneas ao AI-2 e, de outro lado, as consequências da extinção dos partidos no longo prazo, o historiador pode perceber a presença de uma série de possibilidades abertas à organização dos partidos em 1965, o que certamente pode modificar avaliações sobre o próprio sistema partidário criado em 1945.

Por essa razão, o estudo destas possibilidades mostra-se particularmente interessante no caso dos partidos políticos criados em 1945, pois problematiza uma conjuntura-chave e impede que o historiador reproduza uma história quase clássica, cuja tônica é a incapacidade de organização de partidos políticos no Brasil.

A intervenção nos partidos políticos

Em 1964, após a deposição do presidente João Goulart, muitos políticos e sindicalistas foram cassados, mas os partidos políticos continuaram em atividade. Após as eleições para governadores em

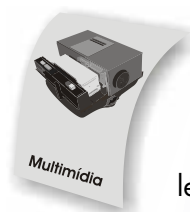
1965 e a vitória de candidatos do PSD na Guanabara e em Minas Gerais, o governo Castelo Branco determinou a extinção de todos os partidos políticos através do AI-2.



Você pode ler a íntegra do texto do Ato Institucional n.º 2 (AI-2) no seguinte endereço: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm

O objetivo do governo não era instalar uma ditadura sem partidos, mas alterar profundamente as forças políticas em jogo. A Arena e o MDB organizaram-se a partir de exigências do AI-2 e do *Ato Complementar n.º 4*, que limitavam fortemente a organização dos partidos. Estes só poderiam ser organizados por membros do Congresso Nacional (em número não inferior a 120 deputados e 20 senadores); as novas organizações não poderiam usar quaisquer símbolos dos partidos extintos e tampouco a palavra partido em seus nomes. O objetivo era criar um sistema partidário novo, procurando descaracterizar as organizações partidárias em atividade desde 1945.

Entre os anos de 1964 e 1968, antes mesmo do AI-5, as instituições liberal-democráticas de representação política foram atingidas por sucessivas medidas autoritárias: a deposição do presidente da República, as cassações de direitos políticos e a consequente perda de mandatos parlamentares, a extinção dos partidos políticos em atividade, mudanças na legislação eleitoral e criação de eleições “indiretas” para governadores de estado e prefeitos de municípios considerados áreas de segurança nacional, com a consequente perda da autonomia desses municípios, e até o recesso do Congresso Nacional.



Você pode ler a íntegra do texto do Ato Institucional n.º 5 (AI-5) no seguinte endereço: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=194620>

O AI-5 tornou-se um marco tão importante na periodização da ditadura que algumas medidas anteriores ficaram em segundo plano nos estudos e na memória sobre a mesma. Mas, da deposição de João Goulart ao decreto do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, as intervenções nas instituições não passaram despercebidas para os próprios parlamentares e dirigentes partidários participantes do movimento de 1964. Quando se tornou claro que a intervenção militar não seria limitada à deposição de João Goulart e que estavam sendo construídos alicerces para firmar um novo regime, vários políticos que apoiaram o golpe passaram a debater as novas normas jurídicas criadas pelo Executivo. Muitos seguiram na carreira política, alguns se afastaram por conta própria, e outros tiveram seus direitos políticos cassados, sendo impedidos de continuar na vida pública.

Posicionamento da UDN

Em 1963, os contatos entre udenistas e chefes militares se intensificaram, a conspiração não envolvia apenas os “duros” da UDN, mas também os “liberais” ou “bacharéis históricos”, como Afonso Arinos, Adauto Cardoso, Aliomar Baleeiro e Daniel Krieger. Em depoimentos prestados nos anos 1990, militares como Octávio Costa, tenente-coronel em 1964, lembram o fascínio que essas lideranças exerciam sobre eles (D’ARAÚJO, 1994, p. 82.). Na presidência da República, Castello Branco nomeou vários udenistas para trabalhar no governo; o marechal declarava-se um

“udenista roxo”, admirador de Carlos Lacerda e de Adauto Cardoso (BENEVIDES, 1981, p. 130).

Um dos argumentos dos participantes do movimento de 1964 para a deposição de João Goulart era justamente a defesa da legalidade. Em 1964, Adauto Cardoso, em discursos na Câmara dos Deputados, alertava que o governo vinha contestando a autenticidade de seus mandatos parlamentares. Desde 1963, Adauto atacava a política de mobilização da população através de comícios realizados pelo PTB com a participação do presidente da República. Para ele, tratava-se de uma guerra cujo objetivo era “sustentar a superior autenticidade da representação do senhor presidente da República, da representação do povo em confronto com a nossa representação [parlamentar]”. Nesta guerra, a alternativa escolhida foi o abandono dos princípios democráticos em nome das próprias instituições políticas. Uma aposta que teve desdobramentos não tão proveitosos mesmo para alguns dos políticos que apoiaram a deposição de João Goulart.

Logo nos primeiros dias de abril de 1964, um dos principais temas em debate no Congresso Nacional era o das cassações de parlamentares. Muitos políticos que apoiaram o movimento de 1964 participaram do processo de cassações, através da imprensa e dos debates na Câmara dos Deputados e no Senado; pôde-se observar as divergências existentes.

Houve quem defendesse abertamente as cassações e organizasse listas de nomes que deveriam ser punidos, em nome da “recuperação” da democracia, sendo apoiado por outros colegas. Por outro lado, o próprio deputado Adauto Cardoso declarou em reportagem do *Jornal do Brasil* a propósito da existência de uma lista contendo 40 nomes de parlamentares a serem expulsos do Congresso, que isso era “tão ridículo e fere de tal maneira a dignidade do Legislativo, que só pode ser tomado como provocação” (BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1964. vol. 2. p. 141).

Posicionamento do PTB

Os representantes do PTB no Congresso Nacional procuravam mostrar as contradições da atuação dos udenistas, ora arautos das liberdades políticas, ora defensores de cassações de mandatos parlamentares. Alguns petebistas defendiam a retirada dos deputados do plenário, para não serem submissos aos militares que reclamavam a suspensão das imunidades parlamentares (Milton pede ao Congresso que resista. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. 7/4/1964, p. 4). No entanto, no dia 10 de abril, foi publicada a primeira lista de cassações, composta de 102 nomes. Por determinação do Comando Revolucionário, a presidência da Câmara dos Deputados cassou mandatos de parlamentares e convocou os suplentes. De acordo com a crônica jornalística, houve tumultos, protestos, lágrimas, berros e tiros na ocasião das primeiras cassações no Congresso (GRINBERG, 2009).

Se, por um lado, o Executivo formado a partir do movimento de 1964 cassava mandatos de parlamentares e suspendia direitos políticos de muitos cidadãos, por outro lado, também pretendia governar negociando com o Legislativo, e não apenas através de atos institucionais. Esperava-se o apoio do Congresso, especialmente para a aprovação de emendas constitucionais relativas às reformas política e agrária. Trabalhava-se para conquistar uma ampla base parlamentar formada por cerca de dez partidos; apenas o PTB encontrava-se fora do bloco governista. No entanto, a cassação do ex-presidente Juscelino Kubitschek transformou esse quadro: os pessedistas oscilavam entre atônitos, irritados e decepcionados, dissolvendo-se o bloco que reunira mais de 250 deputados (VIANNA FILHO, p. 101-102).

Fim dos Partidos

A partir de agosto de 1964, começaram os rumores sobre a extinção dos partidos em atividade. Muitos líderes da UDN, do

PSD e do PTB eram contrários à medida. Durante o ano de 1964, o governo não editou nenhuma lei relativa ao funcionamento dos partidos políticos que modificasse o sistema partidário vigente. Apenas em 15 de julho de 1965, mais de um ano após a ascensão dos militares ao poder, e tendo em vista as eleições que se realizariam no dia 3 de outubro, o governo editou uma nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos.

A lei indicava que o projeto era manter o sistema partidário, mas com uma modificação fundamental. A nova legislação distinguia-se, basicamente, por aumentar a cláusula de funcionamento dos partidos para 3% do eleitorado que tivesse votado na última eleição geral para a Câmara dos Deputados. Portanto, é bom destacar que o seu objetivo era diminuir o número de partidos, e não eliminar o sistema existente como um todo.

No entanto, o resultado das eleições de outubro de 1965 precipitou uma reforma partidária muito mais profunda. Naquele ano, nas eleições para governadores, a UDN perdeu em 9 dos 11 estados em disputa, já que nos demais estados, de acordo com o calendário eleitoral, as eleições se realizariam em 1966. O significado desse resultado entrou para a história como uma vitória da *oposição* ao movimento de 1964 e, conseqüentemente, uma derrota do governo. Mas resultados eleitorais são passíveis de uma grande diversidade de interpretações que, muitas vezes, são produzidas por grupos envolvidos na própria disputa política. Na época, a derrota da UDN foi interpretada como uma derrota do movimento de 1964, principalmente pelos militares interessados em radicalizar o processo político (CASTELLO BRANCO, p. 602). Ao longo do tempo, essa perspectiva foi se consolidando e passou a ser encontrada em estudos produzidos *a posteriori*, muito provavelmente influenciados pela organização subsequente dos partidos em torno do eixo pró ou contra o movimento de 1964.

Entre os udenistas, aqueles resultados eleitorais também foram interpretados como a continuação de experiências vividas nos últimos vinte anos. Uma experiência de derrotas sucessivas para candidatos

da coligação formada pelo PSD e pelo PTB, algo completamente distinto dos fatos ligados ao novo regime. Nessa perspectiva, através do AI-2, mais uma vez, a UDN procurava artifícios autoritários para combater vitórias eleitorais do PSD e do PTB, tentando impedir a posse de presidentes eleitos, quer pelo questionamento quanto à inexistência de maioria absoluta — não prevista constitucionalmente (caso de Vargas, em 1950) —, quer pelo artifício do incentivo à conspiração militar (caso de JK, em 1955).

Mas nem todos os udenistas integrantes do Executivo naquela conjuntura concordavam com as medidas que seriam impostas pelo AI-2. Tanto que as articulações para a edição desse ato envolveram uma mudança fundamental no ministério da Justiça, com a posse de Juracy Magalhães em substituição ao senador Milton Campos (UDN – MG), que não aceitava os rumos que o regime vinha tomando. De acordo com Milton Campos, ele assumira o ministério da Justiça identificado com os princípios da “revolução”, mas o seu papel era trabalhar em busca da normalidade constitucional (SALLES, 1975, p. 199). Por isso, era acusado por setores mais radicais ou “fervorosos”, como os chamava, por prender-se a detalhes jurídicos. Em 1965, o Executivo enviou ao Congresso Nacional emendas constitucionais das quais discordava, por considerar que facilitavam em excesso a intervenção federal e ampliavam em demasia a competência da Justiça Militar. Diante dessas circunstâncias, preferiu solicitar a exoneração do ministério da Justiça, argumentando que a sua formação o constrangia em executar determinadas medidas (SALLES, 1975, p. 210-214).

Afinal, em 27 de outubro, após reunião com os ministros militares e o novo ministro da Justiça, Castelo Branco editou o AI-2, que radicalizou as medidas punitivas em vigor, aumentou os poderes presidenciais, atribuiu à Justiça Militar a responsabilidade pelo julgamento de civis envolvidos em crimes contra a segurança nacional, aumentou o número de ministros do Supremo Tribunal Federal de 11 para 16, extinguiu os partidos políticos existentes e estabeleceu eleições indiretas para presidente da República.

Nos dias que se seguiram ao AI-2, os jornalistas procuraram os dirigentes e parlamentares dos vários partidos em busca de declarações. Os políticos, por sua vez, precisavam divulgar, para o eleitorado e também para os seus pares, mensagens sobre o sentido da extinção de suas organizações. Logo após a divulgação do AI-2, o PSD, o PTB, o PSB e o PDC distribuíram notas oficiais de repúdio à concentração de poderes no Executivo e à extinção dos partidos. Na imprensa, a manchete do Jornal do Brasil destacava: “UDN foi o único dos grandes que não falou da extinção”.

Entretanto, em todos os partidos houve divergências sobre determinados aspectos da medida. Entre os udenistas, destacou-se o apoio ao AI-2, através de declarações de “contentamento” e de “compreensão” com o governo. Ao mesmo tempo, o deputado Ernani Sátiro, último presidente do Diretório Nacional da UDN, teria redigido uma nota de crítica ao governo que não foi divulgada, pois outros deputados udenistas teriam argumentado que, mesmo após a extinção do partido, Sátiro não poderia adotar atitudes que não correspondiam à totalidade dos integrantes da ex-UDN (Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 28/10/1965, p. 16). O deputado, na nota, afirmava estar “chocado com a dissolução das legendas partidárias, imposta pelo AI-2, em medida excessiva e que merece severos reparos” (O Estado de S. Paulo, São Paulo, 25/11/1965, p. 3)

O deputado Hamilton Nogueira foi um dos poucos udenistas que discursou abertamente contra o AI-2 na Câmara dos Deputados, argumentando que “a democracia só se realiza com o exercício democrático, fazendo muitas eleições. Democracia se faz com amor, não com lavagem de cérebros com técnicas diferentes” (Hamilton Nogueira concita deputados a protestarem contra o segundo Ato. - Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 30/10/1965 p. 4).

Nesse debate, um dos pontos mais polêmicos era justamente o do desaparecimento das legendas de cada partido. Entre as lideranças pessedistas e petebistas havia uma certa “desolação pela liquidação das siglas” (Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 29/10/1965, p. 4). Um articulista relatou, na ocasião, que o

pensamento dominante entre os dirigentes do PTB e do PSD era a importância da continuidade das legendas e dos nomes dos partidos (Reação dos líderes partidários.- Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 28/10/1965, p. 4). O deputado Amaral Peixoto afirmou categoricamente que seu partido não queria mudar sua denominação, considerada “um patrimônio formado ao longo de 20 anos de lutas pela democracia no Brasil” (O PSD não pretende deixar de ser PSD. - Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 28/10/1965, p. 16).

Os udenistas pareciam não ter tanto apreço à sua legenda. No entanto, entre dirigentes e militantes houve várias declarações de que o “patrimônio político” e o “espírito” udenista, para além da legenda, deveriam ser conservados. O deputado Oscar Dias Corrêa afirmou que o patrimônio político “está assegurado por si próprio porque, apesar de extinto, formalmente, a existência da UDN se conserva no próprio espírito dos homens que a integravam” (Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 29/10/1965, p. 4). Ou seja, o partido teria continuidade através do capital político dos nomes que o integravam.

Em certo sentido, por conseguinte, as notas e declarações dos dirigentes dos diferentes partidos eram muito semelhantes, principalmente quanto à avaliação da perda gerada pela extinção da legenda de cada um deles. Neste inventário, utilizaram um vocabulário com categorias muito próximas para expressar esse sentimento: acervo, patrimônio, herança, bandeira. Os dirigentes dos partidos extintos, naquele momento, manifestaram uma preocupação comum, ao se inquietarem com a perda do patrimônio de suas organizações, tanto material quanto simbólico.

Há, portanto, uma grande convergência, embora por vias inversas, entre o valor atribuído pela ditadura aos partidos e aquele dado pelos próprios integrantes das organizações partidárias. Esse fato torna-se nítido na leitura das notas e declarações que se servem de categorias como as referidas acima, evidenciando que o AI-2 estava atingindo seu objetivo. Os líderes dos partidos extintos procuravam então reafirmar sua história, seus ideais, suas lutas, delimitando seu território para além da sigla que os reunia.

Mostravam assim a necessidade de elaborar estratégias para preservar a identidade de suas organizações, porque sabiam que era através dela que se comunicavam com seus eleitores desde 1945.

É interessante confrontar a percepção desses atores históricos, muito clara em toda a documentação, com a resistente interpretação construída pelos estudos acadêmicos, que aponta para uma situação de artificialidade e desagregação do sistema partidário em inícios de 1960. Ao investigarmos as circunstâncias da extinção dos partidos, o que encontramos foi o esforço de várias lideranças para preservar as características de seus partidos nas novas organizações que seriam criadas, o que evidentemente aponta para a importância dos mesmos.

Percebe-se, assim, que a dissolução do sistema partidário existente entre os anos de 1945 e 1965 não foi o resultado de uma espécie de evolução “natural” advinda do enfraquecimento do sistema, mas uma intervenção autoritária e casuística que contou com resistências consideráveis. Tal intervenção foi realizada imediatamente após as eleições de 1965, quando os partidos e o eleitorado demonstraram que o movimento de 1964 não havia superado a autonomia e a força das legendas junto ao eleitorado e que outro poderia ter sido o curso da política se os “antigos” partidos não tivessem sido destruídos como foram.



Atende ao Objetivo 1

1. Logo após o AI-2, as direções do PSD e do PTB lançaram notas públicas sobre a extinção de seus respectivos partidos. Faça um texto, comparando as notas e o artigo do Ato Complementar n.º. 4, relativo à reorganização dos partidos políticos.

Nota do PSD após o AI-2

“Em face da expedição, pelo Sr. Presidente da República, do Ato Institucional n.º. 2 e representação feita sob a legenda do Partido Social Democrático para a Câmara dos Deputados sente-se no dever de definir, perante a Nação, de modo inequívoco, a sua posição.

Em primeiro lugar, deve ficar claro e insusceptível de dúvida que o Partido não teve qualquer participação na elaboração do Ato, não lhe deu aquiescência nem tampouco dele teve ciência prévia.

O Partido Social Democrático afirma perante a opinião pública do País, surpreendida por essa manifestação discricionária, cujas razões lhe foram reveladas, que jamais se recusou a um franco e leal diálogo com o Governo, no sentido de dar-lhe os necessários instrumentos de atuação para a realização de uma política de paz indispensável ao desenvolvimento econômico e ao bem-estar social. Essa colaboração só poderia encontrar, e efetivamente só encontrou, limitações na preocupação constante de preservar as instituições e defender os superiores interesses do povo.

Os deputados eleitos pelo PSD continuarão irredutivelmente fiéis a sua vocação de servir ao Brasil e ao seu destino de baluartes do regime republicano e federativo, único que se compatibiliza com a nossa história, as nossas tradições, a formação cívica e a aspirações indestrutíveis de dignidade e liberdade do povo brasileiro; e renovam diante deste, neste momento histórico, o compromisso de lutar pela plena recuperação da normalidade e tranquilidade da vida democrática em nosso País” (Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 28/10/1965, p. 16).

Nota do PTB

“Os deputados federais eleitos sob a legenda do Partido Trabalhista Brasileiro, diante da imposição do 2º Ato Institucional, sentem-se no dever de definir junto ao povo a sua posição de protesto e inconformidade com o estado de exceção ora agravado. Fazendo-o, mantém-se em fidelidade à luta que vêm sustentando no Parlamento no sentido da restauração do sistema democrático e na defesa intransigente dos trabalhadores e das causas nacionais.

A oposição democrática que fazemos, mesmo limitada pelas circunstâncias, já não é mais possível.

Resposta comentada

As notas públicas do PSD e do PTB podem ser consideradas verdadeiros manifestos em que as direções partidárias denunciam o caráter autoritário do Ato Institucional nº. 2. Afirmam seu protesto, a ausência de consulta prévia e concordância com a extinção de suas organizações, então com cerca de vinte anos. De acordo mesmo com o perfil político-ideológico de cada um, o PSD destaca que não faltou ao diálogo com o governo, enquanto o PTB enfatiza a impossibilidade de continuar fazendo oposição em um estado de exceção. Ambas as direções procuram, de certa maneira, prestar contas aos seus eleitores, enfatizando seus compromissos e tradições. O PSD lembra a sua “vocação de servir ao Brasil e ao seu destino de baluartes do regime republicano e federativo”. O PTB reafirma sua fidelidade à luta pela democracia e a “defesa intransigente dos trabalhadores e das causas nacionais”. Em contrapartida, o Ato Complementar nº. 4, ao proibir que as novas organizações partidárias tivessem as mesmas legendas dos partidos extintos, indica o reconhecimento do valor simbólico das siglas. Ao proibir sua continuidade, o AC-4 tinha o sentido de procurar desfazer não só a estrutura partidária, mas, inclusive, os laços simbólicos entre trabalhistas, pessedistas e seus respectivos eleitorados.

Os estudos sobre partidos políticos na ditadura

Durante muitos anos, os estudos sobre a ditadura instaurada em 1964 se concentraram nas temáticas das oposições ao governo e nas Forças Armadas, dedicando-se especialmente ao levantamento dos processos decisórios e às políticas de repressão desenvolvidas no período. Havia poucas pesquisas relativas às outras instituições que apoiaram o regime que durou vinte longos anos, como os partidos políticos que geravam escasso interesse como objeto de pesquisa devido à ideia amplamente difundida no Brasil de sua inautenticidade. Como o cientista político Otávio Dulci sintetizou, “Havia uma espécie de consenso tácito de que tais associações não preenchiam as funções que lhes corresponderiam; daí sua

irrelevância para a interpretação do processo político” (DULCI, 1986, p. 13.).

Os estudos elaborados por cientistas políticos sobre os partidos criados na ditadura incorporaram no seu discurso, sem problematizar, as críticas e as palavras de ordem usadas pelos adversários políticos da Arena. Um exemplo é a pecha de “partido do sim, senhor”, criada nos confrontos com os parlamentares do MDB, no Congresso Nacional. De acordo com o historiador Rodrigo Patto de Sá Motta, o MDB era referido como o “partido do sim” e a Arena como o “partido do sim, senhor”, o que significava dizer que ambos “se dobravam à vontade do poder, mas a Arena o fazia com mais servilismo e menos pudor” (MOTTA, 1999, p. 118).

A partir da vitória do MDB nas eleições para o Senado, em 1974, foram realizados muitos estudos sobre a competição eleitoral no sistema bipartidário, cuja principal tônica era observar o crescimento do MDB e as perspectivas de “abertura”. É certo que, em 1974, o MDB venceu de maneira retumbante no Senado, ganhando 16 cadeiras em um universo de 22. Mas as votações para a Câmara dos Deputados sempre foram muito concorridas, como se vê na tabela abaixo. No período, a sociedade parecia estar dividida, e boa parte dela apoiava o regime. No entanto, os votos na Arena eram entendidos apenas como o resultado de fraudes ou como votos de cabresto.

Tabela 10.1: Resultados eleitorais das eleições proporcionais para a Câmara dos Deputados (1966 – 1978).

Ano	Arena	MDB	Branco/ Nulos	Total
1966	50, 5 %	28, 4 %	21, 0 %	17.285.556
1970	48, 4 %	21, 3 %	30, 3 %	22.435.521
1974	40, 9 %	37, 8 %	21, 3 %	28.981.015
1978	40, 0 %	39, 3 %	20, 7 %	37.629.180

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, *Dados Estatísticos*, v. 8, 9 e 11 e PRODASEN, Senado Federal, março de 1982. *Apud:* Olavo Brasil de Lima Jr. Arena. In: DHBB.

Os resultados eleitorais de 1970, quando a Arena venceu com larga vantagem o MDB são os mais contestados. Para Bolívar Lamounier, há mesmo um aspecto “anormal” naqueles números, “devido basicamente às circunstâncias políticas então prevalentes, com o quase total esvaziamento da vida partidária e das eleições, no auge do fechamento do regime pós-1964” (LAMOUNIER, 1980). No entanto, pode-se argumentar que o voto na Arena era uma opção sim, ressaltando-se ainda que, naquele ano, houve uma forte campanha pelos votos brancos e nulos, cujos percentuais foram bastante altos.

Outras análises, desenvolvidas ainda durante a ditadura, põem em relevo a injustiça da legislação que permitia as candidaturas em **sublegenda**, prejudicando o MDB. Em 1972, Francisco Weffort redigiu um artigo, intitulado *A vitória inchada da Arena*, em que discutia as eleições municipais (WEFFORT, 1972). Nesse texto, o autor enumera os casos nos quais o partido foi bem-sucedido. Em um grande número de municípios, Weffort considera que não houve propriamente eleição, mas um plebiscito, porque havia apenas um candidato da Arena, sem concorrentes do MDB; em outros municípios, não houve competição entre os dois partidos, mas “apenas” entre sublegendas da Arena. Tais situações foram entendidas como vitórias indevidas, porque seriam uma consequência da dependência dos grupos políticos locais face aos governos estaduais, controlados pela Arena.

De modo geral, tais análises dos resultados eleitorais não reconhecem os votos na Arena como indicadores de representatividade, demonstrando o apoio de parte da sociedade ao regime. Apenas os votos no MDB são considerados legítimos como uma manifestação contra o regime. No entanto, vale observar o apoio à ditadura na própria disposição de participar da Arena e se candidatar pelo partido, reconhecendo que as pessoas que se candidataram e receberam esses votos representam setores da sociedade.

Sublegenda

Durante o bipartidarismo, houve um mecanismo eleitoral que permitia que cada um dos dois partidos apresentasse mais de um candidato nas eleições majoritárias. Somavam-se os votos dados às sublegendas, e a totalidade dos votos era atribuída ao candidato mais votado. Tal mecanismo impedia que eventuais divisões internas na Arena beneficiassem o MDB.

Os novos partidos

Entre a maioria dos cientistas sociais, havia, de certa maneira, um questionamento sobre se a Arena e o MDB poderiam ser compreendidos como partidos políticos ou não. No estudo pioneiro de Maria do Carmo Campello de Souza, encontramos algumas referências à Arena, usando a noção de “pseudopartido”. Isso porque uma das características dos regimes autoritários seria a incapacidade de os partidos participarem na formulação das alternativas políticas nacionais, perdendo assim uma de suas atribuições fundamentais (SOUZA, 1990). Mas outros pontos se somam a essa visão de um “pseudopartido”. De acordo com Maria Dalva Gil Kinzo, por exemplo, a principal característica da Arena e do MDB era a diversidade de origens partidárias de seus componentes, o que não seria apenas “uma consequência natural do modo artificial pelo qual foi estabelecido o bipartidarismo, mas também refletia a falta de clareza no caráter ideológico e representativo dos antigos partidos políticos” (KINZO, 1988, p. 32).

Em outro estudo, Lúcia Klein identifica a Arena com uma “gigantesca máquina, disforme e desestruturada, [pois] mais do que um partido, a Arena era, na realidade, um agregado de correntes políticas” (KLEIN, 1978, p. 82).

Na avaliação de Philippe Schmitter, o sistema partidário anterior a 1964 foi destruído e substituído por “entidades artificiais sem raízes na identificação popular” (SCHMITTER, 1973, p. 211-212). Por seu turno, Bolívar Lamounier e Raquel Meneguello, já nos anos 1980, afirmam que a “Arena era tão recente, artificial e, sobretudo, impotente quanto o MDB” (LAMOUNIER, 1986, p. 67).

Essas análises, como se vê, são marcadas pela ideia de artificialidade dos partidos, seja pela limitada influência da Arena no governo ou pela diversidade de origens partidárias dos membros da Arena e do MDB. Em relação à Arena, as proposições formuladas são sempre marcadas pela ausência: pelo que ela não é, não tem, não faz. A questão sobre o que era a Arena e como atuou

permanecia sem ser respondida. Ou seja, o pressuposto é que a Arena não atuou, não existiu, pois não chegou a ser um partido.

“Se os partidos foram inventados por decreto, seus membros não o foram”

Entretanto, é interessante notar que essa literatura costuma observar os partidos do pós-1965 através de uma abordagem macroscópica ou nominal, no sentido de que os nomes e as siglas partidárias realmente sofreram modificações. Ao se alterar o foco de análise e ao compreender os partidos como grupos constituídos por indivíduos socializados em organizações políticas anteriores (BERSTEIN, 1988), abre-se uma nova perspectiva de estudo. Se as siglas Arena e MDB eram recentes e podiam não ter identificação popular, as lideranças que formavam os partidos eram representantes da nata dos políticos da época.

Portanto, se os partidos foram inventados por decreto, seus membros não o foram, tendo, em sua maioria, longa prática na política partidária, tanto antes quanto durante os anos de 1945 a 1964. Muitos deles exerceram mandatos sucessivos para diversos cargos eletivos, razão pela qual não se pode deixar de reconhecer sua visibilidade e representatividade junto à população.

Continuidade institucional: peculiaridades da ditadura de 1964

O sistema partidário criado então, apesar de apresentar tantas limitações em relação às atividades de partidos em regimes democráticos, não pode ser entendido senão a partir da perspectiva da preservação do sistema representativo e como uma das características da ditadura que contribuiriam para manter a continuidade institucional no país. Como Bolívar Lamounier indica, a preservação do sistema representativo “ocorreu no interior de parâmetros institucionais que nem mesmo os militares puderam

permitir-se ignorar ou distorcer completamente” (LAMOUNIER, 1987, p. 56). E, de acordo com Maria Dalva Gil Kinzo, a característica da ditadura brasileira que a tornou um caso único foi justamente “o fato de que os militares dissolveram o antigo sistema partidário e criaram um novo em seu lugar” (KINZO, 1988, p. 225).

O cientista político Bolívar Lamounier observou que, durante muito tempo, a historiografia e o pensamento político brasileiro consideraram as questões institucionais como meros formalismos (LAMOUNIER, 1981). Na produção historiográfica sobre o regime autoritário, Lamounier mostrou como a maioria das análises desenvolvidas em uma das coletâneas de estudos sobre as ditaduras mais influentes, organizada pelo cientista político norte-americano Alfred Stepan, *Authoritarian Brazil*, subestimou a importância dos antecedentes liberais-representativos dos processos eleitorais e das formações partidárias (LAMOUNIER, 1988, p. 88).

A partir do impacto das eleições de 1974, as análises sobre o regime passaram a dedicar maior atenção às organizações partidárias e às eleições, pois o resultado do pleito para senadores indicava que aí poderia residir uma via para a abertura política. Nos anos 1980, tendo em vista as expectativas sobre a redemocratização, os cientistas políticos, principalmente, deram continuidade aos estudos sobre as eleições e o sistema partidário vigente a partir de 1965, destacando as possibilidades eleitorais do MDB (LAMOUNIER, 1980).

De acordo com Lamounier, uma análise profunda dos fatores que tornaram viável o processo de abertura

deveria começar pelo legado ideológico e institucional brasileiro, cujo caráter autoritário tem sido frequentemente ressaltado, mas que também abriga importantes componentes liberais, não sendo concebível, entre nós, a legitimação em termos duradouros de um sistema autoritário, muito menos de uma autocracia repressiva como a que se configurou na era Médici (LAMOUNIER, 1988, p. 113).

Outros cientistas políticos, como Sebastião Velasco e Cruz e Carlos Estevam Martins, demonstraram que, ao longo dos anos 1970 e 1971, alguns governistas, como Milton Campos, Herbert Levy, Petrônio Portella e Magalhães Pinto,, reclamavam um tratamento adequado à questão político-institucional, diante do alto grau de imprevisibilidade do sistema político (CRUZ, 1983, p. 44).

Em sua tese sobre o MDB, Maria Dalva Gil Kinzo aponta entre as especificidades do regime brasileiro, em contraste com diversas experiências de regimes militares da América Latina, o fato de que os militares brasileiros jamais proibiram as atividades político-partidárias, criando mesmo um novo sistema partidário. A autora postula que “os militares fracassaram em sua tentativa de criar uma organização política capaz de servir como base de sustentação do regime” (KINZO, 1988, p. 223-224). No entanto, as pesquisas elaboradas sobre a Arena indicam outros sentidos para o modelo institucional estabelecido na ditadura. Em primeiro lugar, nem todos os militares e políticos que apoiaram o movimento de 1964 desejavam o mesmo modelo de partido. Em segundo lugar, nem todos os governos militares procuraram fortalecer o seu partido.



Atende ao Objetivo 2

2. Muitos estudos sobre a Arena e o MDB destacam a ideia de artificialidade dos partidos criados em 1965, devido à diversidade de origens partidárias dos membros da Arena e do MDB. Apresente os principais argumentos presentes na literatura comentada na aula e responda se, naquela conjuntura, a organização dos partidos poderia ter ocorrido de outra maneira.

Resposta Comentada

Nos estudos sobre partidos políticos na ditadura civil-militar de 1964, os cientistas políticos destacavam que Arena e MDB não cumpriam as atribuições esperadas por partidos, não participavam de processos decisórios centrais nem da elaboração de políticas públicas; eram impotentes. Também consideravam que a diversidade de origem partidária na Arena e no MDB era um indicativo de ausência de clareza ideológica e representatividade dos partidos extintos. Os historiadores têm procurado contextualizar a extinção dos partidos pelo AI-2, a formação e atuação do Arena e do MDB. Os partidos em atividade desde 1945 foram extintos por uma medida autoritária durante a ditadura. Os políticos que não foram cassados e decidiram permanecer na vida pública foram obrigados a se reorganizar em apenas duas legendas; diante da diversidade de partidos no período anterior, não poderia ser diferente. O interessante no estudo dos partidos políticos em estados de exceção é justamente conhecer as peculiaridades de sua condição, as restrições impostas e as estratégias de sobrevivência de seus membros: as dificuldades da Arena em participar do governo, mesmo sendo o partido governista, e os desafios do MDB na organização de uma frente pelo fim da ditadura.

A organização da Arena e do MDB

Para o jornalista Villas-Boas Corrêa, numa definição que se tornou antológica: “a Arena é a filha da UDN que caiu na zona” (Apud: BENEVIDES, 1981, p. 134). Durante a ditadura, esse

conhecido jornalista político escreveu muitos artigos nas páginas de grandes jornais, como *O Estado de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*. Entretanto, o que mais encontramos citado, é o comentário pitoresco e jocoso, recolhido de sua entrevista dada ao periódico da imprensa alternativa. Nessa definição de Villas-Boas, está implícita uma visão da União Democrática Nacional como um partido golpista, mas “decente”, para continuar no terreno do moralismo tão caro à UDN, e uma identificação da Arena como uma agremiação que sequer fez jus ao duvidoso legado udenista de “correção” e se desencaminhou. Esse exemplo ilustra bem como as comparações entre as identidades partidárias forjadas pelos próprios políticos, por militantes ou atribuídas por jornalistas são temas recorrentes na história da Arena. Como na história de todas as organizações partidárias, há disputas pela sua memória, procurando-se dotá-la de determinada identidade. Nesse sentido, a história da Arena envolve uma disputa pela memória tanto da UDN quanto do PSD.

Durante a ditadura, a Arena sempre foi associada diretamente à UDN, e o MDB, ao PSD. Tancredo Neves, cuja trajetória se iniciou no PSD e depois seguiu no MDB, em uma entrevista, referiu-se ao regime como um “Estado Novo da UDN” (*Apud* BENEVIDES, 1981). Mas essa imagem reproduzida por pessedistas filiados ao MDB silencia sobre o pessedismo que apoiou o movimento de 1964 e que migrou para a Arena.

Ao longo da existência da Arena, havia realmente uma disputa compartilhada quer pelos membros da antiga UDN, agora na Arena, quer pelos membros do extinto PSD, então no MDB. No entanto, a Arena era formada, de fato, tanto por udenistas quanto por pessedistas. A presença de autoridades do Estado Novo, como Filinto Müller, Chefe de Polícia do Distrito Federal; Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde; Benedito Valladares, interventor do estado de Minas Gerais; e do marechal Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, lideranças historicamente ligadas a Getúlio Vargas, é que relativiza aquela imagem. E, além das lideranças nacionais egressas do pessedismo, a Arena formou-se a partir de uma extensa rede

de políticos organizados em cada município provenientes tanto da UDN quanto do PSD, cuja organização em todo o território nacional era um dos seus valiosos capitais políticos. A perspectiva da Arena como herdeira do PSD reafirma a sua condição de partido ligado ao Estado, ao governo e mostra que a Arena foi um partido da continuidade, daqueles que estavam ligados ao governo há décadas.

De fato, tanto a Arena como o MDB se organizaram a partir da filiação dos deputados federais e senadores então em atividade, egressos dos partidos extintos em 1965, conforme estabelecia o AC-4. Nesse sentido, é especialmente interessante notar que a diferença de filiação dos antigos membros da UDN e do PSD entre Arena e MDB é bem pequena, apenas 8 parlamentares, como podemos ver na tabela abaixo.

Tabela 10.2: A formação da Arena e do MDB a partir da filiação dos representantes dos partidos extintos na Câmara dos Deputados (1966).

Partidos extintos	Arena	MDB	Total
UDN	86	9	95
PSD	78	43	121
PTB	38	78	116
PSP	18	2	20
PDC	13	6	19
PTN	8	4	12
PRP	5	—	5
PR	4	—	4
PL	3	—	3
PST	2	—	2
PRT	2	2	4
MTR	—	3	3
PSB	—	2	2

Fonte: Maria Dalva Gil Kinzo. *Oposição e autoritarismo*. p. 32.

No caso da Arena, a composição do Diretório Nacional mostra as bases sobre as quais o partido se organizou: nomes da UDN, do PSD, do PDC, do PSP, e até mesmo do PTB. Como se pode observar através do quadro abaixo, a seleção dos políticos na composição do Diretório Nacional representava todos os estados da federação e, em cada estado, os diferentes partidos extintos que formaram a Arena.

Quadro 10.1: Trajetória política dos membros do Diretório Nacional da Arena, 1966.

Estado	Nome	Partido	Trajetória
AM	Leopoldo Peres Sobrinho	PSD	tio (constituente, 1946, deputado federal 1946-1948) deputado federal (1962)
AC	José Guiomard	PSD	militar governador nomeado (1946 – 1950) deputado federal (1950, 1954, 1958) senador (1962)
AC	Jorge Lavocat	PSD	prefeito nomeado de Rio Branco governador nomeado
RR	Francisco Elesbão	UDN	candidato a deputado federal (1962)
RO	Hegel Morhy	PSP	suplente deputado federal (1962) diretor de Serviços de Administração Geral de Rondônia, chefe de gabinete do governo do território (1963)
AP	Janary Nunes	PSP	militar governador nomeado (1944 – 1956) presidente da Petrobrás (1956 – 1958) embaixador na Turquia (1960) deputado federal (1962)
PA	Catete Pinheiro	PTN	prefeito de Monte Alegre (1939 – 1943) (1948 – 1950) suplente deputado federal (1950) deputado estadual (1954, 1958) ministro da Saúde (1961) senador (1962)
MA	Eugênio Barros	PSD	governador (1950) senador (1958)
MA	Alexandre Costa	PSP	prefeito de São Luís (1951) secretário do Interior e Justiça (1951 – 1956) vice-governador (1955) suplente deputado federal (1962)
MA	Clodomir Millet	PSP	deputado (1950)
PI	Joaquim Santos Parente	UDN	senador (1958)

PI	Gaioso de Almendra	PSD	pai (magistrado, deputado federal 1900 – 1914) militar constituente (1934) governador (1955) deputado federal (1962)
CE	Wilson Gonçalves	PSD	deputado estadual constituinte (1946) deputado estadual (1950, 1954) vice-governador (1958) senador (1962)
CE	Paulo Sarazate	UDN	constituente (1946) deputado federal (1946) governador (1955) deputado federal (1958)
RN	Jessé Freire	PSD	vereador (1950)
RN	Dinarte Mariz	UDN	revolucionário (1930, 1932) senador (1954) governador (1955-1961) senador (1962)
AL	Segismundo Andrade	UDN	deputado estadual constituinte (1946) deputado estadual (1950) deputado federal (1954, 1958, 1962)
PB	Plínio Lemos	UDN	constituente (1946) suplente deputado federal (1950) prefeito de Campina Grande (1951 – 1954) deputado federal (1954) suplente deputado federal (1958) deputado federal (1962)
PB	Ernani Sátiro	UDN	constituente (1946) deputado federal (1950, 1954, 1958, 1962)
PE	Nilo Coelho	PSD	deputado estadual (1946) deputado federal (1950, 1954, 1958, 1962)
PE	João Cleofas	UDN	deputado (1935) constituente (1946) ministro da Agricultura (1951) deputado federal (1954, 1958)
SE	José Rollemberg Leite	PSD	governador (1947) suplente senador (1962)
SE	Lourival Batista	UDN	deputado federal (1947) prefeito de São Cristóvão (1950) deputado federal (1958, 1962)
BA	Rui Santos	UDN	constituente (1946) deputado federal (1950, 1954, 1958, 1962)
BA	Theódulo Lins de Albuquerque	PTB	constituente (1946) deputado federal (1947, 1950, 1958)

MG	Benedito Valadares	PSD	interventor (1933 – 1935) governador (1935 – 1937) interventor (1937 – 1945) constituente (1946) deputado federal (1947, 1950) senador (1954)
MG	Gustavo Capanema	PSD	revolucionário (1930) interventor (1933) ministro da Educação (1934 – 1945) constituente (1946) deputado federal (1947, 1950, 1954, 1958, 1966)
MG	Magalhães Pinto	UDN	constituente (1946) deputado federal (1947, 1950) governador (1961)
MG	Milton Campos	UDN	constituente (1946) governador (1947) deputado (1955) senador (1959) ministro da Justiça (1964)
MG	Arthur Bernardes Filho	PR	deputado federal (1935) constituente (1946) senador (1950) ministro da Indústria e Comércio (1961)
ES	Eurico Resende	UDN	deputado federal (1950, 1954, 1958) senador (1962)
ES	Oswaldo Zanelo	PRP	revolucionário 1938 deputado estadual (1950, 1954) deputado federal (1958, 1962)
GB	Gilberto Marinho	PSD	militar, revolucionário 1930, subchefe do Gabinete Militar (1945 – 1946) suplente senador (1947, 1950) senador (1954, 1962)
GB	Adauto Lúcio Cardoso	UDN	vereador (DF) deputado federal (1954, 1958, 1962)
GB	Hélio Beltrão	UDN	pai (deputado federal DF 1950) secretário do Interior e Planejamento do gov. Carlos Lacerda (1960 – 1965)
RJ	Raimundo Padilha	PRP	Mov. integralista, revolucionário 1938, suplente deputado federal (1950) deputado federal (1954, 1958, 1962)
RJ	Miguel Couto Filho	PSP	deputado estadual (1935 – 1937) constituente (1946) deputado federal (1950) governador (1954) senador (1958)
SP	Antonio Feliciano	PSD	vereador (1926) deputado federal (1946, 1950, 1958)

SP	Auro de Moura Andrade	PSD	Deputado Assembleia Constituinte SP (1947) deputado federal (1950) senador (1954, 1962)
SP	Herbert Levi	UDN	revolucionário 1932, deputado federal (1947, 1950, 1954, 1958, 1962)
SP	Hamilton Prado	UDN	revolucionário 1932 suplente deputado federal (1954) deputado federal (1958, 1962)
SP	Batista Ramos	PTB	deputado federal (1954, 1958) ministro do Trabalho (1960 – 1961) deputado federal (1962)
SP	Plínio Salgado	PRP	movimento integralista deputado federal (1958, 1962)
MT	Filinto Müller	PSD	militar, revolucionário 1922, 1924, 1930 chefe de polícia DF (1933 – 1942) senador (1947, 1954, 1962)
MT	Ytrio Correa da Costa	UDN	família gov. Fernando Corrêa da Costa constituente (1934) deputado federal (1954, 1958, 1962)
GO	Benedito Vaz	PSD	deputado estadual (1947) deputado federal (1950, 1954, 1958, 1962)
GO	Emival Caiado	UDN	família tradicional de políticos deputado estadual (1950) deputado federal (1954, 1958, 1962)
PR	Adolpho de Oliveira Franco	UDN	governador (1955) senador (1962)
PR	Emílio Hoffman Gomes	PDC	deputado federal (1962)
SC	Celso Ramos	PSD	irmão de Nereu Ramos (interventor, governador, senador) governador (1960)
SC	Osmar Cunha	PSD	vereador (1950) prefeito de Florianópolis deputado federal (1962)
SC	Irineu Bornhausen	UDN	vereador (1923, 1927) governador (1950) senador (1958)
SC	Brito Velho	PL	deputado estadual (1947) deputado federal (1962)
RS	Tarso Dutra	PSD	deputado estadual (1947) deputado federal (1950, 1954, 1958, 1962)
RS	Daniel Krieger	UDN	constituente (1947) senador (1954, 1962)
RS	Euclides Triches	PDC	prefeito de Caxias do Sul (1951) deputado federal (1962)

Fontes: Documento Constitutivo da Aliança Renovadora Nacional (Arena 65.11.30 op/co), DHBB.

Tabela 10.3: As origens partidárias dos membros do Diretório Nacional da Arena, 1966

UDN	PSD	PSP	PRP	PDC	PTB	PL	PR	PTN	Total
22	19	5	3	2	2	1	1	1	56

Ao invés de observar apenas a sigla Arena, é interessante procurar os nomes que formaram o partido, pois, então, encontramos boa parte da nata dos políticos que construíram a UDN e o PSD (GINZBURG, PONI, 1991). Quase todos eram políticos profissionais que, durante o período de 1946 a 1964, foram eleitos sucessivamente para diversos mandatos parlamentares ou executivos, sendo que alguns deles ingressaram na carreira política nos anos 1930, seja como parlamentares até 1937, seja ocupando cargos através de nomeações no Estado Novo. Entre os membros do Diretório Nacional da Arena de 1966, há 2 ex-interventores, 3 ex-governadores de territórios nomeados pelo presidente da República, 9 ex-governadores eleitos pelo voto direto, 18 senadores e 38 deputados federais. O Diretório Nacional foi formado por políticos com experiência e representação em seus estados - a maior parte eleita para diversos mandatos consecutivos entre 1946 e 1964. Tanto é que havia vários ex-governadores de estado, senadores, deputados federais e deputados estaduais.

Em alguns estados, como Minas Gerais, a composição inclui apenas lideranças extremamente conhecidas nacionalmente. Por um lado, egressos do PSD: Benedito Valadares (interventor de Minas Gerais no Estado Novo) e Gustavo Capanema (interventor de Minas e ministro da Educação de 1934 a 1945). Por outro lado, da extinta UDN, Milton Campos (governador eleito em 1947) e Magalhães Pinto (governador eleito em 1960), além de Arthur Bernardes Filho (filho de um dos presidentes do Brasil durante a Primeira República), egresso do Partido Republicano (PR).

Nessa mudança de escala, pode-se observar tanto os nomes dos quadros do Diretório Nacional da Arena quanto os candidatos

aos principais cargos em disputa. Os candidatos da Arena à Câmara dos Deputados e ao Senado sempre foram, em sua maioria, políticos com larga experiência. Nas primeiras eleições após a criação da Arena e do MDB, o deputado Rondon Pacheco, secretário-geral da Arena, expediu uma resolução do Gabinete Executivo, considerando “como candidatos automáticos a cargos eletivos os atuais deputados federais que estejam devidamente inscritos na Mesa da Câmara dos Deputados como pertencentes à bancada da Arena” (Arena 66.06.17 op/d). No dia seguinte, Daniel Krieger, presidente do Diretório Nacional, enviou telegramas aos diretórios regionais comunicando a decisão (Arena 65.08.31 cor/cg pasta 1).

Entre os membros do Diretório Nacional e os candidatos da Arena ao Senado, predominava o perfil de um partido formado por políticos profissionais socializados entre os anos 1930 e 1960, pertencentes aos principais partidos em atividade no período de 1945 a 1965, tendo em comum uma experiência de décadas na vida política nacional. Cada uma das lideranças políticas escolhidas para ocupar esses cargos de honra, como o Diretório Nacional, ou cada nome com força política suficiente para conquistar a indicação de candidato ao Senado, podem ser considerados um índice de uma rede de relações políticas em cada estado. Longe de ser uma caricatura, como é comum se afirmar, os dirigentes da Arena procuraram compor a nova organização a partir de forças políticas incontestáveis em cada estado e município.

Através da análise das candidaturas de 1970, é possível compreender o tipo de representatividade social e política daquelas eleições. Em Minas Gerais, os candidatos da Arena eram Gustavo Capanema e Magalhães Pinto - duas lideranças com longa trajetória política, com ampla atuação no cenário político nacional. Cada um era egresso de um dos maiores partidos conservadores do regime anterior: PSD e UDN.

A maior parte da bancada da Arena era formada por políticos com trajetórias que compreendiam vários mandatos consecutivos

na Câmara dos Deputados, assim como muitos pertenciam a clãs familiares tradicionais em cada estado. Muitas lideranças, como Juracy Magalhães (Arena – BA) e Luiz Vianna Filho (Arena – BA), ministros do governo Castello Branco, por exemplo, além de pertencerem a clãs familiares com intensa participação no poder desde o Império, possuíam uma longa trajetória política nos anos 1960.

Questões regionais

Cotejando apenas as famílias de membros do Diretório Nacional da Arena e de candidatos ao Senado em 1966, com a pesquisa realizada por Sérgio Miceli sobre a elite política brasileira pós-1930 (MICELI, 1991), é possível encontrar muitos pontos de contato. Em Minas Gerais, ingressaram na Arena vários herdeiros de importantes clãs oligárquicos, como Israel Pinheiro, José Francisco Bias Fortes e Levindo Ozanam Coelho. No Espírito Santo, Carlos Fernando Monteiro Lindenberg. Em Santa Catarina, tanto no Diretório Nacional quanto entre os candidatos da Arena ao Senado, há nomes de várias famílias tradicionais na política do estado, como os Konder, os Bornhausen, e os Ramos.

De acordo com Sérgio Miceli, em Sergipe e na Paraíba, a maioria dos parlamentares udenistas pertencia a clãs familiares que dominavam as principais atividades econômicas, como Walter Prado Franco (SE), Leandro Maynard Maciel (SE), Ernani Sátiro (PB) e Plínio Lemos (PB). Os dois últimos fizeram parte do Diretório Nacional de 1966. Leandro Maciel foi candidato ao Senado, e o irmão de Walter Prado Franco (Augusto do Prado Franco) foi candidato a deputado federal em 1966, candidato a senador em 1970 e senador indicado em 1978.

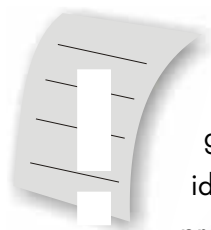
As origens oligárquicas têm sido analisadas comumente como um aspecto negativo de muitos partidos políticos brasileiros. Essa é uma das razões para serem considerados apenas como

organizações baseadas em disputas familiares, e não como partidos marcadamente ideológicos. No entanto, vários autores, como Max Weber, Pierre Bourdieu e Michel Offerlé mostram que a representação política, classicamente, é uma extensão da autoridade social. Apenas, ao longo do tempo, principalmente durante o século XX, outros setores sociais organizaram-se politicamente e passaram a ter na política uma profissão.

Além disso, as disputas políticas da Arena sempre são tratadas como disputas regionais. Quer dizer, e mais uma vez, que não seriam disputas ideológicas, mas disputas pessoais pelo poder. De acordo com Dulci, nos estudos sobre partidos políticos, a partir do diagnóstico da inautenticidade dessas organizações,

sobressaíam tópicos como o clientelismo, a política de clãs, a rede oligárquica de poder, o corporativismo, estes sim vistos como capazes de conduzir a análise para a essência das clivagens políticas. Nesse prisma, os partidos políticos eram vistos como somatórios de máquinas políticas, mais que como agentes de representação e promoção de interesses de tipo classista e, precisamente por esta razão, despidos de maior significado para a compreensão da política brasileira. O contraste entre ‘política de clientela’ e ‘política ideológica’, sublinhado por muitos autores, constitui a ilustração clássica desse ponto de vista (DULCI, 1986. p.13.).

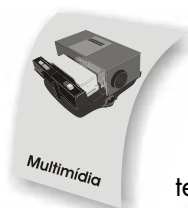
Voltando à história da formação da Arena, a partir da extinção dos partidos em atividade desde 1945, é perfeitamente compreensível que houvesse conflitos políticos regionais no interior do novo partido. Isso mostrava as consequências das experiências anteriores dos atores envolvidos na Arena.



É importante destacar, igualmente, que a origem partidária oligárquica não exclui a marca ideológica ou a concepção de determinado projeto político. Além disso, o fato de um partido não ser marcadamente ideológico não significa que não tenha ideologia. Em muitos casos, inclusive, é mais adequado trabalhar com o conceito de cultura política. Não é à toa que homens de famílias e de partidos que durante tantos anos foram adversários políticos concordaram em se unir em uma nova organização. Apenas por motivos extremamente fortes isso poderia ter acontecido.

Nos anos 1940 e 1950, jamais udenistas e pessedistas imaginariam formar um só partido. Em alguns estados, principalmente no Nordeste, mas também no Rio Grande do Sul (onde o PTB era muito forte), PSD e UDN chegaram a selar alianças eleitorais. Mas deixar de lado as rivalidades marcadas pelo getulismo parecia impossível.

É fundamental perceber que essa base oligárquica, em quase todos os estados, revela o amplo respaldo social conquistado por um partido governista em um regime autoritário. O que nos mostra como diferentes fatores estão presentes na composição da Arena. A negociação entre os membros dos partidos extintos (na qual as sublegendas possuem um papel fundamental em nível local) possibilitou a conquista de um amplo respaldo social. Quer dizer, os arranjos institucionais estabelecidos durante o regime militar compreenderam importantes negociações com as elites regionais. Considerando o histórico da formação da UDN e do PSD e, tendo em vista que na Arena a maior parte desses grupos reuniu-se, temos praticamente um consenso entre as elites brasileiras.



De volta das cinzas

Arena pode ressurgir das cinzas, movimento tenta criar um novo partido com perfil nacionalista e conservador. Há representantes em Pernambuco. Em 1979, com a lei do pluripartidarismo, o MDB e o ARENA perderam seus nomes e tiveram que mudar de sigla. Além disso, outros partidos começaram a ser formados desde então. A arena teve sua continuidade garantida por meio do PP e do DEM; no entanto, existe um grupo que quer reviver a ARENA. Tal grupo pede uma “revisão histórica” e tenta dissociar o partido das acusações pesadas contra a ditadura. Abaixo, um link com a notícia completa, caso tenha curiosidade. Fonte:http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2012/08/12/interna_politica,390363/arena-pode-ressurgir-das-cinzas.shtm



Atende ao Objetivo 3

3. Caracterize as bases históricas da organização da Arena a partir das trajetórias políticas dos candidatos da Arena ao Senado nas eleições de 1966.

Quadro 10.2: Trajetória política dos candidatos da Arena ao Senado Federal nas eleições de 1966.

Estado	Senador suplente	partido de origem	Trajetória política
AC	Edgard Pedreira Cerqueira Filho Evilásio de Araújo Maia		militar governador (1964)
AM	Álvaro Botelho Maia Flávio Costa Brito	PSD	interventor (1930) constituente (1934) governador (1935) interventor (1937) constituente (1946) senador (1946)
AM	Vivaldo Lima Filho* Ney Rayol	PTB	
PA	Jarbas Passarinho Milton Trindade	UDN*	militar
AL	Teotônio Vilela Arnaldo Pinto Guedes de Paiva	UDN	deputado estadual (1954) vice-governador (1960)
BA	Aloísio de Carvalho Filho* Antonio Silva Fernandes	UDN PSD	constituente (1934) deputado (1935) constituente (1946) senador (1946)
CE	Paulo Sarazate Valdemar de Alcântara	UDN PSD	constituente (1946) deputado (1946) governador (1955) deputado (1958)
MA	Clodomir Millet Achiles de Almeida Cruz	PSP	deputado (1950)
MA	Eugênio Barros* José S. Machado	PST/PSD	
PB	Aluísio Afonso Campos Américo Maia		deputado estadual (1934) deputado estadual (1951)
PE	João Cleofas José do Rego Maciel	UDN PSD	deputado (1935) constituente (1946) deputado (1946) ministro da Agricultura (1951) deputado (1954, 1958)
PI	Petrônio Portela Benoni Portela Leal	UDN	deputado estadual (1954) prefeito (1958) governador (1962)
RN	Francisco Duarte Filho Luiz Gonzaga de Barros	UDN/PDC UDN/PST	
SE	Leandro Maciel Gonçalo Rollemberg da Cruz Prado	UDN	constituente (1935) senador (1935) constituente (1946) deputado (1946, 1950) governador (1955)

GO	José Fleury José Cruciano	UDN PSD	deputado (1950)
MT	Fernando Corrêa da Costa* Paulino Lemos da Costa	UDN UDN	pai (governador, senador na Primeira República) prefeito Campo Grande (1947) governador (1950) senador (1958) governador (1961)
MT	João Ponce de Arruda Paulo Tostes de Souza	PSD	
ES	Carlos Fernando Monteiro Lindemberg Henrique Del Caro	PSD	revolucionário 1930, constituente (1934) deputado (1935) constituente (1946) deputado (1947) senador (1951) governador (1958)
ES	Jefferson de Aguiar* Justiniano de Melo e Silva	PSD	
GB	Venâncio Igrejas Aguinaldo Silva	UDN	suplente senador (1961)
MG	Milton Campos* José Ferreira Filho	UDN PSD	constituente (1946) governador (1947) deputado (1955) senador (1958) ministro da Justiça (1964)
RJ	Paulo Torres Cordolino Ambrósio		militar revolucionário (1922) governador do Acre (1955) comandante militar da Amazônia (1963) governador (1964)
SP	Carvalho Pinto Virgílio Lopes da Silva	UDN	governador (1959) ministro da Fazenda (1963)
PR	Ney Braga Octávio Pereira Júnior	PDC	militar deputado (1958) governador (1961) ministro da Agricultura (1965)
RS	Guido Mondim* Naziazeno de Almeida	PRP	deputado estadual (1950) deputado federal (1955) vice-prefeito (1957) senador (1958)
RS	Mário Mondino Lucy Monteiro	PL/PDC	
SC	Celso Ramos Álvaro Bocayuva Catão	PSD UDN	irmão de Nereu Ramos (interventor, governador, senador) governador (1960)

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral e Dicionário Histórico Bio-Bibliográfico.

* Candidatos à reeleição

CONCLUSÃO

Os estudos sobre partidos políticos na ditadura devem considerar, portanto, o processo de intervenção no sistema partidário vigente, as limitações impostas pela repressão à participação na vida pública de muitas lideranças políticas, as restrições criadas pela legislação partidária e eleitoral, assim como as apropriações dessas condições pelos políticos que permaneceram em atividade nas organizações partidárias reconhecidas oficialmente e por setores sociais que apoiaram o autoritarismo.

Atividade Final

O cientista político francês Michel Offerlé considera necessário “reintroduzir na história a análise do Estado desenvolvida pelos sociólogos e sublinhar que, mesmo nos regimes rotulados como autoritários [...], o Estado é sempre uma relação social construída pelos agentes que lhe dão existência” (OFFERLÉ, 2005, p. 348). Como mediadores entre o Estado e a sociedade, os partidos políticos também devem ser compreendidos como uma relação social construída pelas pessoas que lhes dão existência: eleitores, simpatizantes, militantes e políticos. Analise o trecho abaixo da carta de um simpatizante da Arena enviada ao Diretório Nacional a partir da visão de Michel Offerlé sobre o Estado e partidos políticos em contextos autoritários:

O correligionário que esta lhe escreve é arenista desde as primeiras horas, revolucionário de 64, ingressei na Arena, não apenas por ser o partido da revolução, mas sim, porque sempre fui contra o comunismo, a anarquia e a corrupção, razão pela qual consenti que minha esposa saísse em companhia de minhas cunhadas na passeata que deu início à revolução de 64, 'COM DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA', tomei parte em todas as

RESUMO

Nesta aula, descrevemos a intervenção da ditadura no sistema político-partidário vigente desde 1945 e a reação de lideranças partidárias naquela conjuntura. Em seguida, examinamos em linhas gerais a literatura sobre Arena e MDB, os partidos criados 1965 a partir das diretrizes impostas pelo AI-2 e pelo AC-4. Na última parte da aula, vimos que, apesar de criados por decreto e sob grandes restrições, os partidos eram expressão de setores organizados da sociedade.

Aula 11

A ditadura: a
intervenção nos
sindicatos e os seus
desdobramentos
no movimento
operário (1964-
1979)

Lucia Grinberg

Meta

Apresentar o impacto da ditadura nos sindicatos de trabalhadores: a repressão e as estratégias de militância desenvolvidas.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. descrever a intervenção da ditadura nos sindicatos de trabalhadores;
2. identificar as características das experiências do movimento operário em 1968;
3. reconhecer a renovação no movimento sindical no final dos anos 1970.

Pré-requisitos

Para que você compreenda melhor esta aula, é importante que relembre a Aula 10 de História do Brasil III sobre o governo João Goulart e o golpe de 1964.

INTRODUÇÃO

Devo agradecer às organizações sindicais, promotoras desta grande manifestação, devo agradecer ao povo brasileiro por esta demonstração extraordinária a que assistimos emocionados, aqui nesta cidade do Rio de Janeiro. Quero agradecer também aos sindicatos que, de todos os estados, mobilizaram os seus associados, dirigindo a minha saudação a todos os patrícios neste instante mobilizados em todos os recantos do país e ouvindo o povo através do rádio ou da televisão. (Discurso do presidente João Goulart no Comício das Reformas, no dia 13 de março de 1964. Apud: SILVA, 1975, p. 457).



Figura 12.1: Presidente João Goulart, ao lado da esposa Maria Tereza, discursa no Comício da Central do Brasil.

Fonte: Arquivo Nacional/phfot 5610 30.

Na noite de 13 de março de 1964, no Comício das Reformas, realizado na Central do Brasil, o então presidente da República,

João Goulart, se dirigiu, em primeiro lugar, aos sindicatos de trabalhadores pelo empenho na organização da manifestação. Ao longo do discurso, Goulart reconheceu a importância dos sindicatos na vida política nacional e na conquista de direitos pelos trabalhadores. Nesse sentido, identificava as atividades sindicais como expressão da democracia. Em contrapartida, combatia os adversários políticos do PTB por defenderem “a democracia doantipovo, a democracia da anti-reforma, a democracia do anti-sindicato” (Apud: SILVA, 1975, p. 457).

Como vimos na disciplina História do Brasil III, durante o governo João Goulart (1961-1964), houve um processo de radicalização política nos movimentos sociais e nos partidos políticos. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), partido do presidente, era então um partido em ascensão, era o que mais crescia a cada eleição e o segundo com o maior número de parlamentares na Câmara dos Deputados (LAVAREDA, 1991). A principal proposta do governo João Goulart era a realização de reformas, sendo o debate sobre a reforma agrária o mais emblemático para compreender as disputas políticas em jogo.

Durante o mês de março de 1964, foram organizadas manifestações políticas com milhares de pessoas, como o Comício da Central do Brasil, em apoio às reformas, assim como ocorreram as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, uma iniciativa das associações ligadas à Igreja Católica, principalmente, que consideravam as propostas do governo indícios de um projeto revolucionário. Naquela conjuntura de radicalização política, militares e políticos de partidos conservadores, como a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrático (PSD), os principais partidos de oposição ao PTB, formaram uma frente para depor o presidente.

Em abril de 1964, uma das primeiras medidas do “Comando Supremo da Revolução”, como se autodenominaram os dirigentes do movimento golpista, foi justamente a suspensão de direitos políticos e a cassação de mandatos parlamentares de trabalhistas

e comunistas, entre os quais estavam várias lideranças sindicalistas. Nesta aula, vamos estudar o impacto da ditadura nos movimentos sociais, especialmente a intervenção nos sindicatos de trabalhadores, e as práticas.

A intervenção nos sindicatos

Logo após o golpe, as suspensões de direitos políticos e as cassações de mandatos eletivos atingiram justamente muitas pessoas que, através da participação política institucional, através de partidos políticos e de sindicatos, vinham obtendo vitórias importantes na área dos direitos do trabalho. Se os trabalhadores urbanos estavam contemplados pela legislação trabalhista, os camponeses só tiveram direitos reconhecidos pelo Estado com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, durante o governo João Goulart, em 1963.



Para conhecer o Estatuto do Trabalhador Rural, aprovado em 1963, acesse:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4214.htm
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4214.htm

Em abril de 1964, o governo suspendeu os direitos políticos de cerca de 100 pessoas: lideranças políticas e sindicais. Entre as lideranças políticas, encabeçavam a lista Luiz Carlos Prestes (PCB), João Goulart (PTB), Jânio Quadros, Miguel Arraes (PSB), Leonel Brizola (PTB), Francisco Julião. Entre os dirigentes sindicais, vários militantes do PTB e do PCB: Clodesmidt Riani (PTB), Hércules Corrêa dos Reis (PCB), Dante Pelacani (PCB), Osvaldo Pacheco da Silva (PCB), Roberto Morena (PCB) e Benedito Cerqueira (PCB).



Figura 12.2: Algumas das principais lideranças políticas e sociais a terem seus direitos políticos suspensos em 1964.
 Fontes: Bundesarchiv, Bild 183-13290-0017 / CC-BY-SA 3.0, By Governo do Brasil (Galeria de Presidentes) [Publicdomain] / <http://institutomiguelarraes.com.br/> Assembleia Legislativa do RS/Memorial do Legislativo / Memorial das Ligas Camponesas / Arquivo Aline Moura/ Acervo IFCS – UFRJ/ Folhapress / PCB.org.br / PCB.org.

Com o objetivo de afastar adversários políticos de posições-chave no Estado, ocorreram muitas cassações na administração pública; o maior número de expurgos ocorreu no ministério de Viação e Obras Públicas; em segundo lugar, no ministério do Trabalho, no qual era notória a presença de membros do PTB.

Como vimos na aula sobre o projeto trabalhista elaborado nos anos 1930, os sindicatos eram subordinados ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC). Durante o Estado Novo, o governo procurou reforçar o papel dos sindicatos como entidades de representação dos interesses dos trabalhadores junto ao Estado.

Ao longo da experiência democrática inaugurada em 1945, era notória a proximidade entre sindicalistas do PTB e o ministério do Trabalho, sendo uma corrente petebista conhecida mesmo como “ministerialista”. Entre 1945 e 1964, a maior parte dos ministros do Trabalho era petebista; as políticas públicas da área eram consideradasda alçada do PTB. Na tabela abaixo podemos ver

o número pessoas afastadas da administração pública em vários ministérios, entre os quais o do Trabalho.

Tabela 2.2
EXPURGOS NA BUROCRACIA CIVIL (1964-1967)

Órgão Administrativo	1964	1965-1967	Total
Ministério de Obras Públicas	505	5	510
Ministério do Trabalho	219	0	219
Ministério da Fazenda	275	0	275
Ministério das Minas e Energia	48	2	50
Ministério da Agricultura	23	2	25
Ministério das Relações Exteriores	6	0	6
Ministério do Comércio e Indústria	89	0	89
Ministério da Justiça	49	91	140
Ministério da Saúde	40	1	41
Ministério da Educação	67	15	82
MECOR (1)	29	0	29
CONTEL (2)	0	3	3
Governo Municipal de Brasília	28	3	31
NOVACAP (3)	30	0	30
TOTAL	1.408	122	1.530

Notas: (1) MECOR: Ministério Extraordinário de Coordenação Regional.
(2) CONTEL: Conselho Nacional de Telecomunicações.
(3) NOVACAP: Companhia Urbana da Nova Capital do Brasil.

Fonte: *Dossier do Ministério da Aeronáutica*.

23. Dados coligidos no dossê do Ministério da Aeronáutica, 1964-1967. Relacionei apenas os publicados no Ato Institucional Nº 1 para o ano de 1964. O dossê não fornece a filiação partidária de todos os que perderam seus mandatos políticos. A amostragem é suficiente, no entanto, para uma análise adequada do efeito dos expurgos na composição política do Congresso Nacional.

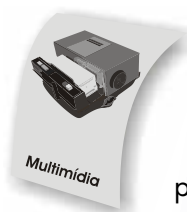
Figura 12.3: Expurgos na burocracia civil.

Fonte: Maria Helena Moreira Alves. *Estado e oposição no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.

Durante a ditadura, a estrutura sindical baseada no modelo corporativo foi mantida. Como vimos na aula sobre o projeto trabalhista implementado pelo Estado nos anos 1930, o corporativismo pressupõe um controle importante dos sindicatos pelo governo. Em 1964, poucos meses após o golpe de Estado, o governo editou uma nova legislação regulando o direito de greve, a lei n. 4.330, de 1º de junho 1964. Conhecida como lei antigreve, modificou a legislação vigente ao estabelecer fortes restrições às atividades grevistas. As greves passaram a ser consideradas ilegais:

1. Se não fossem atendidos os prazos e as condições estabelecidas na lei;
2. Se tivessem por objetivo reivindicações julgadas improcedentes pela Justiça do Trabalho em decisão definitiva, há menos de um ano;
3. Se deflagradas por motivos políticos, partidários, religiosos, sociais, de apoio ou solidariedade sem nenhuma reivindicação que interesse direta e legitimamente a categoria profissional;

4. Se tivessem por fim alterar condições constantes de acordos sindicais, convenção coletiva de trabalho ou decisão normativa da Justiça do Trabalho em vigor, salvo se tiverem sido modificados substancialmente os fundamentos em que se apoiam. (MARTINS, 1989).



Para conhecer a íntegra da lei de greve editada pelo governo Castello Branco veja: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4330.htm#art32

Em estudo pioneiro sobre os sindicatos na ditadura, a cientista política Argelina Figueiredo mostrou que a maior parte das intervenções ocorreu logo nos primeiros anos após o golpe. Entre 1964 e 1965, 433 intervenções foram realizadas (80% do total); o principal motivo alegado era o de “subversão” (82% do total) (FIGUEREDO, Apud: RODRIGUES, 1991, p. 551). De acordo com a metodologia utilizada na pesquisa, por intervenção entendeu-se “o afastamento de toda a administração de uma entidade sindical acompanhada da designação, por parte do Ministério do Trabalho, ou da Delegacia Regional do Trabalho, de um representante do Ministério do Trabalho para administrar a entidade” (RODRIGUES, 1991, p. 551).

Além da intervenção, o governo desenvolveu outras estratégias para restringir a participação nos sindicatos; no mesmo período, voltou a ser exigido o certificado de ideologia, uma maneira de a polícia política realizar uma triagem entre os candidatos à direção dos sindicatos (RODRIGUES, 1991, p. 552).

Durante a ditadura, a estrutura sindical foi mantida, a diferença principal se deu no sentido atribuído aos sindicatos pelo governo. A política de negociação política estreita entre governo federal e sindicatos, própria da experiência democrática anterior,

principalmente dos governos Getúlio Vargas (1951-1954), Juscelino Kubitschek (1955-1960) e João Goulart (1961-1964) teve fim.

Durante a ditadura, os sucessivos governos procuraram enfatizar as políticas de assistência social dos sindicatos em contrapartida à destituição do sentido de entidades de mobilização política. De acordo com Marco Aurélio Santana,

Com isso, não se visa propriamente ao enfraquecimento dos sindicatos; antes, busca-se dar-lhes outro tipo de força. A ideia era fortalecer os sindicatos e o sistema corporativo para seu papel na construção da nação e da coesão social (SANTANA, 2008, p. 282).

Além de impedir a atividade das lideranças sindicais comunistas e trabalhistas através da suspensão de direitos políticos e de prisões, o governo procurou garantir o controle sobre as novas direções dos sindicatos de trabalhadores. Ao mesmo tempo em que o ministro do Trabalho aprovou a realização de eleições em centenas de sindicatos, eram abertos processos judiciais contra as direções depostas, com o objetivo de impedi-las de retornar aos sindicatos através de eleições.

Apesar das intervenções nos sindicatos, a direção do PCB sustentou durante toda a ditadura a orientação de que os sindicalistas do partido deveriam participar da vida sindical, concorrendo às eleições das entidades e mobilizando os operários em seus locais de trabalho:

O PCB, que, de certa forma, vê no espaço sindical o elemento-chave de reativação do movimento operário, trabalha no sentido desse retorno aos sindicatos, apesar dos limites a que estavam submetidos. Nesta luta, os comunistas, como já fizeram em outras conjunturas, também vão travar batalhas contra os setores mais conservadores do movimento sindical. Além disso, eles trabalham no sentido da recuperação das entidades intersindicais, que possam articular de forma geral a luta dos trabalhadores” (SANTANA, 2008, p. 284).



Atende ao Objetivo 1

1. Leia com atenção a lista das pessoas atingidas com suspensão de direitos políticos e cassação de mandatos eletivos em 10 de abril de 1964. Compare as trajetórias de quatro lideranças políticas. Você pode pesquisar no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro online: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>



Figura 12.4: Lista das pessoas atingidas com suspensão de direitos políticos e cassação de mandatos eletivos em 10 de abril de 1964

Fonte: Atos do comando supremo da revolução. *Diário Oficial*, Brasília, 10 de abril de 1964.

Resposta Comentada

A pesquisa das trajetórias políticas das pessoas que tiveram seus direitos políticos suspensos e/ou mandatos eletivos cassados logo em abril de 1964 mostra um perfil comum à maioria. Eram principalmente parlamentares e sindicalistas filiados ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) ou ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) que, mesmo tendo seu registro cancelado na Justiça em 1947, continuava sendo uma organização atuante no cenário nacional. Eram homens que procuravam ampliar os direitos dos trabalhadores com a aprovação de novas leis, através dos canais institucionais apropriados em regimes democráticos, partidos políticos e sindicatos de trabalhadores. A maior parte das lideranças tinha longa trajetória política, pelo menos desde a redemocratização de 1945.



O Massacre de Ipatinga

Em 7 de outubro de 1963, ocorreu em Minas Gerais um incidente conhecido como Massacre de Ipatinga. Em 2013, após 50 anos, a Comissão Nacional da Verdade organizou uma audiência pública para ouvir depoimentos de operários que, na época, trabalhavam na Usiminas.

http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270359016_ARQUIVO_NAOFOIPORACASO-MarcelodeFreitasAssisRocha.pdf

Você encontra os depoimentos disponíveis na internet: https://www.youtube.com/playlist?list=PL9n0M0IxI2jeUdl_NbO1-pZkHw9XEmm-d



Figura 12.5: Comissão da Verdade – Massacre de Ipatinga

Fonte: www.cnv.gov.br

As greves de 1968, a repressão e o AI-5

Nas últimas décadas, o ano de 1968 se tornou um marco do movimento estudantil. No cenário internacional, o destaque é o maio de 1968 francês; na história do Brasil, nos lembramos da morte do estudante Edson Luís no centro da cidade do Rio de Janeiro, da sua repercussão e seus desdobramentos: a realização de grandes passeatas organizadas por estudantes, que ganharam a adesão de artistas, intelectuais e milhares de pessoas.

Nesta aula, vamos conhecer outra faceta desse ano, o 1968 operário. Nos estudos sobre o movimento sindical na ditadura, há algumas divergências importantes. Como vimos em aulas anteriores, cientistas políticos e sociólogos questionaram a autonomia e a participação significativa de trabalhadores no movimento sindical na experiência democrática de 1946 (WEFFORT, 1979; RODRIGUES, 1991). No caso da ditadura, questionam mesmo a existência de movimento sindical no período. De acordo com Leôncio Martins Rodrigues, “o movimento sindical desapareceu a partir de 1964, para só reaparecer nos primeiros anos da década de 1970” (RODRIGUES, 1991, p. 552).

De fato, com a ditadura, o movimento sindical perdeu influência política junto ao governo federal, muitas lideranças comunistas e trabalhistas foram presas e/ou cassadas, muitos sindicatos sofreram intervenções, mas o movimento sindical não desapareceu. Mesmo diante de muitas restrições impostas pela ditadura, havia sindicalistas atuantes.

Como datas comemorativas são capazes de mobilizar a população, comovendo aqueles que compartilham determinadas tradições políticas, o governo e os sindicatos desenvolveram estratégias para se apropriar do 1º de maio de 1968, em comemoração ao Dia dos Trabalhadores.

Rio e São Paulo

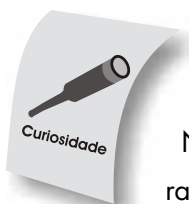
Foram organizadas manifestações no Campo de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, e na Praça da Sé, em São Paulo. Na grande imprensa, as notícias sobre os preparativos indicam as expectativas e estratégias do governo, do ministro do Trabalho e da polícia, por um lado, e dos sindicatos de trabalhadores, por outro.

Em 1968, como tradicionalmente o governo fazia desde Getúlio Vargas, o ministro do Trabalho anunciou um aumento salarial procurando acenar com a recuperação das perdas sofridas nos últimos anos:

O Ministro do Trabalho, Coronel Jarbas Passarinho, dirá hoje à noite em mensagem aos trabalhadores, através de uma cadeia de televisão, que a lei de distensão salarial, atualmente no Congresso, permitirá uma devolução de salários da ordem de 30% do valor perdido em 1966 (Passarinho garante hoje que salário começa a valer mais. *Jornal do Brasil*, 01/05/1968, p. 1).

No entanto, a atenção estava mesmo voltada para as manifestações, e o noticiário informava as medidas tomadas pela polícia e pelo exército:

Todo o efetivo policial da Secretaria de Segurança – Polícia Militar, Delegacias Distritais e DOPS – ficará de prontidão a partir das 6 horas de hoje, a fim de reprimir qualquer perturbação da ordem pública durante as comemorações do Dia do Trabalhador. O I Exército entrou em regime de sobreaviso às 16 horas de ontem, por causa das comemorações do Dia do Trabalhador que serão realizadas no Campo de São Cristóvão. As tropas permanecerão nos quartéis (Polícia está de prontidão e o Exército de sobreaviso. *Jornal do Brasil*, 01/05/1968, p. 4).



Tensão na Praça da Sé

No dia primeiro de maio de 1968, a comemoração do Dia do Trabalhador se transformou num violento embate entre manifestantes e as forças do Governo. Veja a matéria abaixo publicada em O Globo:



Figura 12.6: Abreu Sodré ferido na testa após os protestos contra a ditadura na Praça da Sé

Fonte: Agência O Globo.

[...] o governador de São Paulo, Abreu Sodré, foi o principal alvo, no 1º de maio de 1968, de estudantes e trabalhadores críticos ao regime. Em comício na Praça da Sé para cerca de 10 mil pessoas, Sodré[...] e outras autoridades foram apedrejados por manifestantes.

Eles atiraram pedras e pedaços de ferro no palanque, ferindo o governador na testa [...] Sangrando, ele se refugiou na catedral, enquanto a Sé virou um campo de batalha, deixando dezenas de feridos.

Com tiros para o alto e utilizando cassetetes, policiais entraram em confronto com os manifestantes na Praça da Sé, prendendo dezenas de pessoas. Depois de queimarem o

palanque, onde antes tinham se revezado em discursos contra a ditadura, os manifestantes saíram em passeata pelas ruas da cidade, e um prédio do Citibank chegou a ser depredado.

Leia mais sobre esse assunto em <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/na-ditadura-militar-governador-de-sao-paulo-foi-apedrejado-no-1-de-maio-12363020#ixzz4NYEsKagj> © 2016.

Em maio de 1968, no Rio de Janeiro, apesar da vigilância dos órgãos de segurança estaduais, ainda era possível organizar grandes atos políticos públicos. Ainda em 1968, antes da censura prévia, a grande imprensa conseguia publicar notícias sobre as manifestações e, tão importante quanto, podia informar sobre as iniciativas da Secretaria de Segurança, como as prisões de trabalhadores e dirigentes sindicais motivadas apenas pela distribuição de panfletos convocando os trabalhadores para as comemorações do Dia do Trabalhador:

NO DOPS

Novas prisões de trabalhadores e dirigentes sindicais foram efetuadas ontem pelo DOPS, no Rio e no Estado do Rio. O bancário Catubi Alves de Castro e o trabalhador em construção civil Cândido Delfino foram presos e recolhidos ao DOPS quando distribuía panfletos convocando os trabalhadores a participar do ato público, durante a tarde, nas proximidades do Campo de São Cristóvão.

Em Volta Redonda, foram presos os dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos, Beni Matos, Gerson Gonçalves Bastos, Geraldo Matos e Antônio Bastos, quando faziam idêntica distribuição, e levados para o Batalhão de Infantaria Blindada".(Polícia está de prontidão e o Exército de sobreaviso. *Jornal do Brasil*, 01/05/1968, p. 4).

Osasco (SP) e Contagem (MG)

Na mesma época, em São Paulo e em Minas Gerais, houve manifestações e greves de dimensões consideráveis em municípios industriais nas regiões metropolitanas das cidades de Belo Horizonte (MG) e de São Paulo (SP). As greves de operários de Contagem (MG) e de Osasco (SP) se caracterizaram principalmente pela organização clandestina no local de trabalho e pela postura crítica à legislação trabalhista vigente (RAMALHO, 2009, p. 131). Destacavam-se, portanto, pela organização de base e pela contestação ao ministério do Trabalho.

Em Contagem (MG), a greve começou na Companhia Belgo Mineira, com cerca de 1.200 metalúrgicos e sem a participação do sindicato local. Em quatro dias, a greve se estende à Sociedade Brasileira de Eletrificação (SBE), com cerca de 500 operários. Em seguida, a greve para a Mannesman, envolvendo no movimento cerca de 4.500 operários. O ministro do Trabalho segue para Belo Horizonte, procurando negociar o fim do movimento. No entanto, a greve ainda atingiria várias empresas: RCA Victor, DEMISA, Industan, Simel, Metalúrgia Belo Horizonte, Metalgráfica Triângulo, Pollig-Haeckel, Minas Ferro, Mafersa. O ministro do Trabalho aceitou o abono de emergência, mas confirmou a ilegalidade da greve. Ao mesmo tempo, a cidade industrial foi ocupada pela Polícia Militar, foram proibidas assembleias, a distribuição de boletins e reuniões nas ruas (RAMALHO, 2009, p. 137).



Figura 12.7: Assembleia de grevistas na região industrial de Contagem, em Minas Gerais.
Fonte: Mazico/CPdoc JB

Em memórias sobre a greve de Contagem, em entrevista publicada muitos anos depois, o sindicalista Vital Nolasco, dirigente do PCdoB e militante da Ação Popular (AP), conta que

a Ação Popular era força hegemônica na comissão de fábrica da Mannesman e esta era a maior empresa da cidade. [...] A greve de abril de 1968 foi apenas em certo sentido espontânea [...], pois houve durante este período um trabalho prévio de conscientização e organização dos trabalhadores. Já estava sendo preparada pela esquerda sindical” (Apud: RAMALHO, 2009, p. 138).

Devido à censura aos meios de comunicação durante a ditadura, somente através de entrevistas realizadas *a posteriori* os pesquisadores tiveram conhecimento de outros movimentos grevistas. O sindicalista Otaviano Alves contou sobre uma greve realizada em outubro, também em Contagem, no mesmo ano de 1968:

preparamos um manifesto chamando a greve e colocando que não seria pacífica como a outra, que os sindicatos sofreriam intervenção dessa vez e que poderia haver repressão policial. [...] E alguns dias depois, uma reunião clandestina do comando de greve foi descoberta e seus membros presos e mais de mil trabalhadores foram demitidos (*Apud*: RAMALHO, 2009, p. 139).

Em julho de 1968, o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco (SP) e a Comissão de Fábrica da Cobrasma organizaram uma greve envolvendo cerca de seis mil operários. Entre as reivindicações, o fim do arrocho salarial e o contrato coletivo de trabalho. O Exército foi enviado à cidade, entrou nas fábricas, invadiu o sindicato, prendeu a direção e cerca de 500 grevistas.

Os estudos pioneiros de Francisco Weffort sobre a greve de Osasco reconheciam-na como resultado da organização das comissões de fábrica. Para Weffort, a experiência do movimento sindical orientado a partir de comissões de fábrica, como ocorreu em Osasco, consistiu em uma expressão extrema do processo de democratização sindical (WEFFORT, 1972, p. 25).

Em entrevista concedida muitos anos depois, José Ibrahim, uma das principais lideranças do movimento grevista, afirmou que a greve foi organizada pelos operários “da comissão, do comitê clandestino e do setor mais avançado da fábrica, que somavam ao todo uns duzentos homens”. De acordo com Ibrahim, eles tinham uma “concepção insurrecional” da greve, esperavam que a experiência de Osasco pudesse incentivar outras indústrias de São Paulo a aderir ao movimento, enfrentando abertamente a ditadura (RIDENTI, 1993, p. 183).

A partir de dezembro de 1968, com o ato institucional n. 5 (AI-5), muitos sindicalistas foram presos. No governo Médici, período de maior repressão aos movimentos sociais, se seguiu um tempo de silêncio, com raras manifestações públicas de reivindicações no âmbito dos sindicatos de trabalhadores.



Atende ao Objetivo 2

2. Faça um texto caracterizando a experiência do movimento sindical em Osasco, em 1968, a partir do depoimento de José Ibrahim:

[O] grupo de esquerda foi se constituindo num processo. Primeiro, os companheiros da Braseixos, depois nós, do comitê clandestino da Cobrasma, a seguir, esses companheiros de esquerda das demais fábricas e, quando vimos já formávamos um grupo maior... a base principal de apoio, a retaguarda da esquerda em Osasco, era a Cobrasma... nós nos reuníamos de forma clandestina e acompanhávamos, também, a luta político-ideológica da esquerda. Recebíamos materiais e mantínhamos contatos com várias organizações: grupos de sargentos, IV, AP, POLOP, depois POC – a maioria das quais não existia em Osasco. Mas continuávamos mantendo nossa independência porque não víamos muita alternativa... o sindicato é um órgão limitado, o importante é a organização pela base, os comitês dentro das fábricas – legais ou clandestinos, de acordo com a situação específica – entretanto, desde que se tenha bem claro suas limitações, o sindicato é um instrumento válido, que pode servir ao objetivo principal, a organização independente da massa” (RIDENTI, 1993, p. 181).

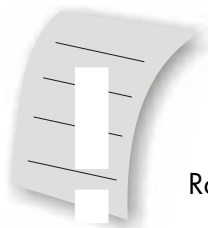
Resposta Comentada

O movimento operário em Osasco se caracterizou pela organização de comissões de fábrica (legais e clandestinas), pelo reconhecimento do sindicato como um instrumento de luta importante na conquista de direitos do trabalho, mas almejavam igualmente participar da vida pública nacional de maneira mais ampla, fazendo oposição à ditadura. O chamado “grupo de esquerda” se caracterizou pela troca de experiências entre operários e estudantes, especialmente entre organizações estudantis de combate à ditadura, como a Ação Popular (AP), a Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-POLOP) e o Partido Operário Comunista (POC).

As greves de 1978 e de 1979 e o “novo sindicalismo”

Durante a vigência do AI-5, de 1968 a 1979, o movimento operário sofreu dura repressão. No governo do general Ernesto Geisel, mesmo com as primeiras medidas tendo em vista um processo de liberalização, a movimentação de estudantes e de trabalhadores era controlada.

Nas eleições de 1974, houve menos censura aos meios de comunicação. Com a diminuição do cerceamento em torno da campanha eleitoral, o partido de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), elegeu 16 senadores em um total de 22. Era apenas o início de um longo processo de busca pela redemocratização, inclusive pelos direitos de reunião e de manifestação. Anos mais tarde, em 1977, estudantes e trabalhadores foram presos em São Paulo, quando se articulavam mais uma vez para a comemoração do Dia do Trabalho, dia de luta dos trabalhadores por direitos desde a Primeira República.



Metodologias de Pesquisa

De acordo com o sociólogo José Ricardo Ramalho, a censura à grande imprensa impedia a divulgação dos inúmeros conflitos que ocorriam dentro das fábricas. Era através de publicações dos próprios movimentos de trabalhadores, de organizações não-governamentais e de pastorais operárias que os relatos sobre paralisações e operações de boicote à produção realizados pelos trabalhadores foram divulgados (RAMALHO, p. 141).

Nos estudos sobre o movimento operário durante a ditadura, portanto, se mostra particularmente importante para os pesquisadores cotejar fontes de procedências distintas: entrevistas de militantes, documentos dos órgãos de informação, da polícia, das empresas, dos sindicatos, de organizações que apoiavam os movimentos sociais, como a Igreja Católica. Atualmente, com a nova Lei de Acesso à Informação e projetos de digitalização de documentos produzidos por diferentes órgãos da administração pública durante a ditadura, há muitas possibilidades de pesquisa na área.

Os anos de 1978 e de 1979 foram tempos emblemáticos para as oposições à ditadura, o movimento sindical reapareceu como uma nova força política no cenário nacional. A partir do ABC paulista, as mobilizações ganharam repercussão nacional. As novas lideranças sindicais, como Luiz Inácio da Silva, se identificavam como representantes do “novo sindicalismo”, pois procuravam se distinguir dos sindicalistas “tradicionais”, em atividade nos anos 1940 e 1950. Em uma entrevista concedida por Luiz Inácio Lula da Silva, publicada em 1981, podemos observar, em linhas gerais, a

sua visão sobre a história do movimento sindical:

[...] os homens que estão todos aí, toda a cúpula do sindicalismo é composta por homens de antes de 64. Isso também define o pelego: o cara consegue se moldar a qualquer tipo de governo. [...] Não vivi bem a época do João Goulart, mas acho que ele ouvia muito dirigente sindical de gabinete, sem base popular. (NAP.PT.SP, 1981, p. 29 *Apud*: SANTANA, 1999).

De acordo com o sociólogo Marco Aurélio Santana, a pesquisa das práticas e dos discursos das novas lideranças permite-nos observar o empenho na construção de uma identidade política em oposição às gerações anteriores de sindicalistas (SANTANA, 1999). Eram extremamente críticos às alianças entre militantes do PCB e do PTB, a aliança comunista-trabalhista no movimento sindical; consideravam essa experiência anterior a 1964 como uma “colaboração de classes”, concebida principalmente pela cúpula dos partidos e dos sindicatos, sem representatividade junto aos trabalhadores.

De fato, estava em curso uma disputa entre correntes no movimento sindical: de um lado, o autodenominado “novo sindicalismo” e, do outro lado, sindicalistas ligados ao PCB, ao MR-8 e ao PCdoB, considerados então “**pelegos**”. Entre as principais características do chamado “novo sindicalismo”, estava o desafio à ditadura ao descumprir publicamente a legislação sindical de antigreve da época e o questionamento à dependência dos dirigentes sindicais com relação ao ministério do Trabalho (RAMALHO, 2009, p. 141). Vale a pena acompanhar a escalada da movimentação grevista no ABC paulista, observando a dinâmica entre as iniciativas dos operários e as reações do governo, tendo em vista interromper as mobilizações através de mudanças na legislação, prisões e intervenções em sindicatos.

Em 1978, Luiz Inácio da Silva, o Lula, foi eleito presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. Em maio de 1978,

Pelego

Em seu sentido original, a palavra designa a pele de carneiro que é colocada entre a sela e o corpo do cavalo, com a finalidade de amaciar o contato entre o cavaleiro e o animal. O termo passou a ser utilizado para se referir aos dirigentes sindicais que têm contato com o governo ou com os patrões, amaciando os atritos, tornando os sindicatos meramente figurativos.

ocorreu a primeira greve de metalúrgicos de São Bernardo do Campo (SP) após muitos anos. Houve greves em várias fábricas na região: Scania Vabis, Ford, Mercedes-Benz, Volkswagen, entre outras. Em São Paulo, exigia-se também a legalização das comissões de fábrica. Houve greves em maio e junho.

Em 4 de agosto de 1978, o governo editou o decreto-lei nº. 1632, transferindo a Lei de Segurança Nacional para a legislação trabalhista no julgamento de movimentos grevistas.

Em novembro de 1978, houve nova greve no setor metalúrgico do ABC paulista, sob a liderança de Lula.

Em 1979, foram realizadas cerca de 430 greves, com número estimado de três milhões e 200 mil grevistas de várias categorias. Entre as principais reivindicações estavam aumento salarial, reajuste, estabilidade no emprego, semana de trabalho de 40 horas, além de reivindicações relacionadas diretamente ao contexto autoritário: restauração do direito de greve, liberdade de organização nos locais de trabalho, liberdade e autonomia sindicais, anistia aos presos políticos e fim da ditadura.



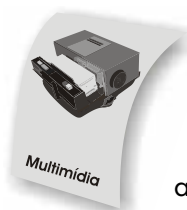
Figura 12.8: Lula discursa a operários

Fonte: Fernando Pereira/CPDoc.JB

Em 23 de março de 1979, o governo decretou a intervenção nos sindicatos de metalúrgicos do ABC, destituindo seus dirigentes. Poucos dias depois, a greve foi encerrada.

Em 15 de maio de 1979, o governo suspendeu a intervenção nos sindicatos de metalúrgicos do ABC e devolveu-os às suas antigas diretorias.

Em agosto, o Congresso Nacional aprovou a reforma partidária e a anistia. Começava então uma conjuntura com muitas possibilidades. Com liberdade para a organização de novos partidos e com o retorno à vida pública de militantes e lideranças cassados, presos e exilados. Após a reforma partidária, os partidos em atividade foram extintos e retornaram com novas identidades. A Aliança Renovadora Nacional (Arena) escolheu uma sigla bem diferente, ressurgiu como Partido Democrático Social (PDS), uma tentativa de construir uma história longe da marca da subordinação aos militares. O MDB, que vinha conquistando votos e legitimidade como oposição, procurou uma sigla bem próxima da anterior, incluindo apenas a palavra “partido” em sua denominação; obedecendo à legislação, transformou-se no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Em 1980, lideranças do chamado “novo sindicalismo”, intelectuais e militantes de esquerda egressos de diversas organizações fundaram o Partido dos Trabalhadores (PT).



Memórias Reveladas

Durante a ditadura, os DOPs de cada estado e as agências do Serviço Nacional de Informações (SNI) investigavam não só políticos e estudantes, mas igualmente trabalhadores que militavam nos sindicatos de suas categorias.

A partir dos anos 1990, com a redemocratização e a extinção desses órgãos, teve lugar uma disputa pela documentação produzida durante a ditadura. Há acervos com paradeiro desconhecido até hoje, outros foram queimados para que não se pudesse conhecer todas as ações das polícias políticas em tempos de exceção. Mas, ainda assim, alguns acervos foram transferidos para arquivos públicos, para os arquivos estaduais e para o Arquivo Nacional.

Você pode encontrar documentos relativos à repressão aos trabalhadores na base de dados Memórias Reveladas – Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964 – 1985), uma iniciativa do Arquivo Nacional.

Visite o portal:

<http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>



DIEESE

O DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) é uma criação do movimento sindical brasileiro. Foi fundado em 1955 para desenvolver pesquisas que fundamentassem as reivindicações dos trabalhadores. Ao longo de 50 anos de história, a instituição conquistou credibilidade nacional e internacional. Reconhecido como instituição de produção científica o DIEESE atua nas áreas de assessoria, pesquisa e educação.

Para saber mais, acesse o site <http://www.dieese.org.br/>

CONCLUSÃO

Os estudos sobre o movimento sindical na ditadura devem considerar, portanto, as intervenções nos sindicatos, as limitações impostas pela repressão à participação na vida pública de muitos sindicalistas através da suspensão de direitos políticos e de prisões, as restrições criadas pela legislação relativa às atividades sindicais, assim como as apropriações dessas condições pelos trabalhadores que permaneceram na militância na estrutura sindical oficial. Nesse sentido, as pesquisas sobre a ditadura, de modo geral, devem investigar as diferentes medidas autoritárias tomadas e, conseqüentemente, as diferentes formas de violência perpetradas. Tanto as arbitrariedades pelas quais indivíduos foram atingidos diretamente, como prisões, torturas, mortes e desaparecimentos,

como as medidas que atingiram atores coletivos, como partidos e sindicatos.

Atividade Final

Atende ao Objetivo 3

Em 1964, o então jovem cineasta Eduardo Coutinho partiu rumo ao Nordeste no âmbito do Centro Popular de Cultura (CPC) para documentar a vida e a luta dos trabalhadores rurais de Pernambuco. Surpreendido pelo golpe no início das filmagens, teve que interromper o projeto durante toda a ditadura, afinal, retomado com a democratização. O resultado final é *Cabra Marcado para Morrer*, um belo documentário premiado sobre as Ligas Camponesas e a repressão que atingiu os trabalhadores engajados naquele movimento.

Décadas mais tarde, o consagrado Eduardo Coutinho filmou novamente trabalhadores nordestinos, migrantes que se estabeleceram no estado de São Paulo em busca de melhores condições de vida. O documentário *Peões* trata da história do movimento sindical do ABC paulista e da formação do Partido dos Trabalhadores (PT) através de depoimentos de sindicalistas.

Compare os dois documentários e as trajetórias e iniciativas de duas gerações de trabalhadores em busca de organização, tendo em vista melhores condições de vida e de trabalho. Você encontra os dois filmes no YouTube.



Figura 12.9: Cabra marcado para morrer e Peões, de Eduardo Coutinho
Título: *Cabra marcado para morrer*. Direção: Eduardo Coutinho. Documentário. Ano: 1984
Título: *Peões*. Direção: Eduardo Coutinho. Documentário. Produtora: Videofilmes. Ano: 2004

Resposta Comentada

A comparação entre os dois documentários permite, de certa maneira, conhecermos um pouco da trajetória do diretor de cinema Eduardo Coutinho, assim como da história do movimento de trabalhadores no país nas últimas décadas. Os dois documentários se caracterizam especialmente por apresentarem depoimentos de trabalhadores sobre a sua militância por melhores condições de vida e trabalho. Como os historiadores do movimento operário e sindical, orientados pela perspectiva da história social inglesa de Edward Thompson, Eduardo Coutinho procura entrar

em contato com as experiências dos trabalhadores. O diretor entrevista as lideranças operárias e seus familiares, procurando conhecer as suas visões de mundo, seus valores e motivações para a dedicação às ligas camponesas em *Cabra marcado para morrer*, e aos sindicatos, em *Peões*. É interessante notar que as entrevistas foram filmadas em três contextos históricos: nos anos 1960, na véspera do golpe de 1964; nos anos 1980, na conjuntura de redemocratização; no início dos anos 2000, após a posse do primeiro presidente da República de origem operária. Como podemos ver pelos desdobramentos das mudanças de regime político nas organizações de camponeses e de operários, a história da classe trabalhadora deve ser estudada sempre em relação com a história política e econômica de seu país.

RESUMO

Nesta aula, estudamos a intervenção da ditadura nos sindicatos e os seus desdobramentos no movimento operário, inicialmente falando sobre como os direitos políticos de líderes sindicais foram suspensos com o golpe de 1964, com o objetivo de despolitizar os sindicatos.

Falamos sobre as greves de 1968 e sobre o efeito que a repressão da ditadura militar causou nos movimentos operários, fazendo com que as greves só voltassem a ocorrer em 1978-79, diante de um novo panorama político que foi terreno fértil para o surgimento de novas lideranças e novos partidos, marcando o início da trajetória do primeiro presidente operário do Brasil.

Aula 12

Os trabalhadores rurais: da ditadura militar às lutas contemporâneas (Primeira parte)

Vanderlei Vazelesk Ribeiro

Meta

Analisar os movimentos dos trabalhadores rurais durante o período compreendido entre o golpe civil-militar de 1964 e a ascensão do governo Lula (2003-2010), destacando a atuação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), bem como das federações e sindicatos vinculados a ela.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar a atuação da Contag durante o regime militar, enfatizando seu esforço por organizar sindicatos e sua luta por reforma agrária e melhorias das condições de trabalho dos obreiros rurais, nos marcos da legalidade existente na época;
2. reconhecer a atuação da Contag no período posterior à redemocratização, quando, ao lado de outras entidades de trabalhadores rurais, passou à luta por reforma agrária e apoio à agricultura dos pequenos cultivadores, chamada agricultura familiar, e incorporou em suas mobilizações questões ligadas à condição específica das mulheres.

INTRODUÇÃO

Por um pedaço de terra e por meios para cultivá-la

O golpe de 1964 interrompeu um processo em pleno desenvolvimento: a mobilização camponesa em diversos pontos do país com o objetivo de estabelecer direitos trabalhistas no meio rural, bem como realizar uma reforma agrária. Contudo, diferentemente do que desejavam os setores proprietários rurais, a ditadura não queria eliminar todo o sindicalismo agrário, mas, sim, o mais combativo e, pelo menos dentro do governo chefiado pelo Marechal Castello Branco (1964-1967), havia setores interessados em dar algum encaminhamento à questão agrária.

Por isso, o primeiro governo da ditadura militar, embora reprimisse fortemente o sindicalismo anterior, impôs a seus apoiadores uma lei, que acabaria sendo referência em todo o período: o Estatuto da Terra. O estatuto tinha uma parte voltada para o desenvolvimento agrícola, buscando atingir aspectos como eletrificação rural, mecanização, melhoria de sementes, etc., parte, aliás, cumprida, posto que a agricultura brasileira se modernizou durante o regime. Tinha também o aspecto referente à reforma agrária, em que os interesses dos setores proprietários, representados na própria burocracia, barraram sua execução.



Figura 12.1: A modernização na agricultura foi impulsionada pelo regime militar.
 Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/758546>

De todo modo, o estatuto tornou-se um marco a partir do qual se poderia reivindicar a reforma agrária, sem cair no estereótipo de comunista, algo tremendamente perigoso naquele momento, face ao forte anticomunismo do regime e de poderosos setores da sociedade. A Contag – sobre a qual discutiremos amplamente nesta aula - e mesmo a Comissão Pastoral da Terra, (CPT), cuja atuação discutiremos na Aula 13, no início de suas atuações, tiveram o Estatuto da Terra como referencial na luta por reforma agrária. As diferenças se explicitariam abertamente, quando chega ao poder o governo Sarney, que lança a proposta de aplicação do Estatuto da Terra, que foi encampada pela direção da Contag e muito criticada pelo MST.

A partir daqui, os caminhos se distinguiram claramente. A Contag apostou todas as fichas no Plano Nacional de reforma agrária (PNRA), de José Sarney, e, mais tarde, na Assembleia Nacional Constituinte. Perdida a batalha, a organização tornou-se uma espécie de “ator à procura de um texto”, na feliz expressão do cientista político Rudá Ricci. Este texto seria encontrado a partir de meados da década de 1990, quando a direção da Contag, muito influenciada por estudos realizados por intelectuais brasileiros que pesquisavam na Europa e por setores de pequenos produtores do sul do país, passou a encampar não tanto a luta por reforma agrária, mas o esforço para apoiar os pequenos agricultores, que passaram a ser conhecidos como agricultores familiares. Ato como o Grito da Terra Brasil e a Marcha das Margaridas, organizados pelas mulheres, passaram a ser marcos da atuação contagueana no meio rural.



Grito da Terra Brasil e Marcha das Margaridas

O grito da Terra Brasil é uma atividade organizada anualmente pela Contag, suas federações e sindicatos, ao lado de muitas entidades parceiras, na luta por melhores condições de trabalho para os agricultores familiares: preços, transportes, apoio técnico. Ocorre desde 1994. A Marcha das Margaridas é uma atividade realizada pela secretaria de mulheres da Contag numa amplíssima rede, visando à melhoria das condições específicas das mulheres do campo, embora também reivindique melhorias mais gerais para os agricultores e trabalhadores assalariados. Realiza-se a cada quatro anos, normalmente no início de um período presidencial. Serão mais bem analisados nas seções seguintes.

Já o Movimento dos Sem Terra (MST), que se originara em boa medida da CPT, jogou pesado nas ocupações de terra durante o governo Sarney; nos anos seguintes, manteve sua estratégia. A partir do governo Fernando Henrique Cardoso, o MST intensificou a luta por reforma agrária, vendo nela um caminho para questionar todo o projeto neoliberal, diferenciando-se, assim, radicalmente da ação contagueana.

Esta aula está dividida em duas partes: esta primeira está voltada para a atuação da Contag.

Discutiremos, em primeiro lugar, as ações do movimento sindical camponês desde a intervenção sofrida em 1964 até o final do regime militar, quando começou a sofrer a competição dos grupos que mais tarde organizaram o MST. Na segunda seção, avaliaremos seu esforço para apoiar a proposta de plano do governo Sarney - de realização de uma reforma agrária e de mudança de ênfase de suas lutas do apoio a ela e ao auxílio aos pequenos agricultores, reforçando a identidade de agricultores familiares, que, podemos dizer, atualiza o antigo termo camponês.

Na Aula 13, refletiremos sobre o trabalho de um setor da Igreja Católica comprometido com a defesa dos trabalhadores do campo, que formaria a CPT. Observaremos como as lutas coordenadas, em parte, pela CPT gerariam o MST. Analisaremos a expansão deste movimento durante o governo Fernando Henrique Cardoso e como também ele enfrentou concorrentes em sua estratégia de luta. Dessa forma, vamos concluindo nosso panorama a respeito dos movimentos sociais agrários durante a República.

A CONTAG

O golpe de 1964 significou, para o movimento camponês, uma repressão extremamente vigorosa. A Contag, cuja diretoria tinha tomado posse em janeiro de 1964 (ver Aula 9), sofreu intervenção, e seu presidente, Lyndolpho Silva, militante do PCB, teve de exilar-

se. Além disso, federações e sindicatos sofreriam intervenções em todo o país. Um setor mais conservador da Igreja Católica, que apoiara o golpe, indicou José Rotta, presidente da Federação de trabalhadores de São Paulo, como interventor na Contag, assim como diversos dirigentes para federações e sindicatos.



Figura 12.2: Lyndolpho Silva.

Fonte: http://r1.ufrj.br/cpda/als/fotos/lyn1_1961.jpg.

O controle se intensificou ainda mais com a redução do número de federações a partir de uma portaria do Ministério do Trabalho, de fevereiro de 1965, que permitia a existência de apenas uma federação de trabalhadores rurais por estado, englobando nela os quatro setores que existiam anteriormente: lavoura, pecuária, extrativo e pequenos proprietários que trabalhavam em regime de economia familiar. Isso causava conflitos de interesses dentro de um mesmo sindicato, entre pequenos produtores e trabalhadores assalariados.

Além da repressão oficial, com prisões, torturas e exílios, ou a intimidação de dirigentes, o camponês viu os proprietários com mãos livres para fazer o que bem entendiam no campo: despejos sem indenização, espancamentos, e mesmo assassinatos, podiam ser realizados com a conivência das autoridades locais, regionais, e até federais, já que qualquer crítica podia ser interpretada como

apoio aos comunistas. Se, nas cidades, o governo Castelo Branco ainda preservava alguns direitos políticos existentes no período pré-golpe, nos campos, a bruxa da repressão estava solta.



Figura 12.3: A bruxa da repressão estava solta.



Comissão da Verdade e os Camponeses

“A ditadura terceirizou a repressão” - é o que afirma uma reportagem de Nágela Passos, para o site Carta Maior. Na reportagem, temos que 1196 camponeses ou militantes ligados à luta pela terra foram assassinados entre 1961 e 1988. Gilney Viana, da Secretaria de Direitos Humanos da presidência da República, esclarece que o regime militar foi conivente com centenas de assassinatos e desaparecimentos. O funcionário explica que, até agora, 602 casos foram comprovados, sendo que apenas em um quarto

pode-se comprovar a participação direta de agentes públicos. Todavia, a participação estatal vê-se na omissão, pois só cinco por cento dos casos foram a julgamento.

O trabalho da Secretaria será encaminhado à Comissão Nacional da Verdade; quanto aos cerca de quinhentos casos não apurados, foi criada, durante o Encontro Unitário de Trabalhadores do Campo, realizado em agosto de 2012, a Comissão Camponesa pela Anistia, Memória, Verdade e Justiça. O objetivo era que o Estado reconhecesse sua responsabilidade nesses crimes e as famílias fossem indenizadas.

(Fonte: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=20975&editoria_id=5 acessado em 2 de outubro de 2012.)

Era nesse contexto repressivo que o sindicalismo rural teria de ser reconstruído.

Arrumando a casa: a Contag nos primeiros anos do regime

Já em 1965, a primeira diretoria da Contag foi eleita sob a presidência do interventor José Rotta. A memória desta primeira diretoria, derrotada três anos depois, ficou bastante ofuscada pela longa direção do grupo liderado por José Francisco da Silva, que, por vinte anos, presidiria a entidade. O trabalho inicial era reestruturar os sindicatos atingidos pelo golpe e cuidar da organização da confederação. Estavam à frente, neste momento, dirigentes ligados aos círculos operários católicos de São Paulo e Rio de Janeiro.

Em 1966, realizou-se, com o apoio do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda), o primeiro congresso da Contag. Nesse congresso, defendeu-se a regulamentação do Estatuto da Terra e a extensão da previdência social ao campo, formalmente

implantada durante o governo João Goulart, mas ainda não regulamentada. A memória que lideranças posteriores difundem deste congresso é de que teria sido apenas um encontro para mostrar que o movimento estava vivo, existia e continuava ativo. No encontro, também se pedia a prioridade para a instalação dos trabalhadores despejados pelos proprietários na região onde viviam e a criação de mais áreas prioritárias de reforma agrária.



Estatuto da Terra

O Estatuto da Terra, Lei nº 4504, foi promulgado em 30 de novembro de 1964. Na parte que dizia respeito à reforma agrária, previa a desapropriação como meio principal para a obtenção de terras, o pagamento em títulos da dívida agrária pela terra desapropriada, a tributação progressiva para quem não utilizasse a terra, o cadastramento dos imóveis rurais para discriminar o que era ou não era público, a elaboração de plano nacional e planos regionais de reforma, bem como a participação de trabalhadores nas comissões agrárias, que se formariam nas áreas declaradas prioritárias. Além disso, do cadastro resultaria o zoneamento econômico com a definição do módulo fiscal, ou seja, uma propriedade média, considerada tamanho ideal para cada região. Quem tivesse seiscentas vezes esta propriedade ou não explorasse a área adequadamente poderia perdê-la. Para realizar a reforma foi criado o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), enquanto a parte vinculada ao desenvolvimento rural seria efetivada pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda). O Ibra, criado em 1965, sofreu uma intervenção três anos depois, devido à corrupção. Os dois órgãos foram fundidos no Instituto Nacional de Colonização

e Reforma Agrária (INCRA) em 1970. Saliente-se que, rapidamente, a desapropriação foi deixada em favor da tributação, e o governo deu todos os incentivos para que grandes unidades se modernizassem. Logo deixou-se o objetivo de pequenas propriedades pelas grandes empresas rurais, que acabaria sendo o modelo dominante.

Durante a primeira diretoria, buscou-se garantir a criação de áreas prioritárias, especialmente no Rio de Janeiro. Além disso, o grupo em torno de José Rotta procurou, com o apoio do setor conservador da Igreja, preservar sindicalistas combativos, desde que não comprometidos com o PCB.

A oposição a Rotta estruturou-se durante a Plenária Intersindical realizada em 1967 no Rio de Janeiro, construindo-se uma aliança entre sindicalistas do nordeste, especialmente Pernambuco e Rio Grande do Norte, vinculados ao Serviço de Orientação Rural de Pernambuco, e do Rio Grande do Sul, ligados à Frente Agrária Gaúcha. Nas eleições, o voto do Rio de Janeiro foi decisivo para derrotar a chapa de José Rotta, considerada menos combativa que o grupo de José Francisco.

José Francisco foi empossado em 1968. Começaria um tempo em que a memória oficial da Contag identifica como de mudança e maior mobilização pela reforma agrária.

Na luta por direitos: a Contag e os anos mais duros da ditadura

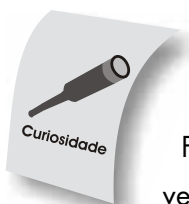
A lógica de atuação da diretoria liderada por José Francisco da Silva, que se instalou em 1968 e permaneceu por décadas à frente da entidade, era a de que os direitos dos trabalhadores existiam,

mas não eram respeitados. Portanto, o primeiro trabalho a ser feito era o de informar ao trabalhador a respeito de seus direitos.

Desta forma, o boletim *O Trabalhador Rural* era visto como essencial para informar aos trabalhadores dos direitos que eles tinham e como deveriam ser cumpridos. Além disso, na revista, sempre com uma linguagem extremamente didática, procurava-se esclarecer o trabalhador sobre como formar um sindicato, como garantir o salário, como evitar um despejo ilegal.

Outro encaminhamento muito presente nas ações da Contag era o administrativo. Em 1970, um extenso memorial foi enviado ao presidente Médici, solicitando a aplicação do Estatuto da Terra e a realização da reforma agrária como mecanismo para “matar a fome do trabalhador e incluir metade da população brasileira no mercado interno”. Além disso, buscava-se legitimar a reivindicação, através de pronunciamentos do presidente da República, de ministros de Estado, do Papa, mostrando que a reforma agrária nada podia ter de “subversivo”, como se dizia na época.

Mecanismos legais o governo tinha: além do Estatuto da Terra, em 1969, o presidente Costa e Silva, sob influência do Ministro do Interior, general Afonso de Albuquerque Lima, editara o Ato Institucional nº 9, que dava à justiça prazo de quarenta e oito horas para se pronunciar sobre desapropriações e 24 horas para passar as terras ao governo. Mas, no governo Médici, desenvolveu-se uma tendência, que já se esboçava no período anterior: trocar a reforma agrária pela colonização em pontos distantes. O governo anunciava a construção da Rodovia Transamazônica, que partiria da Paraíba ao Amazonas. Em suas margens, deveriam ser instalados milhares de nordestinos acossados pela seca e gaúchos que não encontravam mais terras em seu torrão.



Rodovia Transamazônica

Foi uma das muitas obras polêmicas do governo chefiado pelo general Emílio Médici. Se obras como a Ponte Rio-Niterói tiveram utilidade, a Transamazônica gastou recursos enormes não só em dinheiro, mas também em vidas humanas. Fossem trabalhadores afetados por doenças, fossem indígenas que perdiam suas terras e eram enfrentados por trabalhadores, ou ainda populações locais, que tentaram embarcar no sonho da terra própria. Como veremos na Aula 13, também muitos gaúchos e nordestinos, que se deslocaram para a região, viram seus sonhos desmontados ao perderem as terras que desbravaram, para grileiros. Pior ainda: a estrada não foi concluída, e as obras necessárias ao seu aperfeiçoamento não se realizaram!



Figura 12.3: Extensão da Rodovia Transamazônica.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Br-230mapa.jpg>.

Na prática, essa rodovia, além de outras, como a Cuiabá-Santarém, foi o ponto de partida para instalação de megaprojetos especulativos, principalmente de pecuária, como veremos na Aula 13.

De todo modo, a Contag mantinha a bandeira da reforma, com toda a cautela que o período exigia. Além disso, principalmente no Rio de Janeiro, vemos a Federação local apoiando posseiros em sua luta para manter-se nas terras que cultivavam, face à pressão de pretensos proprietários. Em locais como Fazenda Campos Novos (Cabo Frio), Cachoeira Grande (Magé) e Fazenda Santo Inácio (Trajano de Morais), advogados da Federação recorriam à justiça para impedir despejos. Mesmo quando se tratasse de proprietários rurais, muitas vezes, buscou-se caracterizar os arrendatários como posseiros, para que permanecessem na terra. A ideia era garantir a continuidade na área que se ocupava, tornando caro para o proprietário o processo. Falhando a estratégia judiciária, sempre se podia pedir ao INCRA a desapropriação da fazenda em conflito, pois o Estatuto da Terra previa esta medida em áreas nessa situação.

Enquanto a Contag defendia a reforma agrária e buscava garantir o cumprimento das leis trabalhistas no meio rural - tarefas difíceis em nossos dias -, o governo militar pensava em outra função para os sindicatos. No ano de 1971, o governo anunciou o que chamou de "segunda Lei Áurea": o Funrural, que significava a extensão da aposentadoria aos trabalhadores rurais, bem como assistência médica e dentária. Diferentemente dos empregadores urbanos, os proprietários nada pagariam por isso, já que os recursos viriam de um imposto sobre o consumo de bens industriais. Os sindicatos foram, então, vistos pelo Estado como o órgão ideal para prestar essa assistência. Isso causou polêmica na diretoria da Contag e de algumas federações. Assumir o papel de agência previdenciária significava aceitar mais ainda o controle sobre o movimento sindical, já que as entidades se tornariam autênticas instituições tuteladas pelo Estado. Se não quisessem essa responsabilidade, o governo a repassaria para as prefeituras. A decisão final foi aceitar e avaliar. Os resultados variaram: o número de sindicatos rurais aumentou bastante, porém, ao mesmo tempo, em muitos municípios, eles eram órgãos controlados pelos grupos de poder local. Por outro lado, houve cidades onde sindicatos com esta origem passaram a lutar mais agudamente, encaminhando queixas dos trabalhadores.

De qualquer forma, o governo militar atingia um objetivo indireto: o meio agrário seria o fiel depósito de votos para a Arena, partido da ditadura, nas eleições que ocorreram durante o período militar.

O ano de 1972 significou, para os trabalhadores rurais, uma situação contraditória. O número de sindicatos aumentava por causa das novas funções previdenciárias, mas a repressão também crescia, com a prisão de dirigentes ou a intimidação por autoridades policiais. Isso se dava porque era no campo que surgia o mais importante desafio ao regime militar: a Guerrilha do Araguaia, na região de Marabá, sul do Pará, liderada pelo PCdoB, que tentava apoiar os posseiros contra grileiros e fazer do campo o ponto de partida da Revolução Brasileira.



Guerrilha do Araguaia

Assim é conhecido o confronto armado entre militantes do Partido Comunista do Brasil e as forças armadas, ocorrido entre abril de 1972 e outubro de 1974. O PCdoB tentou fazer do conflito o ponto de partida para a Revolução socialista no Brasil. Camponeses não envolvidos com o movimento foram torturados e mortos por agentes do Estado. Os corpos dos guerrilheiros encontram-se nas listas de desaparecidos da Comissão de Mortos e Desaparecidos da Ditadura Militar.

Embora houvesse apenas setenta guerrilheiros, o governo militar superdimensionou propositalmente o conflito, pois servia de excelente pretexto para restringir ainda mais qualquer forma de oposição, especialmente no meio agrário, onde os conflitos começavam a aumentar. Em áreas de projetos governamentais, como a construção da rodovia Rio-Santos ou as rodovias amazônicas

citadas, além de zonas de projetos de reflorestamento em Minas Gerais, pretensos proprietários armados, com seus jagunços e policiais, intimidavam posseiros, tentando - e muitas vezes conseguindo - expulsá-los. Não há um estado brasileiro, nos anos de 1970, que não registre conflitos pela posse da terra, sendo rara sua divulgação, posto que a imprensa era censurada e, muitas vezes, não interessava aos donos de jornais divulgar o que ocorria, pois as empresas jornalísticas tinham e têm fortes vínculos com o setor proprietário rural. Para exemplificar, lembro que o jornal O Estado de São Paulo, um dos principais do país, tem, desde sua fundação, ainda em 1875, forte influência de representantes dos proprietários de terras paulistas; dirigentes da Sociedade Rural Brasileira, uma das entidades que os representam, tinha e tem espaço garantido nas páginas do jornal paulista. Estes vínculos entre proprietários de jornais e de terras, assim como de bancos e fábricas, podem se estabelecer ou porque os proprietários da mídia têm, eles mesmos, áreas rurais, ou, mais simplesmente, porque apoiar o setor proprietário, que em nossos dias imbrica terra, indústria e finanças no chamado agronegócio, significa receber importantes verbas publicitárias.



Figura 12.4: Guerrilha do Araguaia: o mais importante desafio ao regime militar. Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Guerrilha06.gif>.

É neste clima que se realiza o II Congresso da Contag, em 1973. Funcionários do Ministério do Trabalho pressionaram para que o tema da reforma agrária não fosse discutido no encontro.

De todo modo, o mesmo foi abordado e se reivindicou a realização da reforma agrária, com base no Estatuto da Terra. Distintamente do congresso de 1966, não se propôs alterações, como no primeiro, onde se pedia a preferência para os arrendatários nos projetos de reforma agrária. Criticava-se o projeto de colonização na Amazônia, defendendo que a reforma agrária fixasse o trabalhador onde morava.

Pedia-se a extensão da lei do sítio (dois hectares para cultivar alimentos), a que os canavieiros tinham direito.



Lei do sítio

O Estatuto da Lavoura Canavieira, decretado durante o Estado Novo, em 1941, determinava que os trabalhadores da lavoura canavieira tivessem direito a dois hectares de terra para cultivar plantas de subsistência e criar animais, como galinhas e porcos, que completariam sua alimentação. Daí, o Segundo Congresso da Contag reivindicar sua extensão a outras regiões do país. Vale lembrar que, no início dos anos 1970, era cada vez mais raro haver o morador de condição, ou seja, aquele que morava na fazenda onde trabalhava. Cada vez mais, havia o trabalhador temporário.

Defendia-se também a extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores temporários, conhecidos como boias-frias, em São Paulo, ou clandestinos, em Pernambuco, para que tivessem o mesmo

direito dos permanentes. Apoiava-se a extensão da CLT ao campo, em lugar do Estatuto do Trabalhador Rural.

Do ponto de vista de organização, propunha-se um forte investimento na capacitação dos sindicalistas, através de cursos que permitissem não apenas aos sindicalistas saber fazer, mas que todos conhecessem as diversas realidades do país.

Nos anos que se seguiram ao encontro, a direção da Contag conservou a estratégia anterior. Denúncias cada vez mais frequentes contra os despejos de posseiros. Seus advogados lutando na justiça para manter posseiros na terra e os pedidos pela aplicação do Estatuto da Terra, que já completava dez anos, e nada de ser implementado na parte que tocava aos trabalhadores, pois, como vimos no início, a agricultura se modernizava com o crédito aos grandes proprietários e as isenções de impostos para projetos pecuários na Amazônia.

Toda essa cautela não impedia ações repressivas contra a direção da Contag: em 1977, o Ministério do Trabalho, que, na época, tinha que confirmar os dirigentes de entidades sindicais, levou um mês para empossar a nova diretoria. E dirigentes da delegacia sindical do Acre foram presos.

Enquanto isso, mudanças importantes ocorriam no cenário político nacional. Com todas as limitações da época, o MDB, único partido de oposição permitido, ganhou as eleições parlamentares de 1974. No ano seguinte, o assassinato do diretor da TV Cultura, Vladimir Herzog, levava a uma enorme manifestação de rua em São Paulo. As elites econômicas discordavam do novo Plano de Desenvolvimento, lançado pelo novo general-presidente, Ernesto Geisel, acusando-o de excessivamente estatizante.

No campo, os conflitos se multiplicavam: nascia a CPT, em 1975, e, embora no início fizesse até um trabalho conjunto com a Contag em áreas como o Rio de Janeiro, logo seus militantes passaram a considerá-la legalista demais.

As greves no ABC paulista, o crescimento da mobilização pela anistia aos presos políticos e exilados e o fim do Ato Institucional nº 5 mostravam que a conjuntura começava a mudar. A estratégia de denúncia não parecia mais suficiente. Não adiantava apenas encaminhar conflitos na Justiça ou denunciá-los à burocracia estatal, como se fazia ante as duras condições de vida dos trabalhadores mostradas nos acidentes de trabalho. Era necessário e possível mudar.

Novos Caminhos? A Contag da Abertura à Transição



Figura 12.5: Votação no III Congresso Nacional da Contag, em 25 de maio de 1979.

Fonte: Boletim O Trabalhador Rural, Maio-junho de 1979.

No III Congresso da Contag, o clima de contestação ao método de sua diretoria já era grande, tanto em sindicatos como em oposições sindicais. A Comissão Pastoral da Terra se estruturara em quinze estados e conseguiria influenciar muitas decisões do Congresso. O método “administrativo” ficara desacreditado, e movimentos de resistência de posseiros e de ocupação de terras começavam a ser vistos como mais efetivos, ainda mais depois de uma suposta declaração do novo ministro da Agricultura, Delfim Netto: o antigo ministro da Fazenda, de Costa e Silva e Médici

e, logo depois, ministro do Planejamento, de Figueiredo, teria declarado: “eu faria a reforma agrária amanhã, desde que me dessem dois japoneses para ficar ao lado de cada brasileiro”. Provavelmente, o ministro tinha em mente os colonos japoneses que, desde o início do século XX, muito contribuíram para o desenvolvimento da agricultura, especialmente em São Paulo, sua terra natal. A declaração feita num governo que prometia abertura política não podia ser mais desastrada; o clima no Congresso era de radicalização.



Figura 12.6: Delfim Netto, Ministro da Agricultura: “eu faria a reforma agrária amanhã, desde que me dessem dois japoneses para ficar ao lado de cada brasileiro”.

No que diz respeito às reivindicações, a reforma agrária continuava na ordem do dia, mas agora se estabelecia uma proposta de ruptura com o Estatuto da Terra:

- defendia-se a existência de uma área máxima para o tamanho das propriedades rurais, medida em hectares, (250 a 750), conforme a região, e pregava-se a expropriação de imóveis que não tivessem setenta por cento de cultivo;

- requeria-se a discriminação de terras públicas e sua entrega a pequenos cultivadores, e não a grandes empresas, como se vinha fazendo;
- exigia-se o cumprimento da legislação trabalhista e a autonomia sindical.

No clima de mobilização do III Congresso, chega-se mesmo a apoiar resoluções que estimulavam ocupações de terras. Além do mais, propunha-se a criação de uma Central Única de Trabalhadores, o que se tentaria fazer a partir da Primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, realizada em 1981.

Neste momento, a direção da Contag aceitava a pluralidade sindical, ou seja, que pudesse haver mais de um sindicato por município ou mais de uma federação por Estado, o que mudaria no IV Congresso, de 1985, ante o crescimento das oposições sindicais e o aumento dos sindicatos, que discordavam de sua linha, considerada ultralegalista.

Se, em 1979, a direção da Contag concordava com os sindicalistas urbanos na questão da pluralidade sindical, na forma de realizar greves seria muito distinta.

O chamado modelo Pernambuco, que se estruturou a partir de outubro de 1979, era bastante diferente daquele executado nas grandes fábricas paulistas. Se, na capital industrial do país, buscava-se romper com a lei de greve, considerada um instrumento autoritário, em Pernambuco, a lei era uma garantia. O ritual legalista, com assembleia e votação em cédula, tornava mais difícil que os proprietários pudessem reprimir os trabalhadores. Isso não impedia a violência física ou simbólica, mas dava argumentos jurídicos aos rurais em suas ações de resistência. Dezesesseis anos depois da histórica greve de 1963 (Aula 9), os canavieiros de São Lourenço da Mata e Pau D'álho pararam.

A greve foi vitoriosa, e o seu modelo foi efetivado outras vezes em Pernambuco, Rio Grande do Norte (1982), Minas Gerais, e mesmo em Campos, Rio de Janeiro (1985). O difícil não era tanto

obter acordos nos tribunais do trabalho. Em anos anteriores, sem a greve, conseguiram-se algumas vitórias em disputas judiciais. Duro era fazer com que os usineiros cumprissem o acordo. Observemos que, naquele momento (1979-1980), não se ganhava tão mal sendo dono de usina, pois o governo acabava de implantar o programa de incentivo ao álcool combustível como substituto da gasolina, ressuscitando o mercado de cana.

De todo modo, a Contag conseguia ganhar projeção nacional e, se os sindicatos a ela ligados não apoiavam as ocupações de terras, em muitos casos, depois do fato consolidado, denunciavam a violência. No Rio, os advogados da Federação continuavam “**andando**”, como se dizia na Justiça, tentando manter posses e garantir cumprimento de contratos de arrendamento por parte dos proprietários.

Outra bandeira do III Congresso era o apoio ao pequeno produtor. Também representados na Contag, estes setores, principalmente nos estados do sul, ocuparam cidades e se manifestaram por melhores preços e contra a execução de suas dívidas pelos bancos. Estes grupos, nos anos 1990, seriam fundamentais para pensar-se a categoria agricultura familiar e, nos anos 2000, organizariam a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar.

O processo de abertura política caminhava aos sobressaltos: grave crise econômica no início dos anos 1980, atentados da extrema-direita e, no campo, como veremos na Aula 13, multiplicavam-se ocupações de terra e assassinatos de lideranças. A Contag decidiu não filiar-se à Central Única dos Trabalhadores (**CUT**), já que muitos dirigentes desta central defendiam a estruturação da entidade com base em oposições sindicais, e não na estrutura sindical existente - o que era contestado pela direção da Contag.

Andar

Na Justiça, significava a longa peregrinação judicial para se tentar manter o camponês cultivando a terra.

CUT

Criada em 1983, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) nasce numa crítica muito dura à estrutura sindical herdada do período varguista, defendendo a pluralidade sindical e a contribuição voluntária dos trabalhadores para os sindicatos. Essas posições foram bastante atenuadas depois de as centrais sindicais serem incorporadas à estrutura sindical oficial do país.

A direção da Contag apoiou vivamente a campanha pelo restabelecimento de eleições presidenciais diretas em 1984 e, com a rejeição, sob pressão militar, da emenda no Congresso, partiu para o apoio a Tancredo Neves em sua candidatura pelo colégio eleitoral. O candidato prometia o cumprimento do Estatuto da Terra e não compareceu ao primeiro congresso do MST, realizado em Curitiba em janeiro de 1985. O vice, José Sarney, que assumiu após a morte do presidente eleito, manteve a equipe nomeada por Tancredo. A diretoria da Contag apostou todas as fichas na proposta do PNRA. Sarney foi, em maio de 1985, ao IV Congresso da entidade, e o Ministro da Reforma Agrária, Nelson Ribeiro, apresentou a Proposta de Plano. Finalmente, parecia que o Estatuto da Terra, no que dizia respeito à reforma, ia sair do papel.

Num clima de esperança, o IV Congresso aprovou novamente a reivindicação sobre o cumprimento da legislação trabalhista. Sob pressão da CUT e do MST, aprovou-se que o Estatuto da Terra era um ponto de partida, mas seria necessária uma nova lei depois da Constituinte. Exigia-se a reforma agrária com a desapropriação também das terras de empresas rurais, confisco de terras em áreas griladas ou de titulação duvidosa e pagamento de benfeitorias também em títulos da dívida agrária.

Como veremos a seguir, a proposta do Plano de Reforma Agrária foi totalmente descaracterizada, ainda no interior da burocracia do Estado. Na próxima seção, discutiremos como a Contag passou da luta por reforma agrária à ênfase no apoio à agricultura familiar, a partir da década de 1990, incorporando também, ao final da década, um tema que não esteve presente em períodos anteriores: a questão feminina.



Atende ao Objetivo 1

1. Leia atentamente as reivindicações contidas nos quatro congressos realizados pela Contag entre 1966 e 1985. Vamos cotejar como estas reivindicações dialogavam com cada momento em que se realizava o Congresso.

I Congresso – 1966

- Estabilidade no Emprego;
- Regulamentação do Estatuto do Trabalhador Rural;
- Regulamentação do Estatuto da Terra;
- Participação em órgãos da Justiça do Trabalho;
- Participação no Conselho Técnico do Ibra;
- Que o Ibra caracterize mais áreas como prioritárias para a reforma agrária;
- Mais desapropriações;
- Alocação dos trabalhadores despejados nas regiões onde se localizam as terras desapropriadas;
- Regulamentação da Previdência Social;
- Reconhecimento do direito de preferência do arrendatário na renovação de contratos;
- Indenização por benfeitorias que o arrendatário tenha feito.

II Congresso – 1973

- Reforma agrária baseada no Estatuto da Terra;
- Fixação do homem onde more, evitando sua transferência para outras regiões;
- Revisão das áreas prioritárias;
- Participação dos trabalhadores nas comissões agrárias, formadas nas áreas de projetos de reforma agrária;
- Extensão da legislação trabalhista aos volantes (boias-frias);

- Extensão da lei do sítio, que garante dois hectares de terra para o cultivo de alimentos pelo trabalhador permanente, a todas as fazendas do país, e não só aos canavieiros.

III Congresso – 1979

- Reforma agrária ampla em todo o território;
- Imediata, com prazo para terminar de assentar os trabalhadores;
- Participação dos trabalhadores no processo de reforma;
- Em todos os níveis;
- Redistribuição imediata das áreas já desapropriadas;
- Discriminação das terras públicas, com entrega aos trabalhadores;
- Não-destinação de áreas a grandes empresas;
- Perda sumária da propriedade não utilizada em setenta por cento de sua área correspondente a mais de três módulos fiscais;
- Criação da área máxima variando entre 250 e 750 hectares, conforme a região do país;
- Cumprimento da legislação trabalhista;
- Garantia da Previdência Social;
- Incentivo aos pequenos agricultores, com garantia de preços mínimos para sua produção;
- Alteração da legislação sindical, autonomia sindical face ao Estado;
- Pluralidade sindical;
- Direito livre de filiação a entidades internacionais;
- Redação dos próprios estatutos sem um modelo-padrão imposto pelo Ministério do Trabalho;
- Direito de formar seu programa de ação.

IV Congresso - 1985

- Direito à greve;
- Direitos previdenciários;
- Política agrícola para pequenos agricultores;
- Desapropriação de empresas rurais;

Resposta Comentada

Como podemos perceber, as reivindicações variam de época para época, mas existem temas recorrentes. A realização de uma reforma agrária com base no Estatuto da Terra é permanente desde o primeiro congresso. Há temas que somem, por mudanças na conjuntura. A estabilidade no emprego, por exemplo, existiu para os trabalhadores da iniciativa privada entre a decretação da CLT, em 1943, e a criação do Fundo de Garantia sobre o Tempo de Serviço, em 1966. Assim, em 1966, ainda tinha sentido reivindicar a estabilidade.

Chama a atenção o fato de, em 1973, embora não se peçam mudanças no Estatuto da Terra, se reivindique que os beneficiários da reforma agrária permaneçam em sua região, questionando a proposta governamental de encher a Amazônia com gaúchos e nordestinos.

O Congresso de 1979 mostra uma radicalização, ao propor área máxima não medida pelos complexos módulos fiscais pensados no Estatuto da Terra, mas em hectares, algo bem mais prático.

Já o Congresso de 1985 mostrava a influência do MST, quando se tenta quebrar um dos principais elos do Estatuto da Terra, ao propor-se desapropriação de empresas rurais, modelo privilegiado durante a ditadura militar.

Outro tema importante, que ganha expressão a partir de 1979, é a questão do apoio ao pequeno produtor. A Contag disputou com a Confederação Nacional de Agricultura e com a União Democrática Ruralista, duas entidades patronais, sua representação, e não podia perdê-la. Mais tarde, esta disputa se intensificou com movimentos de base, como o Movimento dos Pequenos Agricultores e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar.

De tudo até aqui exposto, podemos perceber que a reforma agrária foi o principal eixo de atuação, não de uma diretoria encastelada no Rio de Janeiro, e mais tarde em Brasília, mas vinha das bases da entidade.

Da luta por reforma agrária à agricultura familiar: caminhos da Contag num contexto neoliberal

Nesta seção, discutiremos os novos caminhos que o sindicalismo contagueano foi tomando a partir da derrota da Proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária e seu apoio mais decisivo à incorporação da agricultura familiar ao sistema de crédito público brasileiro. Finalmente, faremos uma breve análise sobre a inclusão feita, do tema feminino, através da Marcha das Margaridas, manifestação que movimentou não apenas o sindicalismo, mas um amplo espectro de organizações de mulheres camponesas em todo o país.

Luta por reforma agrária no governo Sarney

Como vimos ao final da seção anterior, a direção da Contag apoiou a candidatura de Tancredo Neves para a eleição indireta, realizada nos primeiros dias do ano de 1985. Sua principal exigência era que pessoas comprometidas com a reforma agrária fossem nomeadas para os postos-chave e que houvesse a realização da reforma, conforme prevista no Estatuto da Terra. Tancredo comprometeu-se, e a equipe indicada por ele foi mantida após sua doença e morte, e assunção de seu vice, José Sarney.

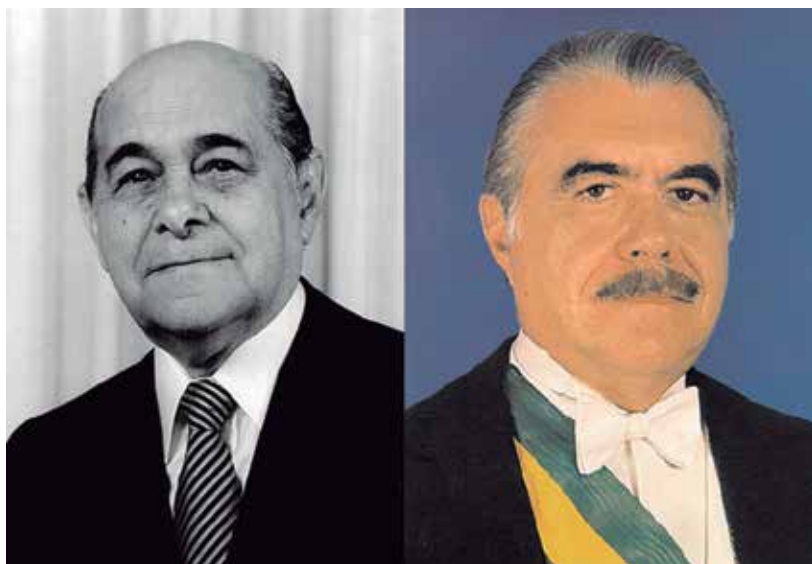


Figura 12.7: A Contag apoiou a candidatura de Tancredo Neves, e a equipe indicada por ele foi mantida por José Sarney.

Fonte: Agência Brasil - Official Brazilian President Gallery, CC BY 3.0 br, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=53589814>; Agência Senado [1], CC BY 3.0 br, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=1701228>.

Foi criado um Ministério da Reforma Agrária e, no Incra, uma equipe, liderada por **José Gomes da Silva**, seria composta de indivíduos muito identificados com a causa da reforma agrária.

No IV Congresso da Contag, no qual a direção sofria forte oposição de setores ligados ao MST, o Ministro Nelson Ribeiro, levando uma panela furada de balas, apresentou a Proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária. Era a tentativa de implementar o Estatuto da Terra, que lideranças do MST já consideravam ultrapassado, por exemplo, por preservar as empresas rurais.

A proposta, entre outras coisas, defendia:

- a desapropriação, como principal meio para obtenção de terras;
- a ampla investigação sobre os incentivos fiscais na Amazônia e a reversão das áreas não utilizadas ao poder público;
- a suspensão dos projetos de colonização;
- a desativação das milícias privadas;

José Gomes da Silva (1924-1996)

Engenheiro agrônomo nascido em Ribeirão Preto. Ajudou a introduzir a soja no Brasil ao atuar como fazendeiro; sua atuação mais conhecida, entretanto, foi como técnico: lutou por uma reforma agrária que multiplicasse o número de proprietários rurais. Em 1961, participou da elaboração do projeto de lei de revisão agrária, sob a liderança do governador de São Paulo, Carvalho Pinto. Em 1964, foi liderança na elaboração do anteprojeto de Estatuto da Terra. Ao ver que a parte relativa à reforma agrária não avançava, fundou a Associação Brasileira de Reforma Agrária, organização não governamental que atuou firmemente durante a ditadura civil-militar. Em 1985, foi, por seis meses, presidente do Incra, deixando o órgão ao ver descaracterizada sua proposta de reforma agrária. Finalmente, fez parte da elaboração de planos de reforma agrária do candidato Lula em 1994.

- as desapropriações em áreas de conflito;
- a fixação de áreas prioritárias, conforme previa o Estatuto da Terra, e a demarcação de terras indígenas.

A proposta, que foi abraçada pela direção da Contag, foi rejeitada imediatamente pelo setor proprietário. Em junho de 1985, era lançada a União Democrática Ruralista (UDR), sob a presidência de **Ronaldo Caiado**.

Ronaldo Caiado

Médico formado na Unirio, nascido em Goiás, tendo origem em uma família oligárquica de seu estado, que ocupa postos políticos desde meados do século XIX. Caiado candidatou-se à presidência da República em 1989, exerceu mandatos de deputado federal entre 1991 e 1994 e entre 1999 e 2014. Nesse ano, elegeu-se senador, mandato que durará até 2022. Participou ativamente no golpe que depôs a presidente Dilma Rousseff.

Formalmente, a entidade lutaria para eleger parlamentares simpáticos à causa dos proprietários na Constituinte, mas num período em que as ocupações promovidas pelo MST cresceram com apoio do setor progressista da Igreja Católica. Ficou famoso o *slogan* informal da UDR: “Para cada área invadida, um padre morto.”, numa referência ao apoio que padres progressistas da época davam às ocupações. A imprensa da época publicava as listas de advogados, padres e líderes de movimentos rurais que estariam marcados para morrer pelas mãos dos proprietários. A partir dos leilões de gado, a entidade se projetava, articulada com organizações mais tradicionais, como a Sociedade Rural Brasileira e a Sociedade Nacional de Agricultura. Empresários paulistas e sulistas, que tinham recebido imensas glebas na Amazônia e no Centro-Oeste, com muitos incentivos fiscais, ou seja, sem pagar impostos, e que especulavam com a terra, reagiam duramente.

Dentro do governo, a resistência não era menor. O presidente Sarney, ao ver em vermelho as áreas passíveis de desapropriação, teria exclamado: “O Brasil está todo menstruado!” A partir daí, vários projetos “alternativos” à reforma foram pensados, como o Projeto Nacional de Desenvolvimento Rural Integrado, (Ponderi), ou o Projeto Nordeste, que buscariam apoiar pequenos produtores ou liberar créditos para que camponeses adquirissem terras, que foram gestados no interior da burocracia estatal, para evitar a reforma agrária.

Entre setembro e outubro de 1985, foram elaboradas doze versões do PNRA. Afinal, a versão publicada, decreto nº 91766,

determinava a negociação como principal instrumento para obtenção de terras para a reforma agrária, a revisão dos incentivos fiscais já realizados, mas visando a tornar as terras cultiváveis, novos planos de colonização pública e particular e, finalmente, a revisão sobre terras indígenas; e não se falava na criação de áreas prioritárias para a reforma. O Plano deixava a ideia de desapropriação e partia para a negociação, sendo os interesses dos empresários paulistas na Amazônia e Centro-Oeste garantidos. Esta garantia seria, mais tarde, aprofundada com o decreto-lei 2363-1987, que assegurava que áreas até mil e quinhentos hectares, na Amazônia, e mil, no Centro-Oeste, não seriam desapropriadas, e aquelas até dez mil hectares, o proprietário poderia escolher vinte e cinco por cento dela para livrá-la da expropriação. Além disso, não seriam consideradas expropriáveis as áreas reconhecidas como produtivas. Este termo já fora utilizado nas discussões do PNRA e tornava difícil a realização da reforma, pois, em tese, toda terra rural, se não for, pode sempre vir a ser produtiva.

Embora sofresse a derrota na elaboração do PNRA, que resultou na saída da equipe comprometida com a reforma do governo Sarney, a diretoria da Contag ainda apoiou por algum tempo o governo. Rudá Ricci lembra que, numa das manobras governamentais para dificultar o PNRA, lançou-se o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor, que interessava a muitos sindicalistas vinculados à Contag no Sul e em Pernambuco. A ruptura com o governo só viria em 1986, depois que os planos regionais de reforma agrária mostraram-se extremamente tímidos. A partir dali, os contagueanos apoiam mesmo uma greve geral, desencadeada em dezembro de 1986.

Derrotada a proposta de reforma agrária dentro do governo, restava à direção voltar suas atenções para a Assembleia Constituinte a ser eleita em 1986 e reunir-se a partir do ano seguinte.

José Francisco da Silva foi membro de uma Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, que elaborou um anteprojeto de Constituição, descartado pelo plenário da Assembleia. As eleições de 1986 foram marcadas pelo Plano Cruzado.



Plano Cruzado

O período entre 1980 e 1994 foi marcado por uma inflação extremamente elevada. Para se ter uma ideia, o índice, em 1989, foi superior a dois mil por cento ao ano. Vale lembrar que esse fenômeno atingia outros países latino-americanos, como a Argentina, a Bolívia e o Peru. A partir de 1986, o governo Sarney tentou, por diversas vezes, medidas de combate à inflação. Normalmente, era adotado o congelamento de preços e salários, mas esta medida não funcionava, pois o governo não teria condição de fiscalizar os preços num país de dimensões continentais e, rapidamente, a inflação retornava. Esta primeira tentativa ficou conhecida como Plano Cruzado, em virtude do nome da moeda que substituiria o antigo cruzeiro. Não é demais lembrar que em novos planos de estabilização, a moeda mudava novamente de nome: cruzado novo, cruzeiro, cruzeiro-real e, finalmente, real.

Este plano, que tentou estabilizar a inflação a partir do congelamento de preços, possibilitou a eleição de uma assembleia conservadora, que era muito resistente à ideia de reforma agrária. A direção da Contag, que sofria a oposição do MST e de sindicatos ligados à Central Única dos Trabalhadores, defendeu a ideia de uma área máxima de sessenta módulos fiscais para a propriedade rural, indenizações em títulos da dívida agrária para as áreas expropriadas, jornada de trabalho de quarenta horas, aposentadoria também para as mulheres, uma política agrícola diferenciada para os pequenos produtores rurais e a impenhorabilidade da pequena propriedade, ou seja, que não

puдesse ser perdida em caso de dívida do cultivador. A reação a estas propostas foi, em alguns momentos, violenta dentro do plenário da Constituinte. Em reuniões da subcomissão de Política Agrícola e da Comissão da Ordem Econômica, os contagueanos e outros reformistas foram literalmente apedrejados, e o regimento da assembleia foi violado várias vezes para facilitar os trabalhos dos parlamentares contrários à reforma agrária. Enquanto os trabalhadores lembravam que a reforma ampliaria o mercado interno para a indústria, argumento que, aliás, já esgrimiam desde a década de 1950, os grupos conservadores observavam que a agricultura já se modernizara (isso era verdade, na tecnologia, mas não tanto nas relações de trabalho) e a reforma desorganizaria a produção num país que precisava exportar bens primários.

Finalmente, no texto constitucional, os conservadores conseguiram estabelecer a noção de propriedade produtiva, que seria insuscetível de desapropriação para a reforma agrária. A lei ordinária é que definiria o que viria a ser produtividade. As únicas conquistas da Contag: a impenhorabilidade da propriedade produtiva e a extensão da aposentadoria, que passa a ser de um salário-mínimo e também beneficia as mulheres. De todo modo, o tema da reforma agrária, tão caro aos contagueanos, ficaria principalmente em mãos do Movimento dos Sem Terra.

Um texto para o ator: a agricultura familiar e o papel da Contag

Após as derrotas da Proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária e das emendas reformistas na Constituinte, a Confederação vivia uma situação paradoxal: era o movimento sindical de maior extensão do país, tendo organização em mais de três mil municípios, mas não conseguia ver suas propostas aprovadas num Congresso Nacional conservador. Sofria assim um esvaziamento: de um lado, os sem-terra, que nunca se viram representados por eles, indo cada vez mais para o MST e, de outro, os pequenos

produtores, que começavam a preferir a UDR, pelo seu discurso a favor da pequena propriedade.

A situação se deteriorou a partir do governo Collor, que adotou medidas tão drásticas quanto ineficazes no controle da inflação, como congelamento de preços e confisco da poupança, começando a implantar no país os princípios do neoliberalismo.



Neoliberalismo

O neoliberalismo é uma ideologia desenvolvida a partir de estudiosos, como o austríaco Von Hayec e o estadunidense Milton Freedman. Segundo seus formuladores, o Estado deve retirar-se, ao máximo possível, das relações econômicas, deixando espaço para que o mercado regule quase todas essas atividades. Para estes autores, empresas públicas ou a intervenção estatal em relações trabalhistas são meios de distorcer o mercado, retirando a liberdade do cidadão. Este, ou fica dependente do Estado, se trabalhador, ou fica seu escravo, se proprietário. Pensado nos Estados Unidos e Europa Ocidental, para combater o que acreditavam ser um excessivo poder dos sindicatos, na América Latina voltou-se, principalmente, contra a existência de empresas estatais e contra o que aqui temos de legislação trabalhista. Quanto à reforma agrária, para os neoliberais, é inaceitável que o Estado desapropriar terras. Lembremos que o primeiro regime no planeta a adotar medidas deste corte foi a ditadura terrorista do general Augusto Pinochet, estabelecida no Chile entre 1973 e 1990.

Tais medidas consistiriam na privatização de empresas públicas, nos esforços ainda hoje feitos para alterar a legislação trabalhista, e na liberação das importações. Este aspecto nos interessa: com esta liberação de importar gêneros do exterior, muitos pequenos cultivadores faliram, e os grandes ficaram também numa situação difícil. Isso se agravou mais ainda depois da adoção do Plano Real, em 1994, quando a facilidade de importar se ancorou nas altíssimas taxas de juros, que atraíram investimentos especulativos estrangeiros. Como o real foi sobrevalorizado (eram necessários poucos reais para comprar dólares), o setor primário passou a ter dificuldade de exportar, levando a um alto índice de desemprego no campo.



Figura 12.8: Com a adoção do Plano Real, o setor primário passou por dificuldades.

Fonte: <http://www.bcb.gov.br/dinheirobrasileiro/en/primeira-familia-cedulas.html>, Domínio público, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=34139608>.

Progressivamente. a Contag vai reduzindo sua ênfase na reforma agrária e vai passando a dedicar uma atenção maior à agricultura familiar. Os velhos camponeses, que tantos sociólogos diziam estar extintos ou em vias de extinção, foram encontrados não só no Brasil, mas na Europa, nos estudos feitos por José Eli da Veiga, Sérgio Leite e Leonilde Medeiros.

Sob influência do setor cutista organizado no Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da CUT, os contagueanos vão passando a apoiar a agricultura familiar.

A partir da articulação de cutistas do Sul e do Norte do país, começaram a organizarem-se manifestações massivas em todo o país, nas quais a reforma agrária juntava-se ao grito dos pequenos cultivadores por crédito, insumos, proteção a seus mercados e transporte para sua produção. Em 1991, após o assassinato do sindicalista Expedito Ribeiro, em Rio Maria (Pará), Contag, MST, CUT e CPT organizaram o Grito do Campo, que significou a ocupação de prédios e manifestações de rua, exigindo o fim da violência e também um crédito aos pequenos cultivadores via Banco da Amazônia. Novas manifestações foram feitas e, a partir de maio de 1994, Contag e MST, ao lado de entidades como Coordenação dos Povos Indígenas do Brasil, Movimento Nacional dos Pescadores e Conselho Nacional dos Seringueiros, passaram a organizar o Grito da Terra Brasil.

Este ato consiste em manifestações realizadas durante uma semana em todo o país, a fim de alcançar as reivindicações do movimento. Neste primeiro ano, o Grito teve sete eixos temáticos: reforma agrária, política agrícola, direitos sociais e trabalhistas, previdência social, saúde e segurança no trabalho, política energética e meio ambiente.

Neste mesmo ano, uma equipe da Contag, ao lado de representantes do Ministério da Agricultura, elaborou um projeto de política diferenciada para a agricultura familiar, entendida como aquela que tem até quatro módulos fiscais, 80 por cento de renda agrícola e até dois empregados permanentes. Desta movimentação de 1994, surge o Programa de Valorização da Pequena Produção, primeira iniciativa do governo federal, ainda, para um apoio mais específico ao pequeno produtor, aproveitando-se de já existir desde o governo Sarney, ainda que pouco efetivo, um programa de crédito da reforma agrária.

Se, em 1994, a reforma agrária ainda aparece como foco central do Grito da Terra Brasil, isso mudaria a partir do ano seguinte, quando o MST, em plena fase de expansão das ocupações e disputas

por bases com o sindicalismo contagueano, vai se afastando da manifestação, que passa a ser liderada pela Contag.



César Fontes, Agência de Notícias da CONTAG

Figura 12.9: MST se afasta, e Grito da Terra Brasil passa a ser liderada pela CONTAG.

Fonte: http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=135&nw=1&id=62&arquivo=thumb___Mob1_Photo18.jpg&gfm=1&pasta=&nmpasta=.

A partir deste momento a direção da Contag, que agora era liderada por Francisco Urbano, ligado ao PSDB do Rio Grande do Norte, passa a defender mais as políticas diferenciadas para estes pequenos cultivadores. Para o governo FHC, eram apenas políticas compensatórias para gente que jamais alcançaria o *status* de produtor para o mercado, mas para os contagueanos, que, neste ano de 1995, se filiaram à CUT, era atender ao seu principal público-alvo. Francisco Urbano recorda uma fala de Fernando Henrique, emblemática do pensamento neoliberal a respeito, no sentido de que atender a pequena produção era apenas uma medida compensatória pelos efeitos da abertura comercial, mas que nada se poderia esperar dele do ponto de vista econômico: “Seu Urbano, nós vamos analisar suas reivindicações, mas vocês estão equivocados, porque, em dez anos, só haverá cinco por cento de população brasileira no campo.”

De todo modo, com a crescente mobilização de grupos ligados ao MST, com ocupações de terras e de prédios públicos (ver Aula 13), começou a interessar ao governo central um diálogo com a Contag e sua imensa rede de federações e sindicatos. Daí, em 1995, foi aprovado o Programa Nacional da Agricultura Familiar, que incorporava os pequenos cultivadores que tivessem renda bruta de até vinte e sete mil reais - cerca de trinta mil dólares na época. A partir deste momento, a direção da Contag, ainda que sob influência da CUT, passa a focar toda sua atividade no apoio aos agricultores familiares e em políticas agrícolas diferenciadas para eles, deixando em segundo plano a reforma agrária, (embora federações e sindicatos ligados a ela tenham realizado ocupações de terras) e não valoriza mais as questões trabalhistas, deixando de lado os assalariados rurais.

Em 1997, face à postura de alguns dirigentes mais próxima ao PSDB, consegue-se o Pronafinho, um programa de apoio aos agricultores familiares de baixa renda (entre mil e quinhentos e oito mil reais.) A Contag chegava ao século XXI, defendendo políticas diferenciadas para o agricultor familiar, sob forte influência dos cutistas do Sul, mas sem perder sua base histórica do Nordeste. Em 2001, em seu oitavo congresso, passava a defender o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável, onde estavam presentes temas como rejeição aos transgênicos (embora muitos sindicalistas do Sul do país os aprovassem), uma agricultura orgânica e o foco na agricultura familiar.



Relações Contag-CUT

A Direção da Contag decidiu não se filiar à CUT, quando de sua criação em 1983, pois os cutistas sustentavam, à época, o fim da unicidade sindical, ou seja, o dispositivo legal que obriga a existir apenas um sindicato por município e uma federação por estado, para cada categoria de trabalhadores. Face ao crescimento dos cutistas no meio agrário, especialmente no Sul, onde se incorporavam os agricultores familiares, a Contag acaba filiando-se à CUT em 1995. Entretanto, a polêmica em torno da unicidade sindical continuaria, já que os cutistas mais ligados à agricultura familiar fundaram, em 2001, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Sul (Fetraf-Sul) e, em 2004, criaram a Fetraf-Brasil. A Contag desfilou-se da CUT em 2009.

Desta maneira, a direção contagueana passara, de uma ênfase na reforma agrária dos anos 1960 até o início da década de 1990, para um esforço de apoiar os pequenos cultivadores, que já se encontravam na terra. Do legalismo, muito criticado na ditadura, mas que foi essencial para manter o tema da reforma em tela, passou-se a uma mobilização, que não excluía ações mais duras, como a ocupação de prédios públicos, privilegiando, entretanto, uma relação com o Estado. A direção da Contag, que, ao lado do MST, fazia parte da Campanha Nacional de Reforma Agrária, chegou mesmo a coordenar, com o Banco Mundial, um programa de Crédito Fundiário (Programa de Combate à Pobreza Rural), que fora

combatido antes, pois retiraria recursos da reforma agrária em favor de uma ação em que o Estado comprava terras aos proprietários para repassá-las a camponeses, chamada reforma agrária de mercado, na qual não se pune o não-uso da propriedade. Para o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que sofria viva oposição do MST, esta relação com a Contag possibilitava avançar no meio agrário e amortecer as consequências de suas políticas de abertura econômica, que reduziam os empregos no campo. Ao final do governo Fernando Henrique, a maior confederação de trabalhadores do país tinha uma rede de sindicatos invejável, mas se debatia entre uma luta histórica pelo acesso dos mais pobres à terra e a questão de apoiar aqueles que, bem ou mal, já a ocupavam. A segunda linha acabaria prevalecendo até nossos dias.

Até aqui discutimos o tema da ação contagueana desde a ascensão do regime militar até o final do governo Fernando Henrique. Mas não poderemos encerrar esta aula sem abordar um tema ainda hoje pouco tratado: a questão feminina no meio agrário. É o que faremos na última seção, ainda que em breves traços.

Margaridas em luta: as mulheres no sindicalismo contagueano

Todas as reflexões feitas nesta seção estão baseadas na tese de doutorado de Vilenia Venancio Porto Aguiar – “Somos Todas Margaridas: um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo”.

Ao longo de todas estas aulas que você acompanhou, foi rara a citação de mulheres, a não ser naquelas cartas que vimos na Aula 5, quando escreviam a Getúlio Vargas, lembra? Isso não significa, é claro, que as mulheres não participaram de tantas lutas que aconteceram no campo brasileiro. Recordemos Dona Elizabeth

Teixeira, esposa do líder da Liga de Sapé, João Pedro, assassinado em 1962. Contudo, a participação feminina ficou invisibilizada e, até mesmo, reprimida. Nos sindicatos, mesmo ela, até os anos 1970, só aparecia como dependente do pai, do marido ou do irmão, ou como pensionista. Houve mesmo dirigentes sindicais que defenderam a proibição da entrada de mulheres nos sindicatos como associadas.

Esta situação começou a mudar a partir dos anos 1970, pois passamos a ter uma mobilização feminina importante. Inicialmente, começam a atuar nas comunidades eclesiais de base, ainda nos anos setenta, já que, por ser um espaço da Igreja Católica, portanto, restrito ao privado, sua participação era bem vista. Já nos anos 1980, passam a atuar mais firmemente nos sindicatos. É deste período que data o assassinato de Margarida Alves, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, Paraíba, morta em 1983, e que se tornaria um símbolo das lutas femininas no meio agrário.

Em 1986, organiza-se um setor de mulheres rurais da CUT; em 1989, estrutura-se uma Comissão Nacional Provisória de Trabalhadoras Rurais da Contag.

Em 1995, no contexto da Conferência dos Direitos das Mulheres, em Pequim, promovida pelo ONU, e de manifestações que redundariam na Marcha Mundial de Mulheres, no ano 2000, a Contag cria sua Comissão Nacional de Trabalhadoras Rurais. Em 1998, o VII Congresso adota a política de cotas para mulheres na direção da Contag.

A partir do ano 2000, em Brasília, organiza-se, sob direção das mulheres contagueanas, mas com ampla participação feminina, como o movimento de mulheres camponesas do Sul e as quebradeiras de coco do Norte do país, a Marcha das Margaridas.



José Cruz

Figura 12.10: Marcha das Margaridas

Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/foto/2015-08/5a-marcha-das-margaridas>, CC BY 3.0 br, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=42317156>

Assim, se anualmente a Contag organiza o Grito da Terra Brasil, a Marcha das Margaridas é realizada a cada quatro anos, normalmente, no primeiro ano de governo. Vale salientar que a Constituição de 1988 garantiu às mulheres do campo a aposentadoria de, pelo menos, um salário-mínimo, o que, em meios rurais do país, projeta sua importância no sustento da família.

A marcha, realizada sempre em Brasília, tem uma longa preparação, com delegadas que são eleitas nos mais distantes rincões do Brasil e que elaboram pautas tão extensas quanto específicas. Perpassam, em suas reivindicações, desde bandeiras tradicionais do movimento feminista, como a reivindicação da descriminalização do aborto, que é entendido como um direito reprodutivo, até temas como o direito ao uso da terra para as quebradeiras de coco do Maranhão, que sofrem a perseguição de pretensos proprietários. Este movimento se projeta e cada quatro anos; milhares de margaridas concentram-se na capital federal para reivindicar. Notemos que, se até a década de 1970 era difícil uma mulher sindicalizar-se no meio agrário, agora temos uma presença importante de mulheres na direção contagueana e no movimento sindical. Claro que muita coisa

ainda precisa ser feita, principalmente em nossa cultura, já que ainda não reconhecemos o trabalho doméstico como trabalho, e os que defendiam a deposição da primeira mulher que chegou à presidência da República nunca esqueceram de sublinhar sua condição feminina, para mostrar que, antes de tudo, ela não deveria estar no cargo. Desta maneira, o caminho para o respeito à mulher como parceira igualitária da construção de nossa sociedade ainda é longo, porém está ao menos começando, sem estar livre de retrocessos.

CONCLUSÃO

O movimento sindical camponês estava em plena ascensão quando do golpe civil-militar de 1964, que cortou esse processo. Entretanto, apesar da repressão vigorosa desencadeada contra qualquer movimento identificado com o ascenso anterior, exercida pelo estado ou por particulares, isso não significou o fim do movimento. A existência do Estatuto da Terra seria a base legal de onde o sindicalismo reestruturado poderia sobreviver e atuar. Já no primeiro congresso, de 1966, as reivindicações pautaram-se neste tema. A partir de 1968, com a ascensão da aliança entre pernambucanos e gaúchos, passa-se a ter uma postura mais combativa, dentro das condições da época, especialmente depois do Ato Institucional Nº 5. Durante os anos mais difíceis do regime, a bandeira da reforma agrária foi mantida, e as lutas em cima da terra ou por melhores condições de trabalho foram organizadas. Com a abertura do regime militar, passa-se a incorporar novas reivindicações. A reforma agrária, que era dinamizada pelas ocupações de terra, o que mais tarde seria o MST, ganha novo ímpeto nos discursos contagueanos e reivindica-se uma área máxima para o tamanho das propriedades não medidas em módulos fiscais, e sim em hectares. Em 1985, com a Proposta de Plano de Reforma Agrária, apesar das críticas do nascente MST, a direção da Contag passa a defender a reforma, utilizando, para isso, os mesmos princípios

da década de 1950, ou seja, reforma para ampliar o mercado interno. Derrotada a proposta e excluída a reforma da Constituinte, progressivamente a direção contagueana passa a buscar amparar a agricultura familiar. Era necessário, então, assistir os pequenos produtores, os que já estavam na terra. No governo Lula (2003-2011), embora a reforma agrária não avançasse, multiplicaram-se os programas de apoio à agricultura familiar, inclusive às mulheres pequenas proprietárias. Este passou a ser, embora com muita resistência dos dirigentes, um outro tema: o tema da mulher no campo, que passava de ser apenas vista como guardiã da família para ser parceira na construção de uma sociedade distinta. Outros temas seriam incorporados, como a agroecologia e a tecnificação do pequeno produtor. Com mais de cinquenta anos, embora sofra dissidências, a Contag continua a ser uma organização importante para a representação dos trabalhadores rurais do país.



Atende ao Objetivo 2

2. Você terá listas de reivindicações elaboradas no Grito da Terra Brasil e na Marcha das Margaridas.

Leia as reivindicações a seguir e identifique as específicas para as mulheres, discutindo em que aspectos as gerais também podem atender a elas.

Grito da Terra Brasil

1- Resgate e ampliação do instrumento de desapropriação de terras para fins de reforma agrária e atendimento, até o final de 2015, das famílias acampadas e aquelas que se encontram em áreas de conflito agrário. Efetivação de medidas legislativas e normativas que permitam ao Estado aprimorar os mecanismos de fiscalização do cumprimento

da função social das propriedades fundiárias e efetivar as desapropriações daquelas áreas que não cumpram este princípio constitucional;

2- Que o Estado destine sua atenção à saúde e segurança das trabalhadoras assalariadas rurais existentes no campo, seja porque, em regra, são submetidas às piores condições de trabalho, como porque desenvolvem atividades que exigem ações repetitivas, exposição aos agrotóxicos e, em muitos casos, esforço físico exagerado;

3- Garantia do papel estratégico da agricultura familiar no desenvolvimento rural, com a produção de alimentos saudáveis, geração de ocupações produtivas e renda no campo e conservação ambiental; criação de um programa que leve em consideração todo processo de sustentabilidade da produção na agricultura familiar, considerando as dimensões: ambiental, crédito, pesquisa, assistência técnica, formação produtiva, processamento e comercialização;

4- Construção de creches nos locais de trabalho, em parceria do poder público com as empresas empregadoras, tanto em localidades onde há concentração de mão de obra feminina como naquelas onde prevalece a mão de obra masculina, assegurando melhores condições para que as trabalhadoras com filhos possam trabalhar, bem como para avaliar se esta experiência pode servir de estímulo para que haja uma elevação do número de contratações;

5- Promoção da melhoria da infraestrutura do meio rural por meio do PAC III [armazenagem, estradas vicinais, pontes, acessos aquaviários (portos e barcos), energia elétrica (trifásica), comunicação e informação (internet, telefonia, rádios e TV comunitária), com participação dos três entes federados;

6- Medidas de fiscalização e outras ações de estado, de forma a identificar e combater a exploração das mulheres que acompanham seus companheiros assalariados rurais e que, embora trabalhem para o empregador rural, não tenham sua condição de assalariadas e seus direitos reconhecidos/respeitados.

Adaptado de: Contag Pauta de Reivindicações do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), In: Contag, 21º Grito da Terra Brasil, 2015, Brasília, Contag, 2015, In: http://www.contag.org.br/imagens/f2337caderno-de-propostasgtb_web.pdf acessado em 12-10-2016 Reivindicações, 1, 3 e 5..

5º Marcha das Margaridas – Pauta de Reivindicações ao Governo Federal. In: 5º Marcha das Margaridas, Brasília Contag, 2015, <http://www.contag.org.br/imagens/f2445cadernodepautaexecutivofinal.pdf> acessado em 12-10-2016 Reivindicações 2, 4 e 6.

exemplo, lavar a roupa do familiar que fez uso do mesmo. Da mesma forma, a promoção da melhoria de condições de vida com o Pac III (referência aos Planos de Aceleração do Crescimento) traria melhores condições de vida a todos.

Entretanto, existem temas mais específicos, que não aparecem nos Gritos da Terra Brasil, mas estão na Marcha das Margaridas. Das que selecionamos, temos, em primeiro lugar, as duras condições de trabalho que, aliás, são mostradas na jornada dupla, normalmente exercida pela mulher, e na sua exposição aos agrotóxicos, como vimos. Depois, temos o tema das creches, fundamental porque, normalmente, a mulher fica com a responsabilidade sobre a criação dos filhos, e sua ausência significa uma dificuldade a mais para o trabalho. Além do mais, temos a questão da mulher que acompanha o companheiro, trabalha, mas não é remunerada, por seu trabalho não ser reconhecido como tal. Desta maneira, as reivindicações mais específicas das mulheres foram canalizadas pela Marcha, e não pelo Grito, numa espécie de divisão das tarefas reivindicativas. As lutas no campo continuam em pleno século XXI, e o movimento sindical tenta incorporar agora também as questões femininas.

RESUMO

Nesta aula, discutimos a atuação da Contag desde o regime militar até a emergência do neoliberalismo. Durante o regime de 1964-1985, a direção da Contag buscou manter a reforma agrária em tela, além de promover lutas em relação a questões trabalhistas, especialmente a partir de 1980. Durante o governo Sarney, a luta foi pelo cumprimento do Estatuto da Terra e, depois, passou-se ao esforço para ver a reforma agrária aprovada na Constituição de 1988. Derrotados estes movimentos, o sindicalismo contagueano encontrou na agricultura familiar o caminho a seguir, na direção de conservar sua ampla base de representação social. Ao agricultor familiar, com uma proposta de agricultura orgânica, sem agrotóxico

e livre de transgênicos, somou-se o apoio a questões femininas, expresso na Marcha das Margaridas. Apesar das dissidências, a Contag continua sendo a maior entidade de trabalhadores rurais do país, com seus milhares de sindicatos esparramados por todo o território nacional.

Informações sobre a Próxima aula

Na Aula 13, discutiremos a atuação da Comissão Pastoral da Terra, o surgimento do MST e sua expansão.

Até lá!

Aula 13

Os trabalhadores rurais: da ditadura militar às lutas contemporâneas (Segunda parte)

Vanderlei Vazelesk Ribeiro

Meta

Analisar os movimentos dos trabalhadores rurais durante o período compreendido entre o golpe civil-militar de 1964 e a ascensão do governo Lula (2003-2010), discutindo a atuação da Comissão Pastoral da Terra a partir da segunda metade da década de 1970, sua contribuição para a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), bem como a consolidação desse movimento no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e, finalmente, sua crise, que se desenvolveu no governo de Lula (2003-2010).

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. compreender a contribuição da Comissão Pastoral da Terra para a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra durante o período final da ditadura civil-militar (1964-1985);
2. avaliar a ascensão do MST como movimento social durante a segunda metade dos anos 1980, sua consolidação como maior movimento de luta pela terra no país durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1999), bem como sua crise iniciada ainda no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (1999-2003) e aprofundada durante os períodos presidenciais de Lula (2003-2010).

INTRODUÇÃO

Como você vem acompanhando durante o curso, o tema da luta pela terra desenvolveu-se durante toda a história republicana. Inicialmente, discutimos o tema dos movimentos chamados messiânicos (Canudos, Contestado, Caldeirão), quando as oligarquias regionais, em parceria com o poder central, esmagaram as tentativas dos camponeses de se apropriarem livremente da terra.

Refletimos sobre o período varguista (1930-1945), no qual, mesmo excluídos formalmente da participação política através dos sindicatos, ainda que houvesse tentativas da burocracia nesse sentido, os trabalhadores do campo fizeram eco à propaganda varguista e escreveram ao presidente, tentando melhorar suas condições de vida e reivindicando a terra, quando a perdiam para pretensos proprietários.

Observamos, no período democrático entre 1945 e 1964, a emergência do camponês no cenário político e a construção de organizações, como o Master, no Rio Grande do Sul; as Ligas Camponesas, no nordeste, e a sindicalização dos trabalhadores rurais, assim como a luta dos posseiros, que vimos, pela primeira vez, vitoriosa, no sudoeste do Paraná.

Por fim, vimos o movimento sindical se reestruturando no período militar e a CONTAG buscando novos caminhos, apoiando a agricultura familiar, após a derrota do Plano Nacional de Reforma Agrária, e não ver a mesma ser recepcionada na Constituição de 1988.

Este panorama não ficaria completo sem discutirmos a atuação daquele que chegou a ser o mais importante movimento de luta pela terra na América Latina, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Ainda que posteriormente tenha havido um relativo descenso em suas lutas, não podemos encerrar este panorama sem discutir sua construção.

Inicialmente, veremos a atuação da CPT, ponto de partida para formação do movimento. Acompanharemos a expansão do movimento durante o governo Sarney (1985-1990), quando não concordou com os contagueanos em apostar tudo na Proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária.

Avaliaremos também sua caminhada durante o governo de Fernando Collor e o de Itamar Franco (1990-1995), quando o movimento passa a enfrentar a ideologia neoliberal e uma repressão mais dura, principalmente no período Collor.

Finalmente, veremos seu momento áureo no primeiro período Fernando Henrique Cardoso, quando a estratégia de ocupação de terras passou a ser seguida por diversos movimentos e, finalmente, sua crise, que se inicia na repressão do governo FHC e se consolida durante o governo Lula. Assim, concluímos nossas aulas sobre os movimentos sociais camponeses no Brasil Republicano.

Vamos começar analisando a parteira do MST: A Comissão Pastoral da Terra.

Igreja e Problemas da Terra

As instituições não são homogêneas. Podemos distinguir, pelo menos, três posições na Igreja Católica relativas à questão agrária diante do golpe de 1964:

- A ultraconservadora, liderada por D. Geraldo de Proença Sigald, bispo de Diamantina, que pregava contra qualquer forma de reforma agrária e defendia abertamente o extermínio dos comunistas;
- A conservadora, que apoiara o golpe, mas que defendia uma postura favorável a uma reforma agrária limitada;
- E, finalmente, a progressista, que, aos poucos, ganhou corpo no interior da Igreja, sustentando a defesa dos posseiros e uma reforma agrária profunda. Esta última tendência foi

progressivamente ganhando espaço dentro da instituição, à medida que o regime militar se radicalizava e a repressão contra posseiros, indígenas e todos os que lutavam por melhores condições de vida no meio rural se intensificava.

Lembremos que a Igreja institucional também sofria importantes mudanças. Entre 1962 e 1965, realizou-se o Concílio Vaticano II; dele resultou a definição de uma Igreja que dialogasse mais com outras religiões, que aceitasse mais a diversidade e que se preocupasse mais com os problemas sociais. Na América Latina, diversos padres, do continente ou estrangeiros, passaram a aprofundar suas reflexões e encontrar em certos pontos do pensamento marxista a explicação para o sofrimento do povo e o remédio para que melhorassem suas condições de vida. Surgia aqui a Teologia da Libertação.



Teologia da Libertação

A Teologia da Libertação pode ser definida como uma interpretação dos evangelhos focada nos problemas sociais e que sustenta que se pode conseguir uma vida melhor aqui mesmo, sem precisar esperar um paraíso, depois da morte, como nas visões tradicionais, desenvolvendo uma vigorosa crítica ao sistema capitalista e enfatizando a ideia de comunidade, onde todos poderiam realizar e desenvolver suas potencialidades, rompendo com o individualismo capitalista e beneficiando-se coletivamente. Teólogos como o frei Leonardo Boff foram vigorosamente censurados pela Congregação da Doutrina da Fé, comandada pelo então cardeal Joseph Ratzinger, que veio a se tornar, em 2005, papa Bento XVI. Essa congregação é o órgão que substituiu o antigo Tribunal da Inquisição. De qualquer modo, a Teologia da Libertação influenciou diversas comunidades em toda a América Latina.



Figura 13.1: Leonardo Boff, um dos expoentes da Teologia da Libertação.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Leonardo_Boff_palestra.jpg.

Ação Popular

Organização que atuou entre 1962 e 1964, tentando unir pontos do cristianismo e do marxismo, conseguindo grande influência, especialmente nos meios universitários.

Com o golpe de 1964 e a consequente repressão, parte de seus militantes aderiu ao Partido Comunista do Brasil, que, na época, se inspirava no maoísmo, doutrina elaborada pelo líder da Revolução Chinesa, Mao Tsé-Tung, que pregava a tomada do poder a partir de um longo processo de luta armada, que cercasse as cidades a partir do campo. Parte destes militantes tombaria na guerrilha do Araguaia.

Neste clima de mudanças, realizou-se, em Medellín, Colômbia, a segunda Conferência Episcopal Latino-americana (CELAM), que definiu a Opção Preferencial pelos Pobres, com uma Igreja mais comprometida com os que mais padecem, os quais não têm quem os defenda.

No Brasil do fim dos anos 1960, quem sofreria mais do que camponeses, os índios e outros marginalizados?

A Igreja rumo ao povo: do golpe militar à formação da CPT

Como vimos na Aula 9, antes do golpe, a Igreja Católica encontrava-se dividida no que tange à sindicalização dos trabalhadores rurais. Existia um grupo mais radical, que estava vinculado à **Ação Popular**, e um outro, que defendia uma sindicalização mais moderada. Isso para não falarmos da extrema-direita católica, que confundia sindicalismo com guerra entre as classes.

Como vimos na Aula 12, o grupo mais moderado da Igreja Católica hegemonizou a CONTAG logo nos primeiros anos da ditadura militar. Contudo, se a Ação Popular foi reprimida, logo surgiram outros padres que começariam a levantar a bandeira da luta pela terra. Na realidade, surgiam várias Comissões Pastorais (do Negro, do Menor, da Mulher, dos Presos), buscando melhorar suas condições de vida.

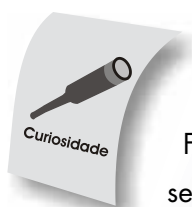
Um trabalho que havia começado no início dos anos 1960 foi ganhando corpo: as Comunidades Eclesiais de Base. Organizadas em pequenas paróquias, fossem em bairros pobres das cidades ou em zonas rurais, os padres ou leigos (militantes católicos) que as dinamizavam procuravam mostrar aos pobres que as injustiças que sofriam absolutamente não eram a vontade de Deus. No caso dos posseiros, que perdiam suas terras, um livro da Bíblia muito utilizado era o Êxodo, que mostra a saga do povo judeu deixando a escravidão do Egito rumo à Terra Prometida de Israel.

Assim como o povo de Deus do Velho Testamento, o camponês também passava sua provação, realizando a longa e dura caminhada em busca de sua terra, mas podia ter a confiança de que Deus o acompanharia e garantiria sua vitória. Era uma visão que guarda semelhanças com o messianismo, que estudamos na Aula 3, lembra? “Irá chegar um novo dia, um novo céu, uma nova terra, um novo mar!”, cantava-se nas pequenas comunidades.

Se, até 1968, havia setores na Igreja que confiavam que o regime militar faria a reforma agrária (o cardeal de São Paulo, D. Agnelo Rossi, negociava situações de posseiros com o comando militar), com a edição do Ato Institucional nº 5, a prisão e tortura de padres, como frei Tito e frei Beto, ainda que fossem ligados ao grupo armado de Carlos Marighela, e o assassinato de padres sem punição para os culpados foi afastando mesmo a hierarquia conservadora do regime militar, mudando esse quadro.

Outros episódios, como a fria recepção do presidente Médici a D. Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo, em 1972, e a

aprovação da lei do divórcio, por um congresso controlado pelo regime, em 1977, marcaram o afastamento da hierarquia eclesial em relação à ditadura militar.



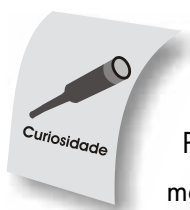
D. Paulo Evaristo Arns

Foi arcebispo de São Paulo entre 1970 e 1998, sendo importantíssimo personagem nas denúncias contra as torturas e assassinatos cometidos pelos órgãos de repressão durante a ditadura militar. Um momento marcante foi sua participação no culto ecumênico que serviu de protesto contra o assassinato do jornalista Vladimir Herzog nas dependências de um órgão repressivo em São Paulo em outubro de 1975. Faleceu em dezembro de 2016.

No campo, o trabalho das Comunidades Eclesiais de Base era sistematicamente dificultado por autoridades policiais ou militares. Qualquer crítica já era identificada como subversão, como se dizia na época. O governo militar anunciava o progresso para a Amazônia, que finalmente seria incorporada ao território nacional. “Integrar para não entregar”.

Exatamente da Amazônia veio o primeiro grito de alerta: *“Uma Igreja da Amazônia em Conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social”* era a carta pastoral do bispo de São Félix do Araguaia (MT), D. Pedro Casaldáliga, que clamava contra a situação vivida no imenso espaço geográfico. Enquanto isso, nas cidades, o governo Médici anunciava o progresso com a construção de rodovias - o que se via no campo era a expulsão de posseiros por grandes empresas de São Paulo e do Rio Grande do Sul, a pressão contra aldeias indígenas, a prostituição, a doença e uma situação de degradação social.

Outras pastorais também faziam cartas, como *Y-Juca-Pirama, o índio aquele que deve morrer*, ou *Eu Ouvi os Clamores do meu Povo*, sobre a situação no Nordeste, ou, ainda, *Marginalização Social: O grito das igrejas*, sobre os problemas agrários do Centro-oeste. Toda essa movimentação resultou na criação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em 1972, onde se buscava não mais cristianizar o índio, mas respeitar sua cultura, compreendendo que nela havia muito do que o cristianismo pregava, como o trabalho comunitário, a partilha da terra e a posse coletiva dos bens.



Questão indígena

Podemos dizer que a luta pela terra no Brasil começa com o processo de conquista que se abate sobre as populações indígenas. Durante o regime militar, a ação sobre essas terras fez-se via construção de estradas, projetos pecuários e outros empreendimentos. A ação do CIMI era fundamental para que os grupos indígenas se conhecessem entre si, construíssem uma identidade própria e revigorassem a luta por suas terras.

A Constituição de 1988 determinou que se demarcassem todas as terras indígenas - processo que continua até nossos dias, como vimos a demarcação da reserva Raposa Serra do Sol em Roraima.



Roosevelt Pinheiro

Figura 13.2: Lago Caracaranã, na reserva Raposa Serra do Sol
 Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Raposa_sol.JPG

Esta demarcação foi extremamente criticada por setores vinculados ao agronegócio, e estes tudo fazem para impedir novas demarcações e/ou reverter as que já foram feitas. Em janeiro de 2017, o Ministério da Justiça do governo Temer publicou uma portaria que retira da Funai (que tem pessoal especializado na atribuição de elaborar relatórios sobre demarcação de terras indígenas), passando tal competência para grupos técnicos especializados nomeados pelo Ministro da Justiça.

Fonte: <http://amazonia.org.br/2017/01/governo-dificulta-mais-a-demarcacao-de-terras-indigenas-no-pais/>

Como vimos na Aula 12, não havia um estado, no início dos anos 1970, que não tivesse conflitos por posse de terras. Na Amazônia, sendo a sindicalização rural frágil, a Igreja, cujos bispos e padres davam apoio aos camponeses, tornava-se o desaguadouro dos conflitos. Assim, os padres se convertiam em assessores, arranjavam advogados, denunciavam, amparavam a resistência.

No Pará, a situação piorou depois da vitória do exército sobre a guerrilha do Araguaia. O Conselho de Segurança Nacional legalizou as **grilagens** de empresários de São Paulo e de outros estados ao sul, entendendo que a presença dos fazendeiros, mesmo que só estivessem lá seus gerentes e peões, era uma vacina contra uma nova arremetida guerrilheira.

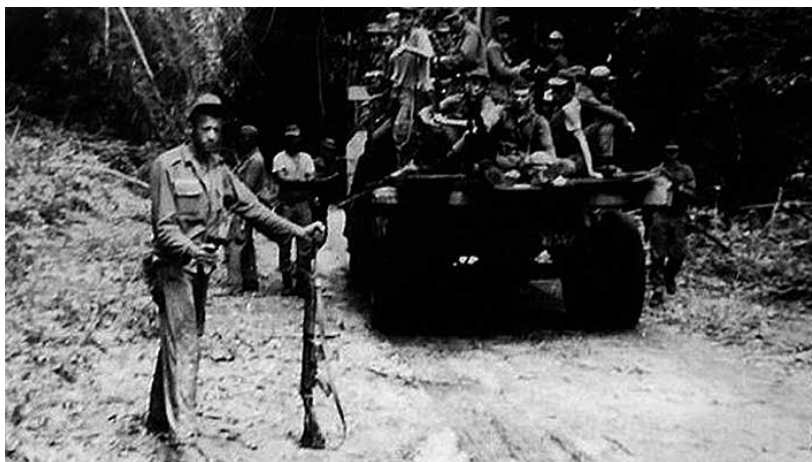


Figura 13.1: A vitória do Exército no Araguaia piorou a situação no Pará
Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Comunistas-64a.jpg>

Nesse contexto, uma articulação entre D. Pedro Casaldáliga, D. Tomás Balduino, bispo de Goiás Velho, e outros bispos comprometidos com a questão da terra levou à criação, em junho de 1975, da Comissão Pastoral da Terra.

A Comissão, originalmente, tinha os seguintes objetivos:

1. Assumir o compromisso de empenhar-se no processo global de reforma agrária, dando cumprimento ao espírito e à letra do Estatuto da Terra, articulando-se com todas as instituições sociais que trabalhassem por esse mesmo objetivo;
2. Criar uma Comissão de Terras que, na qualidade de organismo de caráter oficioso, ligado à **CNBB**, pudesse realizar com agilidade o objetivo de interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em favor dos homens sem

Grilagem de terras

Prática de falsificação de documentos para tomar posse de terras devolutas ou de terceiros.

CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil)

Criada em 1952. Não faz parte da hierarquia oficial da Igreja Católica, mas funciona como uma coordenação entre os bispos e faz a mediação entre eles e o Vaticano. Cada bispo é responsável por uma diocese, ou seja, uma divisão administrativa da Igreja Católica.

terra e dos trabalhadores rurais, e estabelecer ligações com outros organismos oficiais. Cabe a esta comissão dar especial atenção ao Estatuto da Terra e à Legislação Trabalhista;

3. Que cada diocese, em ligação com a Comissão de Terras, se empenhasse em criar uma equipe que, a partir do conhecimento profundo da realidade, ajudasse a se abranger vitalmente a problemática da terra e suas consequências no planejamento pastoral; organizar uma assessoria jurídica para tudo que se referisse aos problemas da terra e dos trabalhadores rurais; promover campanhas de conscientização para os trabalhadores rurais e agentes de pastoral.

Embora tivesse o apoio da CNBB, a CPT não nasceu sem resistência. Dom Sigaud denunciava bispos, como Dom Pedro Casaldáliga, como agentes comunistas infiltrados; todavia, a resposta veio direta, com acusações de que o ultraconservador era agente da Central de Inteligência dos Estados Unidos da América.

Assim, em outubro de 1975, a CPT era reconhecida como entidade pela CNBB. Isso era muito importante porque, agora, um grito dado em defesa de posseiros na Amazônia poderia ecoar em outros pontos do país e do mundo. Finalmente, lembremos que a CPT se propunha a ser ecumênica, ou seja, aceitava a presença de membros de outras confissões religiosas.

Do nascimento da CPT ao parto do MST

A CPT se expandiu rapidamente e, em 1979, já eram quinze as suas regionais. Seu trabalho estava mais voltado para a defesa da posse da terra, para o trabalho comunitário, e muito pouco para os assalariados.

Isso se devia à visão de mundo que muitos padres e leigos da CPT desenvolveram: o ideal a perseguir não era introduzir o capitalismo no campo, como muitos pensavam nos anos 1960. O

capitalismo chegara e trouxera com ele não só o progresso técnico, mas a expulsão do posseiro, o assassinato dos índios e a destruição do meio ambiente.

Sem pregar abertamente o modelo socialista vigente no leste europeu ou em Cuba, muitos acreditavam na possibilidade do socialismo numa outra construção a ser realizada. Mas antes de pensar em futuro, o presente estava ali mesmo: na bala do jagunço, na expulsão da terra que o posseiro cultivava.

No Rio de Janeiro, a CPT, nos primeiros tempos, chegou a colaborar com a federação de trabalhadores ligada à Contag, mas depois se afastou, acusando-a de excessivamente legalista.

Violência no Campo

As mortes dos padres João Bosco Penido Burnier e Rodolfo Lunkenbein em Mato Grosso, em 1976, eram um sinal do que vinha pela frente. Contudo, não bastava a luta contra fazendeiros protegidos do Estado, os camponeses enfrentariam também o próprio Estado.

A segunda metade dos anos 1970 seria marcada por megaprojetos de construção de barragens: se a barragem de Sobradinho, na Bahia, não encontrou resistência, no Sul, a construção de Itaipu, na divisa do Paraná com o Paraguai, encontrou forte questionamento.

A Igreja Católica, via CPT, estava na organização dos atingidos que não queriam mais dinheiro, mas sim serem assentados em outras áreas no Paraná. Bloqueios de estradas foram realizados, e os agricultores rejeitavam a proposta de assentamento na Amazônia.

Nessa região, as lutas continuavam no fim dos anos 1970, surgindo outro foco de resistência: os projetos pecuários eram instalados em terras que tinham seringueiros, que há décadas extraíam o látex para a borracha. O sindicato de trabalhadores rurais de Xapuri, no Acre, liderado por Wilson Pinheiro e Chico

Mendes, organizou a resistência, através dos “empates”, ou seja, os trabalhadores colocavam-se diante das motosserras, para defender os seringais. Wilson foi assassinado em 1980, e Chico Mendes, depois de criar o Conselho Nacional dos Seringueiros, em 1985, foi abatido em 22 de dezembro de 1988.



Chico Mendes



Fonte imagem: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Chico_Mendes.jpg

O assassinato do líder seringueiro teve repercussão mundial. Jornalistas de todo o planeta voaram para o estado do Acre. Ali aconteceu algo raríssimo: os assassinos Darci Alves Pereira e seu pai, Darly Alves da Silva, foram condenados a vinte anos de prisão. Fugiram, foram recapturados e depois passaram a cumprir pena em prisão domiciliar. Foi um caso raro: assassinos de líderes de trabalhadores rurais terem sido condenados! Chico Mendes era um sindicalista que ficou conhecido internacionalmente, recebendo prêmios nos Estados Unidos e na Europa por sua defesa do meio ambiente. Desta forma, seu assassinato ganhou uma projeção muito maior do que as centenas de mortes ocorridas ao longo das últimas décadas na Amazônia.

Enquanto isso, no Nordeste marcado por secas, os conflitos retornavam. A partir de 1975, D. José Maria Pires, bispo de João Pessoa, passou a atuar fortemente na luta em defesa de arrendatários.

Desapropriações

A fazenda Mucatu, localizada em Alhandra, na Paraíba, foi vendida. O novo proprietário queria expulsar, sem indenizar, os camponeses. O apoio dado por padres fez com que o novo proprietário destruísse a capela. As tensões aumentaram, até que a área fosse desapropriada em 1976.

O bispo de João Pessoa voltou a atuar em 1980, na fazenda Alagamar, quando, ao lado de outros padres e de D. Elder Câmara, arcebispo do Recife, expulsou o gado que era solto contra as roças dos camponeses por empregados do proprietário. Também Alagamar foi desapropriada.

Saliente-se que um dispositivo do Estatuto da Terra podia ser usado em momentos de crise: a desapropriação em áreas de conflito. Dessa forma, podia-se juntar a resistência na terra com a ação junto ao governo militar, para requerer a desapropriação da área em disputa. Certo era que isso não significava uma vitória garantida, porém era uma possibilidade a ser tentada.

Ocupação de terras

No fim dos anos 1970, uma outra modalidade de luta se estruturou: a ocupação de terras. Colonos que habitavam a reserva indígena de Nonoai, no Rio Grande do Sul, foram expulsos por estes índios em maio de 1978, já que havia uma determinação do governo que legitimava essa ação. Sem ter para onde ir, muitos acamparam na estrada. Foram, então, levados para o parque de exposições de Esteio.

Parte das famílias aceitou ir para projetos em Mato Grosso. Contudo, muitos gaúchos começavam a voltar da Amazônia

desencantados com a falta de condições vigente na região. Doenças, distância imensa de mercados consumidores e, mesmo, a expulsão por pretensos proprietários. Assim, parte das famílias recusou-se a deixar o Estado.

Tentaram, em 1978, ocupar três áreas em Passo Feio, Reserva Florestal de Rondinha e a Fazenda Brilhante, no município de Sarandi. Aliás, a Fazenda Brilhante é um pedaço da Fazenda Sarandi, desapropriada no governo Leonel Brizola em 1962. Muitos dos que ocupavam a Brilhante eram filhos de assentados da Sarandi ou gente que não tinha conseguido se assentar na fazenda.

Os camponeses passaram a contar com o apoio do Padre Arnildo Fritzen e de outros membros da CPT que, no Rio Grande do Sul, também engloba a Igreja Luterana, além de um funcionário da Secretaria de Agricultura, que mais tarde tornou-se um notório líder do MST, João Pedro Stédile.

O governo do estado não assentava os sem-terra, e a situação se agravava. No sete de setembro de 1979, a fazenda Macali, terra pública arrendada ao Moinho Carazinhense, foi ocupada. “Enquanto os militares marchavam, no dia da Independência, nós marchava prá Macali.”, lembra seu Adelino, um dos que ocuparam a terra.

A ocupação surpreendeu o governo e logo foi concedida a licença de uso. No dia 25 de setembro, outro grupo acampou na Fazenda Brilhante. Ninguém sabia, mas estava nascendo uma nova categoria social: o sem-terra. O Estatuto da Terra não tinha sido pensado para ela, mas sim para fazendas com altos índices de posseiros e arrendatários. Agora, o sem-terra surgia de uma outra condição. A modernização, que na Amazônia expulsava o posseiro à força, no sul ou em São Paulo o expulsara pela pressão econômica. Ninguém morava mais nas fazendas de café de São Paulo, que se tinham mecanizado; no Sul, os pequenos cultivadores eram espremidos pela agroindústria.

Os que ocuparam a Brilhante foram, em parte, assentados, mas um terceiro grupo não encontrava lugar e não queria ouvir falar

de ser levado para a Amazônia. Em dezembro de 1980, quando os primeiros que ocuparam a Macali tinham conseguido seus títulos de terra, uma nova luta começava.



Figura 13.2: Governador Amaral de Souza entregando títulos de terras na fazenda Macali

Fonte: Rosa, Marcelo – Encruzilhadas: Acampamentos e Ocupações na Fazenda Sarandi: Rio Grande do Sul (1962-1980) In: Sigaud, Lúgia - Ocupações e acampamento: estudo comparado sobre a sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil (Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Pernambuco) 1960-2000. Rio de Janeiro, Garamong, 2010.

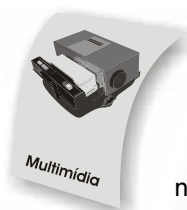
Centenas de famílias acamparam na Encruzilhada Natalino, município de Ronda Alta. Desta vez, a repressão se fez mais forte: à medida que o acampamento crescia, o governo intensificava a repressão. O exército cercou a área sob o comando do **Major Curió**.

Apesar do cerco militar e da ameaça de enquadramento de religiosos na Lei de Segurança Nacional, o fato era que o grupo não se desmobilizava. A causa dos sem-terra começava a ganhar projeção.

No norte do país, os conflitos se multiplicavam: os posseiros reagem, com o apoio de padres, e, em alguns casos, resistiam de armas na mão. A luta era contra grandes empresas do sul do país; a Volkswagen, o Bradesco e muitas outras empresas se instalavam com isenção de impostos, utilizando, inclusive, trabalho escravo.

Major Curió

Sebastião Rodrigues de Moura, Major Curió, tornou-se coronel da reserva do Exército. Durante a guerrilha do Araguaia, foi um destacado agente da repressão. Em 1980, organizou o garimpo de Serra Pelada, pois o governo federal procurava levar para lá camponeses sem-terra. No Rio Grande do Sul, ele tentou desmontar o acampamento, atraindo os camponeses para projetos na Bahia, Mato Grosso e Roraima. Em 1982, foi eleito deputado federal com os votos dos garimpeiros. Depois de uma hibernação política, elegeu-se prefeito de Curionópolis, antigo bordel, convertido em cidade, perto de Marabá, que leva seu nome no ano 2000. Reeleito, foi cassado em 2008, acusado de compra de votos.



Trabalho escravo

Aqui, o link para Notícia de Trabalho Escravo no Pará. G1 - CIDH condena Brasil por trabalho escravo em fazenda no Pará:

<http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2016/12/cidh-condena-brasil-por-trabalho-escravo-em-fazenda-no-para.html>

A reação do governo foi “militarizar” a questão agrária. Criou-se o GETAT (Grupo Executivo das Terras do Araguaia e Tocantins), que praticamente superava as atribuições do INCRA na região, podendo desapropriar e titular terras. Na prática, continuou beneficiando os grandes projetos pecuários.

Entretanto, o quadro não se alterava: a grilagem em pleno desenvolvimento e o Partido Democrático Social (governo) tentando controlar os sindicatos.

A luta dos sem-terra avançava. Enquanto no Sul, a Encruzilhada Natalino se tornou um símbolo, culminando com a compra, pelo estado, de uma área, em 1983, para abrigar os sem-terra, em Santa Catarina, ainda em 1980, era ocupada a Fazenda Burro Branco, em Campo Erê.

No Paraná, as lutas levavam à formação do MASTRO, Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Oeste, e de movimentos similares em outras zonas do estado. Em São Paulo, a Fazenda Primavera, em Andradina, era ocupada pelos sem-terra locais. O apoio de setores progressistas da Igreja Católica mostrava para muitos o caminho. A cruz, a bandeira do Brasil e as foices demonstravam a mística que se construía.

Em julho de 1982 ocorreu em Medianeira, Paraná, um encontro dos sem-terra do Rio Grande do Sul, Santa Catarina,

Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Em setembro, o encontro foi em Goiânia, promovido pela CPT, com representantes de, pelo menos, doze estados.

Em 1983, ocorreu novo encontro, em Chapecó, Santa Catarina.

Em janeiro de 1984, realizou-se em Cascavel, Paraná, o I Encontro Nacional dos Sem-Terra. Deste encontro, resultariam alguns objetivos que o movimento se propunha a conquistar:

1. Que a terra só esteja nas mãos de quem nela trabalha;
2. Lutar por uma sociedade sem exploradores e sem explorados;
3. Ser um movimento de massa autônomo dentro do movimento sindical, para conquistar a reforma agrária;

(...)

7. Articular-se com os trabalhadores da cidade e da América Latina.

Note que, diferentemente do discurso contageano, o MST já nascia com objetivos claramente rupturistas. Se, para o grupo da CONTAG, o Estatuto da Terra era o ponto para alcançar o desenvolvimento capitalista, para o MST, trata-se de atingir o socialismo na expressão “sociedade sem exploradores nem explorados”. A Teologia da Libertação dava seus frutos: nascia um movimento que, em parte, fora articulado a partir do trabalho das pastorais. O MST teria, nas décadas que se seguiram, enorme importância política no país.

Já a CPT continuaria desenvolvendo o seu trabalho, incorporando progressivamente bandeiras, como a questão ecológica, especialmente o tratamento da água.

Desta maneira, a ditadura terminava com o tema agrário na ordem do dia. Enquanto a agricultura modernizada mantinha as exportações no meio da crise econômica dos anos 80, o país via de volta a questão agrária, que as elites tentaram exorcizar em 1964.

Gerado, o MST, com o apoio da ala progressista da Igreja Católica e do recém-lançado Partido dos Trabalhadores, ganharia projeção nas décadas que se seguiriam. Na segunda seção desta aula, discutiremos a ascensão, consolidação e crise do MST.



Atende ao Objetivo 1

1. Leia o seguinte trecho da Pastoral de D. Pedro Casaldáliga. Você perceberá a ação do Estado na Amazônia no fim dos anos 1960 e início dos anos 1970, e como esta levou parte da Igreja Católica a engajar-se firmemente no apoio aos posseiros e na luta pela Reforma Agrária.

Santa Terezinha

Santa Terezinha foi um dos lugares mais prejudicados da região, devido à presença da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ARAGUAIA - "CODEARA", de propriedade dos Srs. Armando Conde, Carlos Alves Seixas e Luiz Gonzaga Murat, que lá se estabeleceu em 1966, com o título de propriedade de toda aquela área, inclusive a urbana, numa extensão de 196.497,19 ha. A presença da Companhia veio trazer, para os pacíficos moradores em número superior a 80 famílias, a intranquilidade e a insegurança, por causa das atitudes tomadas pela Companhia.

Os primeiros habitantes chegaram ao local em questão em 1910 e se estabeleceram no chamado Furo das Pedras. Em 1931, já haviam sido construídas igreja, escola e casa para os missionários.

Quando a Companhia veio a se instalar, estavam em pleno funcionamento também a "Cooperativa Agrícola Mista do Araguaia", que congregava os trabalhadores e posseiros da área, e o ambulatório médico. Apesar de tudo isto, aquela foi vendida

Resposta comentada

O que se pode perceber aqui é a oposição que o autor estabelece: de um lado, temos pacíficos posseiros, que procuram tocar sua vida mesmo com toda a dificuldade. Do outro, a companhia capitalista, alinhada ao poder estadual e federal. Quem se coloca contra é subversivo e logo corre o risco no contexto de ditadura militar. A situação que D. Pedro Casaldáliga descreve aqui acontece um pouco por toda parte da Amazônia neste momento. O discurso de um progresso contra o qual nada se podia fazer, discurso que já vimos na Aula 3, quando o exército se abateu sobre Canudos, era retomado no meio dos anos 1960, com a proposta de integrar para não entregar, como se dizia. Assim não se leva em conta as populações locais. Poderiam ser posseiros, castanheiros, índios, todos tinham de abrir caminho. Mas, diferentemente de Canudos, mal ou bem, estes que seriam atropelados pelo progresso do fim do século XX encontraram quem gritasse por eles. No caso amazônico, muitas vezes, foram padres, às vezes estrangeiros, como o espanhol Casaldáliga. Assim, a luta, mais uma vez, não estava ganha *a priori*. Os donos de empresas e a burocracia estatal teriam que disputar, se quisessem vencer. O tema agrário mesclava-se ao ambiental, ao respeito às culturas indígenas, e ganhava uma projeção que jamais tivera. Algumas propagandas foram desmentidas pelos fracassos, como a Transamazônica. Outras foram questionadas na pena de pessoas como D. Pedro Casaldáliga. Na fase mais violenta do regime, ainda foi possível gritar que algo não ia bem numa parte esquecida do Brasil. Este grito amazônico seria apenas o ponto de partida para que, nos anos seguintes, uma parte expressiva da Igreja Católica levantasse a voz contra a injustiça, que ocorria por toda parte. A articulação da CPT possibilitaria, nos anos 1980, o nascimento do MST, repondo o tema agrário na ordem do dia.

Ascensão, consolidação e crise do MST

A partir de 1985, a luta dos sem-terra, organizados principalmente no MST, dá um salto qualitativo. O Movimento se expandiria por todo o país, a luta pela terra ganharia a mídia, embora nem sempre do jeito que os sem-terra gostariam, pois, muitas vezes, era apresentada como baderna e, mais tarde, como terrorismo ou guerrilha.

O ponto máximo da projeção destas lutas seria o primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1999, quando a forma ocupação de terras se espalhou em todo o país, não sendo o MST o único movimento a realizá-la. A partir do segundo governo Fernando Henrique, o aumento da repressão, a vigorosa propaganda negativa na mídia e o aumento da competição de outros movimentos levaram a um relativo recuo da organização.

Com a ascensão de Lula à presidência da República, em 2003, o MST passa a ter uma relação muito próxima com o governo federal, e esta seria uma das razões de redução drástica no número de ocupações de terras por ele realizada. De todo modo, seria a mais importante organização de luta pela terra da história do Brasil, e suas ações repercutiram fortemente aqui e no exterior.

Vamos acompanhar um pouco dessa história.

Ascensão: O MST no governo Sarney (1985-1990)

Enquanto a Contag, influenciada por dirigentes ligados ao Partido Comunista Brasileiro, o qual participava vivamente no governo recém-instalado, jogou todas as fichas na Proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária, o MST, vinculado ao PT, iria por outro caminho.

Entre 29 e 31 de janeiro de 1985, o Movimento realizou seu primeiro Congresso Nacional, em Curitiba. Com a presença de 1.500 delegados representando 23 estados da federação (só não havia gente de Brasília, Amapá e Roraima), o Congresso aprovou duas Palavras de Ordem: “*Sem Reforma Agrária, não há Democracia*” e “*Ocupação é a Única Solução*”.

O presidente eleito, Tancredo Neves, fora convidado ao evento, mas não compareceu. Sua cadeira foi deixada vazia, numa indicação de que o Movimento entendia que o governo civil não se empenharia no processo de reforma.

Com a participação de militantes de vários estados, o Movimento passou a articular-se de forma nacional. Dirigentes deslocaram-se de um estado para outro, a fim de dinamizar a luta, o que permitiu que a organização se esparramasse pelo país. Militantes do Rio Grande do Sul foram para Pernambuco, de Santa Catarina para a Bahia, do Paraná para o Rio de Janeiro e Goiás, do Espírito Santo para o Ceará, do Ceará para o Piauí, de Pernambuco e Goiás para o Pará. Este fluxo de dirigentes, que se aproximavam das lutas por terra em outros estados, foi permitindo ao MST dar um caráter nacional à sua luta.

Este caráter nacional, entretanto, não impediu que as condições locais influenciassem. No Pará e em Rondônia, por exemplo, sindicatos de trabalhadores rurais já atuavam firmemente na luta para manter a terra que se cultivava ou para ocupar terras não cultivadas pelos fazendeiros.



Ocupação

A modalidade de ocupação de terras foi desenvolvida inicialmente a partir das lutas dos camponeses para cultivar terras abandonadas. Do ponto de vista dos fazendeiros, seriam invasões, porém não é demais lembrar que a grilagem de terras (ver Aula 7) é extremamente comum Brasil, o que significa dizer que, muitas vezes, o invasor é o que se diz proprietário. Posteriormente, os sem-terra passaram a ocupar prédios públicos, agências do Banco do Brasil, na luta para obter recursos para cultivo ou, no primeiro caso, reivindicar a posse da terra. Hoje, a forma ocupação é adotada por diversos movimentos sociais, na busca de seus objetivos, como vimos ano passado em escolas e universidades nos protestos contra a Reforma do Ensino Médio, desencadeada pelo governo do presidente Michel Temer.

As ocupações se espalharam pelo país: em 1985, foram 42 ocupações em onze estados; 44 em 1986; 67 em 1987; 72 em 1988; 80 em 1989. Vale lembrar que, além do MST, grupos ligados à CPT no Maranhão e a sindicatos de trabalhadores rurais no Pará e em Rondônia também realizavam estas mobilizações. Além das ocupações de terras, realizavam-se **romarias**, como a Romaria da Terra que, em julho de 1986, chegou a contar com cem mil pessoas em Porto Alegre, em apoio aos acampados da Fazenda Anone, em Sarandi, ou ainda ocupações de prédios públicos, como as sedes regionais do Incra, e bloqueios de rodovias.

Como vimos na Aula 12, a reação do setor proprietário à Proposta de Plano de Reforma Agrária e às ocupações de terra

Romaria

Peregrinação de cunho religioso

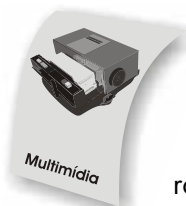
não se fez esperar. A União Democrática Ruralista realizava leilões de gado e legitimava com o seu discurso a reação violenta às ocupações de terra.

Centenas de líderes camponeses, padres e advogados foram assassinados durante o governo Sarney e nos anos que se seguiram. No Maranhão e em Rondônia, pistoleiros foram abatidos ao tentar expulsar posseiros. Lembremos que, em muitos casos, os pistoleiros são, na realidade, policiais que exercem uma espécie de dupla função.

Ocorreram casos no Espírito Santo e em Rondônia, onde fazendeiros, em vez de apenas contratarem pistoleiros para as execuções, decidiram participar eles mesmos do confronto direto, e morreram face à resistência dos camponeses. Evidentemente, esta resistência levava as elites regionais a cobrarem do Estado uma repressão mais vigorosa.

Toda essa mobilização obrigava o governo a assumir o discurso de reforma agrária, ainda que a mesma fosse muito limitada. Durante o governo Sarney, foram assentadas (de acordo com os dados oficiais) 90 mil famílias, embora este número provavelmente fosse superestimado.

De todo modo, o MST, ao conseguir o assentamento resultado de algumas ocupações, como no caso da Fazenda Anone, no Rio Grande do Sul, percebia que era necessário construir uma organização, que mantivesse os assentados ligados ao Movimento no pós-conquista da Terra.



Fazenda Anoni, o Sonho de Rose

Uma das mais importantes lutas pela terra durante o governo Sarney foi a da Fazenda Anoni, localizada em Sarandi, no Rio Grande do Sul. A fazenda, declarada de utilidade para reforma agrária em 1972, só foi desapropriada depois de uma luta que durou de 1985 a 1989. Durante um bloqueio de uma rodovia, no protesto contra a demora na desapropriação, um caminhão atropelou dez sem-terra, matando três deles, entre os quais, Roseli Celeste Nunes da Silva. Rose era a mãe de Marco Tiaraju, primeira criança nascida na ocupação.

A cineasta Tetê Moraes filmou Terra para Rose, em 1987. <https://www.youtube.com/watch?v=1ZlqjK4K1-0>

Dez anos depois, a mesma cineasta filmou O Sonho de Rose. <https://www.youtube.com/watch?v=xP2Jm23RJ9Y>. São dois filmes muito interessantes, para percebermos o problema da terra em nosso país e as possibilidades que poderíamos criar depois de uma Reforma Agrária.

A partir de então, o MST foi construindo uma complexa rede organizacional: Congresso Nacional, que se reúne a cada cinco anos a fim de avaliar a política do Movimento e mobilizar a militância. Encontro Nacional, que se reúne a cada dois anos para decidir as políticas a serem adotadas. Coordenação Nacional, escolhida pelo Encontro. Direção Nacional, parte dos membros da Coordenação. Secretaria Nacional. Encontro Estadual, Direção Estadual, Secretaria Estadual. Coordenação Estadual. Coordenação Regional, Coordenação de Acampamento ou de Assentamento.

Em nível operacional, existem os diversos setores: finanças, projetos, comunicação, relações internacionais, direitos humanos, mulheres, educação, saúde e o sistema cooperativista dos assentados.

Salientemos que, embora esta organização seja centralizada quanto a seus objetivos, ela não é assim para executá-los. Por exemplo, quando a fazenda dos filhos do presidente Fernando Henrique Cardoso estava cercada pelos sem-terra de Buritis, Minas Gerais, isso não ocorreu desta forma, por uma determinação vinda de um centro, mas porque assentados da região, que precisavam de verba para a lavoura, e acampados, que reivindicavam a desapropriação de uma fazenda, perceberam ali uma oportunidade imperdível de pressionar o Estado.

Desta maneira, a organização foi-se construindo ao longo do tempo e, em 1989, o Movimento já estava consolidado ou em vias de organização em dezoito estados: todos os do sul, todos os do sudeste, todos os do nordeste, além de Goiás, Pará e Rondônia.

Os que acampavam na beira das fazendas ou as ocupavam variavam de região para região. No Maranhão ou em Rondônia, eram posseiros que tinham perdido suas terras ou estavam em vias de perdê-las. No Rio de Janeiro e no Espírito Santo, eram desempregados urbanos que viam, no acesso à terra, uma possibilidade de melhorar suas condições de vida. Em 1989, como vimos, o número de ocupações atingiu o ponto máximo. Provavelmente, isso se devia à expectativa em torno da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, que levantava a bandeira da Reforma Agrária.

O maior comício de Lula fora das capitais foi justamente na Encruzilhada Natalino, onde se recordaram os dez anos da primeira ocupação de terras. Entretanto, a vitória de Fernando Collor de Melo traria uma espécie de anticlímax para os movimentos reivindicatórios. O MST enfrentaria uma fase difícil.

O MST nos governos Collor e Itamar

Como já observamos, o governo Collor implantou no Brasil o modelo neoliberal. Era hora de cortar gastos públicos, privatizar estatais, desregulamentar o trabalho e readequar o Brasil aos marcos do que se entende ser sua destinação histórica: produção de matérias-primas para o mercado internacional.

No plano agrário, as medidas do governo, que seriam seguidas em algum momento pelos posteriores, desagradaram a proprietários e trabalhadores. Os romeiros perderam os empréstimos a juros abaixo da inflação e não tinham mais a garantia dos preços mínimos para sua produção. O pior seria o fim da proteção contra a concorrência de produtos importados. Além do mais, as dívidas do setor proprietário, contraídas nos empréstimos que agora eram cobrados a juros de mercado, subiam muito mais do que os preços dos produtos agrícolas.

Se, para os grandes proprietários, a situação ficou difícil, havendo a redução nos preços da terra, pois poucos se arriscariam a investir num contexto tão desfavorável, para os pequenos, esta situação significou a falência. Pequenos proprietários falidos e desempregados das fazendas passariam poucos anos depois a compor a massa dos que ocupariam terras.

Para os trabalhadores, além do desemprego, viria a repressão. O governo Collor não apenas recusou-se a desapropriar terras (foram apenas oito desapropriações em dois anos e meio), como reforçou a repressão contra os movimentos de luta pela terra.

O resultado no primeiro ano (1990) foi que as ocupações despencaram de oitenta para quarenta e nove. Contudo, a situação de desemprego fazia com que os movimentos comesçassem a recobrar força, ainda em 1991.

O número passou para setenta e sete e, no ano seguinte, para oitenta e uma ocupações de terra. Sobre o período Collor, João Pedro Stédile recorda que, se o governo durasse o tempo

previsto (cinco anos), talvez tivesse extinto o MST, pois a repressão desencadeada pela polícia federal em combinação com as estaduais era extremamente vigorosa. Neste período, o MST deixa um tanto as ocupações, para dedicar-se a apoiar os assentamentos já existentes. Do lema *Ocupar, Resistir e Produzir*, lançado no Encontro Nacional de 1989 e reafirmado no Congresso de 1990, o MST adotou muito mais a última palavra (produzir).

Desta época datam a criação da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil, visando estimular o cooperativismo nos assentamentos, bem como o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária, Iterra, assim como se estreitaram os contatos com as universidades. Buscava-se também aprofundar a educação nos assentamentos e acampamentos, com a construção de escolas.

No governo Itamar Franco (1992-1995), resultado do *impeachment* de Collor, as perspectivas para o MST e os movimentos de luta pela terra seriam menos ruins. Pela primeira vez, um presidente da República recebeu militantes do MST e vetou dispositivos da lei 8.629, que regulamentou os dispositivos da Constituição sobre a reforma Agrária, pois estes artigos permitiam infundáveis contestações judiciais. Além disso, aprovou o Rito Sumário, Lei Complementar nº 76, que permite uma desapropriação mais rápida, embora tenha em seus artigos pontos que acabam possibilitando a demora, pois um juiz pode retardar o processo.

No clima menos repressivo do governo Itamar, as ocupações subiram: 89 em 1993; 119 em 1994. Os ocupantes agora começavam a ser de outra natureza: os desempregados urbanos. O Plano Real, que estabilizou a inflação que marcara o país por décadas, trouxe um efeito colateral importante: ao sobrevalorizar a moeda (seriam necessários menos reais para comprar um dólar), dificultou muito as exportações e facilitou demais as importações. O resultado foi a falência de muitas indústrias e o desemprego no campo e na cidade.



Plano Real

Idealizado por Fernando Henrique Cardoso, ministro da Fazenda de Itamar Franco, e uma série de economistas que tinham atuado para elaborar o Plano Cruzado, o Real foi construído de maneira gradualista, ao contrário dos congelamentos dos anos 1980. Primeiro, criou-se a URV (Unidade Real de Valor), que reajustaria todos os preços e iria desvalorizando o cruzeiro-real, última das moedas do ciclo Inflacionário. Esse processo durou cento e vinte dias até a adoção da moeda.

A lógica do Plano era liberar as importações e manter as taxas de juros elevadíssimas, para atrair o investimento estrangeiro. Com este investimento especulativo é que o país importaria. Com a queda da Inflação, Fernando Henrique fez-se presidente em 1994, derrotando a segunda candidatura de Lula.

Desta maneira, criou-se a massa que, em boa medida, participou das ocupações de terra do período seguinte.

Da Consolidação à Crise: o MST face ao governo Fernando Henrique Cardoso

O governo Fernando Henrique Cardoso iniciou com alta popularidade, face à baixa da inflação; mas o desemprego logo tiraria um pouco desse brilho.

As lutas no campo seriam importantes para questionar não só a política agrária do governo, que buscava assentar apenas em casos muito pontuais, mas todo o programa neoliberal, pois as consequências sociais do mesmo começavam a ser sentidas.

Entretanto, o tema agrário ganhou contornos mais dramáticos a partir de 1996, mais precisamente no dia 17 de abril. Não foi o primeiro massacre cometido contra os sem-terra, mas, em 8 de agosto de 1995, o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Corumbiara (RO) sofrera pesada repressão na clássica aliança entre policiais e pistoleiros pagos pelo pretense proprietário da Fazenda Santa Elina, por eles ocupada. Dez sem-terra foram executados, inclusive uma menina de sete anos, mas a morte de dois policiais na resistência tornou possível caracterizar como confronto.

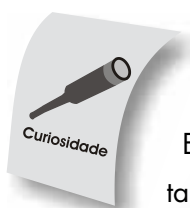
O que ocorreu em 17 de abril foi diferente: o MST tinha-se organizado há poucos anos no Pará, e tinham conseguido, após muita luta, a desapropriação da Fazenda Rio Branco, no município de Paraopebas. No dia em que o presidente do Incra, Francisco Graziano foi entregar as terras, esperando um agradecimento dos sem-terra, foi surpreendido com a reivindicação de outra área, a Fazenda Macaxeira. Os sem-terra ocuparam a rodovia PA150, localizada em Eldorado dos Carajás, cobrando a desapropriação da fazenda. O governador do estado, Almir Gabriel, do PSDB, partido do presidente da República, deu a ordem de desocupação da rodovia. Metralhadoras contra foices geraram dezenove mortos!



Figura 13.3: Mortos em Eldorado dos Carajás.

Fonte: Adaptado de <http://averdade.org.br/2012/04/o-massacre-de-eldorado-dos-carajas-se-calamos-as-pedras-gritarao/>

A repercussão internacional do caso obrigou o governo a reconhecer o problema. As ocupações pipocavam em várias regiões do país. Não eram apenas posseiros do Pará ou de Rondônia, regiões esquecidas. Eram desempregados dos engenhos de Pernambuco, eram desempregados da região metropolitana de São Paulo, ou os que viviam dos abatedouros de gado do Paraná, Mato Grosso do Sul ou do Pontal do Paranapanema.



Pontal do Paranapanema

Esta região, localizada no extremo-oeste paulista, limitada com o Paraná e Mato Grosso do Sul, era antigamente conhecida como Alta Sorocabana, numa referência à ferrovia que cortava suas cidades. Uma imensa área grilada, à qual a justiça já dera ganho de causa ao estado em 1957, era o objeto de disputa entre fazendeiros de gado e os sem-terra, que se articulavam em vários movimentos, além do MST. Estes movimentos - a maioria de base municipal -, se unificaram em organizações mais amplas, como o Movimento dos Agricultores Sem-terra, vinculados direta ou indiretamente ao PSDB. O Pontal, que leva este nome pelo aspecto geográfico no mapa, seria uma das mais importantes zonas de conflito do país, e onde mais gente seria assentada.

Vale lembrar que não eram só os tradicionais MST e CPT que organizavam ocupações. Federações, como a de Pernambuco e a de São Paulo, sindicatos a elas ligados, e mesmo a Contag, que normalmente resistia à ideia de ocupação, passaram a realizar este tipo de protesto. O MST sofreria muitas dissidências: à esquerda, o Movimento de Libertação dos Sem-terra, liderado por Bruno Maranhão, antigo militante do Partido Comunista Brasileiro

Revolucionário, pequena organização atuante na luta armada do início dos anos 1970. À direita, movimentos como o de Agricultores Sem-terra do Pontal do Paranapanema ou o Força da Terra, ligado à Força Sindical, que procuraram, muitas vezes, organizar acampamentos, e não ocupações.

De todo modo, as ocupações se multiplicaram: 146 em 1995; 378 em 1996; 463 em 1997; 599 em 1998; 589 em 1999.

A resposta do governo foi recriar o Ministério da Reforma Agrária, agora com o nome de Desenvolvimento Agrário, aumentar o número de assentamentos, embora estes números fossem provavelmente bastante inflados, e tentar uma outra forma de acesso à terra: a chamada Reforma Agrária de Mercado.



Reforma Agrária de Mercado

É um sistema em que associações de sem-terra propõem ao Estado a compra de uma determinada área, para que os beneficiários paguem por ela a prazo. Foi adotada pelo Banco Mundial em países como África do Sul, Colômbia e Guatemala. No Brasil, foi implantado a partir de 1996, com o nome de Projeto Cédula da Terra; em 1998, tornou-se o Banco da Terra. O Banco Mundial fornecia crédito para assistência técnica, propaganda do Programa, abertura de estradas, mas o dinheiro para a compra da terra vinha de bancos públicos brasileiros. Embora a adesão tenha sido grande, havendo expressivo número de candidatos, os resultados parecem ter sido modestos, face à pobreza dos que adquiriam e aos poucos recursos para apoiá-los.

Enquanto o governo procurava reagir às ocupações, o MST projetava-se no cenário nacional e internacional. O Movimento, que agora unia-se à organização internacional Via Campesina, declarou o 17 de abril como o dia mundial da luta camponesa, no primeiro aniversário do massacre de Eldorado dos Carajás, com a chegada à Brasília de uma marcha que partira de São Paulo, Governador Valadares (MG) e Rondonópolis (MT) e reunia cem mil pessoas, aglutinando os setores de oposição. A luta se intensificava, e o governo via-se contra as cordas, pois sua imagem ficara muito abalada, especialmente no exterior.

Toda esta mobilização não impediu a reeleição de Fernando Henrique Cardoso em 1998. Neste momento, o governo teve de desvalorizar o real, face a crises no mercado de capitais; sendo assim, os recursos para a reforma agrária seriam reduzidos.

A partir daqui, a tática seria dividir os movimentos e reprimir o MST. Assim, atendia-se a organizações ligadas à Contag, mas não aos assentamentos vinculados ao MST, que o ministro do Desenvolvimento Agrário rotulava como Partido do MST.

A polícia federal voltava à carga contra o Movimento, e manuais do exército o descreviam como força adversa, o que, na linguagem militar, significa inimigo a ser abatido. Além do mais, proibia-se que dirigentes de órgãos públicos ocupados negociassem com os ocupantes. Mais ainda: a medida provisória 2109-47, de dezembro de 2000, proibia, por dois anos, a vistoria em terras ocupadas. Era uma ação decisiva contra a principal estratégia de luta do MST. Finalmente, uma campanha publicitária, fortemente divulgada na televisão, dizia que bastava solicitar um lote de terras pelos correios, coisa que, como você lembra, os camponeses já tinham feito desde o período varguista (ver Aula 5).

Toda esta movimentação trouxe a queda no número de ocupações. Em 2001, primeiro ano de vigência da medida provisória, que proibia vistoria, baixaram para 194 e, em 2002, eram 184. Entretanto, o Movimento não perderia totalmente a iniciativa. Continuavam as marchas, manifestações, e entre 2000

e 2002, um imóvel foi muito visado pelos sem-terra de Buritis, em Minas Gerais.

Não era uma grande área e, provavelmente, não se pudesse dizer que não era cultivada, mas trouxe imenso interesse simbólico: a fazenda Córrego da Ponte, em Buritis, que pertencia aos filhos do presidente da República. Por diversas vezes, a fazenda esteve cercada pelos sem-terra, sendo protegida pela polícia federal e pelo exército. Em 24 de março de 2002, chegou a ser, de fato, ocupada por vinte e quatro horas. No ano seguinte, os filhos do presidente vendiam a fazenda para um negociante do Paraná.

Ao final do governo de Fernando Henrique, os dados oficiais sustentavam que tinham sido assentadas seiscentas e trinta e cinco mil famílias, embora, de acordo com o DATALUTA, órgão vinculado à CPT, que acompanha os conflitos agrários, seriam apenas 394 mil famílias.

De todo modo, grande proporção dos assentamentos deu-se na Amazônia, onde ocorrera o menor número de ocupações. De acordo com Claudiney Coletti e Marco Antônio Mitidiero Júnior, provavelmente, muitos assentamentos não se referiam a famílias recém-instaladas, mas sim a famílias que já estavam na área e tiveram a posse da terra reconhecida pelo Estado, ou mesmo aqueles beneficiários do processo de compra de terras pela chamada Reforma Agrária de Mercado. Esta tática de inflar números seria repetida pelo governo Lula, mas, em 2002, a quarta candidatura de Lula parecia representar a esperança de a reforma ser enfim realizada.

A Crise: O MST no governo Lula

A campanha de Lula em 2002 gerou enorme expectativa nos movimentos sociais, especialmente no MST, no sentido de que, afinal, pudesse ocorrer uma importante transformação na estrutura agrária do país. Afinal, pela primeira vez, um operário de um partido de inspiração socialista poderia chegar ao poder.

Apesar da moderação do discurso de Lula em relação às três campanhas anteriores (1989, 1994 e 1998), expressa numa ampla

aliança, que incluía setores do empresariado, os líderes do MST acreditavam que a reforma agrária poderia sair do papel.

A expectativa parecia materializar-se nas duzentas e oitenta e cinco ocupações ocorridas em 2003, sendo que cento e vinte foram organizadas pelo MST.

No PT, ocorria a disputa em torno do Plano de Reforma Agrária: o grupo liderado por Plínio de Arruda Sampaio defendia uma reforma que instalasse um milhão de famílias em quatro anos; todavia, prevaleceu o setor que defendia quatrocentas mil famílias nesse período.

Como a Contag, em 1985, o MST tendeu a apostar todas as fichas no segundo Plano de Reforma Agrária. Ao final de quatro anos, o governo afirmava ter assentado 381 mil famílias e, ao final dos dois mandatos de Lula (2003-2011), cerca de seiscentas mil. De acordo com o DATALUTA, os assentamentos não ultrapassaram duzentas e cinquenta mil famílias.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira, geógrafo especialista nos temas agrários, avalia que no primeiro mandato não teriam sido assentadas mais de cem mil famílias, e muito do que o governo afirmava terem sido assentamentos, na realidade, eram apenas regularização de posse de quem já estava na terra (não que isso não tenha importância) ou simplesmente compra de terras pelo Crédito Fundiário, novo nome da Reforma Agrária de Mercado.

Quanto ao MST, agora voltava suas atenções muito mais para apoiar os que, bem ou mal, já estavam assentados. De fato, o governo Lula, através de Programas como o de Aquisição de Alimentos e, principalmente, a aquisição, pelas escolas, de produção dos assentamentos vinculados à agricultura familiar, permitia a melhoria das condições do pequeno produtor.

Desta maneira, o número de ocupações de terra despencou, chegando, em 2010, último ano do governo Lula, a 35 ocupações, sendo quinze promovidas pelo MST e, em 2011, 30 ocupações, sendo doze realizadas pelo MST. Vale lembrar que o número de

movimentos de luta pela terra aumentou, chegando a 110 em 2010, mas isso não se refletia no número de ocupações.

A diminuição das ocupações e do número de propriedades desapropriadas não impedia a reação do setor proprietário. Embora o Programa Terra Legal, voltado para regularizar áreas na Amazônia, permitisse, na prática, a regularização de áreas griladas, os proprietários não deram trégua ao MST e outros grupos de luta pela terra. As Comissões Parlamentares de Inquérito contra o MST e as acusações contra eles em órgãos de imprensa, como a Revista Veja, se multiplicaram. Ora eram chamados terroristas, pelas ocupações, quando aconteciam, ora eram caracterizados como corruptos, pois as organizações vinculadas a eles, como a Concrab e o Iterra, recebiam verba pública (como se os proprietários também não recebessem...) ou mesmo as escolas do movimento eram acusadas de fazerem o que os articulistas da Veja chamavam de doutrinação revolucionária. Em áreas onde as ocupações continuavam, como em Rondônia, os assassinatos de lideranças continuariam até o momento em que escrevo estas linhas.



Liga dos Camponeses Pobres (LCP)

Após o Massacre de Corumbiara, formou-se o Movimento Camponês Corumbiara, que se afastou do MST, por considerá-lo excessivamente moderado.

Deste movimento, surge uma dissidência em Rondônia, denominada Liga dos Camponeses Pobres. Esta organização, que já tem ramificações em Rondônia, Minas Gerais, Bahia, Ceará, Pernambuco e Pará, articula-se à Liga Operária.

Esta entidade busca construir no Brasil um movimento revolucionário inspirado na experiência de Mao Tsé-Tung, que governou a China entre 1949 e 1976, de-

pois de uma luta armada que durou vinte e dois anos: 1927-1949. Também se inspira no movimento armado Sendero Luminoso, que atuou no Peru entre 1980 e 1999, desenvolvendo uma guerra contra o Estado peruano, afetando profundamente o campesinato local, já que os camponeses acabaram sendo as principais vítimas dos dois bandos em luta.

A Liga dos Camponeses Pobres não chama de *assentamento* as áreas por ela controladas, mas sim de *áreas revolucionárias*, conformando experiências de governo local, já que brigas entre vizinhos são resolvidas pela assembleia local, que também valida casamentos celebrados nas ditas áreas revolucionárias. Aliás, uma delas chama-se Presidente Gonçalo, nome de guerra do fundador do Sendero, Abmael Guzmán.

Para eles, a reforma agrária, que preferem chamar de revolução agrária, só pode acontecer após a Revolução Socialista, que chamam de Nova Democracia. A extrema violência da polícia em parceria com os proprietários rurais, com assaltos a sedes e assassinatos de lideranças da LCP, tem conferido importante legitimidade a esta organização.

Se você quiser saber mais sobre esta organização, numa visão, aliás, muito favorável a ela, leia, por exemplo, Um Movimento Camponês de Novo Tipo, no jornal A Nova Democracia: <http://anovademocracia.com.br/no-20/788>. A partir desse *link*, você poderá encontrar outros textos sobre ela. Uma visão contrária, que caracteriza a LCP simplesmente como organização guerrilheira, pode ser encontrada em O Brasil tem Guerrilha. Isto É, Nº 2158, 16-22 de junho de 2008. http://istoe.com.br/2158_O+BRASIL+TEM+GUERRILHA/

Desta forma, o Movimento dos Sem-terra, depois de conformar um dos mais importantes movimentos sociais da América Latina, entrava em relativa decadência durante o governo Lula. A criminalização pela mídia, polícias estaduais e justiça, o esforço em não confrontar o governo, percebido como em disputa entre setores progressistas e conservadores, a repressão que nunca deixou de ser aplicada, deixam o MST em crise ao final do governo Lula.

CONCLUSÃO

Nascido, em boa medida, do ventre da Comissão Pastoral da Terra, que provavelmente possibilitou a articulação nacional de suas lideranças, muito vinculado ao Partido dos Trabalhadores, o MST organizou o mais importante movimento social agrário da história brasileira. Era a primeira vez que um movimento conseguia articular-se nacionalmente.

Questionando a estratégia da Contag de apostar as fichas na proposta de reforma agrária do governo Sarney, a organização avançou com as ocupações, forçando o governo a assentar camponeses mais do que gostaria. No governo Collor, em um contexto repressivo, o MST organizou melhor sua estrutura, a partir da criação de entidades como o Iterra e a Concrab. Era necessário fortalecer o cooperativismo e aperfeiçoar a produção nos assentamentos, num momento em que ocupar ficava difícil.

Melhorando sua posição durante o governo Itamar Franco, o movimento pôde expandir sua atuação a todo o país, aproveitando a enorme massa de desempregados que ficavam na rua, como consequência das políticas neoliberais. Naquele momento, o setor proprietário também se via encurralado pela perda dos mercados de exportação e concorrência dos produtos importados. Daí, a política de Reforma Agrária de Mercado significar, para os proprietários, uma autêntica tábua de salvação, pois o governo, em vez de

desapropriar a terra, como previa a Constituição, a comprava do proprietário em crise para revender aos assentados.

No segundo mandato de Fernando Henrique, começa a crise do MST. A repressão, o estímulo governamental a outros movimentos, que competiam com o MST nas ocupações, e mesmo o apoio à Contag, além da forte propaganda adversa ao movimento nos jornais e na televisão, tudo isso desgastava a imagem dos sem-terra. Neste momento, um grupo atua de forma espetacular no cerco à fazenda dos filhos do presidente.

Se a eleição de Lula significou uma esperança para dirigentes e base do MST, o governo pouco a pouco abandonou o discurso de reforma agrária. O Movimento reduziu dramaticamente o ritmo das ocupações - o que não impediu sua criminalização na mídia e nos meios policiais. O discurso do MST passaria a focar temas como a alimentação orgânica e contra os alimentos transgênicos, embora a reforma agrária nunca tenha saído de sua pauta. Poderíamos dizer que, do final do governo Lula em diante, o MST era um ator à procura de um texto, como a Contag após a derrota do projeto de reforma agrária da Constituinte.

Atividade Final

Atende ao Objetivo 2

Leia abaixo o Editorial do Jornal O Estado de São Paulo.

Discuta a posição do jornal em relação às atividades do MST durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

Ultimato com endereço errado

Não fossem as "bazófitas" do governador Itamar Franco, como o presidente Fernando Henrique apropriadamente qualificou o seu patético ultimato para que fossem retiradas, em 12 horas, as forças federais enviadas ao município mineiro de Buritis – com o fim de proteger a Fazenda Córrego da Ponte, da família do presidente, ameaçada de invasão por 300 ativistas do MST –, seria o caso de solicitar a compreensão dos leitores para a dificuldade do editoralista de comentar, a partir de algum ângulo novo, esse mais recente surto das violências desencadeadas, a intervalos cada vez menores, pelo Movimento dos Sem-Terra (MST).

De fato, tudo nesses episódios é recorrente: o MST escolhe dia, hora e lugar para ocupar instalações públicas, a pretexto de protestar contra o não atendimento de suas reivindicações; o ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, faz cara feia na televisão e ameaça os dirigentes emessetistas com severos castigos; a imprensa noticia que "o governo vai endurecer com o MST"; a CNBB, com a hipocrisia habitual, oferece seus préstimos para um "entendimento"; o governo senta-se à mesa com a direção do MST e faz-lhe mais algumas concessões – e, ao fim e ao cabo, o movimento escolhe dia, hora e lugar para retirar-se dos prédios inva-

didados e planejar a rodada seguinte de invasões.

O MST aprende com o próprio êxito de seus atos e com a reiterada omissão do governo a ditar as regras do confronto. Por exemplo, os 150 ocupantes do prédio do Incra em Belo Horizonte – uma das oito sedes do órgão tomadas pelos sem-terra na atual ofensiva, além do prédio da Receita Federal, em Porto Alegre – trouxeram consigo alimentos que lhes permitiriam "ficar aqui o tempo que for preciso", como anunciou um dos coordenadores do MST em Minas. A experiência lhes assegura que não vale o papel em que estão escritas represálias oficiais como as de suspender a liberação de verbas para os assentamentos rurais e de determinar à Polícia Federal a decretação da prisão preventiva dos cabeças das invasões.

Os efeitos cumulativos dessa guerra de desgaste também são conhecidos: de um lado, a desmoralização da autoridade constituída, levada ao ridículo pela incoincidência das medidas punitivas anunciadas pelo ministro Jungmann e por seu colega da Justiça, José Gregori; de outro, o fortalecimento dos intuítos do MST, seguro da impunidade, de escarne-



cer das leis do País e de aprofundar o "espírito revolucionário" de seus quadros, adestrando-os para futuros assaltos, mais contundentes, à "ordem burguesa". Ontem, o "condotieri" Rainha já falava em aliança com Itamar para o "levante nacional".

Por suas conseqüências facilmente previsíveis, em termos de solapamento das instituições democráticas, a desenvoltura e a freqüência dessas ações chegam a inquietar até mesmo setores do PT que ainda conservam algum respeito pelas instituições democráticas. "O MST está provocando um confronto que não é aconselhável", diz o deputado federal José Genoíno.

É nesse quadro, ao mesmo tempo repetitivo e alarmante, que irrompe a figura sempre pitoresca do governador Itamar Franco. Anunciado o cerco à fazenda da família do presidente em Buritis – a quarta ameaça de invasão da propriedade –, o Planalto apressou-se a solicitar ao governo mineiro o envio de força policial militar ao local, "para preservar a lei, a ordem, a integridade das pessoas e do patrimônio ameaçados", como ressaltaria depois Fernando Henrique, em carta

a Itamar. Diante da recusa do governador, que alegou ser a invasão apenas "hipotética" – ele não assiste à TV, nem vê fotografias de jornais –, agentes da Polícia Federal e 250 homens do Batalhão da Guarda Presidencial do Exército instalaram-se na fazenda, diante da qual o MST começara a preparar uma nova operação na escalada de desmoralização da autoridade do presidente da República.

O MST cresce com o êxito dos seus atos e com a omissão do governo

Foi quando Itamar se saiu com o ultimato público ao Exército e a advertência de que tomaria "as medidas cabíveis", caso as tropas federais não deixassem Buriti. Se o problema do governador fossem as violências do MST, e não a sua doentia obsessão de hostilizar o presidente, ele teria tomado a única medida cabível nas circunstâncias, que é a de fazer cumprir a lei, depois de dirigir o ultimato ao endereço certo, dando assim, por sinal, um exemplo ao próprio Fernando Henrique. Seu pendor pela bravata, porém, novamente o fez esquecer de que lhe falta o *physique du rôle* para desempenhar o papel de "machão".

Adaptado de: Ultimato com Endereço Errado: Jornal o Estado de São Paulo, 14-09-2000.

da democracia, com o limite bem claro: o direito à propriedade e à autoridade do Presidente da República. Ao cercar a fazenda dos filhos do presidente, a gente do Condotieri Rainha (referência a José Rainha Júnior), líder do MST na época, estaria, de uma vez só, atacando duas bases muito caras ao Estadão. Este editorial é uma amostra da vigorosa campanha da imprensa contra o MST, que persistiria nos anos seguintes.

RESUMO

Quando o golpe militar foi desfechado, apesar das resistências de setores proprietários, o primeiro governo da ditadura esboçou dois objetivos: modernizar a agricultura e atualizar a estrutura fundiária, ainda que isso significasse imensas garantias para os proprietários. Mesmo sofrendo o impacto de uma viva repressão, tanto por parte do Estado como pelos setores privados, o movimento sindical, corporificado na Contag, resistiu com o apoio de setores conservadores da Igreja Católica. Conseguiu, assim, mesmo nos períodos mais difíceis da ditadura, manter a bandeira da reforma agrária e da legislação trabalhista, que agora existia, mas não era cumprida. É certo que os benefícios dessa estratégia não chegavam, em muitos casos, ao trabalhador rural, mas vale salientar a conjuntura difícil do momento.

Essa mesma estratégia, que garantiu a sobrevivência, levou à contestação de um outro setor, liderado pela Comissão Pastoral da Terra. Atuando, em princípio, na Amazônia, onde a violência privada dos proprietários era abençoada pelo Estado, os coordenadores da CPT esboçavam posturas cada vez mais vigorosas e, diferentemente da Contag, não viam mais na aplicação do Estatuto da Terra a solução para o problema agrário. Para estes setores, que mais tarde construíram o MST, não se tratava de dar a propriedade da

terra para quem nela trabalhava, e sim de garantir que os expulsos pudessem retornar a ela.

Essa disputa seguiu-se durante todo o processo de abertura até a chegada de um governo civil, que, em teoria, punha a reforma agrária na ordem do dia, ainda que, mais uma vez, ela não fosse implantada. Enquanto os contagueanos jogaram suas esperanças na Proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária, os líderes do nascente MST partiram para as ocupações. Ainda que enfrentassem a dura luta contra os aparatos policiais estaduais e os proprietários, que muitas vezes agiram em parceria na repressão a seu Movimento, os sem-terra conseguiram expandi-lo a quase todos os estados.

Após a Constituinte, onde a Reforma Agrária ficou postergada, enquanto os contagueanos procuravam redefinir seus objetivos, o MST insistia nas ocupações. A direção da Contag encontrou seu caminho no apoio à Agricultura Familiar e, no auge das ocupações, chegaram mesmo a ocupar terras. O MST atingiu o ponto máximo de sua expansão durante o governo Fernando Henrique, tornando a reforma agrária, mais uma vez, um tema nacional. Contudo, a partir do governo Lula, a situação mudaria.

Para os dirigentes da Contag, era tranquilo aliar-se ao governo em sua política de apoio ao pequeno produtor. Já para o MST, tratava-se de redefinir sua estratégia, pois não desejava confrontar um governo que ajudara a eleger. Ao final do governo Lula, o MST buscava novos caminhos, enquanto o setor proprietário rural voltava à condição de peça-chave no desenvolvimento brasileiro, pois o país retornava à condição de exportador de bens primários.

A luta pela democratização do acesso à terra continua a ser uma questão pendente em nosso país.

História dos Movimen-
tos Sociais no Brasil

Referências

Aula 1

- BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. *A cidadania ativa*. São Paulo: Ática, 1992.
- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília: UnB, 1986.
- BOBBIO, Norberto e BOVERO, Miguelangelo. *Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna*. São Paulo: Brasiliense, 1991. 3° ed.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. São Paulo: Saraiva, 1999.
- DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS, 1995.
- FINLEY, Moses. *Democracia antiga e moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- _____. *A política no mundo antigo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- GOMES, Angela de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- GRINBERG, Keila. *Código civil e cidadania*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- HOBSBAWM, Eric. *Os trabalhadores*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1981.
- _____. *Rebeldes primitivos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- JARDIM, José Maria. *Transparência e opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental*. Niterói: EDUFF, 1999.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MATTOS, Hebe Maria de. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- REIS, Elisa. *Processos e escolhas: estudos de sociologia política*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.
- SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- THOMPSON, E.P. *Prefácio. A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Aula 2

AARÃO REIS, Daniel, FERREIRA, Jorge (org.). *A Formação das Tradições (1889 – 1945)*. Col. As Esquerdas no Brasil - Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *A República na velha província: oligarquias e crise no estado do Rio de Janeiro (1889 1930)*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005. 3ª.

GOMES, Ângela de Castro. "Questão social e historiografia no Brasil pós-1930: notas para um debate". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro.

GOMES, Ângela Maria de Castro; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Primeira República: um balanço historiográfico*. Revista Estudos Históricos, Vol. 2, No 4 (1989).

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2287/1426> (Acesso em: 30/05/2011).

GOMES, Angela de Castro. *Velhos militantes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

KAREPOVS, Dainis. *A classe operária vai ao parlamento: o Bloco Operário e Camponês do Brasil (1924-1930)*. São Paulo: Alameda, 2006.

LESSA, Renato. *A invenção republicana*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1990.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Evaristo de Moraes, tribuno da República*. Campinas: Unicamp, 2007.

Cadernos AEL, v. 5, n. 8/9, 1998 *Anarquismo e Anarquistas*. Editor: Michael Hall. http://segall.ifch.unicamp.br/site_ael/index.php?option=com_content&view=article&id=76&Itemid=97

SCHMIDT, Benito B. "Os partidos socialistas na nascente República". In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

TOLEDO, Edilene. "A trajetória anarquista no Brasil na Primeira República". In: AARÃO REIS, Daniel, FERREIRA, Jorge (org.). *A Formação das Tradições (1889 – 1945)*. Col. As Esquerdas no Brasil - Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

VIANNA, Luiz Werneck. "Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências". *Dados*, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 1/, 1978.

VISCARDI, Cláudia. *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do café-com-leite*. Belo Horizonte: C/Arte Editora, 2001.

VISCARDI, Cláudia; JESUS, Ronaldo Pereira de. *A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil*. In: AARÃO REIS, Daniel, FERREIRA, Jorge (org.). A

Formação das Tradições (1889 – 1945). Col. As Esquerdas no Brasil - Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

VISCARDI, Cláudia. "Estratégias populares de sobrevivência: o mutualismo no Rio de Janeiro republicano". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 29, n° 58, p. 291-315 – 2009. <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v29n58/a03v2958.pdf> (Acesso em 25/05/2011)

Aula 3

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício do Historiador*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

BUZETTO, Marcelo. *Nova Canudos e a Luta do MST*. São Paulo, S/D, PUC, 2000. In: *Revista Lutas Sociais*; www.pucsp.br/neils/downloads/v6_artigo_buzetto.pdf acessado em 03-23-2011 18-30.

CORDEIRO, José Domingos Sávio. *Um Beato Líder: Narrativas Memoráveis do Caldeirão*. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2004.

CUNHA, Euclides. *Os Sertões*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

FACÓ, Ruy. *Cangaceiros e Fanáticos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

GALLO, Ivone Cecília da Vila. *Contestado: O Sonho do Milênio Igualitário*. Campinas, Unicamp, 1999.

MARTINS, Paulo Emilio Matos. *A reinvenção do Sertão*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1995.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado*. Campinas, Unicamp, 2004.

MOURA, Clóvis. *De Canudos ao MST*. São Paulo, Expressão Popular, 2000.

SÁ, Chico. *Beato José Lourenço*. Fortaleza, Edições Demóclito Rocha, 2000.

Aula 4

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSSOY, Boris (Orgs.). *A imprensa confiscada pelo DOPS (1924 – 1954)*. São Paulo: Ateliê Editorial/Imprensa Oficial/Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2003.

DULLES, J.W.F. *Anarquistas e comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005. 3°. Ed.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *"Sindicalismo e classe operária"*. *História Geral da Civilização Brasileira*. Vol. 10, Tomo III. São Paulo: DIFEL, 1981.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1978.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1987. 2ª. Edição (revista e atualizada).

Aula 5

BLOCH, Marc. *Os Reis Talmatargos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

CARDOSO, Ciro e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Rio de Janeiro, Campos, 1997.

DEVOTO, Fernando – FAUSTO, Boris – *Brasil e Argentina: Ensaio de História Comparada*. (1850-2002). São Paulo, Companhia das Letras, 2005.

DESEMONI, Marcos – *Do Cativo à Reforma Agrária. Colonato, Direitos e Conflitos*. Niterói, 2008, Tese de Doutorado, UFF.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 30: Historiografia, e História*. São Paulo, Paz e Terra, 1970.

FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil*. Rio de Janeiro, FGV, 1995.

GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro, Luperj, 1987.

LENHARO, Alcir. *Trabalho e Colonização no Brasil: Nordeste, Amazônia, Centro-oeste*. Campinas, Unicamp, 1984.

(Linhares, Maria Yedda – *Terra Prometida*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1998.

MOREIRA, Sonia Virginia - Sarolde, Luiz Carlos - *Rádio Nacional: O Brasil em Sintonia*, Rio de Janeiro, Zahar, 2005.

REIS, José Roberto Franco – *Não Há Mais Intermediários entre o Governo e O Povo*. Campinas, Unicamp, tese de Doutorado, 2002.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. *Cuestiones Agrárias em El Varguismo y El Peronismo*. Quilmes, Universidad Nacional de Quilmes, 2008.

_____. *Os que tem Fome e Sede de Justiça: Conflitos Rurais na mesa do Presidente*. In: Motta, Márcia Secreto, Maria Verônica – *O Direito às Aversas*. Rio de Janeiro, Record, 2011.

THOMPSON E. *A Formação da Classe Operária*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993, Vol. I.

_____. *Senhores e Caçadores*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo Autoritário e Campesinato*. Petrópolis, Vozes, 1979.

Aula 6

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*. Petrópolis: Vozes, 1984.

BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BERSTEIN, Serge. *L'historien et la culture politique*. **Vingtième siècle: Revue d'histoire**. Paris, n° 35, 1992, p. 67-77.

CAMPOS, Francisco. *"Democracia substantiva e democracia formal"*. In: CAMPOS, Francisco. *O Estado nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1940.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares d'. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-1965*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

DELGADO, Lucília. *PTB: do getulismo ao reformismo*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

DULCI, Otávio Soares. *A UDN e o antipopulismo no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 1986.

FERREIRA, Jorge (org.). *O tempo da experiência democrática*. Coleção O Brasil republicano – vol 3.

FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou reformas*. São Paulo: Paz & Terra, 1993.

GOMES, Ângela de Castro. *"Política: história, ciência, cultura etc"*. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 9, n° 17, 1996, p. 59-84.

GOMES, Ângela de Castro. *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GOMES, Angela de Castro. *"Os paradoxos e os mitos: o corporativismo faz 60 anos. Análise e conjuntura"*. Fundação João Pinheiro, vol. 6, n° 2, maio/ago. 1991.

HIPPOLITO, Lúcia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LAMOUNIER, Bolívar; MENEGUELLO, Raquel. *Partidos políticos e consolidação democrática*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas urnas*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.

LIMA, Hermes. *Travessia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Fundação Roberto Marinho, 1995.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil. 1930-1964*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1990.

Aula 7

CADERNOS AEL, v. 11, n. 20/21, 2004 *Populismo e Trabalhismo*
http://segall.ifch.unicamp.br/site_ael/index.php?option=com_content&view=article&id=76&Itemid=97.

COUTINHO, Carlos Nelson. "A democracia como valor universal", in *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n° 9, março de 1979, p. 33-48; depois, numa versão ampliada, in: *A democracia como valor universal*, São Paulo: Ciências Humanas, 1980, p. 17-41 (e *A democracia como valor universal e outros ensaios*, 2ª ed. ampliada, Rio de Janeiro: Salamandra, 1984, p. 17-48).

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

FONTES, Paulo. Trabalhadores e associativismo urbano no governo Jânio Quadros em São Paulo (1953-1954). *Revista Brasileira de História* [online]. 2013, vol.33, n.66, pp. 71-94. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882013000200005&lng=pt&nrm=iso&tlng=en

FONTES, Virgínia. A propósito de democracia, de paradoxos e de reflexão histórica. *À margem*, vol. 2, 1993. p. 5-13.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.

HIPPÓLITO, Lúcia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

KONRAD, Gláucia Vieira Ramos. *Os trabalhadores e o Estado Novo no Rio Grande do Sul: um retrato da sociedade e do mundo do trabalho (1937-1945)*. Tese de doutorado em História, Unicamp, 2006.

LAVAREDA, Antonio. *Democracia nas urnas*. Rio de Janeiro: Rio Fundo/IUPERJ, 1991.

NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. *Trabalhadores, sindicatos e política*

(1945 – 1964). In: FERREIRA, J., DELGADO, L.A.N.(org.) *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

NEGRO, Antonio Luigi. O que a justiça do trabalho não queimou: novas fontes para o estudo do trabalho no século XX. *Politeia*, Vitória da Conquista, vol. 6, n. 1, pp. 193-209, 2006. <http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/view/213/235>

PANDOLFI, Dulce. O velho PTB: novas abordagens. Rio de Janeiro, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Vol. 3, 1990, pp. 274-284.

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2299/1438>

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

SANTANA, Marco Aurélio. Bravos companheiros: a aliança comunista-trabalhista no sindicalismo brasileiro (1945-1964). In: FERREIRA, J., REIS,

Daniel Aarão. *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

WEFFORT, Francisco. Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964. *Revista de Cultura Contemporânea*, CEDEC, São Paulo, nº 1; nº 2, 1979.

Aula 8

AZEVEDO, Fernando. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

Bassani, Paulo. *Frente Agrária Gaúcha e Sindicalismo de Trabalhadores Rurais*. Londrina, Eduel, 2009.

COSTA, Luiz Flavio de Carvalho. *Sindicalismo Rural Brasileiro em Construção*. Rio de Janeiro, UFRRJ, 1996.

ECKERT, Cordula. *Movimento dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul*. Itaguai, Ufrj, 1984, Dissertação de Mestrado.

JULIÃO, Francisco *O ABC do Camponês*. In: Stedli, João Pedro – História e Natureza das Ligas camponesas. São Paulo, Expressão Popular, 2006p: 193.

MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1982.

Medeiros, Leonilde Servulo. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro, Fase, 1989.

morais, Clodomir – *As Ligas Canponesas*. In: Stedly, João Pedro – História e Natureza das Ligas Camponesas. São Paulo, Expressão Popular, 2006.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e Companheiros. História e Memória do PCB*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1995.

ROLEMBERG, Denise. *O Apoio de Cuba à Luta Armada No Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 2001.

ROSA, Marcelo. *Encruzilhadas: Acampamentos e Ocupações na Fazenda Sarandi: Rio Grande do Sul (1962-1980)* In: Sigaud, Ligia - *Ocupações e acampamento: estudo comparado sobre a sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil (Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Pernambuco) 1960-2000*. Rio de Janeiro, Garamong, 2010.

WELCH, Clifford Andrew. *A Semente foi Plantada: AS RAÍZES PAULISTAS DO MOVIMENTO SINDICAL CAMPONÊS NO BRASIL, 1924-1964*. São Paulo, Expressão Popular, 2010.

Weffort, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

Aula 9

AMÂNCIO, Silvia Maria. *Ontem luta pela terra. Hoje Monumento Histórico. A revolta dos Posseiros do Sudoeste do Paraná em suas Variadas versões*. Maringá, Uem, 2009, tese de Doutorado.

BEZERRA, Gregório. *Memórias*. São Paulo, Boitempo, 2011.

COSTA, Luiz Flavio de Carvalho. *Sindicalismo Rural Brasileiro em Construção*. Rio de Janeiro, UFRRJ, 1996.

ESTEVES, Carlos Leandro da Silva. *NAS TRINCHEIRAS: luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas (1948-1964) uma resistência ampliada*. Niterói, UFF, 2005, Dissertação de Mestrado.

ERNANDEZ, Marcelo. *Sementes em Trincheiras*. Rio de Janeiro (1948-1996). In: Sigaud, Ligia

OCUPAÇÕES E ACAMPAMENTO: estudo comparado sobre a sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil (Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Pernambuco) 1960-2000. Rio de Janeiro, Garamong, 2010.

MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1982.

MEDEIROS, Leonilde Servulo. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro, Fase, 1989.

PRIORI, Ângelo. *A REVOLTA CAMPONESA DE PORECATÚ. A luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo (1942-1952)*. Maringá UEM, 2000, Tese de Doutorado.

_____. *O Protesto do Trabalho: História das Lutas Sociais dos Trabalhadores Rurais no Paraná (1954-1964)*. Maringá, Edduem, 1996.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. *Cuestiones Agrárias em el Vaarguismo y el Peronismo*. Quilmes, Universidad Nacional de Quilmes, 2008.

SANTOS, Leonardo Soares. dos. *Um Sertão Entre Muitas Certezas. Luta pela terra no Sertão Carioca (1945-1964)*. Niterói, UFF, 2005.

WELCH, Cliford Andrew. *A Semente foi Plantada: AS RAÍZES PAULISTAS DO MOVIMENTO SINDICAL CAMPONÊS NO BRASIL, 1924-1964*. São Paulo, Expressão Popular, 2010.

Aula 10

ARAÚJO, Maria Celina d', CASTRO, Celso, SOARES, Gláucio (org.). *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. *A UDN e o udenismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV/UFRJ, 2003.

BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1964. Vol. 2.

CASTELO BRANCO, Carlos. *Os militares no poder*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

CRUZ, Sebastião Velasco e, Carlos Estevam Martins. De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da "abertura". In: SORJ, Bernardo, ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DULCI, Otávio. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1986.

GINZBURG, C. e PONI, C. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: DIFEL, 1991. pp. 169-178.

GRINBERG, Lucia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Arena, 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2009.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 30/10/1965

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 28/10/1965

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 29/10/1965

KINZO, Maria Dalva Gil. *Oposição e autoritarismo. Gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice, 1988.

KLEIN, Lúcia; FIGUEIREDO, Marcus. *Legitimidade e coação no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1978.

LAMOUNIER, Bolívar. *Voto de desconfiança*. Eleições e mudança política no Brasil, 1970-1979. Petrópolis: Vozes, 1980.

LAMOUNIER, Bolívar e Raquel Meneguello. *Partidos políticos e consolidação democrática. O caso brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LAMOUNIER Bolívar. Representação política: a importância de certos formalismos. In: _____. (org.) *Direito, cidadania e participação*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.

_____, Bolívar. O Brasil autoritário revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura. In: STEPAN, Alfred. *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. Perspectivas da consolidação democrática: o caso brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 2, nº 4, 1987.

MICELI, Sérgio. Carne e osso da elite política brasileira pós-30. In: *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. vol. 10.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

OFFERLE, Michel. A nacionalização da cidadania cívica. In: CANEDO, Letícia Bicalho (org.). *O sufrágio universal e a invenção democrática*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

ROUSSO, Henry. "O arquivo ou o indício de uma falta". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 9, nº 17, 1996, p. 89.

SALLES, José Bento Teixeira de. *Molton Campos, uma vocação liberal*. Belo Horizonte: Veja, 1975

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A práxis liberal no Brasil: propostas para reflexão e pesquisa. In: SANTOS, W.G. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SCHMITTER, Philippe. *The portugalization of Brazil?* In: STEPAN, Alfred. (ed.). *Authoritarian Brazil*. New Haven: Yale University Press, 1973.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1990. 3ª. Edição.

STEPAN, Alfred. *Authoritarian Brazil*. Yale University Press, 1973.

VIANNA FILHO, Luiz. *O governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975

WEFFORT, Francisco. *A vitória inchada da Arena*. *Opinião*, São Paulo, nº 4, 27/11- 4/12/1972.

Aula 11

AARÃO REIS, Daniel. O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas. In: FERREIRA, J.; AARAO REIS, Daniel. *Revolução e democracia*. 1964... Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GIANOTTI, Vito. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GOMES, Ângela de Castro. Abertura política e controle sindical: trabalho e trabalhadores no arquivo Ernesto Geisel. In: DOSSIÊ Geisel / Celso Castro e Maria Celina D'Araujo, organizadores; Alzira Alves de Abreu...[et al]. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p.105-120. http://www.cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1256.pdf

KINZO, Maria Dalva Gil. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 19 nº. 54 fevereiro/2004. <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n54/a02v1954.pdf>

LAVAREDA, Antonio. *A democracia nas urnas*. Rio de Janeiro: Rio Fundo/IUPERJ, 1991.

MARTINS, Heloísa Helena. *O Estado e a burocratização dos sindicatos no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

RAMALHO, José Ricardo. Sinais de mudança no sindicalismo brasileiro: os significados das greves de 1968 em Contagem e Osasco. FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula Nascimento (org.) *1968: 40 anos depois – história e memória*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Sindicalismo e classe operária (1930 – 1945). In: FAUSTO, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: DIFEL, 1991.

SANTANA, Marco Aurélio. Partidos e Trabalhadores na Transição Democrática: A Luta pela Hegemonia na Esquerda Brasileira. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 55, no 3, 2012, pp. 787 a 826. www.scielo.br/pdf/dados/v55n3/a07v55n3.pdf

SANTANA, Marco Aurélio. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 14 no 41 outubro/99. <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n41/1754.pdf>

SANTANA, Marco Aurélio. Ditadura Militar e resistência operária: O movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. *Política e Sociedade*. <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewFile/9321/8605>

SILVA, Hélio. *1964: golpe ou contragolpe*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SOARES, Gláucio A.; D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (org.) *A volta aos quartéis*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

WEFFORT, Francisco. Participação e Conflito Industrial: Contagem e Osasco 1968. http://www.cebrap.org.br/v1/template.php?lang=pt&area=7&pagina=31&item_biblio=200

Aula 12

AGUIAR, Vilenia Pacheco Porto –. *SOMOS TODAS MARGARIDAS: um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo*. Campinas, Unicamp, Tese de doutorado, 2015.

ASSIS, William Santos de. *A construção da representação dos trabalhadores rurais no sudeste paraense*. Tese de Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, UFRRJ, 2007.

MEDEIROS, Leonilde Sérvulo – *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro, Fase, 1989. Paulo. São Paulo, Hucitec, 1999.

PEREIRA, João Márcio Mendes. *Política de reforma agrária de Mercado do Banco Mundial: fundamentos, objetivos, contradições e perspectivas*. São Paulo: Hucitec, 2009.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti.- *As Mãos que Alimentam a Nação: agricultura familiar, sindicalismo e política*. Tese de Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, UFRRJ, 2011,

RICI, Rudá – *Contag: um Ator à Procura de um Texto*. São Paulo, Cedec, 1990.

Idem – *Terra de Ninguém: Representação sindical rural no Brasil*. Campinas, Unicamp, 1999.

SILVA, José Gomes da. *A reforma agrária brasileira no fim do Milênio*. 2 ed, Maceió, Abra-EDUFAL, 1997.

_____. *Caindo por Terra: Crises da reforma agrária na Nova República*. São Paulo, Buscavida, 1987.

TAVARES, Ricardo – *Contag: da Ditadura à Transição. Memória Social e Construção Política do Campesinato*. Rio de Janeiro, UFRRJ, tese de doutorado, 1992.

Aula 13

COLETTI, Claudney - *A Trajetória POLÍTICA DO MST: da crise da ditadura ao período neoliberal*. Campinas, Unicamp, tese de doutorado, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano – *MST: Formação e Territorialização no Estado de São Paulo*. São Paulo, Hucitec, 1997.

_____. *MST: Formação e Territorialização no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 2000.

MARTINS, José de Souza – *A Militarização da Questão Agrária*. Petrópolis, Vozes, 1984.

MEDEIROS, Leonilde Sérvulo – *História dos Movimentos Sociais*

no Campo. Rio de Janeiro, Fase, 1989.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. *O MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DOS SEM TERRA (MLST) E AS CONTRADIÇÕES DA LUTA PELA TERRA NO BRASIL*. São Paulo, USP, Dissertação de Mestrado, 2004.

_____. *A AÇÃO TERRITORIAL DE UMA IGREJA RADICAL: Teologia da Libertação, Luta pela Terra e Atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba*. São Paulo, USP, tese de doutorado, 2008.

PEREIRA, João Márcio Mendes. *Política de Reforma Agrária de Mercado do Banco Mundial: fundamentos, objetivos, contradições e perspectivas*. São Paulo: Hucitec, 2009.

PEREIRA, Thaylize Goes Nunes – *O MST E AS POLÍTICAS DE REFORMA AGRARIA NO GOVERNO LULA: RELATOS ORAIS DA LUTA PELA CONQUISTA E PELA PERMANÊNCIA NA TERRA NO ACAMPAMENTO ARGENTINA MARIA E ASSENTAMENTO REUNIDAS*. Marília, Unesp, Dissertação de Mestrado, 2016.

ROSA, Marcelo. *Encruzilhadas: acampamentos e ocupações na Fazenda Sarandi: Rio Grande do Sul (1962-1980)* In: SIGAUD, Ligia - *Ocupações e acampamento: estudo comparado sobre a sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil (Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Pernambuco) 1960-2000*. Rio de Janeiro: Garamong.

